

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO 2012



ABRIL/2013

APRESENTAÇÃO

Cumpre-me apresentar aos dignos pares o Relatório de Atividades do exercício de 2012, que tem por objetivo dar ciência à sociedade das principais atividades desenvolvidas pelas unidades judiciárias e administrativas deste Tribunal no decorrer do último ano.

Destacam-se nesse período dois eventos que concorrem estrategicamente para o cumprimento da missão do Tribunal: a implementação dos Projetos “Processo Judicial Eletrônico do TRT da 24ª Região” e “Modernização das Instalações Físicas das Unidades da Justiça do Trabalho da 24ª Região”.

Pelo primeiro, o Tribunal concretizou ações alicerçadas nos valores da “qualidade e celeridade”, do “acesso à justiça e efetividade”, da “infraestrutura tecnológica” e da “tecnologia da informação e comunicação (TIC)”, todos contemplados no Plano Estratégico 2010-2014. Para isso, inaugurou o peticionamento e o trâmite processual eletrônico nas Varas do Trabalho de Ponta Porã, Amambai, São Gabriel do Oeste, Mundo Novo e no Tribunal, tendo sido o dia 20 de julho de 2012 a data inaugural do Processo Judicial Eletrônico neste Estado, a qual figurará na história como o marco do novo tempo em que a Justiça do Trabalho da 24ª Região passa a dar celeridade à entrega da prestação jurisdicional prescindindo do papel.

Alternativamente, a modernização das instalações físicas das unidades judiciárias tornou possível a construção da nova sede própria do Tribunal e das Varas do Trabalho de São Gabriel do Oeste e Amambai, revigorando as condições de saúde e segurança no trabalho e de acessibilidade de magistrados, servidores e jurisdicionados. O remodelamento da infraestrutura física favoreceu igualmente a adequação das instalações à demanda processual e administrativa, o que implica qualidade e celeridade da prestação jurisdicional.

Além dessas e das demais ações da mesma grandeza executadas no período, o Relatório apresenta informações sobre a gestão estratégica e os resultados alcançados em todos os projetos em andamento no Tribunal.

Notáveis, ainda, as ações que guarneceram as relações institucionais, pelas quais o Tribunal e seus parceiros se estabelecem como importantes agentes de transformação social.

Francisco das C. Lima Filho
Desembargador Presidente

SUMÁRIO

Composição do Tribunal Pleno	04
Composição das Turmas	05
Juizes Titulares e Varas do Trabalho	08
Juizes do Trabalho Substitutos	10
Cargos de Direção no Tribunal	11
Cargos de Direção nas Secretarias das Varas do Trabalho	13
Comissões e Principais Regulamentações	15
Secretaria-Geral da Presidência	18
Comissão de Concurso	31
Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica	35
Secretaria da Corregedoria	66
Secretaria do Tribunal Pleno	71
Coordenadoria de Cadastramento Processual	73
Serviço de Documentação	75
Escola Judicial	81
Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária	91
Serviço de Controle Interno	110
Secretaria de Coordenação Administrativa	120
Secretaria da Tecnologia da Informação	162
Serviço de Orçamento e Finanças	166
Serviços de Recursos Humanos	172
Serviço de Material e Patrimônio	185
Serviços Gerais	189
Ouvidoria Judiciária	199

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

até 2.12.2012

Presidente e Corregedor

Desembargador MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

Vice-Presidente e Vice-Corregedor

Desembargador FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO

Ouidor

Desembargador NICANOR DE ARAÚJO LIMA

Diretor da Escola Judicial do TRT da 24ª Região

Desembargador AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Desembargador ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

Desembargador JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

COMPOSIÇÃO DAS TURMAS

Composição até 2.12.2012

Primeira Turma

Desembargador AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
Presidente

Desembargador ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

Juiz ADEMAR DE SOUZA FREITAS, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Campo Grande
Convocado para atuar na 1ª Turma no período de 7.1.2011 a 12.2.2012, em virtude da aposentadoria
do Excelentíssimo Senhor Desembargador Abdalla Jallad, a contar de 7.12.2010, conforme Decreto
Presidencial de 30.12.2010, publicado no DOU, Seção 2, de 31.12.2010
(Resoluções Administrativas n. 114/2010 e 22/2012)

Desembargador NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA
(Posse e exercício em 13.2.2012)

Segunda Turma

Desembargador NICANOR DE ARAÚJO LIMA
Presidente

Desembargador JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

Desembargador RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

a partir de 3.12.2012

Presidente e Corregedor

Desembargador FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO

Vice-Presidente e Vice-Corregedor

Desembargador NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA

Ouvidor

Desembargador RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA

Diretor da Escola Judicial do TRT da 24ª Região

Desembargador AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Desembargador ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

Desembargador JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

COMPOSIÇÃO DAS TURMAS

a partir de 3.12.2012

Primeira Turma

Desembargador AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
Presidente

Desembargador ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

Desembargador MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

Segunda Turma

Desembargador RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA
Presidente

Desembargador JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

Desembargador NICANOR DE ARAÚJO LIMA

JUIZES TITULARES e VARAS DO TRABALHO

AMAMBAI

Titular: Juíza Fátima Regina de Saboya Salgado

AQUIDAUANA

Titular: Juiz Orlandi Guedes de Oliveira

BATAGUASSU

Titular: Juiz Leonardo Ely - até 28.5.2012

Titular: Juiz Antônio Arraes Branco Avelino - a partir de 17.12.2012

CAMPO GRANDE

Diretor do Foro Trabalhista Senador Ramez Tebet

Juiz João Marcelo Balsanelli - até 18.11.2012

Juiz Oscar Zandavalli Junior - a partir de 19.11.2012

1ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Rodnei Doreto Rodrigues

2ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Júlio César Bebber

3ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Ademar de Souza Freitas

4ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Marina Brun Bucker

5ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Oscar Zandavalli Júnior

6ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz João Marcelo Balsanelli

7ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juíza Dalma Diamante Gouveia - até 15.3.2012

Titular: Juiz Renato Luiz Miyasato de Faria - a partir de 7.5.2012

CASSILÂNDIA

Titular: Juiz Marcelino Gonçalves - a partir de 10.8.2012

CORUMBÁ

Titular: Juíza Anna Paula da Silva Santos

COXIM

Titular: Juiz Flávio da Costa Higa

DOURADOS

Diretor do Foro Trabalhista Doutor Lauro Machado de Souza

Juiz Marco Antonio Miranda Mendes - até 3.12.2012
Juíza Izabella de Castro Ramos - a partir de 4.12.2012

1º VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Renato Luiz Miyasato de Faria - até 6.5.2012
Titular: Juíza Izabella de Castro Ramos - a partir de 21.5.2012

2º VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Marco Antonio Miranda Mendes

FÁTIMA DO SUL

Titular: Juiz Noedi Francisco Arosi

JARDIM

Titular: Juiz Aparecido Travain Ferreira

MUNDO NOVO

Titular: Juiz Christian Gonçalves Mendonça Estadulho

NAVIRAÍ

Titular: Juíza Izabella de Castro Ramos - até 20.5.2012
Titular: Juiz Leonardo Ely - a partir de 29.5.2012

NOVA ANDRADINA

Titular: Juíza Neiva Márcia Chagas

PARANAÍBA

Titular: Juiz Luiz Divino Ferreira

PONTA PORÃ

Titular: Juíza Kelly Cristina Monteiro Dias Estadulho

RIO BRILHANTE

Titular: Juíza Ivete Bueno Ferraz

SÃO GABRIEL DO OESTE

Titular: Juiz Wellington Sebastião Gonçalves

TRÊS LAGOAS

Diretor do Foro Trabalhista Stênio Congro
Juiz Tomas Bawden de Castro Silva - até 3.12.2012
Juiz Marco Antonio de Freitas - a partir de 4.12.2012

1º VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Tomas Bawden de Castro Silva

2º VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Marco Antonio de Freitas

JUIZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

(ordem de antiguidade)

Juiz MARCELINO GONÇALVES - até 9.8.2012

Juiz MARCELO BARUFFI

Juiz ANTONIO ARRAES BRANCO AVELINO - até 16.12.2012

Juiz CARLOS ROBERTO CUNHA

Juíza BEATRIZ MAKI SHINZATO CAPUCHO

Juiz MÁRCIO ALEXANDRE DA SILVA

Juiz DENILSON LIMA DE SOUZA

Juíza LILIAN CARLA ISSA

Juiz BÓRIS LUIZ CARDOZO DE SOUZA

Juiz MÁRIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO

Juíza KEETHLEN FONTES MARANHÃO

Juiz MARCIO KURIHARA INADA

Juiz IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO

Juiz JOÃO CANDIDO

Juíza MARA CLEUSA FERREIRA JERONYMO

Juiz HERBERT GOMES OLIVA

Juíza VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE

Juíza ANA PAOLA EMANUELLI

Juiz RENATO SABINO CARVALHO FILHO - até 24.2.2012

Juiz ALCIR KENUPP CUNHA -até 8.2.2012

Juiz MAURÍCIO SABADINI

Juiz GUSTAVO DORETO RODRIGUES

Juíza KARINA SUEMI KASHIMA - até 28.11.2012

Juíza DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE

Juíza ANA CAROLINE BENTO MACIEL FREITAS

Juíza NADIA PELISSARI

Juíza KAROLYNE CABRAL MAROJA LIMEIRA - a partir de 14.12.2012

Juiz JOSÉ LUCIANO LEONEL DE CARVALHO - a partir de 14.12.2012

Juíza APARECIDA FÁTIMA ANTUNES DA COSTA WAGNER - a partir de 14.12.2012

Juíza MARCELA CARDOSO SCHÜTZ DE ARAÚJO - a partir de 14.12.2012

Juiz SANDRO GILL BRITEZ DA COSTA - a partir de 14.12.2012

CARGOS DE DIREÇÃO NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
Ana Paula Maiolino Volpe dos Santos

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
Jorge Marques Batista

SECRETARIA DA CORREGEDORIA
Gilson do Espírito Santo, até 31.7.2012
Jair Martins Jankowsky, a contar de 1º.8.2012

ESCOLA JUDICIAL
Aily Maria Longhi Danguì, a contar de 1º.2.2012

DIRETORIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA / SECRETARIA COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA
Gilberto Tuller Espósito, até 31.1.2012
Gilmar Rodrigues, a contar de 1º.2. 2012

COORDENADORIA DE PROJETOS JUDICIÁRIOS
Gilberto Tuller Espósito, a contar de 1º.2. 2012

COORDENADORIA DE RECURSOS
Maria de Lourdes Martins Freitas, a contar de 1º.2. 2012

DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
Renato da Fonseca Lima, até 3.12.2012
José Norberto Pinheiro de Oliveira, a contar de 4.12.2012

SECRETARIA-EXECUTIVA DA DGCA
Gerson Martins de Oliveira

SECRETARIA DE INFORMÁTICA
João Carlos Ferreira Filho

SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Alencar Minoru Izumi

SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO
Selzo Moreira Fernandes

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
Marlene Garcia Afonso

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
Cláudia Torquato Scorsafava Farias, até 31.1.2012

COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL
Marilu Higa Weber do Canto

SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
Rodrigo João Marques

SERVIÇOS GERAIS
Paulo Sergio Petri

CARGOS DE DIREÇÃO NAS SECRETARIAS DAS VARAS DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AMAMBAI
Paulo Roberto Brescovit

VARA DO TRABALHO DE AQUIDAUANA
Artur Gomes Pereira

VARA DO TRABALHO DE BATAGUASSU
José Luís de Azevedo

1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Odinéia Soares Coelho

2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Angela Saara Martins

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
João Douglas Guio de Azevedo

4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Carmeni Pessoa Ferraz de Souza

5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Roseli Xavier de Freitas

6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
José Marqueis de Lima

7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Wilson Farias do Rego , até 20.5.2012
Adriana Sasso Correa, até 17.7.2012
Gilson do Espírito Santo, a contar de 1º.8.2012

VARA DO TRABALHO DE CASSILÂNDIA
Marly Takahachi, até 19.7.2012
Alessandra Darc Santos Pereira, interina até 2.8.2012
André Luiz Lauro, a contar de 3.8.2012

VARA DO TRABALHO DE CORUMBÁ
Claudenir Alves de Souza, até 18.12.2012
Willian Pinto Melo, a contar de 19.12.2012

VARA DO TRABALHO DE COXIM
Cláudia Giseli Vilela Marques

1ª VARA DO TRABALHO DE DOURADOS
Adriana Sasso Correa, até 20.5.2012
Francisco de Paula, a contar de 30.5.2012

2ª VARA DO TRABALHO DE DOURADOS
Nilton Nogai

VARA DO TRABALHO DE FÁTIMA DO SUL
Antônio Sérgio Pantaleão

VARA DO TRABALHO DE JARDIM
João Martins Guerra

VARA DO TRABALHO DE MUNDO NOVO
Veroneide Maria Veloso de Moura Fé

VARA DO TRABALHO DE NAVIRAÍ
Francisco de Paula, até 29.5.2012
Ronald da Silva Cançado, a contar de 1º.6.2012

VARA DO TRABALHO DE NOVA ANDRADINA
Anizio de Souza Rocha

VARA DO TRABALHO DE PARANÁIBA
Sara Leal Paulino Jorge

VARA DO TRABALHO DE PONTA PORÃ
Gutemberg Ferreira de Vargas Júnior

VARA DO TRABALHO DE RIO BRILHANTE
Dayan Casado Cavalcante Dantas

VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL DO OESTE
Marcelo Soares da Silva

1ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS
Catarina Alves Arantes

2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS
Edineia Jeronymo de Oliveira, até 19.9.2012
Rodrigo Nunes de Freitas, a contar de 20.9.2012

COMISSÕES CONSTITUÍDAS E PRINCIPAIS REGULAMENTAÇÕES

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 3/2012: Comissão de Recebimento Definitivo de Materiais

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 30/2012: Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2011.

Portarias TRT/GP/DGCA Nº 43 a 51/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - Gabinete

Portarias TRT/GP/DGCA Nº 52 a 58/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - Varas/Capital

Portarias TRT/GP/DGCA Nº 59 a 75/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - Varas/Interior

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 76/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - Foro/Capital

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 77/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - Foro/Três Lagoas

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 78/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - SCI

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 79/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - CCP

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 80/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - SGP

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 81/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - NDOC

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 82/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - NEGE

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 83/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - SRH

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 84/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - DGCA

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 85/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - EJ

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 86/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - SCJ

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 93/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - Varas/Interior / 1º VT Dourados

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 94/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - Varas/Interior / 2º VT Dourados

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 95/2012: Reestruturação - Resolução Administrativa-CSJT Nº 63/2010 - Foro/Dourados

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 97/2012: Reestrutura da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 171/2012: Comissão Permanente de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia/prorrogação

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 172/2012: Comissão Permanente de Licitação

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 218/2012: Regulamentação do Serviço de Fiscalização do XI Concurso para Magistratura deste Tribunal

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 219/2012: Convocação da Equipe de Fiscais que atuará no XI Concurso para Magistratura deste Tribunal

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 227/2012: Acordo de Nível de Serviço entre a Secretaria de Tecnologia da Informação e os Usuários de TI do TRT da 24ª Região

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 239/2012: Complementação da Equipe de Fiscais convocada para atuar no XI Concurso para Magistratura deste Tribunal

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 256/2012: Majoração da Bolsa-Estágio

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 317/2012: Ponto Facultativo - 30.4.2012

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 329/2012: Designa Pregoeiros e Equipe de Apoio

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 372/2012: Ponto Facultativo - 8.6.2012

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 467/2012: Comissão de Recebimento Definitivo de Materiais

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 731/2012: Ponto Facultativo - 6.9.2012.

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 888/2012: Comissão de Inventário 2012

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 1023/2012: Horário de funcionamento durante o recesso forense

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 1025/2012: Comissão de Recebimento Definitivo da Obra da nova sede deste Tribunal

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 1036/2012: Horário de Funcionamento do TRT

Portaria GP/SCJ Nº 4/2012: : Dispõe sobre a regulamentação do Projeto "TRT a Prática", no âmbito do TRT 24ª Região

Ato GP Nº 126/2012: Constituir Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do TRT 24ª Região

Resolução Administrativa Nº 01/2012: Núcleo de Métodos Consensuais (Regulamentação do Funcionamento)

Resolução Administrativa Nº 02/2012: Núcleo de Métodos Consensuais (Alteração na Composição)

Resolução Administrativa Nº 03/2012: Planejamento Estratégico (Atualização da Estratégica de T.I.)

Resolução Administrativa Nº 04/2012: Calendário de Feriados e Sessões Solenes - Exercício 2012

Resolução Administrativa Nº 05/2012: : Núcleo de Apoio às Execuções Trabalhistas (Criação)

Resolução Administrativa Nº 07/2012: : Comissões do XI Concurso para Juiz do Trabalho Substituto

Resolução Administrativa Nº 08/2012: Alteração na estrutura da Diretoria de Serv. Gerais

Resolução Administrativa Nº 24/2012: Relatório de Atividades da Escola Judicial

Resolução Administrativa Nº 25/2012: Programa de Gestão Documental

Resolução Administrativa Nº 32/2012: Ouvidoria - Relatório de Atividades

Resolução Administrativa Nº 48/2012 Alteração da RA Nº 97/2008 (Ref. Programa de Estágio)

Resolução Administrativa Nº 53/2012 Projeto TRT na Prática – Criação

Resolução Administrativa Nº 63/2012 Regulamentação da Comissão de Orçamento

Resolução Administrativa Nº 65/2012 Regulamentação do Sistema Processo Judicial Eletrônico

Resolução Administrativa Nº 67/2012 : Criação da Central de Atendimento ao Cidadão

Resolução Administrativa Nº 87/2012 Regulamentação do Sistema Processo Judicial Eletrônico

Resolução Administrativa Nº 89/2012: Alteração do Provimento Geral Consolidado

Resolução Administrativa Nº 92/2012: Criação do Setor de Gestão de Acervos Permanentes

Resolução Administrativa Nº 95/2012 : XI Concurso para Cargos de Juiz do Trabalho Substituto (Homologação e Proclamação)

Resolução Administrativa Nº 102/2012: Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Vara de Amambai

Resolução Administrativa Nº 104/2012: Proposta de Anteprojeto de Criação de Funções Comissionadas

Resolução Administrativa Nº 105/2012: Criação do Núcleo de Cooperação Judiciária

Resolução Administrativa Nº 118/2012: Estudo sobre a criação de Varas e Cargos no TRT 24ª Região

Resolução Administrativa Nº 125/2012 Criação do Setor de Gestão de Processos de Trabalho

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Seguindo os parâmetros organizacionais estabelecidos pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente no decorrer de 2012, a Secretaria-Geral da Presidência cumpriu suas atribuições regulamentares de coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades relacionadas às unidades que a compõem.

Encarregou-se dos encargos referentes à representação deste Regional pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, tomando as providências necessárias ao seu comparecimento nas solenidades e atos oficiais e em compromissos de caráter social e institucional.

Realizou todos os preparativos para a realização de viagens oficiais pelo Presidente, desembargadores, juízes e demais magistrados colaboradores eventuais, emitindo os respectivos atos, requisitando passagens, providenciando hospedagem e solicitando traslado.

No exercício de suas atividades cotidianas, organizou a agenda do Presidente visando ao atendimento efetivo das autoridades, jurisdicionados, magistrados, advogados e servidores.

Coube a função de auxiliar o Desembargador Presidente em assuntos administrativos inerentes à Secretaria, executando as tarefas de elaboração das escalas de férias dos magistrados, bem como na tramitação e no andamento dos processos administrativos de interesse de desembargadores e juízes, submetendo-os à apreciação da Presidência.

Cumpriu a atribuição de elaborar os mapas de programação mensal das Varas do Trabalho e da Seção de Coordenação de Cartas Precatórias da Capital – SCOCAP, incumbindo-se de todos os contatos necessários, organizando o controle da movimentação dos juízes substitutos e submetendo-a à deliberação do Presidente, com a expedição e publicação dos respectivos atos, comunicação aos interessados e providências para pagamento de diárias devidas.

Organizou as escalas mensais do plantão judiciário de primeira e segunda instâncias, inclusive do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, para deliberação do Presidente, tendo efetuado as devidas comunicações.

No exercício de seu mister, incumbiu-se do recebimento e acompanhamento de despachos, recomendações e resoluções encaminhadas pelo Conselho Nacional de Justiça, elaborando as minutas dos despachos pertinentes e controlando o prazo e a postagem das respostas por meio do Sistema de Processo Eletrônico e-CNJ.

Coube à Secretaria-Geral da Presidência a função de coordenar a elaboração, revisão, diagramação, impressão, lançamento e distribuição do Guia do Trabalhador, publicação com linguagem fácil e acessível contendo informações essenciais sobre direitos e deveres de empregados e empregadores, objetivando promover a cidadania por meio da disponibilização de informações aos cidadãos acerca dos seus deveres e obrigações no que pertine às relações de trabalho.

No desempenho de suas atribuições regulamentares, realizou os procedimentos necessários à remoção do Excelentíssimo Senhor Juiz RENATO LUIZ MIYASATO DE FARIA, em 7.5.2012, do cargo de Titular da 1ª Vara do Trabalho de Dourados, para igual cargo na 7ª Vara do Trabalho de Campo Grande, em vaga decorrente da aposentadoria da Excelentíssima Senhora Juíza Dalma Diamante Gouveia; da Excelentíssima Senhora Juíza IZABELLA DE CASTRO

RAMOS, em 21.5.2012, do cargo de Titular da Vara do Trabalho de Naviraí, para igual cargo na 1ª Vara do Trabalho de Dourados, em virtude da remoção do Titular para a 7ª Vara do Trabalho de Campo Grande; e do Excelentíssimo Senhor Juiz LEONARDO ELY, em 29.5.2012, do cargo de Titular da Vara do Trabalho de Bataguassu, para igual cargo na Vara do Trabalho de Naviraí, em virtude da remoção da Titular para a 1ª Vara do Trabalho de Dourados.

Atendendo ao preceito legal, tendo em vista a ausência de qualquer manifestação de interesse na remoção pelos Juízes Titulares de Vara do Trabalho, promoveu a abertura e a instrução do processo de promoção de Juiz do Trabalho Substituto para o cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Bataguassu.

Competiu, ainda, o encargo de realizar as providências necessárias para a execução do processo de remoção dos Excelentíssimos Senhores Juízes do Trabalho Substitutos ALCIR KENUPP CUNHA, para o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, nos termos da Portaria TRT/GP n. 1/2012, disponibilizada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, de 25.1.2012, edição 905, p. 3., e KARINA SUEMI KASHIMA, para o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme a Portaria TRT/GP n. 16/2012, disponibilizada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, de 8.1.2013, edição 1104, p. 2.

Relativamente aos eventos promovidos pela Presidência, a Secretaria-Geral desempenhou suas atribuições regulamentares, atuando na organização e na coordenação, distribuindo tarefas e supervisionando a sua realização.

Competiu à Secretaria-Geral, por meio da Seção de Cerimonial, a organização da sessão solene de posse do Advogado Nery Silva e Sá de Azambuja no cargo de Desembargador do Trabalho deste Tribunal, das solenidades de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico-JT no 1º e 2º Grau de jurisdição deste Regional, na Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, na Vara do Trabalho de Amambai e Mundo Novo, das solenidades de inauguração da nova sede deste Tribunal e das sedes próprias da Vara do Trabalho de Amambai e São Gabriel do Oeste, dos atos solenes de posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes Marcelino Gonçalves no cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Cassilândia e Antônio Arraes Branco Avelino, no cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Bataguassu, da sessão solene de posse dos Juízes do Trabalho Substitutos e da solenidade de posse dos novos dirigentes desta Corte, eleitos para o biênio 2012/2014. O detalhamento está contido no item relativo à Seção de Cerimonial.

Em atendimento à determinação regimental, no primeiro mês do ano, submeteu ao Presidente a lista de antiguidade dos juízes titulares de varas do trabalho e dos juízes substitutos, para deliberação do egrégio Tribunal Pleno.

Em cumprimento à determinação do Presidente, adotou os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução n. 34/2007, do Conselho Nacional da Justiça, em prestar informações àquele Conselho sobre o exercício de atividades de magistério pelos magistrados desta Corte em 2012.

Das atividades diárias executadas, cumpriu a função de coordenar a agenda e de manter a correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente ordenadas, de proceder ao recebimento, ao registro, ao protocolo, ao lançamento de andamentos e despachos de processos e requerimentos no sistema informatizado de acompanhamento de processos e expedientes administrativos – GESTORE-PAE, à época Gestore, registrar e autuar matérias administrativas e recursos administrativos para deliberação do egrégio Tribunal Pleno, à elaboração e ao cumprimento de despachos, à expedição e à publicação de atos, portarias e editais no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e a expedição de ofícios e comunicações internas, encaminhados por protocolo, correio, endereço eletrônico e/ou malote digital.

AGENDA INSTITUCIONAL DO PRESIDENTE

JANEIRO

- 13 Solenidade de transmissão de Cargo do Ten. Cel. Av. Potiguara Vieira Campos ao Maj. Av. Daniel Cavalcanti de Mendonça, do Ten. Cel. Inf. Josoe dos Santos Lubas ao Ten. Cel. Inf. Ivandilson Diniz Soares. Pátio do Estacionamento de Aeronaves- Base Aérea de Campo Grande/MS.
- 18 Visita do Senhor Jeferson da Silveira Raposo, Gerente-Geral do Banco do Brasil no Estado de Mato Grosso do Sul. Gabinete da Presidência.
- 19 Reunião com Dr. Agenor Valladão Neto, Líder Operacional da Construtora OAS Ltda.; Marco Aurélio Alves de Lima, Gerente do Contrato e Renato da Fonseca Lima, Diretor-Geral de Coordenação Administrativa. Gabinete da Presidência.
Dissídio Coletivo. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 16 Visita às instalações do Edifício-Sede deste Tribunal, acompanhado pelo Excelentíssimo Senhor Leonardo Avelino Duarte, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul e o Senhor Renato da Fonseca Lima, Diretor-Geral de Coordenação Administrativa deste Regional.
- 20 Solenidade de Passagem de Chefia da Comissão Regional de Obras/9º do Tenente Coronel QEM Giuseppe Henriques Gouveia Dantas para o Tenente Coronel Jolival Antônio da Silva Júnior. O Presidente foi acompanhado pelo Vice-Presidente Francisco das C. Lima Filho, Des. Ricardo Geraldo Monteiro Zandona e o Diretor Renato da Fonseca Lima, Diretor-Geral de Coordenação Administrativa.
- 23 Reunião com a Dra. Maria Ivone Aguiar, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Subseção de Chapadão do Sul e Dra. Camila Pinheiro, Vice-Presidente. Gabinete da Presidência.
- 24 Reunião com o Excelentíssimo Senhor Marlos Augusto Melek, Juiz do Conselho Nacional de Justiça, acerca do uso compartilhado de Aeronave. Participaram os Excelentíssimos Senhores Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente, Desembargador Luiz Carlos Santini, Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Desembargador Josué de Oliveira, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e o Juiz Jânio Roberto dos Santos, Representante da Justiça Federal. Gabinete da Presidência.
- 31 Solenidade de descerramento da placa alusiva à parceria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região com a Prefeitura Municipal de Bataguassu relativa à Construção da Nova Sede da Vara do Trabalho de Bataguassu. Município de Bataguassu-MS.

FEVEREIRO

- 1º 1ª Sessão Judiciária do Tribunal Pleno. Sala de Sessões do Tribunal.
1ª Sessão Administrativa Extraordinária. Sala de Sessões do Tribunal.
- 2 1ª Reunião Extraordinária do Colégio de Presidente e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – COLEPRECOR. Tribunal Superior do Trabalho, sala dos Ministros, 1º andar, Bloco B. Brasília/DF.
- 13 Sessão Solene de Posse do Advogado Nery Silva e Sá de Azambuja, no cargo de Desembargador Federal deste Regional. Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, Auditório Manoel de Barros, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS.
- 15/16 Correição Ordinária Periódica nas 1ª e 2ª Varas do Trabalho e no Foro Trabalhista Dr. Lauro Machado em Dourados-MS, realizada pelo Excelentíssimo Senhor Francisco das C.

Lima Filho, Vice-Presidente e Vice-Corregedor deste Regional, foi acompanhado pelos servidores Gilson do Espírito Santo, Secretário da Secretaria de Corregedoria, Ely de Oliveira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Corregedoria. Dourados/MS.

- 29 1ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Edifício-Sede do Tribunal Superior do Trabalho, 6º andar bloco B. Brasília/DF.

MARÇO

- 1º Sessão Solene de outorga de Comenda do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com agraciamento do "Grande Colar do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região". Plenário "Ministro Coqueijo Costa". Campinas/SP.
- 5 2ª Sessão Administrativa Extraordinária. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 5 Reunião com o Excelentíssimo Senhor Márcio Lolli Ghetti, Gão-Mestre Estadual em exercício - Grande Oriente do Brasil - GOB-MS. Gabinete da Presidência.
- 5 Reunião com a Excelentíssima Senhora Dra. Samia Roges Jordy Barbieri, Presidente da Comissão de Assuntos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB-MS. Gabinete da Presidência.
- 6 Reunião com o Excelentíssimo Senhor Desembargador Hildebrando Coelho Neto, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça/MS.
- 7/8 1ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidente e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – Coleprecur. Tribunal Superior do Trabalho, Sala dos Ministros, 1º andar, Bloco B. Brasília/DF.
- 9 Solenidade de abertura da Palestra: "Tela Crítica: Uma Reflexão no Contexto do Direito". Sala de Treinamento.
- 9 Abertura Oficial das Atividades da Escola Judicial com a Palestra: "Estado Democrático de Direito, Direitos Fundamentais e Direito do Trabalho", ministrada pelo Excelentíssimo Senhor Maurício Godinho Delgado, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul.
- 12 Reunião com o Senhor Gustavo Possamai, Procurador do Banco Bamerindus. Curitiba/PR.
- 12 Visita Senhor Fábio Cristiano Danin Euzébio, Superintendente do Banco do Brasil. Gabinete da Presidência.
- 15 Reunião com a Senhora Suliane Kelly Aguirre de Barros, Coordenadora do Centro de Apoio aos Surdos. Sala de Treinamento.
- 23 2ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho, 6º andar bloco B. Brasília/DF.
- 23 Solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Brasília/DF. Participaram da solenidade os Excelentíssimos Desembargadores Nicanor de Araújo Lima, Amaury Rodrigues Pinto Junior, Nery Sá e Silva de Azambuja.
- 24 XI Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 24ª Região - 1ª Fase. Rua Iria Loureiro Viana, 47 - Colégio Mace. Campo Grande/MS.
- 27 2ª Sessão Judiciária Extraordinária do Tribunal Pleno. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 29 Lançamento do Programa Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho para a Indústria da Construção. Auditório da Casa da Indústria. Campo Grande/MS.
- 30 Encerramento da Campanha da Páscoa. Sala de Treinamento.

ABRIL

- 2 Solenidade de posse dos Excelentíssimos Senhores Desembargador Hildebrando Coelho Neto, no cargo de Presidente e o Desembargador João Batista da Costa Marques, no cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Palácio da Justiça "Des. Leão Neto do Carmo", Parque dos Poderes, Campo Grande/MS. Representou a Presidência o Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente desta Corte.
- 18 Sessão Solene em Comemoração ao Dia do Exército Brasileiro. Plenário "Deputado Júlio Maia", Assembleia Legislativa - Palácio Guaicurus. Campo Grande/MS.
- 19 Solenidade Militar alusiva ao dia do Exército. Agraciamento com a Medalha da "Ordem do Mérito Militar". Quartel-General de o Comando Militar do Oeste. Campo Grande/MS.
- 20 3ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho, 6º andar bloco B. Brasília/DF.
- 23 Solenidade Militar alusiva ao "Dia de Tiradentes", Patrono das Polícias Militares do Brasil. Quartel do Comando Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS.
- 23 Reunião com Excelentíssimos Senhores Dr. Fábio Trad, Deputado Federal, Dr. Antônio Rodrigues da Silva, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Costa Rica/MS, Dr. Márcio Ricardo Gardiano Rodrigues, Secretário-Geral, Dr. Marcos Fernando Galdiano Rodrigues, Tesoureiro e o Dr. Jaibis Corrêa Ribeiro, Advogado.
- 24 Entrevista concedida à TV Justiça no Supremo Tribunal Federal. Brasília/DF.
- 24/25 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidente e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Coleprecor. Tribunal Superior do Trabalho, sala dos Ministros, 1º andar, Bloco B. Brasília/DF.
- 25 Audiência com Excelentíssimo Senhor Delcídio do Amaral Gómez, Senador da República. Senado Federal. Brasília/DF.
- 26 1ª Sessão Judiciária Ordinária do Tribunal Pleno. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 26 3ª Sessão Administrativa Extraordinária. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 26/27 Solenidade de abertura do III Encontro de Mato Grosso do Sul em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho e o I Seminário de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho de Mato Grosso do Sul, no Anfiteatro do Colégio Dom Bosco. Campo Grande/MS.
- 27 Solenidade de passagem de Chefia do Estado-Maior do Comando Militar do Oeste do General de Brigada Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira para o General de Brigada Samuel da Silva Ricordi. Av. Duque de Caxias, 1628 - (Recanto Marupiará). Campo Grande/MS.
- 28/29 XI Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 24ª Região – 2ª Fase. Rua Iria Loureiro Viana, 47 - Colégio Mace. Campo Grande/MS.

MAIO

- 10 Reunião com Excelentíssimos Senhores: Wantuir Francisco Brasil Jacini, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública-MS, Desembargador Hildebrando Coelho Neto, Presidente do Tribunal de Justiça - MS, Desembargador Josué de Oliveira, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral-MS, Desembargador Marcio Vasques Thibau de Almeida, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Juiz Renato Toniasso, Diretor do Foro da Justiça Federal, Dr. Marlos Augusto Melek, Juiz do Conselho Nacional de

- Justiça, relativo ao uso compartilhado da Aeronave. No Gabinete do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública. Campo Grande/MS.
- 11 Audiência Simulada do Projeto “Educação Trabalho e Justiça”, com a participação dos Acadêmicos da Universidade Estácio de Sá. Na Sala de Sessões do Pleno.
 - 14 Reunião com o Comitê Gestor das contas especiais para pagamento de precatórios, composto pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Tribunal Regional Federal e o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Presidência do Tribunal de Justiça - MS.
 - 17 Solenidade de Abertura do X Congresso de Direito Tributário, Constitucional e Administrativo. Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, Parque dos Poderes. Campo Grande-MS.
 - 17 Solenidade de Abertura do 10º Ciclo de Palestras de “Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho”, promovido pela Escola Judicial deste Tribunal. Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul.
 - 18 10º Ciclo de Palestras da Escola Judicial - Presidência da Mesa - Palestra: Processo Administrativo Disciplinar no âmbito Federal: questões polêmicas e atuais. Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul.
 - 21 Audiência com Excelentíssimo Conselheiro Carlos Alberto Reis de Paula, Conselho Nacional de Justiça. Brasília-DF.
 - 21 Audiência com Excelentíssimo Conselheiro José Roberto Neves Amorim, Conselho Nacional de Justiça. Brasília-DF.
 - 21 Sessão no Conselho Nacional da Justiça. Brasília-DF.
 - 23/24 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidente e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Coleprecor. Tribunal Superior do Trabalho, sala dos Ministros, 1º andar, Bloco B. Brasília/DF.
 - 22 Solenidade de Abertura da Expo - MS Industrial 2012, realização da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul - FIEMS. Centro de Convenções e Exposições Albano Franco. Campo Grande/MS. . Representou a Presidência o Excelentíssimo Senhor João de Deus Gomes de Souza, Desembargador do Trabalho deste Tribunal.
 - 24 Solenidade de entrega da Medalha “Mérito Funcional”, pela conclusão do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão. Auditório Ministro Mozart Victor Russomano, 5º andar do Bloco B, do Tribunal Superior do Trabalho.
 - 25 4ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho, 6º andar bloco B. Brasília/DF.
 - 28 Reunião com o Comitê Gestor das contas especiais para pagamento de precatórios, composto pelos Tribunais de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e Tribunal Regional Federal e este Tribunal. Presidência do Tribunal de Justiça - MS.
 - 29 Visita técnica dos acadêmicos do Centro Universitário de Campo Grande-MS - UNAES, para assistirem a Sessão no Tribunal Pleno. Coordenação do Núcleo de Documentação deste Tribunal.
 - 29 5ª Sessão Extraordinária Administrativa. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
 - 30 Reunião na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

JUNHO

- 12 Solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado com a Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, para a realização conjunta do Módulo: Audiências Simuladas do Projeto. Anfiteatro Padre Angel Adolfo Sanches Y Sanches, Bloco Biblioteca. Campo Grande/MS.
- 27 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Coleprecor. Brasília-DF.
- 29 5ª Sessão ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília/DF.

JULHO

- 2 Lançamento do Programa Senai Educa, a maior formação profissional do Estado. Auditório da Casa da Indústria. Campo Grande/MS. Representou a Presidência o Desembargador do Trabalho Nery Sá e Silva de Azambuja.
- 10 Visita ao Excelentíssimo Senhor Cel. Carlos Alberto David dos Santos, Comandante do Comando-Geral da Polícia Militar. Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 1203 – Parque dos Poderes. Campo Grande/MS.
- 16/17 Capacitação dos Desembargadores e Assessores – “Palestra de Sensibilização e apresentação do sistema do Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT. Continuação da apresentação do sistema e apresentação assistida. Operação assistida e Sessão simulada.”. Sala de Sessões do Tribunal Pleno e Sala de Treinamento.
- 20 Solenidade de implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico PJe- JT, no 1º e 2º Graus de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, realizada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

AGOSTO

- 2 1ª Sessão Administrativa Ordinária. Sala de sessões do Tribunal Pleno.
- 2 2ª Sessão Judiciária Ordinária do Tribunal Pleno. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 6/7 Participação no “Curso sobre posturas e medidas preventivas aos fatores de risco à segurança pessoal”, promovido pela Escola Judicial nos dias 6 e 7.8.2012. Na Superintendência da Polícia Federal - parte teórica e no Estande de tiro do 20º Regimento de Cavalaria Blindada - parte prática.
- 9 5ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Coleprecor. Brasília-DF.
- 10 Ato Solene de Posse do Excelentíssimo Senhor Juiz Marcelino Gonçalves, no Cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Cassilândia, que será realizado no Gabinete da Presidência.
- 14 Sessão especial em Comemoração aos “50 anos da Profissão de Psicóloga (o) no Brasil”, proposição do Deputado Pedro Kemp. Assembleia Legislativa. Representou a Presidência o Excelentíssimo Senhor André Luís Moraes de Oliveira, Desembargador do Trabalho deste Tribunal.
- 16/19 1º Encontro dos Magistrados do Trabalho do Centro-Oeste: “O novo juiz do trabalho e a modernidade”. Município de Bonito-MS.
- 20 6ª Sessão Administrativa Extraordinária

- 22 Solenidade de aposição de placa, como marco alusivo à construção da nova sede da Vara do Trabalho de Jardim, resultado da parceria deste Tribunal com a Prefeitura Municipal daquela localidade.
- 23 Sessão Solene de Posse do Excelentíssimo Senhor Elton Luís Nasser de Mello, como Membro Efetivo, na classe jurista, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul. Plenário do Tribunal, Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, Parque dos Poderes. Campo Grande-MS. Representou a Presidência o Excelentíssimo Senhor André Luís Moraes de Oliveira, Desembargador do Trabalho deste Tribunal.
- 24 Solenidade de entrega da Medalha Machado Lopes, agradecimento pela Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira e a Cerimônia Militar alusiva ao 68º Aniversário desta Organização Militar. No Pátio de Aeronaves da Base Aérea de Campo Grande-MS. Representou a Presidência o Excelentíssimo Senhor Amaury Rodrigues Pinto Junior, Desembargador do Trabalho deste Tribunal.
- 31 6ª Sessão ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília/DF.

SETEMBRO

- 3 7ª Sessão Administrativa Extraordinária.
- 11 Visita à nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.
- 12 8ª Sessão Administrativa Extraordinária de Homologação e Proclamação do Resultado Final do XI Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.
- 12 4ª Sessão Judiciária Extraordinária do Tribunal Pleno.
- 13 Viagem dos Excelentíssimos Senhores Marcio Vasques Thibau de Almeida, Presidente deste Tribunal, e André Luís Moraes de Oliveira, Desembargador do Trabalho, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília-DF.
- 14 Sessão Solene Extraordinária de Posse dos Juízes do Trabalho Substitutos, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 18 Reunião dos Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região com o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul André Puccinelli.
- 21 Solenidade de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste-MS.
- 26 Reunião no Gabinete da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e 7ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em Brasília-DF.
- 28 Solenidade de Inauguração da Nova Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

OUTUBRO

- 5 Solenidade Militar alusiva ao Aniversário do Comando Militar do Oeste e da 9ª Região Militar, seguida de uma demonstração da Equipe de Salto Livre da Brigada de Infantaria Paraquedista. Campo de Parada do Comando Militar do Oeste.
- 18 Palestra e lançamento do Livro Responsabilidade Civil: “A perda de uma chance no Direito do Trabalho”, autoria do Excelentíssimo Flávio da Costa Higa, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Coxim. Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul.
- 23 8ª Sessão ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília/DF.

- 24 Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução CNJ nº 158, de 22.8.2012, institui o Fórum Nacional de Precatórios – FONAPREC, em Brasília/DF. Representou esta Corte o Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente.
- 24/25 7ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Coleprecor. Campinas/SP.
- 26 Seminário “Prevenção de Acidentes do Trabalho”, promovido pela Escola Judicial deste Tribunal. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 26 Cerimônia Militar alusiva ao Dia do Aviador e Dia da Força Aérea Brasileira. Pátio de Aeronaves da Base Aérea de Campo Grande. Representou esta Corte o Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente.
- 31 Solenidade de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe-JT, na Vara do Trabalho de Amambai.
- 31 Solenidade de posse da Juíza Maria Isabel de Matos Rocha, no cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Palácio da Justiça “Desembargador Leão Neto do Carmo”, Parque dos Poderes.

NOVEMBRO

- 5 Solenidade em comemoração a uma história de 50 anos em Educação Superior, promovida pela Universidade Católica Dom Bosco. Centro de Convenções e Arquiteto Rubens Gil de Camilo. O Excelentíssimo Senhor Marcio Vasques Thibau de Almeida, Presidente desta Corte foi homenageado.
- 14 10ª Sessão Administrativa Extraordinária
- 19 Solenidade de inauguração da sede própria da Vara do Trabalho de Amambai, na Rua Benjamin Constant, 929 – Vila Primavera, em Amambai-MS.
- 21 9ª Sessão ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília/DF.
- 21/22 8ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Coleprecor. Brasília-DF.
- 26 Solenidade de inauguração da sede própria da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, que recebeu o nome de “Fórum Trabalhista Ministro Arnaldo Süssekind”. Na Avenida Castelo Branco, 473 – Centro, em São Gabriel do Oeste-MS.
- 28 Solenidade de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe-JT, na Vara do Trabalho de Mundo Novo-MS.

DEZEMBRO

- 1 Solenidade de posse dos novos dirigentes da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 24ª Região, eleitos para o biênio 2012/2014, Juiz Bóriz Luiz Cardozo de Souza, Presidente, Vanessa Maria Assis de Rezende, Vice-Presidente, Herbert Gomes Oliva, Diretor Administrativo, Izidoro Oliveira Paniago, Diretor Secretário, Amaury Rodrigues Pinto Junior, Diretor Financeiro, Maurício Sabadini, Diretor de Ensino e Cultura, Christian Gonçalves Mendonça Estadulho, Diretor de Direitos e Prerrogativas, Marina Brun Bucker, Diretora de Atividades Legislativas, Marco Antônio Miranda Mendes, Diretor de Comunicação Social, Nicanor de Araújo Lima, Diretor Social, Márcio Kurihara Inada, Diretor de Informática, Beatriz Maki Shinzato Capucho, Conselho Fiscal, Renato de Moraes Anderson, Conselho Fiscal, Leonardo Ely, Conselho Fiscal. Auditório da Escola Superior de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

- 3 Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes desta Corte, eleitos para o biênio 2012/2014, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores do Trabalho Francisco das C. Lima Filho, Presidente e Corregedor, Nery Sá e Silva de Azambuja, Vice-Presidente e Vice-Corregedor, Amaury Rodrigues Pinto Junior, Diretor da Escola Judicial, Ricardo Geraldo Monteiro Zandona, Ouvidor. Centro Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, Auditório Manoel de Barros.
- 7 Solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, eleitos para o biênio 2012/2014, em Campinas/SP
- 5 Solenidade de Abertura do "I Workshop de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade de Direito Prof. Nelson Trad da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul". Laboratório de Análises Clínicas, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.
- 17 Reunião com o Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Miranda Mendes, Juiz Titular da 2ª Vara de Dourados e os Senhores Michael Frank Gorski, Superintendente do SESI, João Campos, Assessor Jurídico do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul - FIEMS, Serviço Social da Indústria do Mato Grosso do Sul - SESI e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Naur Teodoro Pontes - Diretor-Presidente da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande - FUNSAT, Marcelo Naglis, Chefe do Escritório Regional da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, Leif Raoni de Alencar Naas, Chefe da Fiscalização do Ministério Trabalho, Roberval Ângelo Furtado, representante da Secretaria de Educação, Márcia Fabiana da Silva, Secretária de Educação. Gabinete do Presidente.
- 17 Solenidade de posse ao Excelentíssimo Senhor Antônio Arraes Branco Avelino, no cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Bataguassu. Gabinete da Presidência.
- 31 Audiência com o Excelentíssimo Senhor Nelson Trad Filho, Prefeito Municipal de Campo Grande-MS.

SEÇÃO DE CERIMONIAL

No decorrer do exercício de 2012, em cumprimento às suas atribuições, coube à Seção de Cerimonial da Presidência planejar, organizar e coordenar as solenidades oficiais em que esteve programada a participação deste Tribunal, tendo sido realizadas as seguintes solenidades:

JANEIRO

- 31 Solenidade de descerramento da placa alusiva à parceria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região com a Prefeitura Municipal de Bataguassu relativa à construção da nova sede da Vara do Trabalho de Bataguassu.

FEVEREIRO

- 13 Sessão Solene de Posse do Advogado Nery Silva e Sá de Azambuja, no cargo de Desembargador do Trabalho deste Regional, no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, Auditório Manoel de Barros, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS.

MARÇO

- 7 Apoio do cerimonial no evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, na ação do "Projeto Qualidade de Vida" do Gabinete de Saúde.
- 30 Encerramento da Campanha "Páscoa+Feliz". O Tribunal arrecadou 164 ovos de chocolate, que foram compartilhados entre as instituições:

- Posto de Assistência “Leopoldo Cirne”;
- Obras Sociais Caridade: O Caminho;
- Centro Educacional Infantil e Adolescente – O Ceia;
- Renasce Esperança;
- Abrigo Lar Vovó Miloca;
- e para os filhos dos contratados da empresa terceirizada de serviços de copeiragem, limpeza, reprografia e vigilância deste Regional.

ABRIL

26/27 Solenidade de abertura do “III Encontro de Mato Grosso do Sul em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho” e do “I Seminário de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho de Mato Grosso do Sul” e da assinatura do “Protocolo de Intenções entre o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro, o Estado de Mato Grosso do Sul, representado pela Secretaria de Estado de Educação, a Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso do Sul, a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul - FIEMS, e a Fundação Social do Trabalho - Funsat, criando o Grupo de Trabalho Interinstitucional GETRIN-24.

JUNHO

11 Abertura oficial da Semana Regional da Conciliação e a segunda edição da Semana Nacional de Execução Trabalhista.

JULHO

20 Solenidade de implantação do “Sistema de Processo Judicial Eletrônico PJe- JT”, no 1º e 2º grau de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

AGOSTO

10 Ato solene de Posse do Excelentíssimo Senhor Juiz Marcelino Gonçalves no cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Cassilândia.

22 Ato solene de descerramento da placa alusiva à Parceria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região com a Prefeitura de Jardim, relativa à construção da nova sede da Vara do Trabalho de Jardim.

SETEMBRO

14 Sessão solene extraordinária de posse dos novos juízes do Trabalho Substitutos, aprovados no décimo primeiro concurso público de provas e títulos para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 24ª Região.

21 Solenidade de implantação do “Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe - JT, na Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste.

28 Solenidade de inauguração da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

OUTUBRO

- 31 Solenidade de implantação do “Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT”, na Vara do Trabalho de Amambai.

NOVEMBRO

- 19 Solenidade de inauguração da sede própria da Vara do Trabalho de Amambai.
- 24 Participação no evento SEST/SENAT
- 26 Solenidade de inauguração da sede própria da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste.
- 27 Solenidade de implantação do “Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT”, na Vara do Trabalho de Mundo Novo.

DEZEMBRO

- 3 Sessão solene de posse dos novos dirigentes desta Corte, eleitos para o biênio 2012/2014, no Centro Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, Auditório Manoel de Barros.
- 17 Solenidade de posse do Excelentíssimo Senhor Antônio Arraes Branco Avelino, no cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Bataguassu, no Gabinete da Presidência.

SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO - SECOM

De acordo com as diretrizes traçadas pela Administração do Tribunal e com base nas Resoluções 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça e 80/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, competiu à Seção de Comunicação planejar e coordenar a política de comunicação interna e externa da Justiça do Trabalho de Mato Grosso do Sul.

Atuou na divulgação de eventos promovidos por este Tribunal, produzindo os materiais informativos correspondentes e auxiliando na confecção de convites, cartazes e *banners*.

Manteve contato permanente com os órgãos de imprensa local credenciada e tomou providências necessárias à viabilização das entrevistas institucionais.

Acompanhou o Presidente do Tribunal e seus membros em diversas entrevistas de rádio e televisão.

Reproduziu e veiculou as notícias publicadas em jornais, revistas e outros meios de comunicação sobre as atividades e assuntos de interesse do Tribunal.

A seguir, um resumo das principais atividades desenvolvidas:

1. Envio de *releases* com matérias referentes à acórdãos selecionados do Tribunal Pleno e das Turmas de Julgamento e de sentenças proferidas por Juízes Titulares de Varas do Trabalho.
2. Confecção de convites, cartazes, *banners* e panfletos para divulgação de campanhas, palestras, cursos e seminários;

3. Envio do informativo eletrônico diário com notícias do Tribunal e Varas do Trabalho, *clipping* jurídico e anúncios de interesse de magistrados e servidores;
4. Cobertura fotográfica e assessoria de imprensa em todos os eventos oficiais realizados pelo Tribunal Regional do Trabalho;
5. Cobertura fotográfica e assessoria de imprensa nas Correições Ordinárias realizadas nas unidade da Justiça do Trabalho no interior do Estado.
6. Cobertura fotográfica e assessoria de imprensa nas solenidades de implantação do Processo Judicial Eletrônico – Pje-JT – nas unidades da Justiça do Trabalho no interior do Estado.

COMISSÃO DE CONCURSO

O concurso foi autorizado pela RA nº 2/2011, publicada no DEJT nº 661, de 2.2.2011, e realizado conforme as instruções constantes da Resolução Administrativa nº 75/2009, do Conselho Nacional de Justiça, publicada no Diário Oficial da União – Seção 1, do dia 21.5.2009, com as alterações introduzidas pela Resolução Administrativa nº 118/2010, também do Conselho Nacional de Justiça.

A Comissão de Concurso e as Comissões Examinadoras foram designadas pela Resolução Administrativa nº 7/2012, publicada no DJE nº 913, de 8.2.2012, ficando assim constituídas quando da realização de cada fase do concurso:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DO CONCURSO E EXAMINADORA DA PROVA DE TÍTULOS

Presidente	Desembargador Marcio Vasques Thibau de Almeida
Suplente	Desembargador Francisco das C. Lima Filho
Titular	Desembargador Ricardo Geraldo Monteiro Zandona
Suplente	Desembargador Nery de Sá e Silva Azambuja
Titular OAB/MS	Advogado André Luís Xavier Machado
Suplente OAB/MS	Advogado Marcelino Duarte

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA OBJETIVA – 1º ETAPA

Presidente	Juiz Renato de Moraes Anderson
Suplente	Juíza Vanessa Maria Assis de Rezende
Titular	Juiz Luis Aparecido Ferreira Torres
Suplente	Juíza Izabella de Castro Ramos
Titular OAB/MS	Advogada Regina Iara Ayub Bezerra
Suplente OAB/MS	Advogado Nei Rodrigues Ferreira

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA DISSERTATIVA – 2º ETAPA

Presidente	Juiz Renato Luiz Miyasato de Faria
Suplente	Juiz João Candido
Titular	Juiz Marcelo Baruffi
Suplente	Juíza Erika Silva Boquimpani
Titular OAB/MS	Advogado Luis Marcelo Benites Giummarresi
Suplente OAB/MS	Advogada Alexandre Moraes Cantero

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA PRÁTICA (SENTENÇA TRABALHISTA) – 3º ETAPA

Presidente	Desembargador Nery de Sá e Silva Azambuja
Suplente	Juiz Carlos Roberto Cunha
Titular	Juiz João Marcelo Balsanelli
Suplente	Juiz Wellington Sebastião Gonçalves
Titular OAB/MS	Advogado Cleiry Antonio da Silva Ávila
Suplente OAB/MS	Advogada Tatiana Albuquerque Correa Kesrouani

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA ORAL – 4º FASE

Presidente	Desembargador Arnaldo Boson Paes
Suplente	Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro
Titular	Ministro Walmir Oliveira da Costa
Suplente	Juiz Flávio da Costa Higa
Titular OAB/MS	Advogado André de Carvalho Pagnoncelli
Suplente OAB/MS	Advogado Elton Luís Nasser de Mello

COMISSÃO MULTIPROFISSIONAL

Presidente	Desembargador André Luís Moraes de Oliveira
Titular	Desembargador Nicanor de Araújo Lima
Titular	Advogada Eliane Ferreira de Souza
Médico	Dr. Carlos Alberto Ferreira de Freitas
Médico	Dr. Luiz Fernandes Ferreira

O Secretário da Comissão do Concurso foi o servidor JAIR MARTINS JANKOWSKY e a equipe de apoio foi composta pela servidora CÉLIA RODRIGUES FERREIRA NASCIMENTO e pela Estagiária SHERRYENE MANTOVANI RIBEIRO.

VAGAS: foram oferecidas 03 (três) vagas, conforme constou do Edital do Concurso.

INSCRIÇÕES

As inscrições foram realizadas no período de 23 de janeiro a 22 de fevereiro de 2012, totalizando 1365 (um mil, trezentos e sessenta e cinco) candidatos.

VALOR ARRECADADO

Tendo em vista o valor da inscrição, R\$ 100,00 (cem reais), e o número de candidatos inscritos, 1365 (um mil, trezentos e sessenta e cinco), foram arrecadados R\$ 136.500,00 (cento e trinta e seis mil e quinhentos reais). O valor das inscrições foi recolhido pelos candidatos ao Tesouro Nacional, através da GRU (Guia de Recolhimento da União – Simples), em conformidade com a Resolução Administrativa nº 75/2009, do Conselho Nacional de Justiça, e com o Edital do Concurso.

APLICAÇÃO DAS PROVAS

1º ETAPA:

As provas da 1ª Etapa foram realizadas no Colégio MACE, localizado na rua 26 de agosto, nº 63, Centro, Campo Grande, MS, no dia 24 DE MARÇO DE 2012 (sábado), com início às 13 horas e término às 18 horas. A “nota de corte” foi 88 e foram aprovados 223 (duzentos e vinte e três) candidatos, após o julgamento dos 98 (noventa e oito) recursos, tendo sido anuladas 9 (nove) questões da prova, com a atribuição de ponto para todos os candidatos que não haviam acertado a questão, nos termos do subitem 9.14 do edital do concurso.

2º ETAPA:

As provas da 2ª Etapa também foram realizadas no Colégio MACE, no endereço anteriormente mencionado, nos dias 28 e 29 DE ABRIL de 2012. A primeira, Prova Discursiva, foi realizada no sábado, dia 28, das 14 (quatorze) às 18 (dezoito) horas, tendo sido aprovados 43 candidatos, após julgamento de 4 (quatro) recursos interpostos.

A segunda, Prova de Sentença, foi realizada no domingo, dia 29, das 8 (oito) horas ao meio dia, tendo sido aprovados 11 (onze) candidatos.

3º ETAPA: INSCRIÇÃO DEFINITIVA E COMPROVAÇÃO DO TEMPO DE ATIVIDADE JURÍDICA

A Comissão de Concurso deferiu as inscrições definitivas dos candidatos:

110074 KAROLYNE CABRAL MAROJA LIMEIRA; 111054 JOSÉ LUCIANO LEONEL DE CARVALHO; 110318 LETICIA HELENA JUIZ DE SOUZA; 110370 SANDRO GILL BRITZ DA COSTA; 110770 THAIS CHALUB LIMA; 110706 APARECIDA FATIMA ANTUNES DA COSTA WAGNER; 110870 DIEGO JIMENEZ GOMES; 110164 MARCELA CARDOSO SCHÜTZ DE ARAÚJO; 110729 MATEUS DE OLIVEIRA BIONDI e 110086 ROBERTO WENGRZYNOVSKI, conforme fundamentação expressa na Ata de reunião que deliberou sobre a documentação respectiva, publicada na página deste Tribunal na rede mundial de computadores em 8.8.2012 e disponibilizada no DEJT nº 1038/2012, de 8.8.2012.

O Candidato LUÍS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL, Inscrição nº 111.146, pediu desistência do certame, o que foi deferido pela Comissão Central, conforme decisão homologatória publicada na página deste Tribunal na rede mundial de computadores em 9.8.2012 e disponibilizada no DEJT nº 1039/2012, de 9.8.2012.

4º ETAPA:

O Sorteio dos Pontos e a Prova Oral – 4ª Etapa do Concurso – realizaram-se no prédio sede do Tribunal, localizado à rua Jornalista Belizário Lima, nº 418, Vila Glória, Campo Grande – MS, no Plenário, 8º andar, nos dias 22 (sorteio da 1ª Turma de candidatos), 23 (sorteio da 2ª Turma de candidatos e prova da 1ª Turma) e 24 (prova da 2ª Turma) de agosto de 2012, respectivamente. Dos 10 (dez) candidatos que realizaram a prova, 9 (nove) foram aprovados, cujo resultado foi publicado na página deste Tribunal na rede mundial de computadores em 27.8.2012 e disponibilizada no DEJT nº 1051/2012, de 27.8.2012.

5º ETAPA

Todos os 9 (nove) candidatos entregaram, no prazo, documentos pleiteando seu acolhimento como Títulos, os quais foram analisados pela Comissão Central e Examinadora de Títulos.

RESULTADO FINAL

Classificação	Nome	Nota Final
1º	KAROLYNE CABRAL MAROJA LIMEIRA	6,585
2º	JOSÉ LUCIANO LEONEL DE CARVALHO	6,545
3º	APARECIDA FATIMA ANTUNES DA COSTA WAGNER	6,415
4º	MATEUS DE OLIVEIRA BIONDI	6,252
5º	MARCELA CARDOSO SCHÜTZ DE ARAÚJO	6,137
6º	SANDRO GILL BRITZ DA COSTA	6,124
7º	DIEGO JIMENEZ GOMES	6,091
8º	LETICIA HELENA JUIZ DE SOUZA	6,086
9º	ROBERTO WENGRZYNOVSKI	5,916

Aplicando-se as diretrizes definidas no item 14 do Edital do Concurso e no art. 7º da RA nº 75/2009, do Conselho Nacional de Justiça, obteve-se a Nota Final do quadro acima.

HOMOLOGAÇÃO E PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO FINAL

A homologação e a proclamação do resultado final do Concurso deu-se mediante a RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 95/2012, do Egrégio Tribunal Pleno, disponibilizada no DEJT nº 1063, de 13.9.2012, considerando-se publicada no 1º dia útil subsequente, e publicada no DOU de 17.9.2012, seção 1, pag. 196 e na página deste Tribunal na rede mundial de computadores.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Considerando que não houve a necessidade de abertura de suprimento de fundos para a realização do concurso, não tendo a Comissão do Concurso movimentado valores, não há prestação de contas a ser feita.

NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Identidade Institucional

A **missão** do órgão, aprovada no seu Plano Estratégico é: “Realizar justiça, por meio da solução dos conflitos decorrentes das relações de trabalho, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e a paz social.”

Sua **visão** de futuro é: Ser reconhecido pela sociedade como uma instituição de excelência na prestação dos serviços judiciais, valorização das pessoas e gestão dos recursos públicos, até 2014.

Seus **valores** são: Acesso à justiça; Respeito às pessoas; Ética; Efetividade; Proatividade; Qualidade; Transparência; Comprometimento; Responsabilidade Social e Ambiental.

Os Objetivos Estratégicos são:

- Melhorar os serviços disponibilizados
- Agilizar o trâmite Processual.
- Facilitar o acesso à justiça.
- Melhorar a efetividade na execução.
- Desenvolver programas de responsabilidade social.
- Garantir a atualização da infraestrutura tecnológica.
- Melhorar as estruturas físicas de todas as unidades.
- Aperfeiçoar a comunicação interna e externa.
- Ampliar parcerias com outras instituições.
- Fortalecer a imagem institucional.
- Buscar uniformização na realização dos procedimentos de execução.
- Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços.
- Buscar prover as unidades com número de servidores compatível com sua demanda.
- Promover a sustentabilidade orçamentária.
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas com foco nas necessidades da instituição.
- Desenvolver programas de formação inicial e continuada de magistrados e servidores, via Escola Judicial.
- Buscar a melhoria contínua do clima organizacional, da qualidade de vida e da satisfação pessoal.
- Promover meios para motivar e comprometer as pessoas com os objetivos da instituição.
- Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC.
- Garantir a disponibilidade dos sistemas de informação.

Conforme estabelecido no Plano Estratégico, existem metas anuais para todos esses objetivos estratégicos, das quais 71,42% foram atingidas em 2012. A apresentação do desempenho de cada objetivo consta do **Quadro Síntese do Plano Estratégico do TRT 24ª Região – 2010/2014**.

No ano de 2012, foram implantados grandes projetos nacionais, oriundos dos órgãos superiores, tais como Processo Judicial Eletrônico, Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão, os quais, inobstante sua grande importância, concorreram com os recursos, principalmente humanos, dos projetos do Plano Estratégico, os quais ficaram bastante prejudicados.

Além disso, o esforço empreendido pelo órgão para o alcance das Metas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ também consumiu muitos recursos, principalmente humanos, também prejudicando o desempenho dos Projetos Estratégicos do órgão.

Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A estratégia adotada para alcançar seus objetivos estratégicos está evidenciada no rol de Projetos Estratégicos abaixo descritos:

1. Central de Atendimento ao Cidadão.
2. Qualidade de Vida.
3. Gestão Orçamentária Eficiente.
4. Formação Inicial e Continuada de Magistrados e Servidores.
5. Modernização das Instalações Físicas das Unidades da Justiça do Trabalho da 24ª Região.
6. Informações Sociais de Executadas.
7. Educação, Trabalho e Justiça.
8. Otimização dos Serviços Disponibilizados aos usuários externos no portal do Tribunal do Trabalho da 24ª Região – Fase 1.
9. A Justiça Cidadã.
10. TRT MS Carbono Neutro.
11. Cumprimento da Resolução 63 do CSJT que regulamenta a adequação de servidores e de funções comissionadas.
12. Atualização da Infraestrutura Tecnológica.
13. Processo Judicial Eletrônico.
14. Processo Administrativo Eletrônico.
15. Sistema de Informação de Gestão de Recursos Humanos.
16. Qualidade, Agilidade e Eficiência na Tramitação dos Processos Judiciais - 1º Grau e Central de Boas Práticas em Processo de Execução.
17. Qualidade, Agilidade e Eficiência na Tramitação dos Processos Judiciais - 2º Grau.
18. Comunicação Estratégica.

Desses dezoito projetos planejados para 2012, os quinze primeiros foram desenvolvidos, sendo que somente os três últimos não o foram, pelas seguintes razões: os de ordem 16 e 17 por incompatibilidade com o avanço do Processo Judicial Eletrônico e o 18º por indisponibilidade orçamentária.

Foi elaborado, pelos respectivos gerentes, com o auxílio do Núcleo de Gestão Estratégica, o Plano completo de Projeto para treze desses projetos estratégicos. As exceções foram os quatro da Tecnologia da Informação, os quais foram geridos em conformidade com o Plano Estratégico de TI – PETI e o de Cumprimento da Resolução 63, que foi gerido pela Diretoria Geral de Coordenação Administrativa.

No Quadro “**SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT DA 24ª REGIÃO - 2010/2014**”, consta o tema estratégico, seus objetivos estratégicos, os indicadores correspondentes, detalhamento dos resultados apontados pelos indicadores, os projetos principais correspondentes a cada objetivo, o desempenho de cada um e seus resultados.

Abaixo estão descritos os objetivos estratégicos, descrição das ações desenvolvidas e síntese dos resultados alcançados, o impacto das ações nos objetivos estratégicos e apontamento das dificuldades encontradas.

Objetivo estratégico: Melhorar os serviços disponibilizados.

a) Projeto: Otimização dos Serviços Disponibilizados aos usuários externos no portal do Tribunal do Trabalho da 24ª Região – Fase 1.

1. Atividade de Regularização do Banco de Dados:

a) Processos de execução (para viabilização da emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista pelo TST): atividade integralmente realizada.

b) Processos de conhecimento (para a emissão da Certidão de Processos em Trâmite - Resolução nº 121 do CNJ): atividade prejudicada principalmente pela priorização do projeto de implantação do Sistema PJe-JT na 24ª Região, com o conseqüente deslocamento de todos os recursos para consecução de seus objetivos.

Além disso, para a emissão da Certidão de Processos em Trâmite, seria necessária a realização de todas as atividades previstas na Estrutura Analítica do Projeto (EAP), algumas envolvendo grande demanda de trabalho para as Varas do Trabalho.

Diante também do entendimento da Presidência atual de que a atividade ficou, em parte, superada pelo fato de que o Sistema PJe-JT contemplaria a emissão da referida certidão, a atividade foi suspensa.

2. Diagnóstico de Serviços: atividade transferida para o ano de 2013, principalmente pela priorização do projeto de implantação do Sistema PJe-JT.

Em resumo, as atividades previstas na EAP do referido projeto foram impactadas diretamente pela priorização na implantação do Sistema PJe-JT na 24ª Região, projeto nacional do CSJT.

A única atividade que não foi impactada pela mencionada priorização, até porque não houve conflito de cronograma, foi a de regularização do banco de dados para a viabilização da emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista pelo TST (projeto nacional). Embora o resultado deste projeto seja parcial, a expedição dessa Certidão eletronicamente representou melhoria significativa dos serviços disponibilizados à sociedade.

b) Projeto estratégico: Central de Atendimento ao Cidadão.

A Central de Atendimento ao Cidadão foi criada e aprovada pelo Tribunal Pleno em 2012. Estão sendo tomadas as providências para sua implantação, a qual ainda não ocorreu por falta de espaço físico e de pessoal. Providenciada o pedido da aquisição do serviço telefônica 0800.

A previsão de implantação é para o 1º semestre de 2013. Como este projeto está relacionado ao objetivo estratégico “Melhorar os serviços disponibilizados”, assim que implantada, a Central de Atendimentos contribuirá significativamente para o objetivo.

Inobstante as dificuldades na execução desses dois projetos “Otimização dos Serviços Disponibilizados aos usuários externos no portal do Tribunal do Trabalho da 24ª Região – Fase 1” e “Central de Atendimento ao Cidadão”, conforme acima exposto, o indicador do objetivo estratégico, “Satisfação dos usuários com a qualidade dos serviços oferecidos” ficou em 83,20%, mantendo-se acima da meta.

Objetivo estratégico: Agilizar o trâmite Processual.

a) Projeto estratégico: Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho.

Este projeto foi desenvolvido pelo Núcleo de Gestão Estratégica em 2010 e 2011. No desenvolvimento dos trabalhos, foram estudados e analisados os métodos e processos de trabalho das áreas judiciárias (Processo Ação Trabalhista – 1º Grau) e administrativa (Processo de aquisição e fornecimento de materiais e serviços), os quais foram analisados e redesenhados, desburocratizados, com a simplificação de procedimentos e eliminação ou redução de rotinas de retrabalho e gargalos, na medida do possível.

Como resultados desse projeto, foram elaborados:

1. Fluxograma do Processo de Contratação de Bens e Serviços;
2. Manual do Processo de Contratação de Bens e Serviços;
3. Fluxograma do Processo de Reclamação Trabalhista, da distribuição até a execução; e
4. Manual do Processo de Reclamação Trabalhista, da distribuição até a execução.

Esses documentos foram aprovados pelo então Presidente do Tribunal e distribuídos às respectivas áreas, para utilização.

Na área judiciária o novo fluxo do processo redesenhado foi adotado de imediato pela maioria das Varas do Trabalho.

Na área administrativa, entretanto, as principais sugestões de melhorias no fluxo e na estrutura, apontados no retro citado projeto estratégico, que tenderiam a resolver ou minimizar os gargalos identificados, apesar de aprovadas pelo então Presidente, não foram implementadas. Possivelmente como consequência, os prazos de instrução dos processos administrativos permaneceram altos, e os resultados do indicador “Índice de agilidade na instrução dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços” continuaram bem abaixo da meta, de forma que em 2012 apenas 46,59% dos processos administrativos foram instruídos dentro prazo padrão adotado. Também, possivelmente como consequência, o “Índice de Execução do Orçamento de custeio e de capital disponibilizados, dentro do próprio exercício” ficou em apenas 66,66% em 2012, também permanecendo bem abaixo da meta.

b) Projeto Estratégico: Qualidade, eficiência e agilidade na tramitação dos processos judiciais - 1º Grau e Central de boas práticas em processos de execução

O Plano desse Projeto tinha por escopo:

- Inventário de boas práticas em processo de 1º grau de interna/externamente;
- Definição de regras para inserção e descarte de práticas;
- Identificação de projetos similares em outros Tribunais;
- Identificação dos pontos críticos de melhorias utilizando o mapeamento do processo trabalhista;
- Captação de boas práticas junto aos envolvidos;
- Análise e filtragem das boas práticas;
- Aprovação/validação das boas práticas;
- Implementação de ambiente de software para capitalização e disponibilização de boas práticas(definir informações;campo de comentário para juízes e servidores).
- Divulgar práticas (simpósios, oficinas).

Como se percebe, todo o escopo do projeto estava voltado ao aprimoramento do processo físico. Entretanto, com o avanço do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), resultante de priorização pelos órgãos superiores, este projeto restou prejudicado.

Os indicadores do objetivo estratégico: “Taxa de congestionamento (processo de conhecimento) 1º e 2º graus”, mantiveram-se acima da meta.

Objetivos estratégicos: “Agilizar o trâmite processual”, “Facilitar o acesso à justiça” e “Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC”.

Projeto Estratégico: Processo Judicial Eletrônico - PJe-JT

○ sistema PJe-JT em 2012 foi implantado nas Varas do Trabalho de:

- Ponta Porã, em 20/07/2012;
- São Gabriel do Oeste, em 21/09/2012
- Amambai, em 31/10/2012 e
- Mundo Novo, em 28/11/2012 e

no 2º grau de jurisdição do Tribunal.

Cabe esclarecer que o sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT é um projeto nacional, que também é do Plano Estratégico do TRT da 24ª Região. Entretanto, o ritmo de seu desenvolvimento, suas prioridades e cronogramas são definidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Além disso, esse projeto, inobstante sua grande importância, como já relatado, apesar de ser um sistema desenvolvido em nível nacional, demanda grande quantidade de trabalho interno em cada Tribunal para efetivamente ser implantado, o que fez com que significativa força de trabalho de outros projetos fossem canalizados para este, com prioridade.

○ indicador “Índice de agilidade no julgamento no 1º e 2º graus” do objetivo “Agilizar o trâmite Processual” teve o seguinte desempenho:

- o tempo médio de julgamento dos processos na fase de conhecimento (1º grau) foi de 206, superando a meta que era de 255 dias.
- o tempo médio de trâmite dos processos na fase de execução (1º grau) foi de 645 dias, não atingindo a meta de 490 dias.
- o tempo médio de julgamento dos processos na fase de conhecimento (2º grau) foi de 105, superando a meta de 150 dias.

Já o indicador “Acesso à Justiça por meio eletrônico” do objetivo “Facilitar o acesso à justiça” superou meta. Esse já é um reflexo do avanço do PJe-JT, no qual todos os processos são protocolados por meio eletrônico.

Objetivo estratégico: Melhorar a efetividade na execução.

Projeto estratégico: Informações sociais de executados:

a) Foi celebrado convênio com a REDE INFOSEG e está operacional para todas as Varas do Trabalho da 24ª Região e demais setores interessados.

b) Convênios com o IAGRO e CAGED: pendentes de realização.

c) Convênios com a ANOREG e Cartório de Notas: pendentes de realização.

As principais dificuldades encontradas para a realização deste projeto são:

i) o gerente do projeto assumiu a responsabilidade pela Coordenação Judiciária do Tribunal, o que impossibilitou a administração do projeto em conjunto com as atividades da Secretaria;

ii) a indisponibilidade de tempo em 2012 para trabalhar os projetos internos (do planejamento estratégico) em face da simultaneidade da realização dos projetos nacionais (CNJ, CSJT, TST e CGJT), os quais têm caráter prioritário.

iii) a falta de recursos humanos para auxiliar a gerência dos projetos.

O indicador deste objetivo "Taxa de congestionamento na fase de execução (1º grau)" foi de 65,1%, não atingindo a meta que era de 64%. Esses convênios, quando concluídos, provavelmente auxiliarão na redução da taxa de congestionamento, na fase de execução, ajudando a melhorar a efetividade na execução. Não é possível aferir o quanto o convênio com a REDE INFOSEG efetivamente contribuiu para o alcance do objetivo.

Objetivo estratégico: Desenvolver programas de responsabilidade social.

a) Projeto estratégico: Gestão Ambiental.

Projeto iniciado no segundo semestre de 2011. No ano de 2012, foi entregue ao gerente do Projeto o cálculo da quantidade de mudas a serem plantadas e foi aprovada pela Assessoria da Diretoria Geral de Coordenação Administrativa a minuta do Termo de doação das mudas pela Águas Guariroba, o qual será assinado quando da liberação do plantio. O plantio será realizado em 2013, na época própria, haja vista a necessidade de se aproveitar o período das chuvas.

b) Projeto Estratégico: Justiça Cidadã.

Foi elaborado e impresso o Guia do Trabalhador. Foi realizado o evento de lançamento e distribuídos 1.500 exemplares em 2012. A Carta de Serviços está sobrestada, até que seja instalada a Central de Atendimento ao Cidadão, haja vista que no conteúdo da Carta estarão relacionados também os serviços oferecidos pela Central.

c) Projeto Estratégico: Educação, Trabalho e Justiça.

O projeto teve por escopo:

- Promover a interação da Justiça do Trabalho com as comunidades escolar e acadêmica;
- Transmitir os valores jurídicos e sociais que inspiram a história e o funcionamento da Justiça do Trabalho em Mato Grosso do Sul;
- Promover a cidadania e estimular o espírito crítico de estudantes de 2º e 3º graus, desenvolvendo conteúdos sobre os direitos e obrigações do indivíduo na sociedade e no trabalho, e indicando os órgãos tutelares desses direitos.

As ações desenvolvidas em 2012 estão descritas abaixo, tendo atingido 2.965 estudantes:

- 14 palestras em escolas públicas/instituições;
- 8 audiências simuladas, para acadêmicos dos cursos de Direito.

Os resultados do Guia do Trabalhador, das palestras e das audiências simuladas na formação da consciência do trabalhador quanto a seus direitos e, conseqüentemente, na formação da cidadania e prevenção de litígios, são muito difíceis de serem aferidos. Dessa forma, o indicador do objetivo "Número de pessoas beneficiadas na área social" afere a quantidade de pessoas beneficiadas, tendo superado a meta em 2012.

Objetivos estratégicos: “Garantir a atualização da infraestrutura tecnológica” e “Garantir a disponibilidade dos sistemas de informação”.

Projeto estratégico: Atualização da infraestrutura tecnológica.

O projeto previa várias ações, algumas das quais já concluídas nos anos anteriores. Das executadas em 2012, tem-se:

1) Ampliação de links: Implantação concluída. Os resultados foram: 100% das Varas do Trabalho com link de banda larga de 2Mb. O impacto dos resultados dessa ação nos objetivos estratégicos foi a viabilização da implantação do processo judicial eletrônico. Isso viabilizou o objetivo de oferecer à sociedade a implantação do Processo Judicial Eletrônico.

2) Migração para a suíte BROffice: O Comitê Gestor de TI autorizou a migração gradual a partir da distribuição do próximo lote de máquinas. O resultado foi a definição da quantidade de licenças que deverão ser substituídas. O impacto dos resultados dessa ação nos objetivos estratégicos foi o cumprimento do objetivo "Prover a infraestrutura de TI". Os objetivos alcançados com o aperfeiçoamento do serviço ou produto prestado à sociedade foi a economia de orçamento.

3) Renovação do parque de estações de trabalho: Atualizar 1/3 dos equipamentos anualmente: a ação é anual e continua em andamento. O resultado alcançado foi a atualização dos computadores, viabilizando a implantação do sistema de processo eletrônico e cumprindo o objetivo "Garantir a Atualização Tecnológica". O objetivo alcançado foi a melhoria das condições de prestação de serviço ao jurisdicionado.

4) Renovação do parque de impressoras: Atualizar 1/3 dos equipamentos anualmente: a ação é anual e continua em andamento. O resultado alcançado foi a atualização das impressoras, cumprindo o objetivo de "Prover a infra-estrutura de TI", e, conseqüentemente, melhorando as condições de prestação de serviço ao jurisdicionado.

5) Atualização do banco de dados: os equipamentos foram instalados e a versão do banco de dados atualizada. Ação concluída. O resultado foi a atualização da versão do banco de dados de produção, segurança da informação. O impacto positivo também foi de "Prover a infraestrutura de TI", com o conseqüente aumento da segurança da informação na disponibilidade dos serviços ao jurisdicionado.

6) Estruturas de segurança:

- Instalar cofres modulares no prédio da nova sede: ação concluída.
- Implantação do serviço de Service Desk: ação concluída.

Os resultados alcançados foram: a instalação do site backup e a implantação da central de atendimento. O impacto foi em: "Prover a infraestrutura de TI", "Garantir a segurança da informação", "Aprimorar a comunicação com os clientes" e "Adotar as melhores práticas de gestão de serviços de TI". Os objetivos alcançados foram: maior segurança e melhor atendimento dos usuários de TI.

O indicador do objetivo “Índice de aderência às metas de infraestrutura do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI” não atingiu a meta em 2012, haja vista que não foi atingido o Indicador do PETI: “índice de Varas do Trabalho providas de salas técnicas”. O motivo ou justificativa para o não cumprimento da meta estabelecida ou a não execução da ação planejada: segundo o Diretor da TI, a meta não foi atingida devido ao atraso nos projetos de engenharia civil para a construção e reforma de prédios das Varas do Trabalho.

Objetivo estratégico: Melhorar as estruturas físicas de todas as unidades.

Projeto estratégico: Modernização das instalações físicas das unidades da Justiça do Trabalho da 24ª região.

As três obras realizadas e/ou concluídas em 2012 foram:

1) Construção da sede própria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região: A obra teve seu recebimento definitivo efetuado em 18/12/2012, com três itens de ressalva e apresentação da CND da obra (processo 1598/2007, folha 39082, volume CXCVI) os quais estão em fase de resolução pela empresa contratada.

2) Construção da sede própria da Vara de Amambai: obra recebida provisoriamente (processo 4431/2010) e sendo utilizada.

3) Construção da sede própria da Vara de São Gabriel do Oeste: Obra recebida provisoriamente (processo 3089/2009) e sendo utilizada.

As construções das sedes próprias das duas Varas do Trabalho trouxeram grandes benefícios tanto aos juízes e servidores, quanto aos cidadãos, na medida em que resolveram problemas de má instalações nos imóveis anteriores, alugados. Da mesma forma, a conclusão do prédio da nova sede do Tribunal permitiu a melhor instalação de magistrados e servidores, com a conseqüente melhoria do serviço prestado ao cidadão.

Os projetos abaixo não foram executados, tendo sido reprogramados para 2013:

1) Plano de ação para adequação das instalações prediais e mobiliário de forma a atender às normas que regulam o assunto: Os equipamentos necessários para auxiliar a equipe do Núcleo de Manutenção e Projetos - NMP nos levantamentos das informações ainda não foram adquiridos, uma vez que restou prejudicada a aquisição dos itens correspondentes no certame licitatório específico. Nova licitação está em fase de instrução. Segundo informações do chefe da unidade, por conta disso, e considerando, também, o acúmulo de serviço no NMP, principalmente em razão das obras em andamento, o levantamento dos dados de campo ainda não foi realizado.

2) Reforma e adequação do atual prédio-sede para receber as Varas do Fórum Trabalhista: Houve a suspensão temporária do desenvolvimento do Projeto Básico para a contratação dos Projetos Executivos (processo 2003/2010), com aproveitamento do recurso financeiro para aquisição de piso elevado a ser empregado na reforma predial.

3) Contratação de empresa para realizar manutenção permanente dos prédios das Varas do Trabalho e do Tribunal: Em fase de aprovação na DGCA do Projeto Básico (processo 527/2011), sendo que nesta primeira etapa será contratada apenas mão-de-obra para Capital, em face da restrição orçamentária e da necessidade de estudo de alternativas de contratação de serviço (material e mão-de-obra).

4) Construção da sede própria da Vara de Rio Brillante: Foi dada a Ordem de Início de Serviços em janeiro/2013 (processo 3214/2012), com previsão de término em dezembro de 2013 (duração de 11 meses).

Dos indicadores desse objetivo, o "Índice de satisfação com as condições de trabalho" alcançou a meta. Já o "Índice de satisfação com as instalações físicas" não foi alcançado.

Objetivo Estratégico: Buscar prover as unidades com número de servidores compatível com sua demanda.

Projeto Estratégico: Cumprimento da resolução do CSJT que regulamenta a adequação de servidores e de funções comissionadas

Este projeto está no Plano Estratégico do TRT da 24ª Região, porém, é oriundo da Resolução 63 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Conforme o Plano de Ação encaminhado ao CSJT em 2011, a implantação da Resolução na 63/2010 no TRT da 24ª Região se daria em três etapas:

1) Na primeira delas, finalizada em fevereiro de 2012, foram nomeados 56 servidores nos Gabinetes de Desembargadores, nas Varas do Trabalho e nas Centrais de Mandados, além de terem sido feitas supressões de 32 (trinta e duas) funções comissionadas em diversas unidades, necessárias à criação e atribuição das funções preconizadas para os Gabinetes e para as Varas;

2) A segunda fase, prevista para junho de 2012, previa a atribuição de funções FC4 para os Secretários de Audiência, de FC5 para as Chefias de Seção e de FC6 para as Chefias de Núcleos, custeadas por novas supressões a serem levadas a efeito nos apoios administrativo e judiciário.

Essas supressões não foram realizadas, haja vista a transformação dessa fase no encaminhamento de anteprojetos de lei para criação de cargos efetivos, cargos em comissão e de funções comissionadas, oportunizadas por alterações da Resolução nº 63/2010, incluídas pelas Resoluções nº 83/2011 e 118/2012, do CSJT.

3) A terceira e última estava prevista para dezembro de 2012, quando seriam feitas as adequações de nomenclaturas.

No entanto, essa etapa foi postergada, aguardando eventuais alterações na estrutura administrativa do Tribunal a serem implementadas pela nova Administração.

O indicador desse objetivo "Percentual de adequação das unidades à Resolução 63 do CSJT" foi de 88,37%, não atingindo a meta. A implantação das alterações de funções comissionadas preconizadas pela Resolução nº 83/2011 do CSJT é objeto de anteprojeto de lei já aprovado pelo CSJT e tramitando no CNJ: ANTEPROJETO DE LEI 0001743-55.2012.2.00.0000.

Objetivos estratégicos: "Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas com foco nas necessidades da instituição", "Desenvolver programas de formação inicial e continuada de magistrados e servidores, via Escola Judicial" e "Promover meios para motivar e comprometer as pessoas com os objetivos da instituição".

Projeto Estratégico: Formação inicial e continuada de magistrados e servidores.

Foi elaborado e desenvolvido o Plano Pedagógico para o ano de 2012. Os indicadores desses objetivos estratégicos: "Índice de atendimento do programa regional de capacitação permanente do servidor", "Índice de atendimento do programa regional de capacitação inicial e continuada de magistrados" e "Número de ações voltadas para motivação e comprometimento" superaram suas metas.

Objetivo estratégico: Buscar a melhoria contínua do clima organizacional, da qualidade de vida e da satisfação pessoal.

Projeto estratégico: Qualidade de vida

No desenvolvimento do Projeto foram realizadas, em síntese, as seguintes atividades:

Programa de Ginástica Laboral:

- Sessões de ginástica laboral e orientações posturais

- Orientação continuada, através da divulgação de informativos e tutoriais relacionados à ginástica laboral e aos seus benefícios
- Atividades complementares: elaboração e aplicação de questionário aos magistrados e servidores da capital, para otimização do programa e base para futuro Termo de Referência.

Incentivo à prática de atividades físicas:

- Elaboração e divulgação de materiais informativos quanto à importância da prática de atividades físicas.
- Viabilização de grupos de corrida e caminhada com orientação profissional.

Infraestrutura do Gabinete de Saúde:

- Feito levantamento das necessidades para melhor atendimento aos magistrados e servidores, bem como para implantação de mais programas de saúde/qualidade de vida, com apresentação à Comissão de Saúde e demais autoridades competentes.
- Elaboração de mapa de necessidades relacionadas à informatização das atividades do Gabinete de Saúde, encaminhamento ao Comitê Gestor de TI.

Palestras:

- Palestra "Saúde do Homem", com abordagem de temas diretamente relacionados à saúde masculina, bem como métodos de prevenção.
- Palestra "Saúde da Mulher", abordando temas diretamente relacionados à saúde feminina e métodos de prevenção; parte social, com homenagem especial às mulheres do TRT-24.
- Palestra sobre estilo de vida: "Enfrentar os desafios do mundo moderno e conquistar a felicidade é possível?"
- Palestra sobre Qualidade de Vida,

Massoterapia:

- Sessões de massoterapia realizadas na sala de massoterapia da Sede do Tribunal (atividade contínua).
- Programa de Relaxamento Muscular in loco, realizado no próprio local de trabalho dos magistrados e servidores do Fórum Trabalhista Ramez Tebet (contínuo).
- Realização de sessões de massoterapia e orientações relacionadas na Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste.

Canal de Atendimento para apoio à resolução de conflitos no ambiente de trabalho:

- Reuniões para estudo e levantamento de necessidades, bem como para apresentação de propostas.
- Termo de Acordo firmado com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), para realização de estágio supervisionado em Psicologia, com trabalho específico desenvolvido pela UCDB, através de seus professores e acadêmicos.
- Pesquisa para identificação de necessidades, hábitos e perspectivas.

Os indicadores do objetivo estratégico: "Índice de qualidade de vida" e "Índice de satisfação pessoal" superaram a meta.

Objetivo estratégico: Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC.

a) Projeto estratégico: Processo Administrativo Eletrônico:

1) Sistema GestorePae: já implantado. Teve como resultado a implantação do processo administrativo eletrônico. O impacto foi no cumprimento do objetivo "Prover a infraestrutura de TI". O objetivo alcançado foi a racionalização do processo de trabalho.

2) Sistema GestoreWeb já implantado. Igualmente ao sistema anterior, o resultado foi a implantação do processo administrativo eletrônico. O impacto foi no cumprimento do objetivo "Prover a infraestrutura de TI" e o objetivo alcançado foi a racionalização do processo de trabalho

b) Projeto estratégico: Sistema de Informação e Gestão de Recursos Humanos:

O desenvolvimento já foi concluído e o sistema está em fase de homologação e implantação. O resultado foi a implantação do novo sistema. O impacto foi no cumprimento dos objetivos "Garantir a atualização tecnologia" e "Prover a infraestrutura de TI" e o objetivo alcançado foi racionalização do processo de trabalho.

O indicador do objetivo "Satisfação do usuário interno e externo com os sistemas de informação e comunicação" superou a meta.

Objetivo estratégico: Promover a sustentabilidade orçamentária.

Projeto: Gestão Orçamentária Eficiente.

Como os indicadores orçamentários mantinham-se abaixo da meta nos últimos anos, foi desenvolvido o Projeto "Gestão Orçamentária Eficiente" buscando melhorá-los.

O projeto teve por escopo:

- Definição do modelo de cronograma de aplicação de recursos;
- Regulamentação do modelo e periodicidade de envio do cronograma de aplicação de recursos;
- Planejamento da aplicação dos recursos de 2012 a partir do planejamento enviado pelas unidades executoras;
- Acompanhamento dos cronogramas de aplicação de recursos dos responsáveis das unidades executoras;
- Levantamento de possíveis sobras orçamentárias;
- Remanejamento de possíveis sobras orçamentárias;
- Planejamento da aplicação das sobras orçamentárias.

Entretanto, analisando os resultados de 2012, conclui-se que o Projeto foi insuficiente para o alcance do objetivo estratégico.

Em uma análise geral, diante dos resultados de 2012 dos indicadores do Plano Estratégico "Índice de agilidade na instrução dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços" e "Índice de Execução do Orçamento de custeio e de capital disponibilizados, dentro do próprio exercício"; diante dos resultados da Meta 18 de 2012 do Conselho Nacional de Justiça, de "executar até setembro de 2012, pelo menos 60% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal", que também não foi atingida; e diante das conclusões do Projeto estratégico: Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho; em janeiro de 2013 a nova Administração deu início ao Projeto "Gestão Integrada", o qual disciplina a Gestão Orçamentária no âmbito no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com vistas ao cumprimento da Meta 14 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, qual seja: executar 65%

do orçamento até setembro do ano corrente, excluídas as despesas com pessoal; e reestrutura as unidades onde foram identificados os gargalos com reforço de pessoal e de função comissionada. Este projeto está sendo executado em 2013.

Os principais riscos encontrados e que realmente prejudicaram o desenvolvimento dos projetos do Plano Estratégico Regional, e, conseqüentemente, o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal, pode-se considerar a implantação dos grandes projetos nacionais, tais como Processo Judicial Eletrônico e Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão 2º Grau, com início da implantação no 1º Grau. Apesar de sua grande importância para a sociedade e para o cumprimento do Plano Estratégico do Poder Judiciário, muito consumiram os recursos, sobretudo humanos, que seriam destinados aos projetos do Plano Estratégico Regional. Acrescente-se ainda o empenho de recursos para o alcance das Metas Nacionais do Poder Judiciário estabelecidas pelo CNJ. Diante dos recursos limitados, a priorização foi definida pelos órgãos superiores, pouco podendo-se fazer internamente.

Além disso, de uma forma geral, após diagnóstico realizado junto aos gerentes dos projetos estratégicos, constatou-se que os fatores que mais dificultaram a execução dos projetos estratégicos foram:

- 1- Falta de tempo dos gerentes para executar o projeto;
- 2- Falta de delegação de tarefas por parte dos gerentes.
- 3- Carência de pessoal para formar equipes de projeto, de forma que muitos gerentes não tinham colaboradores disponíveis para quem delegar suas atribuições;
- 4- A execução dos projetos estratégicos concorreu, em muitos casos, com as demandas dos projetos nacionais.

Metas Nacionais de 2012:

Como um órgão do Poder Judiciário, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região também deveria cumprir as “Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2012”, editadas pelo Conselho Nacional de Justiça. O Tribunal teve um desempenho total de 50% no seu cumprimento. A seguir são apresentadas as referidas metas, já classificadas entre cumpridas e não cumpridas.

Metas cumpridas: 05 metas.

Nº da Meta	Título da Meta	Área
2	Julgar até 31/dez/2012, pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2008 na Justiça do Trabalho.	Judiciária
3	Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet) com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.	Judiciária
4	Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.	Judiciária
5	Implantar Sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento.	Judiciária
16	Implantar o Processo Judicial Eletrônico – PJe em pelo menos 10% das Varas do Trabalho de cada Tribunal.	Judiciária

Metas não cumpridas: 05 metas.

Nº da Meta	Título da Meta	Área
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os	Judiciária

	distribuídos em 2012.	
14	Implementar PCMSO e PPRA em pelo menos 60% das unidades judiciárias e administrativas.	Administrativa
15	Capacitar, com duração mínima de 20h, 20% dos magistrados e 20% dos servidores, em PJE e em gestão estratégica.	Administrativa
17	Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.	Judiciária
18	Executar até setembro de 2012, pelo menos 60% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal.	Administrativa

Indicadores

Detalhamento de todos os indicadores de desempenho utilizados no Plano Estratégico, inseridos no contexto dos objetivos estratégicos a que estão vinculados, com suas fórmulas de cálculo e respectivos resultados, bem como os projetos a cada um associados estão apresentados no Quadro **“SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT DA 24ª REGIÃO - 2010/2014”**.

O Tribunal não fez análise de todos os seus principais processos de trabalho, razão pela qual não dispõe de indicadores que avaliem a efetividade desses processos.

Faz-se a seguir a apresentação dos indicadores de acompanhamento do Plano Estratégico que podem ser utilizados para avaliar a gestão:

- Satisfação dos usuários com a prestação dos serviços judiciais, a valorização das pessoas e a gestão dos recursos públicos. Resultado de 2012: 80,53% de satisfação. A meta de 76% foi superada.

- Satisfação dos usuários com a qualidade dos serviços oferecidos. Resultado de 2012: 83,20% de satisfação. A meta de 76% foi superada.

- Índice de agilidade na instrução dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços (processos administrativos). Resultado de 2012: 46,59% dos processos foram instruídos dentro dos prazos estabelecidos nos parâmetros adotados no indicador. A meta de 73% não foi atingida.

- Índice de agilidade na aquisição de bens e contratação de serviços (processos administrativos). Resultado de 2012: 94,32% dos processos tiveram a fase de aquisição dentro dos prazos estabelecidos nos parâmetros do indicador. A meta de 73% foi superada.

- Taxa de congestionamento (processo de conhecimento) 1º Grau. Resultado de 2012: 33,4%, superando a meta, que era de 38%.

- Taxa de congestionamento (processo de conhecimento) 2º Grau. Resultado de 2012: 11,3%, superando a meta, que era de 13%.

Índice de agilidade no julgamento no 1º e 2º graus. Subdivide-se em :

- Tempo médio de julgamento dos processos na fase de conhecimento (1º grau): Resultado de 2012: 206 dias, superando a meta que era de 255 dias.

- Tempo médio de trâmite dos processos na fase de execução (1º grau). Resultado de 2012: 645 dias. A meta de 490 dias não foi atingida.

- Tempo médio de julgamento dos processos na fase de conhecimento (2º grau). Resultado de 2012: 105 dias. A meta de 150 dias foi superada.

- Taxa de congestionamento na fase de execução (CNJ). Resultado de 2012: 65,1%, não atingindo a meta, que era de 64%.

- Número de pessoas beneficiadas na área social. Resultado de 2012: 4.465 pessoas foram beneficiadas pelas ações desenvolvidas nas áreas de educação, cidadania e prevenção de litígios. A meta, de 3.105 pessoas, foi superada.

- Índice de aderência às metas de infraestrutura do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI. Resultado de 2012: 75% das metas de infraestrutura do PETI foram atendidas, não atingindo a meta de 80% devido ao não atendimento do “Índice de Varas do Trabalho providas de salas técnicas.”

- Índice de satisfação com as condições de trabalho. Resultado de 2012: 92,38% dos servidores que participaram da pesquisa estão satisfeitos com as condições de trabalho. A meta, de 90%, foi alcançada.

- Índice de satisfação com as instalações físicas. Resultado de 2012: 72,69% dos servidores que participaram da pesquisa estão satisfeitos com as instalações físicas. A meta, de 87%, não foi atingida.

- Percentual de adequação das unidades à Resolução n. 63 do CSJT. Resultado de 2012: 88,37% de adequação. A meta de 90% não foi atingida.

- Índice de execução do orçamento de custeio e de capital disponibilizado. Resultado de 2012: 94,23%. A meta de 98% não foi atingida.

- Índice de execução, dentro do próprio exercício, do orçamento de custeio e capital disponibilizado. Resultado de 2012: 66,66%. A meta de 94% não foi atingida.

- Índice de atendimento do programa regional de capacitação permanente do servidor. Resultado de 2012: 80% dos servidores foram capacitados, superando a meta que era de 60%.

- Índice de atendimento do programa regional de capacitação inicial e continuada de magistrados. Resultado de 2012: 95% dos magistrados foram capacitados, superando a meta que era de 50%.

- Indicador de atingimento de metas estratégicas. Resultado de 2012: 71,42% das metas estratégicas foram atingidas. A meta de 50 % foi superada.

- Satisfação do usuário interno e externo com os sistemas de informação e comunicação. Resultado de 2012: 85,96% dos usuários internos e externos que participaram da pesquisa estão satisfeitos com os sistemas de informação e comunicação. A meta de 76% foi superada.

- Índice de disponibilidade de sistemas on-line. Resultado de 2012: índice médio de 99,43% de disponibilidade dos sistemas on-line. A meta de 98% foi superada.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT DA 24ª REGIÃO - 2010/2014

Visão	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais
<p>Ser reconhecido pela sociedade como uma instituição de excelência na prestação dos serviços judiciais, valorização das pessoas e gestão dos recursos públicos, até 2014.</p>	<p>Satisfação dos usuários com a prestação dos serviços judiciais, a valorização das pessoas e a gestão dos recursos públicos.</p> <p>Fórmula: % de aprovação em pesquisa de satisfação com os públicos interno e externo.</p>	<p>Resultado da pesquisa anual, realizada de 14 a 25 de fevereiro de 2013: 80,53% dos usuários que participaram da pesquisa estão satisfeitos com a prestação dos serviços judiciais, a valorização das pessoas e a gestão dos recursos públicos realizados pelo Tribunal. A meta de 76% foi superada.</p>	<p>Plano Estratégico</p>

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Qualidade e Celeridade	Melhorar os serviços disponibilizados.	<p>Satisfação dos usuários com a qualidade dos serviços oferecidos.</p> <p>Fórmula: % de aprovação em pesquisa de satisfação</p>	<p>Resultado da pesquisa anual, realizada de 14 a 25 de fevereiro de 2013: 83,20% dos usuários que participaram da pesquisa estão satisfeitos com a qualidade dos serviços oferecidos pelo Tribunal. A meta de 76% foi superada.</p>	<p>Otimização dos Serviços Disponibilizados aos usuários externos no portal do Tribunal do Trabalho da 24ª Região – Fase 1.</p>	<p>Desenvolvimento do Projeto:</p> <p>1. Atividade de Regularização do Banco de Dados:</p> <p>a) Processos de execução (para viabilização da emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista pelo TST): atividade integralmente realizada.</p> <p>b) Processos de conhecimento (para a emissão da Certidão de Processos em Trâmite - Resolução nº 121 do CNJ): atividade prejudicada principalmente pela priorização do projeto de implantação do Sistema PJe-JT na 24ª Região, com o conseqüente deslocamento de todos os recursos para consecução de seus objetivos.</p> <p>Além disso, para a emissão da Certidão de Processos em Trâmite, seria necessária a realização de todas as atividades previstas na EAP, algumas envolvendo grande demanda de trabalho para as Varas do Trabalho.</p> <p>Diante também do entendimento da Presidência atual de que a atividade ficou, em parte, superada pelo fato de que o Sistema PJe-JT contemplaria a emissão da referida certidão, a atividade foi suspensa.</p> <p>2. Diagnóstico Serviços: atividade transferida para o ano de 2013, principalmente pela priorização do projeto de implantação do Sistema PJe-JT.</p> <p>Em resumo, as atividades previstas na EAP do referido projeto foram impactadas diretamente pela priorização na implantação do Sistema PJe-JT na 24ª Região, projeto nacional do CSJT.</p> <p>A única atividade que não foi impactada pela mencionada priorização, até porque não houve conflito de cronograma, foi a de regularização do banco de dados para a viabilização da emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista pelo TST (projeto nacional).</p>
					<p>Central de Atendimento ao Cidadão</p>	<p>Central de Atendimento ao Cidadão criada, aprovada pelo Tribunal Pleno. Estão sendo tomadas as providências para sua implantação, a qual ainda não ocorreu por falta de espaço físico e de pessoal.</p> <p>Providenciada o pedido da aquisição do serviço telefônica 0800.</p> <p>A previsão de implantação é para o 1º semestre de 2013.</p>

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Qualidade e Celeridade	Agilizar o trâmite Processual.	<p>Índice de agilidade na instrução dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços (processos administrativos)</p> <p>Fórmula: % de processos de instrução tramitados no prazo padrão, em relação ao total:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 60 dias para concurso e concorrências do tipo empreitada global; - 60 dias para demais concorrências e tomadas de preços dos tipos técnica e técnica e preço; - 45 dias para demais tomadas de preços; - 30 dias para convites e pregão, - 30 dias para dispensa e inexigibilidade 	<p>Em 2012, 46,59% dos processos foram instruídos dentro dos prazos estabelecidos nos parâmetros adotados no indicador. A meta para 2012, de 73%, não foi atingida.</p>	<p>Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho</p>	<p>Projeto compartilhado com o objetivo estratégico "Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços", no qual consta o detalhamento da execução deste projeto.</p> <p>O projeto foi concluído em 2011, porém, não foram implementadas mudanças importantes no processo de trabalho, apontadas na conclusão do Projeto, as quais objetivavam reduzir/minimizar os gargalos identificados no processo de trabalho.</p> <p>O trabalho de aprimoramento dos fluxos dos processos de trabalho deverá ter continuidade no Setor de Gestão de Processos de Trabalho, no Núcleo de Gestão Estratégica, criado em setembro de 2012.</p> <p>Já no início de 2013 foram implementadas mudanças significativas na gestão dos processos envolvidas com esse indicador, focando o aprimoramento da execução orçamentária.</p>
			<p>Índice de agilidade na aquisição de bens e contratação de serviços (processos administrativos)</p> <p>Fórmula: % de processos de aquisição de bens e contratação de serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada global, técnica ou técnica e preço; - 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço; - 60 dias, para demais tomadas de preços; - 50 dias, para convites e pregão, - 8 dias para dispensa e inexigibilidade. 	<p>Em 2012, 94,32% dos processos tiveram a fase de aquisição dentro dos prazos estabelecidos nos parâmetros do indicador. A meta para 2012, de 73%, foi superada.</p>		<p>Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho</p>

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Qualidade e Celeridade	Agilizar o trâmite Processual.	<p>Taxa de congestionamento (processo de conhecimento) 1º e 2º graus</p> <p>Fórmula: $1 - (\text{total de processo baixados} / \text{casos novos} + \text{casos pendentes})$ FÓRMULA DO SIESPJ (JUSTIÇA EM NÚMEROS) - Res. Nº 76/2009 do CNJ</p>	<p>Indicador anual. Em 2012, a taxa de congestionamento na fase de conhecimento (1º grau) foi de 33,4%, superando a meta, que era de 38%.</p> <p>Indicador anual. Em 2012, a taxa de congestionamento na fase de conhecimento (2º grau) foi de 11,3%, superando a meta, que era de 13%.</p>	<p>Qualidade, eficiência e agilidade na tramitação dos processos judiciais</p>	<p>Projeto com andamento prejudicado por incompatibilidade com o avanço do PJE.</p>
			<p>Índice de agilidade no julgamento no 1º e 2º graus</p> <p>Fórmula: Na fase de conhecimento: do protocolo à baixa do conhecimento; Na fase de execução: do trânsito em julgado à baixa</p>	<p>No ano de 2012, o tempo médio de julgamento dos processos na fase de conhecimento (1º grau) foi de 206 dias, superando a Meta para 2012, de 255 dias. Informamos que para aferição do resultado, levou-se em conta apenas o prazo do rito ordinário.*</p> <p>No ano de 2012, o tempo médio de trâmite dos processos na fase de execução (1º grau) foi de 645 dias. A Meta para 2012 era de 490 dias, portanto, não atingida. Informamos que para aferição do resultado, levou-se em conta apenas o prazo do rito ordinário – empresas privadas.*</p> <p>No ano de 2012 o tempo médio de julgamento dos processos na fase de conhecimento (2º grau) foi de 105 dias. A meta para 2012 era de 150 dias. Meta superada.*</p> <p>Memória de Cálculo: *Dados extraídos: sistema E-Gestão.</p>	<p>Processo Judicial Eletrônico</p>	<p>Os indicadores deste objetivo apresentam atualmente estes resultados. Contudo, o projeto principal, "Processo Judicial Eletrônico", que alavancará o objetivo estratégico, é compartilhado e está descrito no objetivo "Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC". Projeto gerenciado pelo TST/CSJT.</p>

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
	Acesso à Justiça e Efetividade	Facilitar o acesso à justiça.	Acesso à Justiça por meio eletrônico Fórmula: Percentual do total de petição eletrônico / total de petições.	No ano de 2012 o índice alcançado no foi de 33,47% . Dessa forma, a meta para 2012 (25%) foi superada . Memória de Cálculo: Dados obtidos pelos sistemas Judice e E-Doc.	Processo Judicial Eletrônico	O projeto principal, "Processo Judicial Eletrônico", tem seu desenvolvimento conforme descrito no objetivo "Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC". Esse indicador vai aumentar gradativamente, à medida em que é instalado o PJE.
SOCIEDADE	Acesso à Justiça e Efetividade	Melhorar a efetividade na execução.	Taxa de congestionamento na fase de execução (CNJ) Fórmula: 1- (processos de execução baixados/(casos novos+pendentes de execução+execuções judiciais+execuções pendentes)), no primeiro grau de jurisdição.	Indicador anual. Em 2012, a taxa de congestionamento na fase de execução (1º grau) foi de 65,1%, não atingindo a meta , que era de 64%.	Informações sociais de executados	Desenvolvimento do Projeto: a) Foi celebrado convênio com a REDE INFOSEG e está operacional para todas as Varas do Trabalho da 24ª Região e demais setores interessados. b) Convênios com o IAGRO e CAGED pendentes de realização. c) Convênios com a ANOREG e Cartório de Notas pendentes de realização. As principais dificuldades encontradas para a realização deste projeto são: i) o gerente do projeto assumiu a responsabilidade pela Coordenação Judiciária do Tribunal, o que impossibilitou a administração do projeto em conjunto com as atividades da Secretaria; ii) a indisponibilidade de tempo em 2012 para trabalhar os projetos internos (do planejamento estratégico) em face da simultaneidade da realização dos projetos nacionais (CNJ, CSJT, TST e CGJT), os quais têm caráter prioritário. iii) a falta de recursos humanos para auxiliar a gerência dos projetos.
			Taxa de congestionamento na fase de execução, com inclusão dos dados referentes aos processos em arquivo provisório e em execução fiscal e previdenciária Fórmula: 1-(execuções baixadas)/(execuções pendentes), no primeiro grau de jurisdição. Na fórmula serão consideradas para os processos baixados e pendentes as execuções trabalhistas, fiscais, previdenciárias e em arquivo provisório.	Indicador aglutinado ao "Taxa de congestionamento na fase de execução (CNJ)", conforme deliberação da 2ª Reunião de Análise da Estratégia.		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Responsabilidade Social	Desenvolver programas de responsabilidade social.	Número de ações desenvolvidas na área ambiental	No 1º semestre de 2012 foi implementada uma nova ação na área ambiental, atingindo a meta para 2012.	Gestão Ambiental	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011. No ano de 2012, foi entregue ao gerente do Projeto o cálculo da quantidade de mudas a serem plantadas e foi aprovada pela Assessoria da Diretoria Geral de Coordenação Administrativa a minuta do Termo de doação das mudas pela Águas Guariroba, o qual será assinado quando da liberação do plantio. O plantio será realizado na época própria, haja vista a necessidade de se aproveitar o período das chuvas.
			Número de pessoas beneficiadas na área social	No ano de 2012, foram beneficiadas pelas ações desenvolvidas nas áreas de educação, cidadania e prevenção de litígios 4.465 pessoas. A meta para 2012, de 3.105 pessoas, foi superada .	Educação, Trabalho e Justiça	Foi elaborado e impresso o Guia do Trabalhador. Foi realizado o evento de lançamento e foram distribuídos 1.500 exemplares em 2012. A Carta de Serviços está sobrestada, até que seja instalada a Central de Atendimento ao Cidadão, haja vista que no conteúdo da Carta estarão relacionados também os serviços oferecidos pela Central. Ações realizadas no ano de 2012: <ul style="list-style-type: none"> • 14 palestras em escolas públicas/instituições; • 8 audiências simuladas;

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Infraestrutura	Garantir a atualização da infraestrutura tecnológica.	<p>Índice de aderência às metas de infraestrutura do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI</p> <p>Fórmula: número de metas atingidas/nº de metas propostas</p>	<p>Memória de Cálculo:</p> <p>Indicador (PETI v2): índice de varas do trabalho providas de salas técnicas: resultado: não atingido.</p> <p>Indicador (PETI v2): índice de atualidade de equipamentos: resultado: atingido</p> <p>Indicador (PETI v2): índice de atualidade dos equipamentos servidores: resultado: atingido</p> <p>Indicador (PETI v2): índice de Varas do Trabalho alinhadas à RES CNJ 90/2009: resultado: atingido</p> <p>Resultado no ano de 2012: Índice de aderência às metas de infraestrutura do PETI: 75%, pois 3 metas foram atingidas, das 4 propostas, o que significa que a meta do indicador para 2012, de 80% de aderência, não foi atingida.</p> <p>Fonte de dados: e-mail da STI, retirado do relatório de prestação de contas dos indicadores do PETI.</p>	Atualização da infraestrutura tecnológica	Projeto compartilhado com o objetivo estratégico: Garantir a disponibilidade dos sistemas de informação.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
ROCESSOS INTERNOS	Infraestrutura	Melhorar as estruturas físicas de todas as unidades.	<p>Índice de satisfação com as condições de trabalho</p> <p>Fórmula: % entre avaliações positivas quanto às condições de trabalho / pelo total de avaliações nestes itens da pesquisa</p>	<p>Resultado da pesquisa anual de satisfação, realizada de 14 a 25 de fevereiro de 2013: 92,38% dos servidores que participaram da pesquisa estão satisfeitos com as condições de trabalho. A meta, de 90%, foi alcançada.</p> <p>(CONDIÇÕES DE TRABALHO: limpeza, recursos de TI, material de consumo.)</p>	<p>Modernização das instalações físicas das unidades da Justiça do Trabalho da 24ª região</p>	<p>Projetos executados em 2012:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Construção da sede própria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região: A obra teve seu recebimento definitivo efetuado em 18/12/2012, com três itens de ressalva e apresentação da CND da obra (processo 1598/2007, folha 39082, volume CXCVI) os quais estão em fase de resolução pela empresa contratada. 2) Construção da sede própria da Vara de Amambaí: Obra já recebida provisoriamente (processo 4431/2010) e já sendo utilizada. 3) Construção da sede própria da Vara de São Gabriel do Oeste: Obra já recebida provisoriamente (processo 3089/2009) e sendo utilizada. <p>Projetos não executados, reprogramados para 2013:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Plano de ação para adequação das instalações prediais e mobiliário de forma a atender às normas que regulam o assunto. Os equipamentos necessários para auxiliar a equipe do Núcleo de Manutenção e Projetos nos levantamentos das informações ainda não foram adquiridos, uma vez que restou prejudicada a aquisição dos itens correspondentes no certame licitatório específico. Nova licitação está em fase de instrução. Por conta disso, e considerando, também, o acúmulo de serviço no NMP, principalmente em razão das obras em andamento, o levantamento dos dados de campo ainda não foram realizados. 2) Reforma e adequação do atual prédio-sede para receber as varas do fórum trabalhista. Houve a suspensão temporária do desenvolvimento do Projeto Básico para a contratação dos Projetos Executivos (processo 2003/2010), com aproveitamento do recurso financeiro para aquisição de piso elevado a ser empregado na reforma predial. 3) Contratação de empresa para realizar manutenção permanente dos prédios das Varas do Trabalho e TRT Em fase de aprovação na DGCA do Projeto Básico (processo 527/2011), sem que nesta primeira etapa, serão contratados apenas mão-de-obra para Capital, em face da restrição orçamentária e da necessidade de estudo de alternativas de contratação de serviço (material e mão-de-obra). 4) Construção da sede própria da Vara de Rio Brillante Foi dada a Ordem de Início de Serviços em janeiro/2013 (processo 3214/2012), com previsão de término em dezembro de 2013 (duração de 11 meses).

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Infraestrutura	Melhorar as estruturas físicas de todas as unidades.	<p>Índice de satisfação com as instalações físicas</p> <p>Fórmula: grau de satisfação (%), detectado através de pesquisa de satisfação.</p>	<p>Resultado da pesquisa anual de satisfação, realizada de 14 a 25 de fevereiro de 2013: 72,69% dos servidores que participaram da pesquisa estão satisfeitos com as instalações físicas. A meta, de 87%, não foi atingida.</p> <p>(INSTALAÇÕES FÍSICAS: móveis, espaço físico, iluminação, temperatura e conforto.)</p>	<p>Modernização das instalações físicas das unidades da Justiça do Trabalho da 24ª região</p>	<p>Programa compartilhado com o indicador estratégico: Índice de satisfação com as condições de trabalho, retro citado, no qual consta o detalhamento deste programa.</p>

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Atuação Institucional	Aperfeiçoar a comunicação interna e externa.	<p>Número de canais de comunicação institucional efetivos</p> <p>Fórmula: Σ de canais de comunicação que o Tribunal utiliza</p>	<p>No ano de 2012, o Tribunal utilizou-se dos seguintes canais de comunicação: TV, rádio, blog, intranet, internet, jornal mural e, recentemente, o Twitter, por meio dos quais divulga seus produtos, tais como, informativo eletrônico, vídeos institucionais, releases, entre outros. Sua meta para 2012, que é de utilizar oito canais de comunicação, não foi cumprida.</p>	<p>Central de Atendimento ao Cidadão</p>	<p>Central de Atendimento ao Cidadão criada, aprovada pelo Tribunal Pleno. Estão sendo tomadas as providências para sua implantação, a qual ainda não ocorreu por falta de espaço físico e de pessoal.</p> <p>Providenciada o pedido da aquisição do serviço telefônica 0800.</p> <p>A previsão de implantação é para o 1º semestre de 2013.</p>
		Ampliar parcerias com outras instituições.	<p>Parcerias estratégicas</p> <p>Fórmula: Σ das parcerias externas que contribuem diretamente para o alcance de uma meta estratégica</p>	<p>No 1º semestre de 2012, o Tribunal firmou 7 (sete) Acordos de Cooperação Técnica, superando a meta prevista para 2012, que era de 1 parceria.</p>	<p>Informações sociais de executados</p>	<p>Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.</p>
		Fortalecer a imagem institucional.	<p>Índice de inserções institucionais na mídia</p> <p>Fórmula: Σ de inserções nas diversas mídias no período</p>	<p>O número de inserções institucionais na mídia no ano de 2012 foi de 782, incluindo Rádio, TV, internet. A meta para 2012, de 253 inserções, foi superada.</p>	<p>Comunicação Estratégica</p>	<p>Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.</p> <p>O alto número de inserções em 2012, deveu-se aos diversos acontecimentos com cobertura da mídia local e nacional, dentre eles o lançamento do PEJ-JT.</p>

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Eficiência Operacional	Buscar uniformização na realização dos procedimentos de execução.	<p>Procedimentos de execução analisados e/ou uniformizados</p> <p>Fórmula: Número de procedimentos analisados e/ou uniformizados</p>	Com a execução, em 2010, do Projeto de Identificação, Mapeamento e Redesenho do Processo Trabalhista de 1º grau, desde o protocolo da ação até o final da fase de execução, todo o fluxo de 1º grau foi analisado e uniformizado, superando a meta até 2014, que era de analisar e/ou uniformizar 8 procedimentos de execução até 2014, embora esse não seja o projeto principal dessa meta.	Central de boas práticas em processos de execução	Este projeto foi aglutinado ao projeto Qualidade, Eficiência e Agilidade na tramitação dos Processos Judiciais – 1º Grau. Todo este projeto restou prejudicado pelo avanço do PJE.
		Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços.	<p>Procedimentos aprimorados e/ou uniformizados</p> <p>Fórmula: Somatória do número de procedimentos analisados e/ou reestruturados</p>	Meta superada desde 2010, haja vista que estavam previstos 10 procedimentos (processos de trabalho) aprimorados e/ou uniformizados, até 2014 e foram mapeados e analisados 2 macroprocessos, quais sejam, Processo de Contratação de Bens e Serviços e Processo de Reclamação Trabalhista, da distribuição até a execução, os quais contêm mais que 10 processos de trabalho em todo o seu fluxo.	Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho	No desenvolvimento dos trabalhos, foram estudados e analisados os métodos e processos de trabalho das áreas judiciárias (Processo Ação Trabalhista – 1º Grau) e administrativa (Processo de aquisição e fornecimento de materiais e serviços), os quais foram analisados e redesenhados, desburocratizados, com a simplificação de procedimentos e eliminação ou redução de rotinas de retrabalho e gargalos, na medida do possível, tendo sido disponibilizados os respectivos fluxogramas e manuais de procedimentos. Este trabalho foi concluído no ano de 2011. Este trabalho terá continuidade com a criação do Setor de Processos de Trabalho, dentro do Núcleo de Gestão Estratégica, em setembro de 2012.
		Buscar prover as unidades com número de servidores compatível com sua demanda.	<p>Percentual de adequação das unidades à Resolução n. 63 do CSJT</p> <p>Fórmula: Soma do percentual de adequação das unidades dividido pelo número de unidades</p>	No ano de 2012, o percentual de adequação das unidades à Resolução 63 do CSJT foi de 88,37%, ainda não atingindo a meta para 2012, que era de 90% de adequação.	Cumprimento da resolução do CSJT que regulamenta a adequação de servidores e de funções comissionadas	A implantação das alterações de funções comissionadas preconizadas pela Resolução nº 83/2011 do CSJT é objeto de anteprojeto de lei já aprovado pelo CSJT e tramitando no CNJ: ANTEPROJETO DE LEI 0001743-55.2012.2.00.0000.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Orçamento	Promover a sustentabilidade orçamentária.	Índice de execução do orçamento de custeio e de capital disponibilizado Fórmula: % entre o valor executado e o valor total do orçamento disponibilizado	<p>O percentual executado foi de 94,23%. A meta para 2012 era de 98%. Meta não atingida.</p> <p>Memória de Cálculo informada pelo Diretor do SOF: . Dotação autorizada = R\$ 15.301.475,00 . Orçamento Executado = R\$ 14.418.827,74 .Resultado: $(14.418.827,74)/(15.301.475,00) = 94,23\%$</p>	Gestão orçamentária eficiente	A primeira etapa do projeto foi concluída em 2010. A segunda etapa do projeto foi iniciada no segundo semestre de 2011 e encerra-se em fevereiro de 2013, não tendo sido suficiente para melhorar significativamente a execução do orçamento em 2012.
			Índice de execução, dentro do próprio exercício, do orçamento de custeio e capital disponibilizado Fórmula: Percentual entre o valor do orçamento executado dentro do próprio exercício e o valor do orçamento total disponibilizado. Obs. Do orçamento executado deve ser excluído o valor inscrito em restos a pagar.	<p>O percentual executado no ano de 2012 foi de: 66,66% A meta para 2012 era de 94%. Meta não atingida.</p> <p>Memória de Cálculo informada pelo Diretor do SOF: . Dotação autorizada = R\$ 15.301.475,00 . Orçamento Executado dentro do exercício = R\$ 10.200.198,60 .Resultado: $(10.200.198,60)/(15.301.475,00) = 66,66\%$</p>		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Orçamento	Promover a sustentabilidade orçamentária.	Índice de execução do orçamento estratégico Fórmula: % entre os valores executados nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal fim	<p>○ percentual do orçamento estratégico executado: 96,10% A meta para 2012 de 100% de não foi atingida.</p> <p>Memória de Cálculo informada pelo Diretor do SOF: Total do orçamento estratégico disponibilizado = R\$ 3.768.366,98 Valor executado = R\$ 3.621.493,73 Resultado: $(3.621.493,73)/(3.768.366,98)=96,10\%$</p> <p>Obs. Nestes valores executados estão incluídos os valores inscritos em Restos a Pagar.</p>	Gestão orçamentária eficiente	
			Índice de orçamento estratégico Fórmula: % entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o valor total do orçamento de custeio e de capital disponibilizado	<p>○ percentual destinado pelo órgão para as iniciativas estratégicas até o final de agosto foi de 24,62%. A meta para 2012 era de 26%, não atingida.</p> <p>Memória de Cálculo informada pelo Diretor do SOF: Valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas = R\$ 3.768.366,98 Total do orçamento de custeio e de capital disponibilizado = R\$ 15.301.475,00 Resultado: $(3.768.366,98)/(15.301.475,00)=24,62\%$.</p>		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Gestão de Pessoas	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas com foco nas necessidades da instituição.	Índice de atendimento do programa regional de capacitação permanente do servidor (COMPARTILHADO) Fórmula: Total de servidores capacitados sobre o total de servidores	Em 2012 foram capacitados 80% dos servidores, superando a meta prevista para 2012, que era de 60%.	Formação inicial e continuada de magistrados e servidores	Foi elaborado e desenvolvido o Plano Pedagógico para o ano de 2012.
		Desenvolver programas de formação inicial e continuada de magistrados e servidores, via Escola Judicial.	Índice de atendimento do programa regional de capacitação inicial e continuada de magistrados Fórmula: Total de magistrados capacitados sobre total de magistrados do quadro	Em 2012 foram capacitados 95% dos magistrados, superando a meta prevista para 2012, que era de 50%.		
			Índice de atendimento do programa regional de capacitação permanente do servidor (COMPARTILHADO) Fórmula: Total de servidores capacitados sobre o total de servidores	Em 2012 foram capacitados 80% dos servidores, superando a meta prevista para 2012, que era de 60%.		
		Promover meios para motivar e comprometer as pessoas com os objetivos da instituição.	Indicador de atingimento de metas estratégicas. Fórmula: Percentual de metas estratégicas alcançadas sobre o total de metas estratégicas definidas	Indicador anual. Resultado de 2012: 71,42% das metas estratégicas foram atingidas. A meta, de 50 % foi superada .		
		Número de ações voltadas para motivação e comprometimento	Em 2012 foram realizadas três ações voltadas para motivação e comprometimento, superando a meta para 2012, que era de 2 ações.			

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
		<p>Buscar a melhoria contínua do clima organizacional, da qualidade de vida e da satisfação pessoal.</p>	<p>Índice de qualidade de vida Fórmula: Percentual de atendimento dos itens estabelecidos para aferição da qualidade de vida. (Atendimento positivo de 40% dos itens estabelecidos para aferir a qualidade de vida: a) alimentação saudável; b) prática de exercícios físicos; c) proximidade aceitável do peso ideal, conforme idade e altura; d) hábitos saudáveis; e) higiene mental; f) prática de lazer ou hobby; g) leitura; h) atividade religiosa ou espiritual, através de instituição ou independente.). A mensuração ocorrerá através de pesquisas anualmente realizadas com servidores e magistrados.</p>	<p>Resultado da pesquisa anual, realizada de 14 a 25 de fevereiro de 2013: pelo menos 67,30 % dos servidores que participaram da pesquisa atendem aos 5 itens mencionados na questão. Observe-se que atender a, pelo menos, 2 desses itens já seria suficiente para considerar que a pessoa tem qualidade de vida. A meta para 2012, de 30%, foi superada.</p>	<p>Qualidade de vida</p>	<p>Foram realizadas, em síntese, as seguintes atividades:</p> <p>Programa de Ginástica Laboral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sessões de ginástica laboral e orientações posturais; - Orientação continuada, através da divulgação de informativos e tutoriais relacionados à ginástica laboral e aos seus benefícios; - Atividades complementares: elaboração e aplicação de questionário aos magistrados e servidores da capital, para otimização do programa e base para futuro Termo de Referência. <p>Incentivo à prática de atividades físicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e divulgação de materiais informativos quanto à importância da prática de atividades físicas; - Viabilização de grupos de corrida e caminhada com orientação profissional. <p>Infraestrutura do Gabinete de Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Feito levantamento e encaminhamento das necessidades para melhor atendimento aos magistrados e servidores, bem como para implantação de mais programas de saúde/qualidade de vida; elaborado e encaminhado o mapa das necessidades de informatização do Gabinete de Saúde; <p>Palestras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Palestras "Saúde do Homem" e "Saúde da Mulher", com abordagem de temas diretamente relacionados à saúde masculina e feminina, respectivamente, bem como métodos de prevenção. - Palestra sobre estilo de vida. - Palestra sobre Qualidade de Vida, <p>Massoterapia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sessões de massoterapia realizadas na sala de massoterapia da Sede do Tribunal (atividade contínua). - Programa de Relaxamento Muscular <i>in loco</i>, realizado no próprio local de trabalho dos magistrados e servidores do Fórum Trabalhista Ramez Tebet (contínuo). <p>Canal de Atendimento para apoio à resolução de conflitos no ambiente de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões para estudo e levantamento de necessidades, bem como para apresentação de propostas; - Termo de Acordo firmado com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), para realização de estágio supervisionado em Psicologia, com trabalho específico desenvolvido pela UCDB; - Pesquisa para identificação de necessidades, hábitos e perspectivas.
			<p>Índice de satisfação pessoal Fórmula: mensuração através de pesquisa anualmente realizada com servidores e magistrados, contendo duas perguntas fundamentais: 1. você está satisfeito com a vida que tem? 2. Você está satisfeito com o trabalho que tem? As respostas deverão indicar percentual de 0 a 100%). Cálculo: resposta positiva em pelo menos 50% nas duas perguntas programadas, sendo considerada a resposta do indicador através da seguinte fórmula: resposta 1 + resposta 2 em percentuais, dividido por dois.</p>	<p>Resultado da pesquisa anual, realizada em fevereiro de 2013: 69,23% dos servidores que participaram da pesquisa possuem grau de satisfação pessoal, conforme os parâmetros adotados pelo indicador. A meta para 2012 (45%) foi superada.</p>		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
APRENDIZADO E CRESCIMENTO Tecnologia da Informação e Comunicação		Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC.	Renovação/atualização dos sistemas de TIC Fórmula: N° de sistemas que receberam novas funcionalidades ou foram criados/n° total de sistemas	Este indicador foi retirado do PETI, com aprovação do Egrégio Tribunal Pleno. Em razão disso, estão em estudo novos parâmetros para este indicador, os quais serão analisados na próxima Reunião de Análise da Estratégia.	Processo Judicial Eletrônico	O sistema PJe, em 2012, foi implantado nas Varas do Trabalho de: - Ponta Porá, em 20/07/2012; - São Gabriel do Oeste, em 21/09/2012 - Amambaí, em 31/10/2012 e - Mundo Novo, em 28/11/2012 e no 2º grau de jurisdição do Tribunal.
			Satisfação do usuário interno e externo com os sistemas de informação e comunicação. Fórmula: % avaliações positivas / pelo total de avaliações nestes itens da pesquisa de satisfação	Resultado da pesquisa anual , realizada em fevereiro de 2013: 85,96% dos usuários internos e externos que participaram da pesquisa estão satisfeitos com os sistemas de informação e comunicação. A meta para 2012 (76%) foi superada .	Processo Administrativo Eletrônico	- sistema GestorePae já implantado - sistema GestoreWeb já implantado.
					Sistema de Informação e Gestão de Recursos Humanos	- o desenvolvimento do sistema já foi concluído; - o sistema está em fase de homologação e implantação.
					Gestão de Patrimônio	Projeto concluído em 2010.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Tecnologia da Informação e Comunicação	Garantir a disponibilidade dos sistemas de informação.	<p>Índice de disponibilidade de sistemas on-line</p> <p>Fórmula: Tempo de indisponibilidade / tempo total do período</p>	<p>No ano de 2012 foi apurado o índice médio de 99,43% de disponibilidade dos sistemas on-line.</p> <p>A meta para 2012 (98%) foi superada.</p>	<p>Atualização da infraestrutura tecnológica</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliação de links: <ul style="list-style-type: none"> • Implantação concluída. 2. Migração para a suíte BOffice: <ul style="list-style-type: none"> • O Comitê Gestor de TI autorizou a migração gradual a partir da distribuição do próximo lote de máquinas. 3. Renovação do parque de estações de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> • Atualizar 1/3 dos equipamentos anualmente: a ação é anual e continua em andamento. 4. Renovação do parque de impressoras: <ul style="list-style-type: none"> • Atualizar 1/3 dos equipamentos anualmente: a ação é anual e continua em andamento. 5. Atualização do banco de dados: <ul style="list-style-type: none"> • Os equipamentos foram instalados e a versão do banco de dados atualizada. Ação concluída. 6. Estruturas de segurança: <ul style="list-style-type: none"> • Instalar cofres modulares no prédio da nova sede: Ação concluída. 7. Implantação do serviço de Service Desk: <ul style="list-style-type: none"> • Ação concluída.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA

A Secretaria da Corregedoria, em cumprimento às disposições regulamentares, coordenou e orientou os trabalhos da Corregedoria Regional, recebendo, atuando e dando andamento aos processos relacionados com a atividade correicional da 1ª Instância da Justiça do Trabalho da 24ª Região, cumprindo e fazendo cumprir os atos e as determinações do Desembargador Corregedor.

ATIVIDADES DA UNIDADE REALIZADAS DURANTE O ANO DE 2012:

- Realização de correições ordinárias nos órgãos de 1º grau em apoio ao Desembargador corregedor
- Elaboração das atas das correições ordinárias
- Publicação das atas das correições no DEJT
- Disponibilização das atas das correições no sitio do TRT/24ª Região
- Divulgação das atas das correições ordinárias perante os magistrados de 1º grau e as secretarias das varas do trabalho
- Processamento das ações que tramitam somente na secretaria, como correições parciais, pedidos de providências e reclamações disciplinares em face de juiz de primeiro grau;
- Assessoramento na elaboração da normatização interna visando regulamentar situações jurídicas que envolvam os trabalhos dos juízos de primeiro grau, tais como provimentos, recomendações, orientações
- Acompanhamento dos convênios firmados com o Detran/MS, Sistema Bacen-Jud e protocolo postal
- Secretariar a comissão permanente de vitaliciamento de juízes
- Decisões quanto à vinculação de magistrados para julgamento de processos
- Elaboração das minutas de despachos e decisões do Corregedor Regional
- Expedição de certidões para fins de instrução de processos de promoção, remoção, permuta de juízes de primeiro grau e centralização da coleta de dados para a avaliação do desempenho nas promoções por merecimento, conforme art. 12 da Resolução nº 106/2010 do Conselho Nacional de Justiça
- Recebimento e encaminhamento dos processos em trâmite nas Varas do Trabalho para os juízes substitutos que estão em outras unidades jurisdicionais da 24ª região, para fins de prolação de sentença ou de devolução do processo com a sentença já prolatada, nos termos do ATO GP nº 78/2007 e orientação SECOR nº 1/2007

AÇÕES QUE TRAMITARAM PERANTE ESTA SECRETARIA

CORREIÇÃO PARCIAL - CorPar	
RECEBIDOS NO ANO	10
SOLUCIONADOS NO ANO	10
PENDENTES DE SOLUÇÃO	0

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA - PP	
RECEBIDOS NO ANO	116
SOLUCIONADOS NO ANO	115
PENDENTES DE SOLUÇÃO	001

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR – RclDisc	
RECEBIDOS NO ANO	0
SOLUCIONADOS NO ANO	0
PENDENTES DE SOLUÇÃO	0

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PADM	
RECEBIDOS NO ANO	0
SOLUCIONADOS NO ANO	0
PENDENTES DE SOLUÇÃO	0

CORREIÇÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS

A Secretaria da Corregedoria, elaborou a programação das Correições Ordinárias dos Órgãos de Primeiro Grau, bem como as respectivas Atas e suas publicações no DEJT, disponibilizando-as no sítio do TRT/24ª Região.

VARAS	DATA
1ª Vara do Trabalho de Dourados	15.02.12
2ª Vara do Trabalho de Dourados	16.02.12
Foro Trabalhista de Dourados	16.02.12
Foro Três Lagoas	06.03.12
1ª Três Lagoas	06.03.12
2ª Três Lagoas	07.03.12
Vara do Trabalho de Rio Brilhante	12.03.12
Vara do Trabalho de Fátima Do Sul	13.03.12
Vara do Trabalho de Jardim	17.04.12
Vara do Trabalho de Aquidauana	18.04.12
Vara do Trabalho de Paranaíba	19.06.12
Vara do Trabalho de Cassilândia	20.06.12
Vara do Trabalho de Bataguassu	26.06.12
Vara do Trabalho de Nova Andradina	27.06.12
Vara do Trabalho de Coxim	12.07.12
Vara do Trabalho de Corumbá	20/21.ago.12
Vara do Trabalho de Mundo Novo	30.08.12
Vara do Trabalho de Naviraí	31.08.12
Vara do Trabalho de São Gabriel Do Oeste	04.09.12
1ª Vara do Trabalho de Campo Grande	10.09.12
2ª Vara do Trabalho de Campo Grande	11.09.12
3ª Vara do Trabalho de Campo Grande	12.09.12
4ª Vara do Trabalho de Campo Grande	13.09.12
5ª Vara do Trabalho de Campo Grande	17.09.12
6ª Vara do Trabalho de Campo Grande	18.09.12
Foro Trabalhista de Campo Grande	18.09.12
7ª Vara do Trabalho de Campo Grande	19.09.12
Vara do Trabalho de Ponta Porã	20.11.12
Vara do Trabalho de Amambai	21.11.12

NORMATIZAÇÃO INTERNA

No ano de 2012 foram expedidos 04(quatro) Provimentos, 05 (cinco) Recomendação e 03 (três) orientações, a seguir relacionados:

PROVIMENTOS EXPEDIDOS	
Nº/ANO	ASSUNTO
01/2012	Acrescenta dispositivos ao Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 24ª região, o qual dispõem sobre a necessidade, na autuação das ações originárias de competência da Justiça do Trabalho da 24ª Região, do registro do número de inscrição das partes no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
02/2012	Altera dispositivo do art. 2º do Provimento nº 01/2012 do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 24ª Região.
03/2012	Altera dispositivos do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 24ª Região, na parte que dispõe sobre Processamento Eletrônico de Cartas Precatórias.
04/2012	Revoga o Provimento nº 01/2012, que dispõe sobre a necessidade de cadastramento das partes com registro do número de inscrição junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS	
Nº/ANO	ASSUNTO
01/2012	RECOMENDAR aos Excelentíssimos Juízes de primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região que, ao aplicarem o instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica do executado, observem a Recomendação TRT/SECOR Nº 001/2010, que determina a citação dos sócios acerca de sua responsabilidade patrimonial, e adotem a prática de reautuação do processo, a fim de fazer constar dos registros informatizados e da capa dos autos o nome da pessoa física que responderá pelo débito trabalhista.
02/2012	RECOMENDAR aos Excelentíssimos Juízes de primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região que procedam à intimação do exequente, ou mesmo de ofício, dêem andamento aos processos suspensos, promovam a localização de bens suscetíveis de penhora, de modo a buscar, com a desejada presteza, a satisfação da sanção jurídica, com respaldo no art. 878 da CLT, arts. 599 a 601 do CPC, e no inciso III do art. 77 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da justiça do Trabalho.
03/2012	RECOMENDAR aos Excelentíssimos Juízes de primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região que concedam especial dedicação na tramitação do procedimento sumaríssimo, a fim de reduzir substancialmente o prazo de andamento processual, de 146 dias no ano de 2010, para aproximá-lo do prazo de 15 dias, previsto no artigo 852-B, inciso III, da CLT, em observância ao princípio da razoável duração do processo e celeridade de sua tramitação .
04/2012	RECOMENDAR aos Excelentíssimos Juízes de primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região que antes de determinarem a citação por edital tentem, utilizando os convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, como o INFOJUD e o INFOSEG, confirmar o endereço ou descobrir o paradeiro da parte a ser citada.
05/2012	RECOMENDAR aos Excelentíssimos Juízes de primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região que quando determinarem a apreensão de valores ou objetos valiosos, o bloqueio ou a transferência deles, solicite aos detentores dos bens que informem os respectivos proprietários e seus endereços, quando se tratar de desconhecidos, revéis ou citados por edital.

ORIENTAÇÕES EXPEDIDAS	
Nº/ANO	ASSUNTO
01/2012	ORIENTAR os Juízes Titulares e Juízes Substitutos, designados para auxiliar na mesma Vara do Trabalho, que somem seus esforços no sentido de atuarem no maior número possível de litígios, importando acréscimo quantitativo na resolução de processos, somando as funções judicantes que lhes são inerentes, com mecanismos que assegurem a redução do número de processos pendentes nas fases de conhecimento e execução, de forma a garantir a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional.
02/2012	ORIENTAR os Juízes de primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região que empreendam esforços redobrados com a adoção de medidas que objetivem maior efetividade e celeridade na fase executiva, que promovam audiências de conciliação em processos na fase de execução, em observância ao inciso II do art. 77 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, e adotem medidas concretas e eficazes que motive a redução quantitativa de processos na fase de execução.
03/2012	ORIENTAR as Varas do Trabalho da 24ª Região da necessidade de incluírem nos mandados e/ou outros expedientes utilizados para a citação de devedores, a advertência de que decorrido o prazo legal sem a quitação do débito terão os seus dados inseridos no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, hipótese em que não poderão obter a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) instituída pela Lei nº 12.440/2011 .

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Compete à Secretaria do Tribunal Pleno coordenar, orientar, supervisionar e executar os trabalhos relacionados com o preparo, registro e divulgação de todas as sessões deste Eg. Tribunal, elaborando as pautas, certidões, atas, resoluções e outros expedientes relacionados com essa atividade, assim como providenciar o cumprimento dos despachos exarados pelos Ex.^{mos} Desembargadores nos autos dos processos encaminhados a esta Secretaria, exercendo ainda os trabalhos de secretaria das sessões do Eg. Tribunal Pleno, respondendo perante o Ex.^{mo} Desembargador Presidente pela regularidade dos trabalhos. Compete, ainda, à Secretaria do Tribunal Pleno coletar e fazer o lançamento dos dados estatísticos, com vista ao processamento dos dados no sistema “e gestão”, assim como verificar a consolidação neste, e, ainda, orientar e auxiliar os subsecretários da Primeira e Segunda Turma nas atribuições acima descritas, referentes às atividades relacionadas ao julgamento dos processos distribuídos às Turmas. Abaixo seguem as tabelas com os principais dados estatísticos que resumem o movimento desta Secretaria durante o exercício de 2012, em comparação com o exercício anterior.

DADOS INERENTES ÀS ATIVIDADES DE JULGAMENTO DE PROCESSOS JUDICIÁRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2011	2012
SESSÕES REALIZADAS – PLENO	08	07
SESSÕES REALIZADAS - 1ª TURMA	31	33
SESSÕES REALIZADAS - 2ª TURMA	35	35
TOTAL DE SESSÕES REALIZADAS	74	75
PAUTAS JUDICIÁRIAS – PLENO	08	07
PAUTAS JUDICIÁRIAS – 1ª TURMA	31	33
PAUTAS JUDICIÁRIAS – 2ª TURMA	35	35
TOTAL DE PAUTAS ELABORADAS	74	75
PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E EXTRAPAUTA – PLENO	330	355
PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E EXTRAPAUTA – 1ª TURMA	4418	3876
PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E EXTRAPAUTA – 2ª TURMA	4419	3881
TOTAL DE PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E EXTAPAUTA	9167	8112
PROCESOS JULGADOS – PLENO	438	313
PROCESOS JULGADOS – 1ª TURMA	4369	3728
PROCESOS JULGADOS – 2ª TURMA	4290	3709
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS	9097	7750
CERTIDÕES DE JULGAMENTO DE PROCESSOS JUDICIÁRIOS - PLENO	330	355
CERTIDÕES DE JULGAMENTO DE PROCESSOS JUDICIÁRIOS – 1ª TURMA	4418	3876
CERTIDÕES DE JULGAMENTO DE PROCESSOS JUDICIÁRIOS – 2ª TURMA	4419	3881
TOTAL DE CERTIDÕES EXPEDIDAS	9167	8112

DADOS INERENTES ÀS ATIVIDADES DE JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

ESPECIFICAÇÕES	2011	2012
PAUTAS ADMINISTRATIVAS	10	11
MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS E RECURSOS ADM. INCLUÍDOS EM PAUTA	184	172
MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS E RECURSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS	164	168
RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS	146	126
EMENDAS REGIMENTAIS	1	01
CERTIDÕES EXPEDIDAS (REFERENTES A PROCESSOS ADMINISTRATIVOS)	43	63

DADOS ESTATÍSTICOS

ESPECIFICAÇÕES	2011	2012
CARTAS DE ORDEM CITATÓRIAS EXPEDIDAS	19	13
CARTAS DE ORDEM EXECUTÓRIAS EXPEDIDAS	08	05
CARTAS DE ORDEM NOTIFICATÓRIAS EXPEDIDAS	47	63
CARTAS DE ORDEM INQUIRITÓRIAS EXPEDIDAS	0	0
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS	06	04
INTIMAÇÕES/NOTIFICAÇÕES/CITAÇÕES EXPEDIDAS	1062	1140
MANDADOS EXPEDIDOS	135	123
DESPACHOS PUBLICADOS (RELATOR/REVISOR)	1305	1051
EDITAIS	292	526
ACÓRDÃOS PUBLICADOS	8704	7963

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS	2012
COMUNICAÇÕES INTERNAS	216
OFÍCIOS	255

CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS	2012
COMUNICAÇÕES INTERNAS	169
OFÍCIOS	50

COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

Descrição	Quantidade
Casos novos - exceto eletrônicos	6761
Recursos Internos interpostos	1329
Processos recebidos para novo julgamento	1
Processos recebidos com conversão de classe	78
Processos atuados - ações originárias	214
Processos atuados - recursos	6443
Processos remetidos ao MPT	736
Processos devolvidos pelo MPT	738
Processos distribuídos - ações originárias	191
Processos distribuídos - recursos	6672
Processos distribuídos por vinculação	12
Processos com distribuição cancelada	0
Processos redistribuídos	52
Processos baixados - exceto arquivo definitivo	8255

Agravos de Instrumento em Recurso de Revista	Quantidade
(A) Interpostos	1.748
(B) Remetidos ao TST	2.181

Descrição	Quantidade
Casos novos - exceto eletrônicos	6761
Recursos Internos interpostos	1329
Processos recebidos para novo julgamento	1
Processos recebidos com conversão de classe	78
Processos atuados - ações originárias	214
Processos atuados - recursos	6443
Processos remetidos ao MPT	736
Processos devolvidos pelo MPT	738
Processos distribuídos - ações originárias	191
Processos distribuídos - recursos	6672
Processos distribuídos por	12

vinculação	
Processos com distribuição cancelada	0
Processos redistribuídos	52
Processos baixados - exceto arquivo definitivo	8255

SEÇÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA

Malotes Recebidos Interior	2084
Malotes Expedidos Interior	2082
Malotes Recebidos Capital	1575
Malotes Expedidos Capital	1725
Correspondências Recebidas Via Malote Interior	13672
Correspondências Expedidas Via Malote Interior	13216
Correspondências Recebidas Via Malote Capital	8948
Correspondências Expedidas Via Malote Capital	7761
Correspondências Recebidas Simples	5135
Correspondências Recebidas Registradas	2103
Correspondências Recebidas Via Sedex	1551
Correspondências Expedidas Simples	5043
Correspondências Expedidas Registradas	1558
Correspondências Expedidas Via Sedex	142
Embargos Declaratórios	1284
Outras Petições Judiciárias	7338
Recursos De Revista Interpostos	2843
Recursos Ordinários Em Ações Originárias Do Tribunal	44

2.6.5. Agravos de Instrumento em Recurso Ordinário	Quantidade
(A) Interpostos	1
(B) Remetidos ao TST	1

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Em 2012, o Núcleo de Documentação, responsável pela coordenação das Seções de Arquivo-Geral, de Memória e Cultura e de Jurisprudência, dirigiu e coordenou as atribuições dessas Seções, assim como auxiliou a Comissão de Permanente de Gestão Documental do TRT da 24ª Região e gerenciou as atividades do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça” deste Tribunal.

Propôs:

- a) Proposição TRT/DGCJ/SEDOC N. 003/2012 - a realização de Acordo de Cooperação Técnica entre o TRT da 24ª Região e a Fundação Social do Trabalho - FUNSAT, para fins de participação no Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”, módulo Palestras e Visitas.
- b) Proposição TRT/DGCJ/SEDOC N. 004/2012 - a realização de Acordo de Cooperação Técnica entre o TRT da 24ª Região e a Universidade Católica Dom Bosco, para fins de participação no Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”, módulo Audiências Simuladas.
- c) Proposição TRT/DGCJ/SEDOC N. 005/2012 - a realização de Acordo de Cooperação Técnica entre o TRT da 24ª Região e a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, para fins de participação no Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”, módulo Visitas e Palestras.
- d) Proposição TRT/DGCJ/SEDOC N. 009/2012 - a realização de Acordo de Cooperação Técnica entre o TRT da 24ª Região e Universidade Anhanguera - UNAES, para fins de participação no Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”, módulo Audiências Simuladas.
- e) Proposição TRT/DGCJ/SEDOC N. 013/2012 - a realização de Acordo de Cooperação Técnica entre o TRT da 24ª Região e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS – Campo Grande, para fins de participação no Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”, módulo Audiências Simuladas.
- f) Proposição TRT/DGCJ/NDOC N. 0/2012 - criação do Projeto “TRT na Prática, que tem por finalidade organizar e disciplinar as visitas técnicas dos acadêmicos das Faculdades de Direito de Mato Grosso do Sul ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, cuja aprovação consolidou-se na Resolução Administrativa n. /2012.
- g) Proposição TRT//NDOC N. 018/2012 – aquisição de assinatura anual do produto SINTESNET, destinada aos magistrados do TRT da 24ª Região.
- h) Proposição TRT//NDOC N. 017/2012 – aditamento ao Processo n. 2055/2011, que trata de Acordo de Cooperação Técnica, entre o TRT e Editora IOB, para contemplar em cláusula - o direito a 30 (trinta) acessos de navegação e a consulta ao produto SINTESNET, via Web.

Promoveu a digitalização e a catalogação no sistema ACTU 2009 das Portarias GP, referentes aos anos de 2001 e 2003, num total de 964, e das Portarias DG, relativas aos anos de 1994, 1996, 1998, 1999, 2001, 2003, 2004, totalizando 2.041 .

Recebeu 413 processos e revisou e remeteu à Seção de Arquivo-Geral para guarda intermediária 415 processos e para Assessoria da Presidência e Secretaria do Tribunal Pleno 56 processos.

Representou o TRT da 24ª Região:

- a) “II Congresso Brasileiro dos Arquivos do Poder Judiciário”, organizado pelo TSE, em parceria com O STJ, STF, STM TST, CSJT, nos dias 28, 29 e 30.03.2012, na cidade de Brasília-DF.
- b) Seminário “GESTÃO E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO – A RESOLUÇÃO 37 DO CNJ E SUAS IMPLICAÇÕES”, organizado pelo TRT da 7ª Região, no dia 18.05.2012, na cidade de Fortaleza-CE.
- c) Nas reuniões do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho, em Fortaleza e em Porto Velho, ocorridas nos meses de maio e outubro de 2012.
- d) “VI Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho”, organizado pelo TRT da 14ª Região, nos dias 17, 18 e 19.10.2012, na cidade de Porto Velho.

Como membro da Comissão Permanente de Gestão Documental, a Chefe do Núcleo de Documentação propôs:

- a) criação do Setor de Gestão de Acervos Permanentes do TRT da 24ª Região, cuja aprovação consolidou-se na Matéria Administrativa n. 61/2012.
- b) alteração do art. 10 do Programa de Gestão Documental, aprovado pela Resolução Administrativa n.144/2011, em consonância com as alterações propostas pelas RAs nº 57, 118 e 144 de 2011, cuja aprovação consolidou-se na Matéria Administrativa n. 15/2003.
- c) alteração no Provimento Geral Consolidado, referente ao art. 123, letras “c”, “d”, “f”, “i” e “j”, cuja aprovação consolidou-se na Matéria Administrativa n.51/2012.

Ainda no decorrer desse ano, o Núcleo de Documentação procedeu à divulgação das súmulas aprovadas pelo Tribunal Pleno, às alterações do Regimento Interno e Regulamento Geral, bem como ao arquivamento dos processos referentes ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência, às Emendas Regimentais e Matéria Administrativa, no que tange à edição, revisão e cancelamento de súmulas.

SEÇÃO DE ARQUIVO-GERAL

A Seção de Arquivo-Geral, dando continuidade ao Programa de Gestão Documental do TRT da 24ª Região, realizou as seguintes tarefas:

Promoveu a análise, classificação e arquivamento de 572 processos administrativos, de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos.

Em cumprimento à determinação do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, procedeu às inspeções do acervo de processos findos transferidos para aquela instituição para análise histórica, com o fito de verificar o seu estado de conservação.

Desarquivou um total de 2.614 processos judiciais e encaminhou-os para as Varas do Trabalho da Capital e do Interior e para o Tribunal.

Promoveu ao arquivamento de 12.630 processos oriundos das Varas do Trabalho da capital e do Tribunal.

Realizou 1.441 atendimentos aos jurisdicionados, em especial às partes, advogados e procuradores, no que tange à vista, carga e solicitação de cópias de processos judiciais.

SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Durante o ano de 2012, a Seção de Jurisprudência realizou as seguintes atividades:

Promoveu a catalogação das decisões monocráticas lavradas pelos Desembargadores, no sistema JURIS.

Disponibilizou na internet, na página do TRT da 24ª Região, as ementas e as decisões monocráticas dos Desembargadores do Tribunal, publicadas durante o ano;

Realizou consultas de jurisprudência para servidores, magistrados e para o público externo, como advogados, estudantes e partes, e respondeu, por e-mail, a todas as consultas feitas pelos jurisdicionados no Portal de Jurisprudência, na página do Tribunal, na internet.

Selecionou os acórdãos, em seu inteiro teor, e remeteu-os às editoras de Repertório de Jurisprudência Trabalhista: Decisório Trabalhista, Bonijuris, LTr, HS, Revista do Direito do Trabalho da editora Revista dos Tribunais (RT), Consulex e Jus Navigandi, com o objetivo de publicá-los.

Deu cumprimento aos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre o TRT da 24ª Região e as seguintes editoras: Síntese Editora (Programa Juris Síntese), ProLink Software (Informa), Saraiva Jur, Editora Magister/Lex e Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, elaborando relatórios mensais em mídia eletrônica, contendo o inteiro teor dos acórdãos publicados.

Promoveu a indexação de 6.150 ementas lavradas pelos Desembargadores deste Regional durante o ano;

Atualizou e disponibilizou, mensalmente, o **Ementário Eletrônico**, no Portal de Jurisprudência, na página do TRT da 24ª Região, na internet.

Realizou o envio, por e-mail, pelo sistema “push”, de cópias do inteiro teor dos acórdãos aos juízes de primeira instância, possibilitando-lhes acompanhar o posicionamento do Tribunal acerca da uniformização da Jurisprudência.

Auxiliou a Secretaria da Corregedoria, acerca da existência de decisões de magistrados anuladas por falta de fundamentação.

Deu prosseguimento ao Projeto “Digitalização e disponibilização, na internet, do acervo de acórdãos publicados pelo Tribunal”, ou seja, promoveu, em 2012, a inclusão, no sistema JURIS, de aproximadamente 26.504 acórdãos, referente ao período de 1993 a 1999.

Gerenciou o Projeto “**TRT na Prática**”, que atendeu 285 acadêmicos de diversas faculdades da Capital, desde a sua criação em abril.

Deu continuidade ao Projeto “**Súmula em Questão**”, que tem por objetivo divulgar ao público em geral as súmulas editadas pelo Tribunal, por meio de entrevista com o relator da respectiva matéria, gravada em vídeo e disponibilizada no site do Tribunal. Elaborou três vídeos, referentes as súmulas 05, 07 e 08.

SEÇÃO DE MEMÓRIA E CULTURA

Em 2012, a Seção de Memória e Cultura desenvolveu os seguintes trabalhos:

Preservou a memória institucional por meio do registro diário, em arquivos digitais e em papel, dos fatos que envolveram a atuação da Justiça do Trabalho da 24ª Região, a história e a cultura regional do Estado de Mato Grosso do Sul.

Procedeu à atualização das informações referentes às biografias dos desembargadores e juizes, na página do Centro de Memória e Cultura, hospedada no site do TRT da 24ª Região, na internet e intranet.

Digitalizou e editou 500 fotografias e documentos históricos impressos para serem catalogados e incorporados ao acervo do Centro de Memória e Cultura.

Catalogou e cadastrou, no SIABI – Módulo Memorial, 270 documentos, entre fotografias, DVDs, peças museológicas, documentos impressos e outros incorporados ao acervo do Centro de Memória e Cultura, disponibilizando-os para consulta na página do TRT da 24ª Região, na internet.

Compilou material (textos e fotografias) sobre a história da Justiça do Trabalho em Mato Grosso do Sul para compor o Livro dos 70 Anos da Justiça do Trabalho, publicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Atendeu a consultas e realizou empréstimos de documentos do acervo do Centro de Memória e Cultura.

Elaborou e publicou a edição especial do Jornal Eletrônico do Núcleo de Documentação **“Documento & Tal”**, com matéria alusiva à carreira histórica da Des. Daisy Vasques, por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Implementou o Projeto “Educação, Trabalho e Justiça” – Módulos Palestras (ensino médio) e Audiências Simuladas (Cursos de Direito), envolvendo a participação de **2.965 estudantes, sendo 1.870 em Campo Grande e 1.095 em Dourados**, no período de **abril a novembro de 2012**, conforme os quadros que se seguem:

MÓDULO PALESTRAS			
CAMPO GRANDE			
DATA	EVENTO/ESCOLA	Nº DE ALUNOS	JUIZ/DESEMBARGADOR
27/4/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - E.E. “Amando de Oliveira”	120	Des. Francisco Das C. Lima Filho
21/5/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - Centro de Referência “Vovó Ziza”- Fundação Social do Trabalho	260	Des. André Luís Moraes de Oliveira
31/5/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - Centro de Educação Profissional “Ezequiel Ferreira Lima”	200	Des. Francisco das C. Lima Filho
1º/6/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - Centro de Educação Profissional “Ezequiel Ferreira Lima”	120	Juiz João Marcelo Balsanelli
30/8/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - E.E. “Pe. José Scampini”	200	Des. André Luís Moraes de Oliveira
05/09/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - Centro de Educação Profissional “Ezequiel Ferreira Lima”	200	Des. Francisco das C. Lima Filho
27/09/2012	Palestra sobre Direitos	90	Juiz João Marcelo Balsanelli

	Trabalhistas - E.E. "João Carlos Flores"		
28/09/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - E.E. "Hércules Maymone"	70	Juiz Renato Luiz Miyasato Faria
SUBTOTAL		1.260	
DOURADOS			
DATA	EVENTO/ESCOLA	Nº DE ALUNOS	JUIZ/DESEMBARGADOR
28/5/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - Escola Indígena Tengatuí	100	Des. Francisco das C. Lima Filho
28/5/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - E.M. "Weimar G. Torres"	350	Des. Francisco das C. Lima Filho
03/10/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - E.M. "Maria da Rosa Antunes S. Câmara"	45	Juiz João Cândido
08/10/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - E.M. "Armando Campos Belo"	50	Juíza Erika Bokimpani
23/10/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - E.M. "Etalívio Penzo"	70	Juiz Marcelo Baruffi
20/11/2012	Palestra sobre Direitos Trabalhistas - E.M. Prof. Efantina De Quadros	300	Juiz Marco Antonio Miranda Mendes
SUBTOTAL		915	
TOTAL GERAL NAS PALESTRAS		2.175	
AUDIÊNCIAS SIMULADAS			
CAMPO GRANDE			
DATA	EVENTO/UNIVERSIDADE	Nº DE ALUNOS	JUIZ/DESEMBARGADOR
11/5/2012	Audiência Simulada - Faculdade Estácio de Sá	70	Des. Marcio Vasques Thibau de Almeida
18/5/2012	Audiência Simulada - Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande	160	Juíza Déa Marisa Cubel Yule
19/10/2012	Audiência Simulada - Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande	40	Juiz Maurício Sabadini
26/10/2012	Audiência Simulada - Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande	180	Juíza Déa Marisa Cubel Yule
08/11/2012	Audiência Simulada - Faculdade Estácio De Sá	70	Des. Ricardo Geraldo M. Zandona
09/11/2012	Audiência Simulada - Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande	90	Juiz Renato Luiz Miyasato de Faria
SUBTOTAL		610	
DOURADOS			
DATA	EVENTO/UNIVERSIDADE	Nº DE ALUNOS	JUIZ/DESEMBARGADOR
4/5/2012	Audiência Simulada -	100	Juiz Antonio Arraes Branco Avelino

	Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN		
26/10/2012	Audiência Simulada - Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN	80	Juiz Antonio Arraes Branco Avelino
SUBTOTAL		180	
TOTAL NAS AUDIÊNCIAS		790	
TOTAL GERAL EM 2012		2.965	

Promoveu a renovação do Acordo de Cooperação Técnica a Prefeitura de Campo Grande / Fundação Social do Trabalho - FUNSAT para a implementação conjunta do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça” – Módulo Palestras, com vigência no período de 23/3/2012 a 22/3/2014.

Promoveu a renovação do Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Educação de MS para a implementação conjunta do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça” – Módulo Palestras, com vigência no período de 24/4/2012 a 23/4/2014.

Promoveu a renovação do Acordo de Cooperação Técnica com o Centro Universitário Anhanguera/UNAES de Campo Grande para a implementação conjunta do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça” – Módulo Audiências Simuladas, com vigência no período de 16/5/2012 a 15/5/2014.

Promoveu o Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Católica Dom Bosco – UCDB para a implementação conjunta do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça” – Módulo Audiências Simuladas, com vigência no período de 12/6/2012 a 11/6/2014.

FISCALIZOU os contratos objetos dos **Processos nº 311/2008** (Software SIABI – Módulo Memorial – Manutenção, Suporte Técnico e atualização) e **1023/2012** (Software SIABI – Módulo Memorial – Aquisição e Suporte Técnico de 2 licenças de uso).

ESCOLA JUDICIAL DO TRT

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2012 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

CAPACITAÇÕES INTERNAS

Data		Modalidade de evento	Carga Horária	Local	Nº de participantes
1.	9 de março	Tela crítica: uma reflexão no contexto do direito.	6h	Sala de treinamento	Magistrados: 28
2.	9 de março	A capacitação como fator de realização profissional.	4h	Pleno	Servidores: 75
3.	9 de março	Evento de abertura: Estado democrático de Direito, Direitos fundamentais e Direito do Trabalho.	1h30	OAB	Magistrados: 30 Servidores: 91 Convidados/acadêmicos: 64
4.	9 e 10 de abril	Curso: Reciclagem anual dos agentes de segurança (1ª turma)	16h	Sala de treinamento	Servidores: 12
5.	12 e 13 de abril	Curso: Reciclagem anual dos agentes de segurança (2ª turma)	16h	Sala de treinamento	Servidores: 14
6.	20 de abril	Metacompetência: desafio e equilíbrio entre vida pessoal e profissional	7h	Sala de treinamento	Magistrados: 22
7.	23 a 27 de abril e de 2 a 4 de maio	Curso: elaboração de cálculos trabalhistas (1ª turma)	64h	Sala de treinamento	Servidores: 12
8.	27 de abril	A capacitação como fator de realização profissional	4h	Dourados	Servidores: 50
9.	7 a 11, e de 14 a 16 de maio	Curso: elaboração de cálculos trabalhistas (2ª turma)	64h	Sala de treinamento	Servidores: 9
10.	17 e 18 de maio	10º Ciclo de palestras de direito do trabalho	9h30	OAB	Magistrados: 36 Servidores: 107 Convidados/acadêmicos: 49
11.	19 e 20 de junho	Treinamento: implantação do Gestore-PAE	4h	Sala de treinamento	Servidores: 89
12.	22 de junho	Simpósio: o cenário do setor sucroenergético no MS	4h	Hotel Grand Park	Magistrados: 13 Servidores: 31 Convidados/acadêmicos: 25
13.	2 a 6 de julho	Capacitação no Sistema Pje/JT – Vara Piloto	39h	Sala de treinamento	Servidores: 15
14.	6 de julho	Transmissão de Videoteca - Mundo Novo - Palestra: "Class Actions - A abordagem norte-	1h17m	Vara do	Servidores: 6

		americana na solução de conflitos coletivos"		Trabalho de Mundo Novo	
15.	6 de julho, 5, 14, 21 e 28 de setembro	Transmissão de videoteca em Mundo Novo – 9º Ciclo de Palestras de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho	6h19m	Vara do Trabalho de Mundo Novo	Servidores: 7
16.	11 e 12 de julho	Capacitação no Sistema PJe/JT - Juízes de 1º grau	16h	Sala de treinamento	Magistrados: 3 Servidores: 1
17.	16 a 18 de julho	Capacitação no Sistema PJe/JT	21h	Sala de sessões do Pleno e Sala de treinamento	Magistrados: 12 Servidores: 88 Convidados/acadêmicos: 4
18.	20 de julho	Implantação oficial do PJe/JT na justiça do trabalho 24ª Região.	1h30	Sala de sessões do Pleno	Magistrados: 29
19.	3, 6 e 7 de agosto	Treinamento PJe Gabinetes da 2ª turma e Presidência	4h	Sala de treinamento	Servidores: 21
20.	13 e 14 de agosto	Legislação de Pessoal	16h	Hotel Grand Park	Servidores: 18
21.	17 de agosto	Capacitação PJe Vice-Presidência	4h	Sala de treinamento	Servidores: 7
22.	16 a 18 de agosto	I encontro de Magistrados do trabalho de Centro-Oeste: o novo Juiz do trabalho e a modernidade	8h	Bonito-MS	Magistrados: 26
23.	23 e 24 de agosto	Curso Oficial de Justiça Avaliador Federal	12h	Hotel Grand Park	Servidores: 41
24.	27 e 28 de agosto	Curso: Reciclagem anual dos agentes de segurança (1ª turma)	16h	Hotel Grand Park	Servidores: 12
25.	29 e 30 de agosto	Curso: Reciclagem anual dos agentes de segurança (2ª turma)	16h	Hotel Grand Park	Servidores: 15
26.	13 a 31 de agosto	Curso Gestão Estratégica em BSC - EAD	30h	EAD (CNJ) (à distância)	Servidores: 108
27.	12 e 19 de setembro	Capacitação Pje segundo grau (módulo gabinetes) – Administradores/Suporte/Estatística.	8h	Sala de treinamento	Servidores: 7

28.	21 de setembro	Treinamento sobre a nova ferramenta do Gestore Web	4h	Sala de treinamento	Servidores: 39
29.	1º a 5 de outubro	Trabalho Multidisciplinar para Implantação de Capacitação no Sistema Pje/JT (Servidores das Varas do Trabalho Amambai e Mundo Novo).	40h	Sala de treinamento	Servidores: 19
30.	4 e 5 de outubro	Treinamento in company: Curso Obras Públicas e Serviços de Engenharia	16h	Hotel Grand Park	Servidores: 30
31.	15 de outubro a 15 de novembro	Curso de Gestão Estratégica em EAD (CSJT)	20h	EAD (CSJT)	Servidores: 51
32.	18 de outubro	Palestra e Lançamento do livro: Responsabilidade Civil – A Perda de uma chance no Direito do Trabalho	2h	OAB	Magistrados: 16 Servidores: 26 Convidados/acadêmicos: 66
33.	26 de outubro	Seminário: Acidentes de Trabalho	6h	Sala de sessões do Pleno	Magistrados: 11 Servidores: 37 Convidados/acadêmicos: 6
34.	23 de novembro	Capacitação sobre o sistema E-Gestão, com foco na tabela processual unificada do movimento (TPU).	7h	Sala de treinamento	Servidores: 45
35.	26, 28 e 30 de novembro, 3 e 5 de dezembro	Curso de Capacitação em Contratações Públicas Sustentáveis	10h	CSJT-Video Conferência	Servidores: 11 Convidados: 2
36.	27 de novembro	5ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados SIFMT, Biênio 2011-2013.	3h	Sala de treinamento	Diretores de Escolas Judiciais: 23 Ministro: 1
37.	29 e 30 de novembro	Seminário: O Juiz do Trabalho na Relação com as partes, os advogados e as testemunhas.	9h	Sala de treinamento	Magistrados: 40

QUADRO RESUMO DAS CAPACITAÇÕES INTERNAS

PERÍODO	Quantidade de eventos	Carga Horária
1º Semestre	12	200 horas
2º Semestre	25	316 horas e 26 minutos
TOTAL	37	516 horas e 26 minutos

CAPACITAÇÕES EXTERNAS

Data		Modalidade de evento	Carga Horária	Local	Nº de participantes	Setor solicitante
1.	27 a 29 de fevereiro	Curso Avaliação dos Controles internos	24h	Cuiabá-MT	Servidores: 6	DGCA
2.	12 a 14 de março	Curso Sistema de Registro de Preços	24h	Brasília-DF	Servidores: 3	SMP
3.	19 a 22 de março	VII Congresso Brasileiro de Pregoeiros	26h	Foz do Iguaçu-PR	Servidores: 3	DGCA/SCAL
4.	28 a 30 de março	II Congresso Brasileiro dos arquivos do Poder Judiciário	24h	Brasília-DF	Servidor: 1	NDOC
5.	19 e 20 de abril	Curso Licitações e Contratos Administrativos	16h	Brasília-DF	Servidores: 3	DGCA
6.	A Distância (Presencial 28 e 29 de Março) (a distância 30 de março a 6 de maio)	Curso de Formação de Formadores em Educação a distância	40h	Parte presencial: Brasília-DF	Magistrado: 1	ENAMAT
7.	16 de abril a 8 de junho	2ª edição: Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista (a distância)	40h	Brasília-DF	Magistrado: 1	ENAMAT
8.	24 e 25 de abril	Gestão da Mudança para a Execução da Estratégia	16h	São Paulo-SP	Servidores: 2	NEGE
9.	14 a 17 de maio	4º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho	24h	Brasília-DF	Magistrado: 1	ENAMAT
10.	14 de maio a 1º de julho	Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório (modalidade a distância)	40h	A distância	Magistrado: 1	ENAMAT
11.	16 de maio a 26 de junho	Curso de Formação Continuada em Produção Textual (a distância)	40h	A distância	Magistrado: 1	ENAMAT
12.	17 e 18 de maio	X Congresso de Direito Tributário, Constitucional e Administrativo	30h	Campo Grande-MS	Servidores: 5	EJTRT

13.	18 de maio	Seminário Gestão e Preservação documental na Justiça do Trabalho	9h	Fortaleza-CE	Servidor: 1	NDOC
14.	21 a 23 de maio	ESARH – Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos	25h	Gramado-RS	Servidores: 3	EJTRT
15.	28 de maio	Seminário de Compras Públicas Sustentáveis	4h	Brasília-DF	Servidor: 1	SMP
16.	30 e 31 de maio	Vínculo entre Estratégia e os Processos	16h	São Paulo-SP	Servidores: 2	NEGE
17.	14 e 15 de junho	Curso Contratação Sem Licitação na Administração Pública	16h	Brasília-DF	Servidor: 1	DGCA
18.	18 e 19 de junho	Curso As Retenções Tributárias realizadas pela Administração Pública nas Contratações de Serviço	16h	São Paulo-SP	Servidores: 2	SOF
19.	18 a 20 de junho	Curso Processo Judicial – PJE-JT	18h	Brasília-DF	Magistrados: 5	ENAMAT
20.	28 e 29 de junho	Cursos Obras Públicas Orçamento	16h	Campo Grande/MS	Servidor: 1	DGCA/NMP
21.	Junho e Julho	Capacitação em Análise de Pontos de Função: Medição e Estimativas de Software (à distância)	16h	On-line	Servidores: 3	STI
22.	2 a 4 de julho	Curso Gestão de Frota de Veículos	16h	Porto Alegre-RS	Servidores: 2	SG
23.	5 e 6 de julho	“Congresso TDC 2012 – The Developer’s Conference”	16h	São Paulo-SP	Servidores: 2	STI
24.	5 e 6 de julho	Workshop em Análise de Pontos de Função: Metodologia e Práticas de Medição	16h	Brasília-DF	Servidores: 3	STI
25.	19 e 20 julho	Curso Certified Scrum Product Owner	16h	São Paulo/SP	Servidor: 1	STI
26.	30 e 31 de julho	Treinamento Planejamento em TI	16h	Brasília/DF	Servidores: 2	STI
27.	31 de julho	Treinamento no Sistema SISAC	2h	Brasília/DF	Servidor: 1	SRH
28.	2 e 3 de agosto	Treinamento Agile Testing	16h	São Paulo/SP	Servidores: 4	STI
29.	13 e 14 de agosto	Treinamento CSM - Certified Scrum Master	16h	São Paulo/SP	Servidor: 2	STI
30.	16 a 18 de agosto	VII Seminário Nacional AGEPOLJUS	17h45	Salvador-BA	Servidor: 1	SG

31.	20 e 21 de agosto	Curso Obras Públicas - Licitações e Contratos	18h	Campo Grande/MS	Servidor: 1	DGCA/NMP
32.	20 a 22 de agosto	2º Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico	19h	Brasília-DF	Magistrados: 2	ENAMAT
33.	29 a 31 de agosto	Curso Inferência Estatística Aplicada à Engenharia de Avaliação de Imóveis	24h	Rio de Janeiro-RJ	Servidor: 1	DGCA/NMP
34.	17 e 18 de setembro	VI Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública	16h	Goiânia-GO	Servidor: 2	SCI
35.	17 a 19 de setembro	3º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica	12h	Brasília-DF	Servidor: 1	EJTRT/SB
36.	19 a 21 de setembro	3º Congresso Internacional de Odontologia de MS	24h	Campo Grande/MS	Servidor: 1	SRH/GABSAU
37.	1º a 3 de outubro	XII Congresso Brasileiro de Qualidade de Vida	22h30	São Paulo/SP	Servidor: 1	SRH/GABSAU
38.	15 a 19 de outubro	Curso Adobe Photoshop Engenharia	40h	São Paulo/SP	Servidor: 1	DGCA/NMP
39.	15 de outubro a 30 de novembro	Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório (modalidade a distância)	40h	A distância	Magistrados: 7	ENAMAT
40.	29 a 31 de outubro	XII Encontro de Bibliotecários e Documentalistas	18h	Rio de Janeiro-RJ	Servidor: 1	EJTRT/SB
41.	Outubro e novembro	Treinamento Análise de Pontos de Função: Fundamentos, Benefícios e Implementação (à distância)	8h	On-line	Servidor: 6	STI
42.	3 a 5 de dezembro	Curso Melhores Práticas de Ouvidoria na Administração Pública	24h	Rio de Janeiro-RJ	Servidor: 1	Ouvidoria
43.	5 a 9 de novembro	Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM-FRANÇA/ENAMAT/CEJ-CJF	31h	Brasília-DF	Magistrado: 1	ENAMAT
44.	27 a 30 novembro	CBTD 2012 – Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento	28h30	Santos:SP	Servidores: 2	EJTRT
45.	Novembro e dezembro	Capacitação em Análise de Pontos de Função: Medição e Estimativas de Software (à distância)	16h	On-line	Servidores: 6	STI
46.	10 e 11 de dezembro	Curso Contratação de treinamento e Desenvolvimento	16h	Brasília-DF	Servidores: 2	EJTRT

QUADRO RESUMO DAS CAPACITAÇÕES EXTERNAS

Período	Quantidade de eventos	Carga Horária
1º Semestre	20	464 horas
2º Semestre	26	504 horas e 45 minutos
TOTAL	46	968 horas e 45 minutos

QUADRO CAPACITAÇÕES EXTERNAS OFERECIDAS ÀS UNIDADES

Unidades	Número de oportunidades oferecidas às Unidades
DGCA	3
DGCA/NMP	4
DGCA / SCAL	1
NDOC	2
SRH	1
SRH/GAB. SAÚDE	2
SG	2
STI	9
NEGE	2
SOF	1
SCI	1
SMP	2
OUVIDORIA	1
EJTRT - SERVIDORES	4
EJTRT / BIBIOTECA	2
ENAMAT/MAGISTRADOS	9
Total	46

BIBLIOTECA JUIZ VALENTIN CARRION

A Biblioteca Juiz Valentin Carrion, Seção subordinada à Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, informa os dados anuais de 2012 referentes ao seu acervo, atendimento ao público, tratamento técnico da informação, produtos e serviços:

1 – Acervo	
Acervo total de documentos	16.294 unidades
Acervo total de livros	7.026 unidades
Acervo total de fascículos de periódicos	8.844 unidades
Acervo total de CD-Roms	346 unidades
Acervo total de documentos on line	78 unidades
Diário Oficial da União - Seções I, II e III (impresso)	De jan. 1993 a out. 2003
Diário Oficial da União - Seções I, II e III (eletrônico)	De dez. 2003 a dez. 2012
Diário da Justiça da União (impresso)	De jan. 1991 a out. 2003
Diário da Justiça da União (eletrônico)	De dez. 2003 a dez. 2012
Diário da Justiça de MS	De jan. 1993 a jan. 2001
Diário Oficial de MS	De fev. 2001 a maio 2007
Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de MS	De abr. 2009 a dez. 2012

2 - atendimentos	
2.1 Doutrina	
Atendimento aos usuários internos	Magistrados: 521 Servidores: 6.245 Estagiários: 1.831

Atendimento aos usuários externos	1.546 usuários, incluindo os empréstimos entre bibliotecas: - 3 Ministério Público Estadual – PGJ/MS - 1 TRT da 22ª Região
Malotes enviados para as Varas do Trabalho do interior	97 malotes: 140 livros e 53 Periódicos
2.2 Legislação	
Atendimento aos usuários internos	Magistrados: 192 Servidores: 84
Atendimento aos usuários externos	8 usuários, incluindo: - 1 pesquisa Ministério Público Estadual - PGJ/MS - 1 pesquisa para CF/OAB.
Total de atendimentos realizados pela Biblioteca durante o ano de 2012	10.427 atendimentos
Média de atendimento/dia útil	47 usuários

3 – Tratamento Técnico da Informação	
Livros (carimbagem, classificação, catalogação, indexação e etiquetagem)	562 títulos 590 exemplares
Periódicos (cadastramento e vinculação de artigos)	1.170 fascículos 2.201 artigos
Base on line (cadastramento)	27 documentos
Diário Oficial da União (Seções 1, 2 e 3).	Downloads e leituras diárias
Diários Oficiais do CNJ, CSJT, STF, TST, STJ, Estado de MS, Município de Campo Grande	Leitura diária
4 – Serviços e Produtos de Informação*	
Serviço de Alerta	203 números (550 arquivos)
Sumários Correntes	12 números (125 arquivos)
Lei nº 8.112/90 anotada	Atualizada constantemente
Lei Complementar nº 35/79 anotada	Atualizada constantemente
Lei nº 8.431/92 anotada	Atualizada constantemente
Lei nº 9.784/99 anotada	Atualizada constantemente

* Todos os produtos e serviços da Biblioteca Juiz Valentin Carrion encontram-se disponíveis na *Internet*.

5 – Projeto Confraria do Livro	
Livros doados durante o ano de 2012	50 exemplares
Acervo total de livros	248 exemplares
Total de inscritos	52 confrades
<u>Evento realizado</u>	
Recital “Poesia e arte de dizer”, com a declamadora Elizabeth Fonseca	25 de maio de 2012, às 16 horas, na Biblioteca Juiz Valentin Carrion. 33 participantes.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA

Entre os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Coordenação Judiciária no ano de 2012, com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação, em cumprimento a determinações decorrentes de atos do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça, **destacam-se** a) implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT (Acordo de Cooperação Técnica n. 51/2010 do CNJ/TST/CSJT e Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2010 do TST/CSJT/TRT'S) em 4 Varas do Trabalho e no Tribunal; b) implantação do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho - e-Gestão, etapa 2º Grau de Jurisdição (completa e com a substituição do Boletim Estatístico do 2º Grau) e início da implantação do Sistema e-Gestão, etapa 1º Grau de Jurisdição (Provimento CGJT n. 02/2008 e ATO GCGJT n. 14/2011); c) implantação do Núcleo de Cooperação Judiciária e da figura do Juiz de Cooperação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atenção à Recomendação n. 38, de 3 de novembro de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, e à Meta 4 das Metas Gerais do Poder Judiciário para o ano de 2012.

Foram assinados os seguintes acordos e convênios relativos à área fim do Tribunal: a) liberação de acesso aos Depósitos Recursais para juízes e servidores do TRT/MS permitido pela CEF por meio do Aplicativo Conectividade Social – ICP; b) implementação do Convênio do Tribunal Superior do Trabalho com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

A Secretaria de Coordenação Judiciária é gestora dos seguintes convênios e sistemas, motivo pelo qual acompanhou e deu suporte no de 2012: a) ACIDENTE DE TRABALHO – Acordo de Cooperação entre o TRT 24ª Região e a Procuradoria-Geral Federal em Mato Grosso do Sul – PF/MS para fins de implementar medidas tendentes a subsidiar a PF/MS de informações sobre acidentes de trabalho; b) JUCEMS – convênio entre o TRT 24ª Região e a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul que propicia, por meio de acesso, a verificação de dados de pessoas físicas e jurídicas, bem como de seus representantes; c) REDE INFOSEG - Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, para acesso ao banco de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de efetuar pesquisa, por meio de busca fonética, para obtenção do CPF/CNPJ das partes; d) ANOREG - consulta e repasse de informações sobre a existência de bens imóveis, registrados em cartório, de pessoas físicas e/ou jurídicas devedoras em processos trabalhistas; e) encaminhamento eletrônico de determinações judiciais para registro de constrições e a confirmação deste ato; e) SISTEMA DE REGISTRO DE DEVEDORES TRABALHISTAS DA 24ª Região para expedição da Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas - CNDT (Lei n. 12.440/2011 e Resolução Administrativa n. 1.470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho); f) JUDICE e JUDICE II – trata-se do Sistema de Administração de Processos Judiciais do TRT 24ª Região e da ferramenta que possibilita a assinatura digital de documentos judiciais (despachos, decisões, sentenças, acórdãos, termos e atos processuais); g) Sistema MALOTE DIGITAL (Resolução nº 100/2009 do CNJ; Ato nº 62/TST.GP do TST; Ato Conjunto CSJT/TST Nº 05/2010 do CSJT e TST) – regulamenta a comunicação oficial, por meio eletrônico, no âmbito do Poder Judiciário; h) INFOJUD - Informações ao Poder Judiciário - permite o fornecimento de informações à Justiça do Trabalho, por meio de acesso dos Juízes do Trabalho, em tempo real, pela internet, a dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas no banco de dados da Secretaria da Receita Federal do

Brasil; i) RENAJUD - Sistema on-line de restrição judicial de veículos criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

O Tribunal conseguiu cumprir as seguintes Metas Nacionais do Poder Judiciário (Área Fim) para 2012 do Conselho Nacional de Justiça: **Meta 2** - Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos [...] em 2008, na Justiça do Trabalho; [...]; **Meta 3** - Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitado o segredo de justiça; **Meta 4** - Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação; **Meta 5** - Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento; **Meta 15** – Capacitar, com carga-horária mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e em gestão estratégica; **Meta 16** - Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em, pelo menos, 10% das Varas de Trabalho de cada tribunal. O Tribunal não conseguiu cumprir as seguintes Metas: **Meta 1** - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012; **Meta 17** - Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

Ainda relativamente à atividade fim, podemos destacar a realização da Semana Nacional da Execução Trabalhista, da Semana Regional de Conciliação e da Semana Nacional de Conciliação, sob a responsabilidade do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, que arrecadaram no ano de 2012 um total de R\$ 8.849.678,95. No período de 11. a 15.06 foram realizadas a Semana Nacional da Execução Trabalhista e a Semana Regional de Conciliação, com saldo final altamente positivo: a) valor arrecadado: R\$ 7.939.159,52; b) total de audiências realizadas: 938; e c) total de acordos homologados: 541. No período de 7 a 14.11 foi realizada a Semana Nacional de Conciliação, também com saldo positivo: a) valor arrecadado: R\$ 920.519,43; b) total de audiências realizadas: 811; e c) total de acordos homologados: 162.

A Coordenação Judiciária assessorou a Presidência do Tribunal no acompanhamento das atividades itinerantes nas seguintes cidades do Estado, que não dispõem de unidades físicas da Justiça do Trabalho: Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Aparecida do Taboado, Chapadão do Sul, Costa Rica, Rio Verde de Mato Grosso, Deodápolis, Glória de Dourados, Iguatemi, Ivinhema e Maracaju.

No ano judiciário de 2012, extrai-se dos dados estatísticos que as 26 Varas do Trabalho da 24ª Região receberam 29.986 processos, tendo julgado 25.897, o que representa 86,4% de julgados em relação aos recebidos; os Gabinetes de Desembargadores que participam de distribuição receberam 6.684, tendo julgado 6.541, o que representa 97,9% de julgados em relação aos distribuídos. Os dados revelam a alta produtividade dos magistrados da 24ª Região.

1. 5. Principais Parceiros

Neste subitem o gestor deverá indicar os principais parceiros da UJ, internos (ao órgão, no caso de UJ que represente apenas uma parte do órgão) ou externos (inclusive da iniciativa privada), que colaboram ou participam na consecução dos objetivos da UJ, ou seja, os parceiros relacionados aos macroprocessos finalísticos da UJ.

Não há estrutura padronizada para as informações solicitadas neste subitem. Desta forma, a unidade jurisdicionada deverá escolher a forma mais eficiente para apresentação dos dados solicitados. Alerta-se que este subitem deve ser tratado em item específico do Relatório de Gestão e deve conter toda a informação solicitada. Na escolha do formato de apresentação, o gestor deverá levar em consideração os aspectos de **clareza, concisão, completude, exatidão e objetividade** das informações prestadas.

PARCEIRO	AÇÃO DESENVOLVIDA
Procuradoria-Geral Federal em Mato Grosso do Sul – PF/MS	Acordo de Cooperação entre o TRT 24ª Região e a Procuradoria-Geral Federal em Mato Grosso do Sul – PF/MS para fins de implementar medidas tendentes a subsidiar a PF/MS de informações sobre acidentes de trabalho.
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul	Convênio entre o TRT 24ª Região e a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul que propicia, por meio de acesso, a verificação de dados de pessoas físicas e jurídicas, bem como de seus representantes.
Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça	Acordo entre o TRT 24ª Região e a SENASP. REDE INFOSEG - Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, para acesso ao banco de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de efetuar pesquisa, por meio de busca fonética, para obtenção do CPF/CNPJ das partes.
Associação dos Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul – ANOREG/MS	Acordo entre o TRT 24ª Região e a ANOREG - consulta e repasse de informações sobre a existência de bens imóveis, registrados em cartório, de pessoas físicas e/ou jurídicas devedoras em processos trabalhistas; e o encaminhamento eletrônico de determinações judiciais para registro de construções e a confirmação deste ato.
Caixa Econômica Federal – CEF	Acordo entre o TRT 24ª Região e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF - acesso aos sistemas de depósitos judiciais (Sistemas de Acesso da Justiça do Trabalho - SIAJU e SIAJU WEB), bem como a consulta aos depósitos recursais depositados na Caixa Econômica Federal, em que o Tribunal, por meio de sua rede, pode consultar e obter as informações disponíveis.
Secretaria da Receita Federal do Brasil	INFOJUD - Informações ao Poder Judiciário - permite o fornecimento de informações à Justiça do Trabalho, por meio de acesso dos Juízes do Trabalho, em tempo real, pela internet, a dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas no banco de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)	RENAJUD - Sistema on-line de restrição judicial de veículos criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).
Banco do Brasil – BB e Caixa Econômica Federal – CEF	Acordo entre o TRT 24ª Região e o BANCO DO BRASIL – BB e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF - serviço de emissão de guias para depósito do Banco do Brasil e da CEF, beneficiando os usuários internos (Secretarias das Varas do Trabalho) e externos (advogados e partes), a partir da geração de guias diretamente no Portal do TRT.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	Convênio do Tribunal Superior do Trabalho com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – o qual este Tribunal implementou para desenvolver, em conjunto com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ações conjuntas para a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas como autos findos e construção de bases de dados comum, custo e tempo de duração de ações trabalhistas, quantitativo de ações trabalhistas com reconhecimento de vínculo empregatício e seus efeitos, execuções, passivos trabalhistas e potencial de arrecadação e ações relativas a acidentes de trabalho.
Ministério Público do Trabalho da 24ª Região Ordem dos Advogados do Brasil - MS	Parceria do TRT da 24ª Região, por meio da Portaria GP/SCJ n. 007/2012, com o Ministério Público do Trabalho e com a Ordem dos Advogados do Brasil para fins de implementação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT (Acordo de Cooperação Técnica n. 51/2010 do CNJ/TST/CSJT e Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2010 do TST/CSJT/TRT’S):
Procuradoria-Geral Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Acordo entre o TRT 24ª Região e a PGF / PGFN para fins de citação e intimação dos membros da União

COORDENADORIA DE PROJETOS JUDICIÁRIOS

A Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ foi criada pela PORTARIA TRT/GP/DGCA N. 97/2012, com vigência a partir de 1º.02.2012 e que, em seu Anexo I,

estabeleceu, entre suas competências, a de planejar e executar, seguindo as diretrizes e prioridades da Presidência ou do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Tribunal, os projetos internos e externos relacionados com a área judiciária e da Tecnologia da Informação.

Considerando suas competências, a Coordenadoria de Projetos Judiciários- CPJ realizou, durante o ano de 2012, diversas atividades no planejamento, execução e acompanhamento dos seguintes projetos:

I – Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT:

Conforme determinação do Presidente do Tribunal e do Coordenador do Grupo de Trabalho Multidisciplinar para implantação do Sistema PJe-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região, a Coordenadoria de Projetos Judiciários passou a ser responsável pelas seguintes atividades:

1. Gerência do projeto de implantação do Sistema PJe-JT;
2. Administração técnica do Sistema PJe-JT; e
3. Suporte técnico e atendimento aos usuários do Sistema PJe-JT.

1. Gerência do projeto de implantação do Sistema PJe-JT:

Na gerência do projeto de implantação do Sistema PJe-JT, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ realizou, para inauguração do referido sistema no âmbito do 1º e 2º Graus de jurisdição, as seguintes atividades:

1.1. Proposições (Planos de Expansão):

1.1.1. Plano de expansão 2012:

A Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ propôs, ao Presidente do Tribunal e ao Coordenador do Grupo de Trabalho Multidisciplinar, o Plano de Expansão para implantação do Sistema PJe-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região durante o ano de 2012, contendo:

a) cronograma de inauguração do sistema nas unidades judiciárias sugeridas pela Presidência do Tribunal e aprovadas pela Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Varas do Trabalho de São Gabriel do Oeste e Amambai); e

b) cronograma de atividades para implantação, envolvendo a capacitação e treinamento de magistrados e servidores, apresentação do sistema a usuários externos e testes e preparativos finais para inauguração.

O Plano de Expansão, que teve como objetivo primordial o cumprimento da Meta nº 16/2012 do Poder Judiciário (implantar o Sistema PJe-JT em, pelo menos, 10% das Varas do Trabalho), foi aprovado pela Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme Ofício CSJT.GP.SG n. 97/2012 de 04 de setembro de 2012.

1.1.2. Ampliação do Plano de Expansão 2012:

Após a aprovação do plano de expansão original, a Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ formulou, por determinação da Presidência, proposta de ampliação do referido

plano, com definição de data de inauguração e cronograma de atividades, para implantação do sistema na Vara do Trabalho de Mundo Novo, aprovado pela Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme Ofício CSJT.GP.SG.CEPJe n. 186/2012 de 26 de outubro de 2012.

1.1.3. Plano de Expansão 2013:

Em atenção ao Ofício Circular CSJT.GP.SG n. 65/2012, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ propôs, ao Presidente do Tribunal e ao Coordenador do Grupo de Trabalho Multidisciplinar, o Plano de Expansão para implantação do Sistema PJe-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região durante o ano de 2013, contendo cronograma de inauguração do sistema, nas unidades judiciárias definidas pela Presidência do Tribunal, e cronograma de atividades para a referida implantação, com o objetivo principal de cumprimento da Meta nº 12/2013 (implantar o Sistema PJe-JT em, pelo menos, 40% das Varas do Trabalho).

O Plano de Expansão, aprovado pela Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (conforme Ofício CSJT.GP.SG.CEPJe n. 257/2012), prevê a implantação do Sistema PJe-JT nas seguintes unidades e datas:

Varas do Trabalho e Foro Trabalhista de Dourados: 22.02.2013;
Varas do Trabalho e Foro Trabalhista de Três Lagoas: 05.04.2013;
Vara do Trabalho de Coxim: 10.05.2013;
Vara do Trabalho de Naviraí: 07.06.2013; e
Varas do Trabalho e Foro Trabalhista de Campo Grande: 27.09.2013.

1.2. Atividades realizadas junto a outras unidades administrativas do Tribunal:

Na execução do projeto de implantação do Sistema PJe-JT, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ realizou atividades junto a outras unidades administrativas do Tribunal, visando, principalmente, atender aos requisitos exigidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho para implantação do sistema:

a) Estrutura operacional: confirmação junto à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI de que a estrutura operacional, instalada e em funcionamento no ambiente do Tribunal, dedicada ao PJe-JT, suportaria a expansão proposta.

b) Capacidade do link de comunicação de dados entre as Varas do Trabalho/Foro e o Tribunal: verificação junto à Secretaria de Tecnologia da Informação da atual capacidade/velocidade do link de comunicação nas unidades de implantação do sistema e acompanhamento conjunto do aumento necessário ao mínimo exigido de 2Mbytes.

c) Estrutura operacional das Varas/Foros, incluindo computadores, monitores, leitoras e outros: definição em conjunto dos setores para instalação dos equipamentos para acesso ao sistema por usuários internos e externos.

d) Capacitação de magistrados e servidores e ações para capacitação e divulgação do sistema aos usuários externos:

d.1) Capacitação em Sistema de Audiência – AUD:

Para a capacitação de secretários de audiência foram realizadas as seguintes atividades:

- identificação dos servidores a serem capacitados (titulares e substitutos);
- consulta prévia de pautas para o período de capacitação;
- pedido de autorização para realização da capacitação na localidade selecionada; e
- comunicação, à Escola Judicial, dos servidores, período e localidade da capacitação, para as devidas providências (diárias, deslocamentos, etc.).

Essas atividades foram realizadas para a capacitação, nas respectivas datas, dos secretários de audiência das seguintes unidades judiciárias:

Ponta Porã: 26 a 28.06.2012;
 São Gabriel do Oeste: 26 a 28.06.2012;
 Amambai: 26 a 28.06.2012; e
 Mundo Novo: 29 e 30.10.2012.

Considerando o fato de a 24ª Região não utilizar, até a implantação do Sistema PJe-JT, o Sistema AUD na realização de audiências, para a capacitação dos secretários de audiência da unidade-piloto (Vara do Trabalho de Ponta Porã) e das Varas do Trabalho de São Gabriel do Oeste e Amambai, as atividades mencionadas foram realizadas junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (Mato Grosso), tendo em vista a implantação anterior do Sistema PJe-JT naquele Regional.

A referida capacitação foi viabilizada por ocasião de visita do titular da Coordenadoria de Projetos Judiciários, acompanhado dos Diretores de Secretaria das Varas do Trabalho de Ponta Porã e São Gabriel do Oeste, ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, para conhecimento inicial do Sistema PJe-JT em curso de capacitação promovido pelo referido Regional no mês de junho de 2012.

d.2) Capacitação em Sistema PJe-JT:

d.2.1) Servidores:

Para a capacitação dos servidores, incluindo oficiais de justiça, foram realizadas as seguintes atividades:

- identificação do servidor multiplicador para ministrar a capacitação;
- identificação do servidor multiplicador para realização da atividade “operação assistida” na unidade de implantação do sistema;
- identificação dos servidores, considerando suas atribuições na unidade, para eventual composição de turmas;
- composição de turmas com servidores de unidades distintas, considerando os respectivos quadros de pessoal e proximidade das datas de inauguração;
- preparação do laboratório para atender o número de servidores a serem capacitados;
- cadastramento prévio dos servidores no ambiente a ser utilizado na capacitação;
- comunicação, à Escola Judicial, dos nomes dos servidores (multiplicadores e a serem capacitados), períodos e localidades da capacitação e operação assistida, para as devidas providências (diárias, deslocamentos, etc.) e também para registro e certificação para fins de cumprimento da Meta nº 15/2012 do Poder Judiciário, envolvendo capacitação de servidores em Sistema PJe-JT; e
- disponibilização de ambiente para treinamento pelos servidores capacitados.

d.2.1.1) Servidores (1º Grau):

As atividades foram realizadas para a capacitação, nas respectivas datas, dos servidores das seguintes unidades judiciárias:

Ponta Porã: 02 a 06.07.2012;
São Gabriel do Oeste: 02 a 06.07.2012;
Amambai: 02 a 06.07.2012 e 1º a 05.10.2012; e
Mundo Novo: 1º a 05.10.2012.

A capacitação dos servidores das Varas do Trabalho de Ponta Porã foi ministrada por representante do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no período de 02 a 06.07.2012, para fins de implantação do Sistema PJe-JT na referida unidade, piloto da 24ª Região. Também participaram dessa capacitação os servidores das Varas do Trabalho de São Gabriel do Oeste e Amambai, unidades seguintes na ordem de implantação do sistema.

d.2.1.2) Servidores (2º Grau):

As atividades foram realizadas para a capacitação, nas respectivas datas, dos servidores das seguintes unidades judiciárias:

Gab. Presidência: 16 e 17.07, 06.08 e 17.10.2012;
Gab. Vice-Presidência: 16 e 17.07, 17.08 e 17.10.2012;
Gab. Des. André Luís Moraes de Oliveira: 16 e 17.07 e 17.10.2012;
Gab. Des. Amaury Rodrigues Pinto Junior: 16 e 17.07 e 17.10.2012;
Gab. Des. Nery Sá e Silva de Azambuja: 16 e 17.07 e 17.10.2012;
Gab. Des. João de Deus Gomes de Souza: 07.08 e 17.10.2012;
Gab. Des. Nicanor de Araújo Lima: 16 e 17.07, 03.08 e 17.10.2012; e
Gab. Des. Ricardo Geraldo M. Zandona: 16 e 17.07, 06.08 e 17.10.2012.

A capacitação dos servidores do Gabinete da Vice-Presidência (unidade da classe-piloto) e dos Desembargadores da 1ª Turma (órgão julgador colegiado piloto) foi ministrada por representante do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nos dias 16 e 17.07.2012, para fins de implantação do Sistema PJe-JT no 2º Grau. Também participaram dessa capacitação os servidores do Gabinete da Presidência e de 02 (dois) dos Gabinetes de Desembargadores integrantes da 2ª Turma.

Foram realizadas novas capacitações dos servidores dos Gabinetes dos Desembargadores da 2ª Turma nos dias 03, 06 e 07.08.2012 e dos servidores de todos os Gabinetes no dia 17.10.2012, dia anterior ao ingresso das classes processuais de 2º Grau não inseridas no Sistema PJe-JT por ocasião de sua implantação.

d.2.2) Magistrados:

Para a capacitação dos magistrados foram realizadas as seguintes atividades:

- identificação do magistrado multiplicador para ministrar a capacitação, bem como, se necessário, de servidor multiplicador para auxiliar na capacitação;
- identificação dos magistrados, inclusive dos substitutos que atuam na unidade;
- cadastramento prévio dos magistrados no ambiente a ser utilizado na capacitação;
- comunicação, à Secretaria-Geral da Presidência, dos nomes dos magistrados (multiplicador e a serem capacitados), período e localidade da capacitação, para as devidas providências (portarias, suspensão de prazos, diárias, deslocamentos, etc.)

- comunicação, à Escola Judicial, dos nomes dos magistrados (multiplicador e a serem capacitados), período e localidade da capacitação para as devidas providências e também para registro e certificação para fins de cumprimento da Meta nº 15/2012 do Poder Judiciário, envolvendo capacitação de magistrados em Sistema PJe-JT.

d.2.2.1) Magistrados (1º Grau):

Essas atividades foram realizadas para a capacitação da Juíza Kelly Cristina Monteiro Dias Estadulho, ministrada por representante do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nos dias 11 e 12.07.2012, para fins de implantação do Sistema PJe-JT na unidade-piloto da 24ª Região (Vara do Trabalho de Ponta Porã). Também participou dessa capacitação o Juiz Christian Gonçalves Mendonça Estadulho (Juiz Titular da Vara do Trabalho de Mundo Novo), magistrado multiplicador.

As atividades mencionadas foram realizadas também para a capacitação, no período de 15 a 17 de outubro de 2012, de 03 (três) Juízes Substitutos, que atuam no Plantão Judiciário, abaixo relacionados:

Juiz Mario Luiz Bezerra Salgueiro;
Juiz Maurício Sabadini; e
Juíza Déa Marisa Brandão Cubel Yule.

Algumas das atividades foram realizadas para a capacitação, promovida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, em Brasília-DF, no período de 18 a 20.06.2012, dos seguintes magistrados multiplicadores da 24ª Região:

Juiz Wellington Sebastião Gonçalves (Juiz Titular da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste);
Juíza Fátima Regina de Saboya Salgado (Juíza Titular da Vara do Trabalho de Amambai); e
Juiz Christian Gonçalves Mendonça Estadulho (Juiz Titular da Vara do Trabalho de Mundo Novo).

d.2.2.2) Magistrados (2º Grau):

As atividades foram realizadas para a capacitação dos Desembargadores do Tribunal, a qual foi ministrada por representante do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nos dias 16 e 17.07.2012, para fins de implantação do Sistema PJe-JT no 2º Grau, considerando a unidade da classe-piloto (Gabinete da Vice-Presidência) e o órgão julgador colegiado-piloto (1ª Turma).

d.2.3) Usuários externos (advogados e procuradores):

A divulgação do Sistema PJe-JT aos usuários externos das localidades em que o sistema foi implantado ocorreu por meio da apresentação das principais funcionalidades a serem utilizadas por advogados e procuradores, tais como: protocolo de ações, petições (contestação, petições de prosseguimento e avulsas), intimações eletrônicas, cadastramento/habilitação nos autos, pesquisa processual, etc.

A apresentação do sistema foi realizada pelo Dr. Leopoldo Fernandes da Silva Lopes (Presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB/MS e integrante do Comitê Gestor Regional do TRT da 24ª Região – CGPJe/24ª Região) em conjunto com servidores da Coordenadoria de Projetos Judiciários, administradores regionais do sistema.

Durante o ano de 2012, foram realizadas 06 (seis) apresentações do Sistema PJe-JT, nas seguintes localidades e datas:

Campo Grande: 10.07.2012 (manhã e noite);
Ponta Porã: 13.07.2012;
São Gabriel do Oeste: 17.09.2012;
Amambai: 30.10.2012; e
Mundo Novo: 27.11.2012.

No dia 10.07.2012, foi realizada, no período da manhã, a apresentação do Sistema PJe-JT aos procuradores da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, da Procuradoria da Fazenda Nacional em Mato Grosso do Sul, da Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso do Sul, da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul e da Procuradoria-Geral do Município de Campo Grande. A apresentação contou com a presença de servidores da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região.

Tendo em vista as peculiaridades de cadastramento e atuação dos procuradores no sistema, foram repassadas, por ocasião dessa apresentação, informações sobre as possibilidades, à época, de distribuição do trabalho entre os procuradores no sistema, envolvendo intimações eletrônicas, gerenciamento dos processos pendentes de manifestação, etc.

Ainda no ano de 2012, foi realizada nova apresentação do sistema para os procuradores da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, entre eles o Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior, membro integrante do Comitê Gestor Regional do TRT da 24ª Região – CGPJe/24ª Região, acompanhados de servidores daquele órgão, oportunidade em que também foram repassadas orientações e sanadas dúvidas quanto à utilização do sistema.

e) Certificação digital para usuários internos:

Com objetivo de que todos os usuários internos (magistrados e servidores) das unidades de implantação do Sistema PJe-JT possuíssem certificação digital antes das respectivas inaugurações, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ realizou as seguintes atividades:

- levantamento da atual demanda de certificação digital para os magistrados e servidores de cada unidade, bem como para os servidores multiplicadores regionais do Sistema PJe-JT;
- tratativas com a gerência da Caixa Econômica Federal – CEF (PAB TRT/MS) para obtenção do número de cartões digitais (“smartcards”) suficientes para a emissão dos certificados digitais dos magistrados e servidores das unidades de implantação do Sistema PJe-JT no ano de 2012;
- controle e entrega dos cartões digitais (“smartcards”) recebidos posteriormente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho aos magistrados e servidores;
- envio ao SRH da relação dos magistrados e servidores para expedição de ofício à Caixa Econômica Federal – CEF, autorizando a emissão dos certificados digitais;
- redação e encaminhamento às unidades, magistrados e servidores de documento com orientações acerca das providências para emissão dos certificados digitais;
- acompanhamento, mediante consulta ao “site” da Caixa Econômica Federal - CEF, do “status” do processo de emissão dos certificados digitais, informando aos magistrados e servidores sobre a liberação para emissão;
- orientação aos usuários internos para a preparação do ambiente para utilização do sistema, com instalação do “driver” da leitora digital e da cadeia de certificação digital nos respectivos equipamentos de informática; e
- conferência, junto às unidades, antes da inauguração do sistema em cada localidade, da emissão dos certificados por todos os usuários e da instalação do “driver” das

leitoras digitais e da cadeia certificadora nos respectivos equipamentos de informática.

1.3. Redação de minutas de atos e normas:

A Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ redigiu, durante o ano de 2012, 21 (vinte e uma) minutas de atos e normas, a serem expedidas pela Presidência do Tribunal, referentes ao Sistema PJe-JT:

1.3.1. Normas:

PORTARIA GP/SCJ N. 007/2012 - Institui comitê gestor regional para administração do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ/CPJ N. 008/2012 - Institui grupo de trabalho multidisciplinar para implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 009/2012 - Institui equipe de multiplicadores regionais da 24ª Região para ações de capacitação de magistrados e servidores em Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 014/2012 - Regulamenta, de forma complementar, a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no âmbito da 24ª Região e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 037/2012 - Dispõe sobre a divulgação provisória de relatório sobre as indisponibilidades do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

1.3.2. Atos:

PORTARIA GP/SCJ N. 010/2012 - Dispõe sobre a suspensão das atividades e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de Ponta Porã para implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 011/2012 - Dispõe sobre a suspensão das atividades e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste para capacitação de servidores no Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 012/2012 - Dispõe sobre a prorrogação dos prazos processuais, no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região, para realização, nos dias 19 e 20 de julho de 2012, de atividades relacionadas à implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 013/2012 - Formaliza a data de início, a unidade de 1º grau e a classe processual de 2º grau para a implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no âmbito da 24ª Região e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 018/2012 - Dispõe sobre a suspensão das atividades e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de Amambai para capacitação de servidores no Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 019/2012 - Dispõe sobre a suspensão das atividades e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de Mundo Novo para capacitação de servidores no Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 020/2012 - Formaliza a data de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, suspende as atividades e prazos processuais no âmbito de sua jurisdição para a referida implantação e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 022/2012 - Formaliza a prorrogação dos prazos processuais com vencimento no dia 14 de setembro de 2012 em decorrência da indisponibilidade do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

PORTARIA GP/SCJ N. 023/2012 - Formaliza a prorrogação dos prazos processuais com vencimento no dia 17 de setembro de 2012 em decorrência da indisponibilidade do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

PORTARIA GP/SCJ N. 025/2012 - Formaliza a prorrogação dos prazos processuais com vencimento no dia 21 de setembro de 2012 em decorrência da indisponibilidade do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

PORTARIA GP/SCJ N. 026/2012 - Formaliza a prorrogação dos prazos processuais com vencimento no dia 24 de setembro de 2012 em decorrência da indisponibilidade do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

PORTARIA GP/SCJ N. 029/2012 - Formaliza a data de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Amambai, suspende as atividades e prazos processuais no âmbito de sua jurisdição para a referida implantação e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 031/2012 - Formaliza a data de ingresso, no Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, das classes processuais de 2º grau não inseridas na implantação do referido sistema na 24ª Região e dá outras providências.

PORTARIA GP/SCJ N. 034/2012 - Formaliza a prorrogação dos prazos processuais com vencimento nos dias 22 e 23 de outubro de 2012 em decorrência da indisponibilidade do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

PORTARIA GP/SCJ N. 035/2012 - Formaliza a prorrogação dos prazos processuais com vencimento no dia 25 de outubro de 2012 em decorrência da indisponibilidade do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

PORTARIA GP/SCJ N. 036/2012 - Formaliza a data de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Mundo Novo, suspende as atividades e prazos processuais no âmbito de sua jurisdição para a referida implantação e dá outras providências.

1.4. Orientações a usuários internos e externos:

A Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ redigiu informações e orientações aos usuários internos e externos do Sistema PJe-JT, além de definir local específico e formatação para sua disponibilização no sítio eletrônico do Tribunal, possibilitando aos referidos usuários acesso ao Sistema PJe-JT (1º e 2º graus), à página oficial do PJe-JT (do Conselho Superior da Justiça do Trabalho) e a “links” para “Roteiro de preparação do ambiente”, “Manuais”, “Sistema PJe-JT”, “Normas”, “Atos”, “Indisponibilidades do PJe-JT” e “Novidades das versões”.

A fim de alertar sobre as indisponibilidades programadas do Sistema PJe-JT

ocorridas no período de 06 a 09.09.2012 e nos dias 15.09 e 14.11.2012, foram redigidas, para disponibilização no sítio eletrônico do Tribunal, avisos, notícias, mensagens e “pop-ups” destinadas aos usuários internos e externos do sistema.

1.5. Divulgação das atividades ao público interno e externo:

Para divulgação das atividades realizadas para implantação do Sistema PJe-JT, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ idealizou e, com apoio da Seção de Comunicação da Presidência e do setor gráfico da Secretaria de Tecnologia da Informação, confeccionou cartazes, com informações sobre apresentações do sistema aos advogados e procuradores trabalhistas militantes em cada localidade e região de implantação, bem como de comunicação do ingresso das classes processuais de 2º grau não inseridas por ocasião da inauguração do sistema na 24ª Região.

Tais cartazes foram encaminhados para a OAB/MS, Associação dos Advogados Trabalhistas e unidades judiciárias de 1º e 2º graus da 24ª Região, acompanhados de informações complementares, tendo sempre como público destinatário os usuários internos e externos do Estado, principalmente das cidades de Campo Grande, Ponta Porã, São Gabriel do Oeste, Amambai e Mundo Novo.

A Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ redigiu minutas de notícias a serem veiculadas pela Seção de Comunicação, além de pautas com informações detalhadas sobre as atividades e os resultados dos eventos.

1.6. Outras atividades:

A Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ realizou também, na gerência do projeto de implantação do Sistema PJe-JT na 24ª Região, as seguintes atividades:

1.6.1. Apadrinhamento do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Maranhão) na implantação do Sistema PJe-JT:

Diante da designação, pela Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (conforme OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG nº 52/2012, de 22.08.2012), do TRT da 24ª Região como tribunal padrinho do TRT da 16ª Região na implantação do Sistema PJe-JT, magistrados e servidores, entre estes os da Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ, tornaram-se responsáveis pela realização das atividades previstas no Ato CSJT.GP.SG n. 186, de 05.07.2012.

Por iniciativa própria do TRT da 24ª Região, a Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ organizou algumas atividades preparatórias aos magistrados e servidores do TRT da 16ª Região, tais como:

- capacitação de servidores, no período de 1º a 05.10.2012, em Campo Grande, por ocasião da capacitação dos servidores das Varas do Trabalho de Amambai e Mundo Novo;

- capacitação de magistrados, no período de 15 a 17.10.2012, em Campo Grande e na Vara do Trabalho de Ponta Porã (unidade-piloto da 24ª Região);

- reunião entre representantes dos Grupos de Trabalho Multidisciplinar de ambos os Regionais, principalmente, para o repasse de informações decorrentes das experiências vivenciadas pela 24ª Região ao Tribunal afilhado.

Os servidores da Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ atuaram como instrutores na atividade de capacitação para administração e parametrização do Sistema PJe-JT,

dirigida aos administradores do sistema na 16ª região, no período de 19 a 23.11.2012, em São Luís/MA, cujo resultado foi também a parametrização e configuração do sistema no Tribunal e nas 03 (três) primeiras Varas do Trabalho.

No período de 07 a 10.12.2012, servidores da Coordenadoria de Projetos Judiciários deslocaram-se, novamente, ao Estado do Maranhão, para a realização das atividades de apresentação do sistema aos operadores do direito (advogados e procuradores), auxílio na preparação das ações inaugurais e acompanhamento e suporte durante as cerimônias de inauguração do sistema no 1º e 2º graus, em Barreirinhas e São Luís, respectivamente.

1.6.2. Reuniões com órgãos e entidades externas:

A Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ, sob a direção do Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior, Presidente do Comitê Gestor Regional para administração do Sistema PJe-JT e do Grupo de Trabalho Multidisciplinar para implantação do referido sistema, organizou as seguintes reuniões, com representantes de órgãos e entidades externas:

a) Reunião com OAB/MS:

Em 04.06.2012, sob a coordenação do Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior, foi realizada reunião com o representante da OAB/MS, Dr. Leopoldo Fernandes da Silva Lopes, Presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB e integrante do Comitê Gestor Regional da 24ª Região, oportunidade em que foi apresentado o cronograma de inauguração do Sistema PJe-JT no 1º e 2º graus, alertando-se para necessidade urgente de os advogados providenciarem suas certificações digitais, imprescindíveis para o acesso ao sistema.

Na ocasião, o Tribunal e a OAB/MS firmaram o compromisso mútuo de trabalharem em parceria na implantação do Sistema PJe-JT, tendo-se acordado, por exemplo, a realização de eventos para a apresentação conjunta do sistema aos operadores do direito, com participação de advogado, magistrados e servidores envolvidos no projeto.

b) Reunião com representantes da PRT/24ª Região, das Procuradorias Federais, Estadual e Municipal:

Em 14.06.2012, também sob a coordenação do Des. Amaury Rodrigues Pinto Junior, foi realizada reunião com representantes da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região - PRT, da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul – PF/MS, da Procuradoria da Fazenda Nacional em Mato Grosso do Sul – PFN/MS, da Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso do Sul – PU/MS, da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul – PGE/MS e da Procuradoria-Geral do Município de Campo Grande - PGM.

Na ocasião, foi apresentado o cronograma de inauguração do Sistema PJe-JT na 24ª Região e outros assuntos correlatos, destacando-se a necessidade de obtenção de certificação digital a todos os procuradores para acesso ao sistema.

Participaram da reunião, além do Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior (Coordenador do Grupo de Trabalho Multidisciplinar da 24ª Região), o Gerente do projeto de implantação, Gilberto Tuller Esposito (Diretor da Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ); o Secretário de Coordenação Judiciária do TRT, Gilmar Rodrigues; o Procurador do Trabalho e membro do Comitê Gestor Regional da 24ª Região, Paulo Douglas Almeida de Moraes; a Procuradora-Chefe da PFN/MS, Ronilde Langhi Pellin; o Procurador-Chefe da PF/MS, Ricardo Marcelino Santana; o representante da PU/MS, Arlindo Icassati Almirão; as representantes da PGE/MS, Ana Paula Ribeiro Costa e Nathalia dos S. Paes de Barros; e o representante da PGM, Matuzael de Assunção Chaves.

1.6.3. Regulamentação e divulgação provisória de relatório das indisponibilidades do Sistema PJe-JT no âmbito da 24ª Região:

Considerando que, durante o ano de 2012, não foram estabelecidos e fornecidos sistemas de auditoria pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho para aferição das indisponibilidades do Sistema PJe-JT, houve a necessidade, nos primeiros meses de utilização do sistema, de expedição de portarias pela Presidência, formalizando, a cada indisponibilidade do sistema, a prorrogação dos prazos processuais com vencimento no dia ou período da indisponibilidade.

Com o objetivo de possibilitar, aos usuários internos e externos, o conhecimento das indisponibilidades do Sistema PJe-JT com efeitos nos prazos processuais, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ, com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, idealizou e passou, a partir de 12.11.2012, a divulgar, provisoriamente, relatório das indisponibilidades do sistema no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

A referida divulgação encontra-se regulamentada pela Portaria GP/SCJ N. 037/2012, de 09.12.2012, minutada pela Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ, que definiu, ainda, as informações resumidas a serem divulgadas no relatório de indisponibilidades do Sistema PJe-JT.

A Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ também redigiu e disponibilizou, com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, informações e orientações para o público externo em geral, no sítio eletrônico do Tribunal, sobre as indisponibilidades do sistema.

1.6.4. Tratativas com magistrados e servidores para implantação do Sistema PJe-JT em cada unidade judiciária da 24ª Região:

Durante o período anterior à inauguração do Sistema PJe-JT em cada unidade judiciária, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ manteve estreito contato com os magistrados e, principalmente, com os Diretores de Secretaria da Varas do Trabalho, tratando, detalhadamente, de diversos assuntos relacionados às atividades para implantação do sistema na respectiva localidade; tais como:

- identificação de advogado para o protocolo da ação inaugural;
- no auxílio ao advogado na preparação da ação inaugural no ambiente de produção, com suporte da CPJ;
- identificação de local com condições para a apresentação do sistema aos operadores do direito;
- divulgação local das atividades a serem realizadas na localidade; e
- informação dos dados necessários para configuração do sistema para marcação automática de audiência da ação inaugural.

1.6.5. Providências para garantia do protocolo da ação inaugural no Sistema PJe-JT na ocorrência de determinados problemas técnicos:

Com o objetivo de garantir o protocolo da ação inaugural no Sistema PJe-JT mesmo na ocorrência de determinados problemas técnicos durante a cerimônia de inauguração, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ definiu planos alternativos e adotou providências, tais como: disponibilização de “nobreak”, “modem 3G” e de “notebook” reserva, para a solução de problemas previsíveis e de fácil e imediata solução, como, por exemplo, falta de energia e de conexão de “internet” por queda da rede interna.

Além disso, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ definiu estratégias para o prosseguimento da cerimônia de inauguração, na ocorrência de problemas técnicos, bem como redigiu texto explicativo para divulgação pelo cerimonial.

Essas providências foram tomadas para inauguração do Sistema PJe-JT no Tribunal e em todas as Varas do Trabalho onde o sistema foi implantado no ano de 2012.

2. Administração técnica do Sistema PJe-JT:

Na administração técnica do Sistema PJe-JT, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ realizou as seguintes atividades:

2.1. Implantação do Sistema PJe-JT:

a) Parametrização:

Durante a realização da atividade de capacitação dos administradores regionais da 24ª Região (a maioria formada por servidores da Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ), ocorrida no período de 25 a 29.06.2012, procedeu-se à parametrização do Sistema PJe-JT no 1º e 2º graus da 24ª Região.

b) Configuração das unidades e cadastramento de magistrados e servidores:

Os administradores regionais procederam, também durante a atividade de capacitação promovida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ocorrida no período de 25 a 29.06.2012, à configuração das unidades-piloto de 1º e 2º graus e o cadastramento de todos os magistrados e servidores, atribuindo-lhes os respectivos perfis, localizações e visibilidade no sistema.

Para cada inauguração do Sistema PJe-JT nas Varas do Trabalho durante o ano de 2012, a Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ realizou também, com antecedência, a configuração das unidades e o cadastramento dos respectivos magistrados e servidores.

c) Configuração das classes judiciais de 2º Grau:

Para fins de cumprimento da determinação contida no art. 41, parágrafo único, da Resolução nº 94 do CSJT, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ realizou o trabalho de identificação e configuração das classes judiciais de 2º grau, previstas na Tabela Processual Unificada de Classes, bem como vinculou os assuntos existentes na Tabela Processual Unificada de Assuntos às respectivas classes, para sua inclusão no Sistema PJe-JT no dia 18.10.2012, dentro do prazo estabelecido no parágrafo único do art. 41 da referida resolução.

2.2. Cadastramento de procuradorias e procuradores:

A Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ manteve, durante o ano de 2012, contato com a Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, as Procuradorias Federais (PF/MS, PFN/MS e PU/MS), a Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul – PGE/MS e a Procuradoria-Geral do Município de Campo Grande – PGM, explicando o cadastramento das procuradorias e respectivos procuradores e assistentes no Sistema PJe-JT, solicitando os dados exigidos pelo sistema.

A Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ procedeu, a partir dos dados recebidos das procuradorias, ao cadastramento no sistema, trabalho que continuará sendo realizado até a implantação do Sistema PJe-JT em todas as unidades da 24ª Região.

2.3. Para atualização e manutenção do Sistema PJe-JT:

a) Atualização de versões:

Desde a inauguração do Sistema PJe-JT na 24ª Região, ocorrida em 20.07.2012, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ testou e implementou 08 (oito) novas versões do sistema (1.4.3.1, 1.4.3.2, 1.4.4, 1.4.4.1, 1.4.4.2, 1.4.5, 1.4.5.0.1 e 1.4.5.0.2), além de 04 (quatro) melhorias de versão.

b) Registro de erros e solicitação de novas funcionalidades no Sistema JIRA:

A Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ, após a inauguração do Sistema PJe-JT, utilizando-se de sistema de comunicação entre os administradores dos Tribunais Regionais do Trabalho e os desenvolvedores do sistema do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (denominado JIRA), registrou 31 (trinta e uma) demandas no JIRA/CNJ e 13 (treze) no JIRA/CSJT, para atendimento aos usuários internos, além de 07 (sete) demandas no JIRA/CNJ e 04 (quatro) no JIRA/CSJT, para atendimento aos usuários externos.

c) Busca por soluções de contorno:

A Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ tem realizado pesquisas no Sistema JIRA e contato com administradores de outros Regionais, na busca de soluções de contorno até que os problemas relatados sejam definitivamente resolvidos pelos desenvolvedores do sistema, o que, às vezes, ocorre somente por ocasião da liberação de uma nova versão do sistema.

3. Atendimento e suporte aos usuários internos e externos:

A Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ, a partir da implantação do Sistema PJe-JT na 24ª Região, ocorrida em 20.07.2012, tem prestado os serviços de atendimento e suporte aos usuários internos e externos do sistema, por telefone, “e-mails” e também presencialmente (até mesmo em reuniões específicas com órgãos e entidades), auxiliando na utilização do sistema, dirimindo dúvidas e recebendo o relato de erros técnicos.

Na prestação do serviço de atendimento, verificou-se que, em sua maioria, os atendimentos consistiram no auxílio quanto à utilização do sistema, da seguinte forma:

- Usuários externos: o atendimento envolveu orientações iniciais, preparação do ambiente, cadastramento no sistema e principais funcionalidades por eles utilizadas, tais como: protocolo de ações, petições (contestação, petições de prosseguimento e avulsas), intimações eletrônicas, cadastramento/habilitação nos autos, pesquisa processual, etc.; e

- Usuários internos: o atendimento esteve relacionado, principalmente, com as diversas tarefas que realizam no sistema.

Embora existam servidores e magistrados multiplicadores no 1º e 2º Graus, os servidores da Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ, diante das demandas apresentadas pelos usuários internos (servidores de Varas do Trabalho e de Gabinetes de Desembargador) e no intuito de lhes prestar melhor atendimento, participaram de capacitações promovidas pelo Tribunal, destinadas a servidores de ambos os graus de jurisdição.

Na prestação do serviço de suporte, diante dos relatos de erros do sistema, a Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ teve por rotina investigar a possível origem do problema, utilizando-se de ambiente próprio para testes; buscar, quando possível, solução de contorno para resolver o problema de imediato; registrar demanda no JIRA, relatando o problema; acompanhar as respostas das demandas iniciadas; e repassar a solução para a

Secretaria de Tecnologia da Informação ou para as unidades, conforme o caso.

II – Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão (Provimento nº 02/2008 e ATO GCGJT nº 14/2011):

1. Sistema e-Gestão - 2º Grau:

A Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ realizou, no 1º semestre de 2012, o trabalho de identificação e, juntamente com o Gabinete de Estatística, de correção dos dados estatísticos do 2º Grau, pendentes para as validações temporais e não temporais do Sistema e-Gestão, disponibilizando carga de dados à área técnica do TST, para emissão de parecer do Comitê Gestor Nacional do referido sistema e posterior autorização de substituição dos Boletins Estatísticos da 24ª Região.

O pedido de substituição dos Boletins Estatísticos de 2º Grau da 24ª Região pelo Sistema e-Gestão foi encaminhado oficialmente, em 16.05.2012, por meio do Ofício TRT/GP/SCJ N. 012/2012, em atenção ao Ofício Circular nº 006/2012 – CGJT.SECG.

A substituição dos Boletins Estatísticos pelo Sistema e-Gestão foi autorizada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho em 15.06.2012, conforme Ofício nº 056/2012 – SECG/DIV.

Diante disso, conforme no Anexo I da Portaria TRT/GP/DGCA Nº 97/2012, que estabeleceu as competências da Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ, foi realizada a entrega do projeto de implantação do Sistema e-Gestão do 2º Grau para o Gabinete de Estatística, unidade responsável.

2. Sistema e-Gestão - 1º Grau:

Com a expedição do ATO GCGJT Nº 023, de 29.11.2011, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ trabalhou na implantação, dentro dos prazos estabelecidos pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, do Sistema e-Gestão do 1º Grau, projeto de responsabilidade da Secretaria de Coordenação Judiciária – SCJ.

Como resultado desse esforço, o TRT da 24ª Região cumpriu os prazos estabelecidos para as 04 (quatro) primeiras etapas de implantação.

Em 17.12.2012, foi solicitado à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, por meio do ofício OF.TRT/GP/SCJ N. 049/2012, a substituição dos Boletins Estatísticos (1º Grau) da 24ª Região pelas informações do Sistema e-Gestão.

III – Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho):

A Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ deu continuidade ao trabalho de acompanhamento, no início de 2012, dos registros de débitos no Sistema Registro de Débitos Trabalhistas – SRDT/24ª Região (desenvolvido e implantado pela 24ª Região em outubro/2011), gerando, principalmente, relatórios diversos, para o levantamento do total de processos em execução, de processos com débitos registrados e de processos pendentes de registro.

Em atenção ao ofício OF.CIRC.TST.GP Nº 1036/2011, do Tribunal Superior de Trabalho, a Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ identificou e apresentou à Secretaria de Coordenação Judiciária - SCJ as providências necessárias para a regularização das falhas apontadas na alimentação do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT.

Em atenção ao ofício OF.TST.GP Nº 739/2012, do Tribunal Superior de Trabalho, novos relatórios foram gerados pela Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ para

apurar o percentual de processos com débitos inscritos e não inscritos, deduzido destes últimos, os processos com execução provisória, execuções fiscais e execuções contra a Fazenda Pública. Procedeu-se, ainda, ao levantamento dos processos que se encontravam em arquivo provisório, anteriormente à entrada em vigor da Lei n. 12.440/2011, nos quais foi declarada a extinção da execução em razão da aplicação da prescrição intercorrente, ainda pendentes de “baixa definitiva”.

IV – Tabelas Processuais Unificadas (Resolução nº 46/2007 do Conselho Nacional de Justiça e ATO GCGJT Nº 12/2011):

A Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ, diante das demandas apresentadas pelo Grupo Gestor Regional do e-Gestão da 24ª Região, tem definido e, com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, implementado melhorias nos sistemas informatizados do Tribunal para o lançamento de assuntos e movimentos (com respectivos complementos) das Tabelas Processuais Unificadas com acréscimos da Justiça do Trabalho.

Em resposta ao Ofício nº 003/2012 – SECG/CIRC, a Coordenadoria de Projetos Judiciários - CPJ realizou levantamento dos assuntos utilizados exclusivamente pela 24ª Região, redigindo tabela com as sugestões encaminhadas à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no intuito de colaborar com o trabalho do Grupo Especial de Revisão da Tabela de Assuntos daquela Corregedoria.

SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO

Tendo como principal escopo a observância dos princípios constitucionais a que a Administração Pública deve obedecer, o Serviço de Controle Interno - SCI desempenhou suas atribuições no ano de 2012 acompanhando e analisando os atos pertinentes à gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial deste Egrégio Tribunal, com a finalidade de verificar e avaliar os resultados obtidos pelos administradores na guarda e utilização dos bens e valores públicos.

A atuação deste Serviço está planejada através do Plano Anual de Auditoria-PAA que demonstra as atividades a serem executadas no decorrer do exercício.

Todas as atividades são desenvolvidas para que o SCI auxilie o Presidente do Tribunal a zelar pela boa e regular gestão administrativa durante o exercício e, por ocasião da entrega anual da prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, certificar a gestão dos responsáveis por bens e dinheiros públicos.

As atividades desenvolvidas por este Serviço estão subdivididas pelas seções que compõem a sua estrutura, a saber:

SEÇÃO DE CONTROLE E ANÁLISE DE PESSOAL – SCAP

A Seção de Controle e Análise de Pessoal realizou auditorias nos processos administrativos concernentes à gestão de pessoal, analisando os efeitos financeiros decorrentes, bem como o registro dos atos de pessoal nos respectivos sistemas informatizados.

Procedeu, ainda, à análise e ao envio ao Tribunal de Contas da União, através do Sistema de Avaliação de Atos de Admissão e Concessões via Internet – SISACNet, das informações concernentes aos atos de admissão de servidores, além da concessão de aposentadorias e pensões.

Por fim, respondeu ou deu encaminhamento às diligências efetuadas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

SEÇÃO DE ANÁLISES CONTÁBEIS – SAC

A Seção de Análises Contábeis (SAC), além de participar de auditorias realizadas pela Seção de Controle e Acompanhamento de Despesa, procedeu à verificação, por amostragem, da classificação contábil dos processos administrativos que envolveram a utilização de créditos orçamentários, observando os reflexos dos registros no balancete da Unidade Gestora, emitido pelo Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Acompanhou, examinando a legalidade e a legitimidade:

- Da escrituração contábil, solicitando os ajustes quando necessário.
- Das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo SIAFI.

- Dos demonstrativos dos bens patrimoniais e do almoxarifado.
- Da execução da programação financeira e orçamentária.

Manteve atualizado no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI, de acordo com as normas vigentes, o rol dos responsáveis deste Tribunal.

Procedeu, ainda, à análise do Relatório Quadrimestral de Gestão Fiscal elaborado pelo Serviço de Orçamento e Finanças.

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE DESPESA – SCAD

No decorrer do exercício de 2012 a Seção de Controle e Acompanhamento de Despesa analisou diversos processos administrativos empenhados no exercício. As inconsistências verificadas foram encaminhadas aos responsáveis dos diversos setores do Tribunal para regularização, por meio de despacho nos próprios processos ou através de recomendações.

Acompanhou por amostragem, através do sistema GESTORE, a instauração dos processos administrativos, com vista a solucionar impropriedades antes da contratação.

Apresentamos a seguir um relato conciso das recomendações expedidas por este Serviço, através de suas seções, consubstanciados nas notas e relatórios de auditoria:

Nota de Auditoria	Falhas e/ou irregularidades	Foi recomendado à Administração que:
01/2012	<p>a) As informações disponibilizadas no item EMPRESAS APENADAS não estão sendo devidamente atualizadas, já que permanecem disponíveis no site dados de fornecedores cujas penalidades estão com o prazo de vigência expirado (Processos: 2724/2009, 3341/2009 e 2744/2010), contrariando a determinação contida no parágrafo único do art. 10, reforçado pelo disposto na segunda parte do art.19, do Ato nº 8/2009 – CSJT.GP.SE.</p>	<p>a) Procedesse às devidas correções e que se adotassem rotinas de monitoramento das publicações.</p>
02/2012	<p>a) Anexos do item Quantitativo de Cargos Efetivos estão sendo disponibilizados, no Portal Transparência, de maneira incompleta, sem o comparativo com as mesmas datas do ano imediatamente anterior, portanto, em desacordo com a determinação do inciso I, § 1º, do artigo 4º da Resolução CNJ nº 102/2009.</p>	<p>a) Promovesse as publicações de acordo com a legislação.</p>

03/2012	<p>a) Ajuste de quota financeira, através da Nota de Lançamento 2012NL000007, resultou em registro indevido na conta contábil 193120104 e falta de contrapartida de registro na contabilidade da Setorial Financeira.</p>	<p>a) Providenciasse o estorno da 2012NL000007.</p>
04/2012	<p>a) Não foi efetuado o desconto no valor de R\$ 170,90 da remuneração do servidor Laércio Giovani Rodrigues, referente pendência de adiantamento da remuneração de férias efetuado no mês de outubro/2011;</p> <p>Foi descontado o valor de R\$ 170,90, na rubrica de indenização à Fazenda Nacional – férias, da remuneração da servidora Laura Cristina Neves, conforme folha de pagamento do mês de janeiro/2012, sem que houvesse pendência dessa natureza em nome da servidora.</p>	<p>a) Promovesse as devidas regularizações na remuneração dos referidos servidores.</p> <p>b) Aprimorasse os controles internos referente à folha de pagamento de pessoal a fim de evitar outras ocorrências dessa natureza.</p>
05/2012	<p>a) Ausência de comprovação do efetivo deslocamento de esposo para a nova sede, para efeito do disposto no art. 9º do Ato GP nº 293/96, alterado pelo Ato GP/DGCA nº 77/2005.</p>	<p>a) Juntasse comprovante de deslocamento do dependente, em cumprimento ao estabelecido na citada norma.</p> <p>b) Anexasse aos autos os comprovantes de deslocamento do esposo da servidora removida, visando dar cumprimento ao art. 9º do Ato GP nº 293/96, nos termos da fundamentação retro;</p> <p>c) Estendesse a determinação do item anterior a todos os processos de concessão de ajuda de custo que se encontrasse em igual situação;</p> <p>d) Incluísse no Ato GP nº 293/96 dispositivo prevendo expressamente a obrigatoriedade de comprovação de mudança de domicílio, tomando como exemplo a redação dada ao § 4º do art. 5º da Portaria TCU nº 625, de 27/11/1996.</p>
06/2012	<p>a) Inexatidão/omissão de informações no Formulário de Concessão de Aposentadoria-SISAC.</p>	<p>a) Regularizasse as impropriedades apontadas.</p>

07/2012	<p>a) Inexatidão/omissão de informações no Formulário de Concessão de Aposentadoria-SISAC.</p>	<p>a) Regularizasse as impropriedades apontadas.</p>
08/2012	<p>a) Divergências entre os saldos de alguns grupos de bens do inventário financeiro em relação aos respectivos registros na contabilidade,</p>	<p>a) Corrigisse os registros contábeis conforme demonstrativo.</p> <p>b) Promovesse os devidos ajustes no sistema SCMP com vistas à atualização dos valores dos bens componentes dos relatórios "Materiais sem Termo e "Inventário de Materiais/Almoxarifado".</p>
09/2012	<p>a) Inexatidão de informação em campo do Formulário de Admissão-SISAC.</p> <p>b) Informações de dados cadastrais não lançadas no sistema SRH.</p>	<p>a) Retificasse o Formulário de Admissão – SISAC;</p> <p>b) Lançasse no sistema SRH as informações relativas aos comprovantes de escolaridade dos servidores acima nominados;</p> <p>c) Efetuasse levantamento dos servidores cujos registros cadastrais não contemplem informações sobre os respectivos comprovantes de escolaridade, procedendo, em seguida, à sua devida regularização no sistema SRH.</p> <p>d) Adotasse novas práticas visando fortalecer o controle interno das atividades em comento.</p>
10/2012	<p>a) O documento anexado pela interessada para justificar sua pretensão foi a Certidão de Tempo de Serviço emitida pelo Ministério dos Transportes, embora o referido período tenha sido laborado sob o regime celetista, portanto, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.</p>	<p>a) Juntasse aos autos do Processo Administrativo nº 890/2005 a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSS, relativa ao período vinculado ao RGPS, laborado na Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRÁS;</p> <p>b) Efetuasse uma revisão em todos os processos de averbação de tempo de contribuição prestado a órgão federal vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, a fim de verificar se o referido tempo foi comprovado mediante CTC emitida pelo INSS.</p>
11/2012	<p>a) Aquisição de 90 cartuchos sobressalentes (toner) para serem entregues juntamente com as impressoras adquiridas. Esses materiais possuem classificação orçamentária distinta: as impressoras são classificadas como Despesas de</p>	<p>a) Regularizasse o saldo do almoxarifado, efetuando as entradas e saídas dos cartuchos sobressalentes, por meio do sistema SCMP;</p> <p>b) Nas futuras contratações, em especial o processo TRT nº 2792/2012 que se encontrava em fase inicial de</p>

	<p>Capital e os cartuchos (toner) como Despesas Correntes.</p> <p>b) Controle dos cartuchos sobressalentes efetuado de forma manual.</p>	<p>contratação, atentasse para a correta classificação orçamentária da despesa;</p> <p>c) Nas aquisições de impressoras, havendo a necessidade de aquisição de cartuchos sobressalentes, esta deverá ser justificada, e a licitação deverá ser realizada em lote único, porém com itens separados (equipamentos e suprimentos).</p>
12/2012	<p>a) Transformação de funções com aumento de despesa em desacordo com o parágrafo único do art.24 da Lei nº 11.416/2006.</p>	<p>a) Encaminhasse, se confirmados os fatos, ao Grupo de Trabalho responsável pela aplicação da Resolução CSJT nº 63/2010, a fim de que fosse revista a Portaria TRT/GP/DGCA nº 529/2012, bem como para anulação de todos os efeitos dela advindos, por contrariar o disposto no parágrafo único do art. 24 da Lei nº 11.416/2006.</p>
13/2012	<p>a) Inexatidão no preenchimento de dados em campos do Formulário de Concessão de Aposentadoria-SISAC.</p>	<p>a) Regularizasse a impropriedade apontada.</p>
14/2012	<p>a) Manutenção do pagamento do benefício pensão por morte para beneficiário temporário com idade superior a 21 anos.</p>	<p>a) Regularizasse a situação apontada;</p> <p>b) Criasse controles internos ou aperfeiçoasse os já existentes. Sugerindo que esse controle fosse feito de modo automatizado por meio do sistema SRH, a fim de evitar ocorrência semelhante.</p>
15/2012	<p>a) Designação de oficial de justiça <i>ad hoc</i> por Juiz Titular ou Substituto da Vara do Trabalho, quando a norma (Resolução CSJT Nº 99, de 20 de abril de 2012) determina que a designação seja editada pelo Presidente do Tribunal.</p>	<p>a) Ante o exposto e considerando o efeito vinculante das Resoluções do CSJT (Art. 86, § 5º do Regimento Interno do CSJT), foi sugerido o envio da Nota de Auditoria à Secretaria da Corregedoria para análise e procedimentos que julgar necessário.</p>
16/2012	<p>a) Concessão de progressão funcional à servidora, sem observar o interstício mínimo de um ano de efetivo exercício no cargo. Isto porque na contagem do referido interstício foi considerado o tempo em que a servidora esteve afastada para frequentar curso de formação para o cargo de agente da Polícia Rodoviária Federal.</p> <p>A servidora solicitou vacância (Processo nº 4535/2012), assim algumas medidas saneadoras</p>	<p>a) Estabelecesse controle interno nos procedimentos de concessão de progressão e/ou promoção funcional, a fim de que somente fossem submetidos às avaliações periódicas de desempenho os servidores que efetivamente tenham cumprido o interstício mínimo estabelecido em regulamento, considerando, para tanto, as licenças e afastamentos computados como de efetivo exercício, nos termos da lei;</p> <p>b) Estabelecesse, da mesma forma, controle interno nos procedimentos de</p>

	restaram prejudicadas.	concessão de férias com a finalidade de verificar, antecipadamente, o implemento do período aquisitivo de 12 (doze) meses de exercício, nos termos do § 1º do art. 77 da Lei nº 8.112/90; c) Efetuasse os acertos decorrentes da vacância por posse em outro cargo inacumulável, notadamente de férias e gratificação natalina, utilizando as orientações consignadas na Nota de Auditoria no que tangem aos efeitos do período de afastamento para curso de formação.
17/2012	a) Inexatidão no preenchimento de dados em campos do Formulário de Concessão de Pensão Civil-SISAC.	a) Regularizasse as impropriedades apontadas.
18/2012	a) Ausência de recolhimento e ausência de registro em folha de pagamento de recolhimentos referente a encargos previdenciários patronais relativos a gratificação natalina. b) Ausência de recolhimento de encargo previdenciário patronal sobre os ajustes financeiros decorrentes de aposentadoria de servidor.	a) Providenciasse os devidos registros e recolhimentos pendentes. b) Revisasse os recolhimentos dos encargos previdenciários decorrentes de acertos financeiros das demais rubricas de pagamento, haja vista que a análise efetuada pelo setor se restringiu às situações apresentadas.
19/2012	a) Inexatidão no preenchimento de dados em campos do Formulário de Concessão de Aposentadoria-SISAC.	a) Regularizasse as impropriedades apontadas.
20/2012	a) O servidor foi exonerado de cargo em comissão (CJ-3) em 21/5/2012, permanecendo no exercício de seu cargo efetivo, sem que tenha sido realizado qualquer acerto. Em 5/6/2012 foi aposentado, ocasião em que lhe foram indenizadas as férias, tendo como base de cálculo a remuneração do mês de maio/2012, incluindo os 20 (vinte) dias do cargo em comissão CJ-3 exercidos naquele mês.	a) Adotasse a prática de indenizar as férias por ocasião da exoneração do cargo em comissão, tomando por base de cálculo a remuneração daquele cargo e considerando a sua data de ingresso para efeito de período aquisitivo, em consonância com o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 78 da Lei nº 8.112/1990; b) Abstivesse de incluir na base de cálculo da indenização de

		<p>férias parcela atinente aos proventos de aposentadoria, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 78 da Lei nº 8.112/1990, bem como no § 2º do art. 17 do Ato GP/DG/DI nº 87/99;</p> <p>c) Avaliasse a legalidade, conveniência e oportunidade de alterar o Ato GP/DG/DI nº 87/99, que regulamenta a concessão de férias no âmbito deste Tribunal, com vistas a incluir a previsão de indenização de férias aos servidores dispensados de função comissionada, nos moldes do procedimento adotado pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal em seus regulamentos.</p>
--	--	---

Relatório de Auditoria	Falhas e/ou irregularidades	Foi recomendado à Administração que:
1/2012	<p>a) Aplicação do suprimento de fundos por pessoa não detentora da verba.</p> <p>b) Concentração de gasto em despesas com manutenção de bens imóveis.</p>	<p>a) Orientasse os supridos de que a responsabilidade pela aplicação e prestação de contas do suprimento de fundos é pessoal e intransferível.</p> <p>b) Abstivesse de efetuar despesas com manutenção predial mediante suprimento de fundos e acelerasse os procedimentos para contratação dos serviços de manutenção predial.</p>
2/2012	<p>a) Erros de preenchimento nos campos do formulário para registro dos atos de admissão, desligamento, aposentadoria e pensão, encaminhados via SISAC.</p>	<p>a) Efetuasse um levantamento dos atos de desligamento encaminhados ao Tribunal de Contas da União com as irregularidades apontadas no Relatório, e providenciasse, em seguida, a sua regularização naquela Corte de Contas.</p> <p>b) Adotasse ou aperfeiçoasse os controles internos inerentes à atividade de preenchimento e envio do formulário SISAC, de forma a evitar a ocorrência dos erros relatados no Relatório. Foi ainda sugerida a adoção de uma rotina de conferência dos dados lançados no sistema, alertando para que fosse observada a segregação de funções entre o executor da tarefa e o conferente.</p> <p>c) Promovesse o treinamento de todos os usuários do sistema SISAC, o que</p>

		<p>permitiria a sua adequada utilização, visando mitigar ou até eliminar os erros apontados no Relatório.</p>
3/2012	<p>a) Incorreções nos cálculos relativos aos valores retroativos a que faz jus servidora aposentada.</p>	<p>a) Revisasse os cálculos.</p> <p>b) Oportunizasse capacitação aos servidores.</p> <p>c) Os processos de natureza administrativa somente sejam encaminhados a este Serviço caso a Presidência entenda necessário e a Administração já tenha firmado posicionamento sobre a matéria.</p>
4/2012	<p>a) Inconsistências nas informações divulgadas no portal Transparência.</p>	<p>a) Providenciasse para que as recomendações elencadas em cada item do Relatório fossem acatadas e seguidas pelos responsáveis;</p> <p>b) Criasse ou aprimorasse os controles internos para que as impropriedades detectadas não voltassem a ocorrer.</p> <p>c) Estudasse a possibilidade de elaboração de norma interna que designasse as unidades responsáveis pelo atendimento das disposições das normas referidas, bem como estabelecesse regras adicionais relativas aos procedimentos de divulgação das informações. Foi indicado como boa prática administrativa o Ato nº 454/2011 editado pelo TRT da 7ª Região.</p>
5/2012	<p>a) Início dos trabalhos de inventário em julho data muito longe do encerramento do exercício.</p> <p>b) Movimentação de bens através de ofícios.</p> <p>c) Ausência na planilha de vistoria da constatação de que o bem móvel é ou não necessário no local.</p> <p>d) Ausência de recebimento no sistema SCMP, pela unidade de destino, das movimentações e requisições.</p> <p>e) Somente após a finalização dos trabalhos é que a Comissão informa</p>	<p>a) Iniciasse os trabalhos da Comissão de Inventário em data mais próxima ao encerramento do exercício.</p> <p>b) Movimentasse os bens, para manutenção ou para devolução, somente através do sistema informatizado SCMP.</p> <p>c) Incluísse na planilha de vistoria se o bem é necessário ou não no local.</p> <p>d) Monitorasse as movimentações ou requisições para que sejam recebidas no sistema SCMP tão logo o material seja entregue no setor.</p> <p>e) Determinasse à Comissão de Inventário que ao não localizar os bens informe</p>

	<p>a Administração sobre os bens não localizados.</p> <p>f) Os bens intangíveis não localizados permanecem registrados na própria conta de “Bens Intangíveis” apresentando inconsistência na situação patrimonial.</p> <p>g) Ausência de norma regulamentadora e de dedicação exclusiva dos membros da Comissão tem dificultado os trabalhos.</p> <p>h) Ausência de controle periódico dos responsáveis pelos bens.</p> <p>i) Movimentação de bens durante os trabalhos da Comissão.</p> <p>j) Ausência de inventário na Biblioteca.</p> <p>k) Sistema informatizado permite a movimentação ou requisição de bens mesmo tendo movimentação ou requisição anterior não recebida.</p>	<p>imediatamente à Administração.</p> <p>f) Sugerisse ao CSJT (Setorial Contábil) a criação de conta contábil para “Bens Intangíveis em Processo de Localização”.</p> <p>g) Editasse norma regulamentadora e elaborasse manual de procedimentos para os trabalhos de inventário.</p> <p>h) Designasse os integrantes da comissão de inventário em caráter de dedicação exclusiva.</p> <p>i) Orientasse os responsáveis pelos bens a adotar procedimentos de controle periódico dos bens sob sua guarda.</p> <p>j) Evitasse a movimentação de bens durante o período de vistoria da Comissão de Inventário.</p> <p>k) Efetuasse, anualmente, o inventário do acervo da biblioteca.</p> <p>l) Verificasse se existia falha no sistema informatizado ou no monitoramento efetuado pela Seção de Almoxarifado, em razão da constatação de que mesmo tendo requisição e movimentação não recebida, o sistema permitia novas requisições e movimentações.</p>
6/2012	<p>a) Relatório de Gestão com informações inconsistentes ou incompletas.</p>	<p>a) Orientasse os envolvidos na coleta dos dados e na elaboração do Relatório de Gestão sobre a importância das informações apresentadas de modo que as mesmas sejam sempre confiáveis e íntegras.</p>
7/2012	<p>a) Erros de lançamento das informações lançadas nos currículos dos servidores por meio do sistema SRH, tais como: erro no preenchimento dos dados, lançamentos duplicados e falta de lançamento.</p> <p>b) Inobservância do disposto no § 2º do art. 15 da Lei 11.416/2006 quanto a proporcionalidade, no mês em que ocorra implemento ou perda de determinado percentual, dos pagamentos do AQ.</p>	<p>a) Promovesse a correção das informações lançadas no sistema SRH.</p> <p>b) Adotasse ou aperfeiçoasse os controles internos inerentes à atividade de lançamento de informações nos registros cadastrais, adequando os sistemas informatizados de forma a evitar a ocorrência de erros como os relatados no item I do Relatório.</p> <p>c) Procedesse a adequação na metodologia de cálculo do adicional de qualificação, de modo que seja considerada a devida proporcionalidade no mês em que ocorra implemento ou</p>

		perda de determinado percentual.
8/2012	<p>a) Veículos com manutenção elevada ou ociosos.</p> <p>b) Veículos sem identificação.</p> <p>c) Descompasso entre as informações constantes no sistema informatizado de gerenciamento da frota com os controles utilizados pela Seção de Transporte.</p>	<p>a) Realizasse estudo para melhor gerenciar a frota buscando maior eficiência em sua utilização, criando ou aperfeiçoando os controles internos, com a finalidade de evitar gastos desnecessários com aquisição de novos veículos, bem como, com a manutenção da frota.</p> <p>b) Adquirisse veículo somente depois de demonstrada e justificada a sua real necessidade, de acordo com o art. 8º e o parágrafo 1º, incisos I ao IV, do art. 9º, da Portaria TRT/GP/DGCA nº 563/2010.</p> <p>c) Providenciasse o desfazimento dos veículos com manutenção elevada (antieconômico), bem como os ociosos, sempre que por meio do gerenciamento da frota for demonstrada uma dessas condições.</p> <p>d) Identificasse, de acordo com a norma, todos os veículos existentes na atual frota.</p> <p>e) Conciliasse as informações contidas no sistema tauruscard com as constantes nas informações registradas nos controles internos existentes.</p>
9/2012	<p>a) Recomendações, constantes no Relatório de Auditoria 02/2010 (Concessão de diárias), pendentes de implementação.</p>	<p>a) Incluísse, na norma interna, a definição de "equipe de trabalho".</p> <p>b) Incluísse, na norma interna, a forma como será concedida diária aos servidores da especialidade segurança quando em deslocamento com magistrados ou servidores.</p> <p>c) Incluísse na norma interna a obrigatoriedade de apresentação do cartão de embarque ou declaração da companhia aérea como únicos documentos capazes de comprovar a data do deslocamento (ida/volta), ou em caso de impossibilidade de apresentação desses comprovantes, sugeriu-se que fosse anexada declaração do superior imediato que comprovasse a data do efetivo retorno ao local de trabalho.</p>

DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

No exercício de 2012 a Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa, de acordo com as deliberações e determinações da Presidência, efetuou o planejamento, a coordenação e a orientação de todas as atividades administrativas do Tribunal, tendo definido, em conjunto com as demais unidades, propostas com vistas a diagnosticar e eliminar vícios em busca da eficiência e da celeridade dos trâmites dos processos administrativos.

Dando continuidade à consecução de uma das prioridades da Direção desta Corte, que se trata do processo de modernização das unidades jurisdicionadas, foram concluídas as construções da nova sede deste Tribunal, cujo contrato foi firmado com a Empresa OAS CONSTRUTORA LTDA., e das sedes próprias da Vara do Trabalho de Trabalho de São Gabriel do Oeste, pela empresa GOMES & AZEVEDO LTDA.- EPP, da Vara do Trabalho de Trabalho de Amambai, pela empresa CONGEO CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

A solenidade de inauguração da nova sede do TRT ocorreu no dia 28 de setembro. Porém, a efetiva mudança das unidades foi realizada em duas etapas: área administrativa no mês de outubro e área judiciária no mês de dezembro, com intensa mobilização dos servidores do Serviço de Material e Patrimônio e Serviços Gerais na operacionalização da logística dos serviços, e fiscalização da contratação de empresa para o transporte do mobiliário, equipamentos e materiais.

As solenidades de inaugurações das sedes próprias de Amambai e São Gabriel do Oeste ocorreram em 19.11.2012 e 26.11.2012, respectivamente.

Com vistas a estabelecer o meio de comunicação de dados necessário para o funcionamento dos sistemas de Tecnologia da Informação (TI) e de telefonia entre os dois prédios (antiga e nova sede do TRT/24ª Região) foi realizada a licitação para a contratação dos serviços de elaboração de projeto executivo e de execução para o fornecimento e instalação de cabeamento de fibra óptica, da qual se sobressaiu vencedora a empresa MW TELEINFORMATICA LTDA., no valor total de R\$ 131.973,46.

Destacamos também a realização da licitação para construção sede própria da Vara do Trabalho de Rio Brilhante, da qual se sobressaiu vencedora a empresa TEKNICA ENGENHARIA LTDA., cuja execução da obra ocorrerá no exercício de 2013.

ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA-GERAL

A Assessoria da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa, com vistas a auxiliar nas tomadas de decisões, emitiu pareceres em processos administrativos, como requerimentos veiculados por servidores, magistrados e entidades diversas, que eventualmente formulam pedidos dirigidos à Administração desta Corte.

Cumprе informar que compete a esta Assessoria Jurídica assessorar o Diretor-Geral da Coordenação Administrativa em matérias administrativas de maior

complexidade, nos processos administrativos, emitindo pareceres nos editais e contratos, auxiliando na elaboração das proposições, bem como auxiliar na elaboração de despachos, portarias e ofícios, conforme disposto no Anexo III do Regulamento Geral deste Tribunal.

Em relação aos processos administrativos foram analisados seus aspectos jurídico e formais, emitindo-se pareceres em todos os processos licitatórios, conforme exigência do artigo 38, inciso VI, e parágrafo único da Lei nº 8.666/93, verificando o enquadramento nas modalidades, analisando os editais das licitações realizadas no exercício, as minutas de contratos, os acordos e os convênios e as defesas nos processos de licitação.

Da mesma forma, foram emitidos pareceres em todos os casos de aplicação de penalidades às empresas contratadas pelo descumprimento de cláusulas contratuais e de edital ou nas hipóteses em que tais sanções foram dispensadas, quando da apresentação de defesa prévia.

Relativamente a assuntos de Pessoal, a Assessoria emitiu pareceres em diversos requerimentos de magistrados, servidores e estagiários, embasando as decisões do Diretor-Geral e do Desembargador-Presidente.

Auxiliou a Presidência com pareceres e opiniões em Processos administrativos, prestando informações e embasamento jurídico em assuntos relacionados às pautas das sessões administrativas do Tribunal Pleno.

Realizou e acompanhou consultas e pedido de providências, em casos de maior complexidade, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Superior de Justiça, para observar o posicionamento dos órgãos de controle administrativo, orçamentário e financeiro.

Providenciou informações a serem encaminhadas à Advocacia Geral da União, matéria de defesa em mandados de segurança e ações ordinárias ajuizadas por juízes, servidores, peritos indicados nas reclamações trabalhistas; todas as manifestações nos processos oriundos do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Preparou as repostas às solicitações da Procuradoria da União com informações e cópias de documentos com vistas a fornecer subsídios para a formulação de defesa em ações ajuizadas em face da União Federal.

Acompanhou os processos judiciais na Justiça Federal, especialmente na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul e Brasília e no Supremo Tribunal Federal.

Quanto aos Processos Judiciais em andamento, esta Assessoria guarda, em arquivo próprio, cópias de informações prestadas ao juízo ou à AGU; fazendo o acompanhamento da tramitação e/ou movimentação dos processos.

Encaminhou à Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Lei nº 8112/90 e Decreto-Lei nº 147/67, informações de débitos tributários de contratados com erário para embasar possíveis inscrições na dívida ativa da União; encaminhou os débitos não tributários à Advocacia Geral da União para possível ingresso de ação judicial.

Quanto à construção da nova Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, cabe ressaltar que houve grande demanda de pesquisa, assessoria ao Diretor-Geral e ao Desembargador-Presidente, inclusive em viagens à Brasília para audiências, pareceres, reuniões, prestação de informações tanto em âmbito interno quanto externo com informações à AGU para as demandas judiciais advindas da obra. Além de análises de termos aditivos e análise jurídica e contábil em conjunto com o Serviço de Orçamento e Finanças.

Ainda, quanto à obra, esta Assessoria acompanhou e assessorou este Regional perante o Tribunal de Contas da União que analisa a licitação e execução do contrato, por meio do Proc. Tomada de Contas 013.455/2007-5.

Seguem abaixo, de forma mais detalhada, alguns assuntos que demandaram parecer da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa, no ano de 2012:

1) Quanto a bens e serviços:

- Análise de todas as licitações realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho, nas modalidades concorrência, tomada de preços, convite, concurso e pregão na modalidade presencial e eletrônica, ainda adotados no sistema de registro de preços; analisando minutas de Editais, Contratos, Convênios ou Ajustes, além de Atas de Registro de Preços, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38, da Lei n.º 8.666/93;
- Análise de minutas de Acordos de Cooperação, Cessões de Uso de Bens Imóveis, firmados com outros órgãos;
- Análise de aditamentos, rescisões, revisões, reajustes e repactuações contratuais, bem como de prorrogações de prazos de vigência contratuais;
- Análise de solicitações de prorrogação dos prazos de entrega de materiais ou serviços e de justificativas; análise de recursos apresentados quando do indeferimento dos pedidos;
- Análise quanto à aplicação de penalidades às empresas contratadas pelo Tribunal por inexecução contratual, bem como no atraso de entrega de material e/ou serviços, bem como dos instrumentos de defesa e dos pedidos de reconsideração e recurso;
- Análise, em relação a assuntos de Pessoal, de requerimentos de magistrados, servidores e estagiários, pautando-se na Lei nº 8112/90 e na LOMAN (Lei Complementar N.º 35, de 14 de março de 1979), assim como em toda a legislação pertinente, de diversos assuntos, dentre os quais: Ajuda de Custo, Aposentadoria, Auxílio-Moradia, Cargo em Comissão, Função Comissionada, Contribuição Previdenciária, Férias, Gratificações, Indenizações, Licenças, Processo Administrativo Disciplinar, Pensão, Quintos, Remoção, Redistribuição, Reposição ao Erário, Abonos.

SECRETARIA-EXECUTIVA DA DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA - SEDG

No contexto da estrutura organizacional deste Tribunal, a Secretaria-Executiva está subordinada diretamente à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa.

É de responsabilidade da Secretaria-Executiva o apoio direto à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa quanto ao planejamento, à coordenação e à orientação das atividades administrativas deste Tribunal,

A SEDG desenvolve, entre outras atividades, a gestão dos contratos administrativos, convênios, termos de cessão, acordos e demais instrumentos correlatos celebrados pelo TRT/24ª Região com outros entes administrativos e particulares, a orientação das atividades relacionadas à administração de material,

patrimônio, compras, finanças e serviços gerais, opinando nos processos, proposições, promoções e outros expedientes oriundos das Diretorias a ela vinculadas.

Acompanhou todos os processos que implicaram despesas, em quase todas as suas fases, desde a iniciação até a liquidação e o pagamento de alguns, colaborando, ainda, no planejamento da Proposta Orçamentária de 2013.

Orientou, coordenou e acompanhou todas as etapas inerentes à formalização de contratos e convênios, firmando-os em nome do Tribunal, via subdelegação de competência.

Com relação aos expedientes oriundos da SEDG, além de assuntos internos, foram feitos contatos com empresas fornecedoras, concessionárias de serviços públicos e outros, com a finalidade de viabilizar o desenvolvimento das atividades administrativas do Órgão com eficácia e eficiência.

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NLC

Ao Núcleo de Licitações e contratos compete:

- Elaborar editais de licitação e efetuar a publicação dos respectivos avisos de licitação, bem como os resultados de todas as etapas;
- Elaborar, juntamente com a Comissão Permanente de Licitação e os Pregoeiros, respostas às impugnações, recursos e questionamentos apresentados;
- Secretariar e dar apoio à Comissão e aos Pregoeiros nas licitações realizadas sob a forma Presencial e Eletrônica, auxiliando na conferência das documentações e das propostas recebidas das licitantes;
- Realizar os trâmites necessários à formalização do cadastro das empresas;
- Proceder à anotação da atuação irregular da empresa em ficha de conduta de fornecedor e em sistema eletrônico do Governo Federal;
- Elaborar minutas de instrumentos contratuais, acordos de cooperação técnica, ata de registro de preços, termos aditivos, termos de distrato e demais documentos afins a serem formalizados pelo Tribunal;
- Formalizar os instrumentos contratuais, acordos de cooperação técnica, ata de registro de preços, termos aditivos, termos de distrato e demais documentos afins autorizados pela autoridade competente;
- Manter controle do prazo de vigência dos instrumentos contratuais, acordos de cooperação técnica, atas de registro de preços e demais documentos afins formalizados pelo Tribunal;
- Manter arquivados, em ordem cronológica, bem como em pastas individuais, cópia dos instrumentos contratuais, acordos de cooperação técnica, ata de registro de preços, termos aditivos, termos de distrato e demais documentos afins;
- Manter atualizada na página do Tribunal, na internet as informações referente aos instrumentos contratuais, acordos de cooperação técnica, ata de registro de preços, termos aditivos, termos de distrato e demais documentos afins formalizados pelo Tribunal;
- Providenciar o apostilamento nos instrumentos contratuais quando permitido por lei e devidamente autorizado pela autoridade competente;
- Lançar dados em sistema eletrônico do Governo Federal dos instrumentos firmados que acarretem efeitos financeiros;

- Auxiliar os fiscais dos contratos, acordos de cooperação técnica, atas de registro de preços e demais documentos afins formalizados pelo Tribunal no que tange à prorrogação do prazo de vigência, rescisão contratual e quando necessária a realização de termo aditivo.

Durante o exercício 2012 o NLC auxiliou na realização de 54 (cinquenta e quatro) procedimentos licitatórios, sendo:

- a) 01 (um) na modalidade CONVITE, conforme Quadro I em anexo;
- b) 43 (quarenta e três) na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, conforme Quadro II em anexo;;
- c) 01 (um) na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, conforme Quadro III em anexo
- d) 01 (um) na modalidade TOMADA DE PREÇOS, conforme Quadro IV em anexo;
- e) Não houve procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA, conforme Quadro V em anexo.
- f) Não houve procedimento licitatório na modalidade de CONCURSO, conforme Quadro VI em anexo;
- g) Também foram celebrados 56 (cinquenta e seis) contratos, 63 (sessenta e três) termos aditivos, 17 (dezessete) Acordos de Cooperação Técnica, 07 (sete) termos de cessão de uso de área, 54 (cinquenta e quatro) Atas de Registro de Preços, 03 (três) Termos de Distrato e 16 (dezesesseis) apostilamentos, totalizando 217 (duzentos e dezessete) instrumentos, conforme Quadro VIII anexo.

Desenvolveu ainda, Atividade referente ao Sistema de Cadastro Unificado de fornecedores – SICAF, cadastramento, recadastramento e atualizações mensais das documentações abrangentes de empresa(s), conforme **Quadro VII** em anexo;

**QUADRO I
CONVITES**

Nº PROC.	Nº CV	OBJETO DA LICITAÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMATIVO (R\$)	VALOR TOTAL ADJUDICADO (R\$)
52/2012	01/2012	Contratação de serviços especializados na área de engenharia para apoio à fiscalização e ao acompanhamento das obras de construção dos prédios-sedes das Varas do Trabalho de Amambaí - MS e São Gabriel do Oeste - MS.	35.492,00	DESERTA – em duas situações

**QUADRO II
PREGÕES ELETRÔNICOS**

Nº PROC.	Nº	OBJETO DA LICITAÇÃO	VR ESTIMATIVO (R\$)	VR. ADJUDICADO (R\$)
5005/2011	01/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização destinados ao novo prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, bem assim de seus bens móveis, compreendendo o fornecimento de todo o material de consumo necessário, bem como dos equipamentos adequados à execução dos trabalhos	553.274,16	466.800,00
152/2011	02/2012	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de movimentação, remanejamento e organização de cargas, como mobiliários, equipamentos, materiais de consumo e bens permanentes, nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região na cidade de Campo Grande-MS	44.367,12	42.306,60
386/2011	03/2012	Contratação de seguro para os veículos da frota deste regional, para o período de vigência de 18.3.2012 até as 24 horas do dia 17.3.2013	53.685,64	40.408,00
553/2012	04/2012	Contratação de empresa para execução de serviços fotográficos, filmagem e disponibilização de equipamentos de som e imagem necessários à cobertura dos treinamentos de pessoal, palestras, eventos e outras atividades a serem promovidas por este tribunal, ao longo do ano de 2012	90.183,75	58.094,04
620/2012	05/2012	Contratação de empresa para o fornecimento de <i>coffee breaks</i> nos eventos de capacitação e treinamento e outros promovidos por este Tribunal	49.681,54	38.736,54
5229/2011	06/2012	Aquisição de 1 (uma) impressora A2	3.745,57	2.899,00
811/2012	07/2012	Contratação de serviços de movimentação de solução de armazenamento de dados (storage) de marca Netapp, entre a sede atual do TRT da 24ª Região e a nova sede	35.733,33	35.733,33
928/2012	08/2012	Contratação de seguro para os prédios e conteúdos (livros, eletroeletrônicos e mobiliários)	70.051,11	67.600,00

		deste Regional e das Varas do Trabalho jurisdicionadas, para o período de vigência de 18/04/2012 até as 24 horas do dia 17/04/2013		
899/2012	09/2012	Registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente	376.679,67	231.822,60
951/2012	10/2012	Registro de preços para eventual aquisição de materiais permanentes, mobiliários e outros	393.984,19	192.327,00 (restaram desertos o grupo 9 e o item 31 e fracassado os itens 32e 33)
898/2012	11/2012	Registro de preços para eventual aquisição de materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização	194.565,92	106.597,50
1.377/2012	12/2012	Registro de preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	559.536,53	Licitação suspensa, revogada e renumerada - PE 15
1.104/2012	13/2012	Prestação de serviços de confecção de togas, becas e capas, para os magistrados, advogados e servidores auxiliares das sessões plenárias deste tribunal	20.175,00	16.337,00
1.833/2012	14/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, destinados aos prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª região, do Fórum Trabalhista de Campo Grande e da Vara do Trabalho de Corumbá.	558.052,08	519.445,92
1.377/2012	15/2012	Registro de preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	559.536,53	404.005,39 (restaram fracassados os itens 3, 36, 37, 38, 44, 47 e 50)
1.922/2012	16/2012	Fornecimento de café, açúcar, chás, adoçante e mistura para <i>capuccino</i> .	8.101,65	6.297,35
2.339/2012	17/2012	Aquisição de móveis sob medida para os plenários da nova sede do TRT da 24ª Região	268.273,49	167.500,00
2.212/2012	18/2012	Registro de preços para eventual aquisição de papeis e impressos padronizados.	69.982,93	40.850,00
1.369/2012	19/2012	Aquisição e instalação de equipamentos e móveis para o gabinete de saúde do novo prédio-sede deste tribunal	51.706,90	48.130,00 (fracassado o item 14)
2.955/2012	20/2012	Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de informática	236.783,37	49.722,00
2.799/2012	21/2012	Aquisição de poltronas auditório para obesos e outros materiais	11.237,48	11021,86 (restou deserto o item 4)
2.939/2012	22/2012	Prestação de serviços de desmontagem e montagem de 7 (sete) módulos de sistema de arquivamento e armazenamento deslizante, marca huffix.	7.595,00	7.500,00

3.119/2012	23/2012	Registro de preços para eventual prestação de serviços gráficos especiais	186.040,52	112.348,40
2.792/2012	24/2012	Registro de preços para eventual aquisição de impressoras laser colorida, de etiquetas, laser monocromática e autenticadora	182458,65	Fracassado pela ausência de propostas válidas
2.884/2012	25/2012	Aquisição de equipamentos diversos (instrumentos de medição, comunicação, perfuradora elétrica de papel, perfurador de papel e elevador portátil individual)	72.355,71	54.166,78
3.008/2012	26/2012	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção dos cabos ópticos que interligam o prédio da Rua Jornalista Belizário Lima aos prédios da Rua João Pedro de Souza e da Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira em Campo Grande/MS	136.243,18	136.004,22
2.062/2012	27/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de dedetização destinados a todas as unidades do TRT da 24ª Região	55.727,93	15.977,45
3.615/2012	28/2012	Aquisição de equipamentos de informática – armário (rack) de 42 Us para ativos de TI	99.490,37	92.999,97
3.476/2012	29/2012	Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e certificação de cabeamento lógico e outros materiais para interligação entre os racks e cofres modulares da sala técnica da nova sede do TRT 24ª, compreendendo ligações de cabos UTP e fibras ópticas	73.800,14	50.000,00
3.789/2012	30/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mudança com execução em 2 etapas	162.500,00	79.349,00
3.818/2012	31/2012	Contratação de empresa especializada para execução da infraestrutura relativa às instalações elétrica e civil, com fornecimento de mão-de-obra e materiais, necessários à instalação de dois novos elevadores	83.181,03	Alterado para a modalidade convite nº 02/2012
2792/2012	32/2012	Registro de preços para eventual aquisição de impressoras laser colorida, de etiquetas, laser monocromática e autenticadora	182.458,65	111.371,00
3.680/2012	33/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de reprodução de cópias e de digitalização, mediante cessão onerosa, de caráter precário, de uso de espaço físico	108.960,00	103.440,00
3.965/2012	34/2012	Aquisição de suprimentos de informática e de materiais de consumo diversos	55.976,96	36.616,81 (fracassados os itens 19, 20, 21 e 25)
4.374/2012	35/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção, conservação e limpeza de jardins, áreas verdes, vasos com plantas ornamentais e espelhos d'águas do novo prédio-sede do Tribunal	4.968,32	56.151,12

Regional do Trabalho da 24ª Região				
4.119/2012	36/2012	Aquisição de equipamentos diversos e de licenças de uso de software destinados à Escola Judicial	25.863,70	9.453,69 (fracassados os itens 1, 2, 3, 9, 10 e 12)
3.827/2012	37/2012	Aquisição de móveis sob medida, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos, devidamente instalados, os quais serão destinados às dependências das instalações da nova sede do TRT da 24ª Região	262.708,39	176.050,00 (fracassado o grupo 3)
4.251/2012	38/2012	Aquisição de 20 (vinte) switches gerenciável de 24 portas	35.920,00	24.995,00
4.477/2012	39/2012	Aquisição de 3 (três) multiplexadores / modems ópticos (equipamento de informática / telefonia)	9.899,10	8.3499,99
4.475/2012	40/2012	Registro de preços/desconto para eventual aquisição de livros jurídicos e técnicos, e em CD ROM (audiolivros).	135.970,97	88.226,01
4.373/2012	41/2012	Aquisição de equipamentos de informática – estabilizadores de tensão elétrica, HD externo, conversor de sinal PC/TV e monitor de vídeo	15.186,17	10.387,88 (cancelado por inexistência de proposta o item 3)
4.563/2012	42/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 5 (cinco) elevadores e 1 (uma) plataforma elevatória da marca otis, instalados no novo edifício-sede do TRT da 24ª Região, com o fornecimento de peças e componentes genuínos do fabricante, quando necessário a substituição	54.360,00	46.614,96
4.205/2012	43/2012	Aquisição de 6 (seis) televisores / terminais de vídeo para Network Operation Center (Central de Operação de Redes)	15.783,96	11.250,00
4.549/2012	44/2012	Contratação de empresa para o fornecimento de coffee break nos eventos de capacitação e treinamento e outros promovidos pelo TRT 24ª Região	74.254,00	62.056,72
4.224/2012	45/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de instalação do sistema de cerca elétrica e de retirada e de reinstalação dos sistemas de alarme de presença e CFTV, com fornecimento de mão-de-obra e materiais, nas dependências das Varas do Trabalho de Amambaí e de São Gabriel do Oeste – MS	17.372,75	Alterado para PE nº 4/2013
5.153/2012	46/2012	Contratação de empresa para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias e aéreas para o TRT da 24ª Região	153.073,44	Alterado para PE nº 3/2013
5.366/2012	47/2012	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de água mineral, acondicionada em garrações de 20 litros e em garrafas de 510 ml, e para aquisição de garrações de 20 litros (somente o vasilhame), para este Tribunal e suas	55.609,59	52.195,38

		unidades jurisdicionadas, no Estado de Mato Grosso do Sul, no decorrer do exercício de 2013		
5.276/2012	48/2012	Contratação de empresa para a execução de serviços fotográficos, filmagem e disponibilização de equipamentos de som e imagem necessários à cobertura dos treinamentos de pessoal, palestras, eventos e outras atividades a serem promovidas por este Tribunal	166.169,67	Alterado para PE nº 1/2013
5.714/2012	49/2012	Aquisição e instalação de 1 (um) par de antenas transceptoras para compor o sistema antifurto da Biblioteca deste Tribunal	27.550,00	Alterado para PE nº 5/2013
5.358/2012	50/2012	Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos elétricos e eletrônicos	93.510,11	Alterado para PE nº 2/2013
5.808/2012	51/2012	Aquisição de lixeiras destinadas aos banheiros, de conjunto para coleta seletiva com 5 cestos e de coletor de pilhas e baterias	53.579,32	Alterado para PE nº 6/2013

QUADRO III **PREGÕES PRESENCIAIS**

Nº PROC.	Nº	OBJETO DA LICITAÇÃO	VR ESTIMATIVO (R\$)	VR. ADJUDICADO (R\$)
4.423/2012	1/2012	Cessão onerosa de uso de espaço físico, com área de 9,20 m ² , em caráter precário, no prédio-sede do Fórum Trabalhista de Campo Grande para a exploração comercial de serviços de reprografia, impressão e digitalização de documentos	266,30 (mensal)	270,00 (mensal)

QUADRO IV **TOMADAS DE PREÇOS**

Nº PROC.	Nº	OBJETO DA LICITAÇÃO	VR ESTIMATIVO (R\$)	VR. ADJUDICADO (R\$)
3.214/2012	01/2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para a confecção dos projetos executivos e execução da obra de construção do prédio-sede da Vara do Trabalho de Rio Brilhante, com a confecção dos projetos executivos.	1.017.462,79	966.618,64

QUADRO V **CONCORRÊNCIA**

Nº PROC.	Nº	OBJETO DA LICITAÇÃO	VR ESTIMATIVO (R\$)	VR. ADJUDICADO (R\$)
		Não houve neste exercício		

QUADRO VI
CONCURSO

Nº PROC.	Nº	OBJETO DA LICITAÇÃO	SITUAÇÃO
Não houve neste exercício			

QUADRO VII
REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES NO SICAF

EMPRESA	ATIVIDADES
FORTESUL - Serviços Especiais de Vigilância e Segurança Ltda. CNPJ 02.576.238/0002-76	Renovação cadastral; Atualizações mensais das documentações abrangentes.
TRANSAMERICA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. CNPJ 07.293.694/0003-03	Renovação cadastral; Atualizações mensais das documentações abrangentes.
COMPUTEC INFORMÁTICA LTDA. CNPJ 04.481.780/0001-90	Cadastramento no SICAF; Atualizações mensais das documentações abrangentes.

QUADRO VIII

CONTRATOS FORMALIZADOS					
Processo nº	Contrato nº	Contratada	Objeto	Valor R\$	Vigência
3.089/2009	01/2012	GOMES & AZEVEDO LTDA.-EPP	Prestação de serviços de engenharia para a construção do prédio-sede da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste	R\$ 730.136,39	23.08.2012
4.431/2010	02/2012	CONGEO CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA.	Prestação de serviços de engenharia para a construção do prédio-sede da Vara do Trabalho de Amambáí.	R\$ 749.900,00	08.08.2012
5.282/2011	03/2012	FLEXFORM INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA.	Aquisição de material de mobiliário geral	R\$ 90.276,00	01.01.2013
5.289/2011	04/2012	STACATTO COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.	Aquisições de poltronas e cadeiras (Poltrona giratória, executiva)	R\$ 85.995,00	30.03.2012
4.054/2011	05/2012	C DIAS EPP	Fornecimento e a instalação de cortina, tipo painel	R\$ 135.591,30	03.01.2014
5.133/2011	06/2012	MADEIREIRA HERVAL LTDA.	Aquisição de equipamentos servidores convencionais de rack e em lâmina, com todos os componentes para as respectivas soluções completas tipo Rack e Blade	R\$ 77.200,00	04.01.2016
2.786/2011	07/2012	MICROSENS LTDA.	Aquisição de impressoras laser monocromáticas	R\$ 43.549,35	05.01.2013
4.800/2011	08/2012	X GÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA. ME	Fornecimento de água mineral, acondicionada em garrafas de 20 litros e em garrafas de 510 ml	R\$ 37.439,60	31.12.2012
54/2012	09/2012	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.- ENERSUL	Fornecimento de Energia Elétrica (ENERSUL/I-GGC/CFEE/9-01.2012)	R\$ 214.116,24	05.01.2013
620/2012	10/2012	MAIS Q PÃO CONVENIÊNCIAS E PÃES LTDA	Fornecimento de coffee break	R\$ 38.736,54	31.12.2012

2.786/2011	11/2012	MICROSENS LTDA	Aquisição de impressoras laser monocromáticas	R\$ 16.749,75	Até o término do prazo de garantia
553/2012	12/2012	MESSIAS FERRERIA DOS SANTOS	Prestação de serviços fotográficos, filmagem e disponibilização de equipamentos de foto e filmagem.	R\$ 44.145,08	31.12.2012
553/2012	13/2012	CORE SERVICE LTDA	Prestação de serviços fotográficos, filmagem e disponibilização de equipamentos de foto e filmagem.	R\$ 13.948,96	31.12.2012
5.229/2011	14/2012	EDERSON F. DE SOUZA – ME	Aquisição de 1 (uma) impressora A2.	R\$ 2.899,00	Até o término do prazo de garantia do equipamento
1.317/2012	15/2012	EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A.	Uso compartilhado de postes	R\$ 31.008,00	16.4.2013
152/2011	16/2012	CLAREAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de movimentação, remanejamento e organização de cargas, como mobiliários, equipamentos, materiais de consumo e bens permanentes	R\$ 42.306,60	13.5.2012
1.912/2012	17/2012	EDWALDO FABRÍCIO DOS SANTOS	Locação do imóvel situado na Rua da República nº 2815/2823, Centro, município de Amambai-MS.	R\$ 20.280,00	30.4.2012
1.023/2012	18/2012	W.J. SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de manutenção, suporte técnico e atualização de duas licenças de uso de software Sistema de Automação de Bilbliotecas (SIABI) – Módulo Memorial.	R\$ 1.602,48	31.5.2013
2.835/2012	19/2012	MW TELEINFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de manutenção do sistema de cabo óptico que interliga o prédio da Rua Jornalista Belizário Lima (TRT) ao prédio da Rua João Pedro de Souza (Fórum Trabalhista de Campo Grande), compreendendo a substituição do cabo e demais materiais.	R\$ 16.724,91	Até o adimplemento total de todas as obrigações
2.702/2012	20/2012	CDP CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	Aquisição de servidores em lâmina (<i>Blade</i>), com suporte de serviços associados, incluindo prestação de assistência técnica em garantia.	R\$ 39.000,00	Noventa dias após o recebimento definitivo do objeto

2.753/2012	21/2012	IBM BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do Hardware e Telessuporte à Software para Solução STORAGE IBM (DS4300, Switch Fiber Channel, Gavetas de expansão, Tape Library e Rack).	R\$ 2.615,42	26.6.2013
2780/2012	22/2012	MADEIREIRA HERVAL LTDA	Aquisição de equipamentos servidores convencionais de rack e em lâmina, com todos os componentes para as respectivas soluções completas tipo Rack e Blade	R\$ 135.000,00	Até o término do prazo de garantia do equipamento
1.833/2012	23/2012	FORTESUL SERVIÇOS ESPECIAIS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA	Prestação de serviços de vigilância armada destinada ao prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e do Fórum Trabalhista de Campo Grande.	R\$ 198.276,00	13.7.2013
1.833/2012	24/2012	RONDAI SEGURANÇA LTDA. - EPP	Prestação de serviços de vigilância armada destinada ao prédio-sede da Vara do Trabalho de Corumbá.	R\$ 78.773,76	18.7.2012
3.359/2012	25/2012	BRASIL TELECOM S/A	Prestação de serviços de telecomunicações de dados visando à atualização tecnológica da rede de longa distância da Justiça do Trabalho, para a interligação da Sede do CONTRATANTE a todas suas unidades do interior.	R\$ 592.050, 90	31.1.2015
3.663/2012	26/2012	JUAREZ DALPASQUALE	Prestação de serviços especializados na área de engenharia para apoio à fiscalização e ao acompanhamento da obra de construção do prédio-sede da Vara do Trabalho de Amambai-MS por intermédio de profissional especializado(a) em engenharia civil ou arquiteto.	R\$ 8.404,20	Até a conclusão dos serviços de engenharia para a construção do prédio-sede da Vara do Trabalho de Amambaí.
3.663/2012	27/2012	JULIANA FLAVIA RAMOS FERREIRA	Prestação de serviços especializados na área de engenharia para apoio à fiscalização e ao acompanhamento da obra de construção do prédio-sede da da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste-MS, por intermédio de profissional especializado em engenharia civil ou arquiteto.	R\$ 8.460,09	Até a conclusão dos serviços de engenharia para a construção do prédio-sede da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste.
3.694/2012	28/2012	PREFEITURA MUNICIPAL DE	O presente contrato tem por objeto a prestação de	O valor mensal estimado do	31.12.2018

		CASSILÂNDIA-MS	serviços de fornecimento de água tratada e a coleta e tratamento de esgoto sanitário para a Vara do Trabalho de Cassilândia-MS, localizada na Rua Juvenal Rezende e Silva nº 299, em Cassilândia-MS	contrato é de R\$ 30, mensais	
3.008/2012	29/2012	MW TELEINFORMÁTICA LTDA	O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção dos cabos ópticos que interligam o prédio da Rua Jornaçista Belizário Lima aos prédios da Rua João Pedro de Souza e Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, com fornecimento de material, conforme as especificações constantes nos Anexos I, II e III do Edital do Pregão eletrônico nº 26/2012 e na proposta da CONTRATADA	R\$136.004,22	O presente contrato terá início a partir de sua assinatura, vigorando por 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses
2.339/2012	30/2012	MÓDULO MÓVEIS E ARQUITETURA LTDA. - EPP	Aquisição de móveis para os plenários da nova sede	R\$ 167.500,00	Até o término do prazo final de garantia dos móveis
3.739/2012	31/2012	DAMOVO DO BRASIL S/A	Este contrato tem por objeto a de solução de Cluster de Firewalls para conexão à Rede Corporativa da Justiça do Trabalho	R\$ 210.929,98	A vigência deste contrato é da data de sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto
4.263/2012	32/2012	EDIFÍCIO PELEGRINO	Locação do imóvel situado na Rua João Pedro de Souza nº 1.001	R\$ 3.788,64	16.9.2013
1.833/2012	33/2012	RONDAI SEGURANÇA LTDA. - EPP	Prestação de serviços de vigilância armada destinada ao prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	R\$ 242.396,16	Início a partir de sua assinatura, vigorando por 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por

					iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses
3.789/2012	34/2012	A.A. CENTRO OESTE TRANSPORTES ARMAZENAGEM E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.-ME	Prestação de serviços de mudança com execução em 2 etapas, conforme definido no Anexo Único do presente contrato.	R\$ 79.349,00	Até a execução total dos serviços contratados
2.883/2012	35/2012	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Prestação de serviço de atualização de licença de softwares e suporte dos produtos ORACLE	R\$ 113.596,27	A partir de 1º/11/2012, vigorando por 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 48 (quarenta e oito) meses
1.369/2012	36/2012	DENTAL ALTA MOGIANA - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	Aquisição de equipamentos odontológicos	R\$ 24.438,00	Até o término do prazo final de garantia dos equipamentos
1.369/2012	37/2012	ODONTOPAN EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA – EPP	Aquisição de equipamentos odontológicos	R\$ 12.800,00	Até o término do prazo final de garantia dos equipamentos
4.497/2012	38/2012	STONE DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA LTDA.	Fornecimento de cartuchos de fita magnética ultrium 5, para armazenamento dos dados de backup, contemplando ainda os serviços de instalação, configuração, atendimento, testes, transferência de tecnologia e suporte técnico	R\$ 42.450,00	Até expiração do prazo de garantia
4.497/2012	39/2012	UNITECH-RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	Fornecimento de subsistema automatizado de backup para armazenamento dos dados de backup, contemplando ainda os serviços de instalação, configuração, atendimento, testes, transferência de	R\$ 105.990,00	Até expiração do prazo de garantia

			tecnologia e suporte técnico.		
5.005/2012	40/2012	AGILE SERVIÇOS GERAIS LTDA.	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização no novo prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	R\$ 466.800,00	3.9.2013
2.062/2012	41/2012	YURE HURTON MARTINS GUIMARÃES – ME	Prestação de serviços de dedetização	R\$ 15.977,45	17.10.2013
3.476/2012	42/2012	MW TELEINFORMÁTICA LTDA. – EPP	Prestação de serviços de fornecimento, instalação e certificação de cabeamento lógico e outros materiais para interligação entre os racks e cofres modulares da sala técnica da nova sede do TRT da 24ª Região	R\$ 50.000,00	Até o término do prazo de garantia dos serviços prestados e dos componentes
3.680/2012	43/2012	H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA.	Prestação de serviços de reprodução de cópias e de digitalização, mediante cessão onerosa, de caráter precário, de uso de espaço físico.	R\$ 103.440,00	28.10.2013
3.416/2012	44/2012	ÁGUAS GUARIROBA S.A.	Fornecimento de água tratada e a coleta e tratamento de esgoto sanitário para as seguintes localidades: TRT 24ª Região (Rua Delegado Carlos Roberto Bastos e Oliveira e Rua Jornalista Belizário Lima); Seção de Almoxarifado e Seção de Arquivo-Geral do TRT da 24ª Região (Rua Jornalista Belizário Lima); Fórum Trabalhista de Campo Grande e 6ª e 7ª Varas do Trabalho de Campo Grande).	R\$ 22.500,00 mensais	7.11.2017
4.395/2012	45/2012	EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL - SANESUL	Fornecimento de água potável para atender os Fóruns Trabalhistas e as seguintes Varas do Trabalho: Amambai, Aquidauana, Bataguassu, Corumbá, Coxim, Dourados, Fátima do Sul, Jardim, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brilhante e Três Lagoas.	R\$ 47.929,56	31.12.2018
4.729/2012	46/2012	CPD CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	Aquisição de servidores em lâmina (<i>Blade</i>), com suporte de serviços associados, incluindo prestação de assistência técnica em garantia.	R\$ 59.600,00	Noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

4.836/2012	47/2012	MORPHO DO BRASIL S.A	Aquisição de Token, com suporte técnico por 36 (trinta e seis) meses.	R\$ 32,00 a unidade	O contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e findará com término do suporte técnico dos objetos
4.307/2012	48/2012	MANZI & CARVALHO COMERCIAL DE INFORMÁTICA LTDA	Aquisição dos equipamentos de informática e comunicação áudio visual interativa tais como: plataformas, lousas interativas e sistema de áudio e vídeo interativos (vídeo telefonia).	R\$ 35.200,00	Até o término do prazo de garantia dos equipamentos
4.374/2012	49/2012	CLAREAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. EPP	Prestação de serviços de manutenção, conservação e limpeza de jardins, áreas verdes, vasos com plantas ornamentais e espelhos d'água do novo prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.	R\$ 56.151,12	12.12.2013
4.832/2011	50/2012	IMOBILIÁRIA HUMBERTO CANALE JUNIOR S/S LTDA	Locação do imóvel situada na Rua João Pedro de Souza nº 991, loja 05, Vila Santa Dorotéia, em Campo Grande-MS, com área total de 329m ² , contendo um salão com mezanino e 02 banheiros.	R\$ 3.035,49 mensais	2.12.2013
	51/2012		CONTRATO NÃO FORMALIZADO		
3.827/2012	52/2012	INDÚSTRIA DE MÓVEIS DICKEL LTDA. ME	Aquisição de móveis sob medida, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos, devidamente instalados.	R\$ 153.100,00	Até o término do prazo final de garantia dos móveis
3.827/2012	53/2012	PORTALLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME	Aquisição de móveis sob medida, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos, devidamente instalados.	R\$ 14.500,00	Até o término do prazo final de garantia dos móveis
3.827/2012	54/2012	MORENA COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA.	Aquisição de móveis sob medida, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos, devidamente instalados.	R\$ 8.450,00	Até o término do prazo final de garantia dos móveis
5.179/2012	55/2012	SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO GABRIEL	Prestação de serviços de fornecimento de água tratada e a coleta e tratamento de esgoto sanitário	R\$ 120,00 mensais	31.12.2018

		DO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	para a Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste.		
2.702/2012	56/2012	CDP CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	Aquisição de servidores em lâmina (<i>Blade</i>), com suporte de serviços associados, incluindo prestação de assistência técnica em garantia	R\$ 26.000,00	Noventa dias após o recebimento definitivo do objeto
4.251/2012	57/2012	MCOM TECNOLOGIA LTDA. ME	Aquisição de equipamentos de informática – switch gerenciável de 24 portas.	R\$ 24.995,00	Até o término do prazo de garantia do equipamento

TERMOS ADITIVOS

Processo n.º	T.A. n.º	Contratada	Objeto	Valor R\$	Vigência
3.581/2110	01/2012	AMERICEL S.A.	Prorrogação do prazo de vigência	****	04.01.2013
3.225/2010	02/2012	CLM TRENTIN	Prorrogação do prazo de vigência	***	10.01.2013
4.363/2008	03/2012	LE SOLEIL TURISMO LTDA.	Prorrogação do prazo de vigência	***	12.01.2013
2.109/2010	04/2012	EMBRETEL S.A.	Prorrogação do prazo de vigência, com reajuste de preços,	R\$ 86.786,76	17.01.2013
4624/2011	05/2012	LLIMA ELETRÔNICA, INFORMÁTICA E REFRIGERAÇÃO LTDA	Acréscimo do quantitativo do contrato de aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split, com as respectivas instalações, referente aos serviços de instalação de 2 (dois) aparelhos de ar condicionado, tipo split, de 2TR, inverter, na Vara do Trabalho de Ponta Porã - Item 60, Grupo 13 do contrato originário	R\$ 2.880,00	***
4.260/2009	06/2012	EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – ENERSUL	Prorrogação do prazo de vigência.	***	9.2.2014
1.958/2007	07/2012	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	Prorrogação do prazo de vigência	***	10.2.2013
551/2008	08/2012	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Prorrogação do prazo de vigência	***	20.2.2013

4.904/2008	09/2012	ROSEMARIE NIMER TERRABUIO	Prorrogação do prazo de vigência	***	11.4.2013
311/2008	10/2012	W.J. SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	Prorrogação do prazo de vigência	***	28.2.2013
489/2009	11/2012	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Prorrogação do prazo de vigência	***	1º.3.2013
3.107/2008	12/2012	FÁCIL INFORMÁTICA & TECNOLOGIA LTDA – ME	Prorrogação do prazo de vigência	***	5.3.2013
3.007/2012	13/2012	EMBRATEL – EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	Prorrogação do prazo de vigência, com supressão de 0,72%	R\$ 132.046,32	3.3.2013
873/2008	14/2012	BANCO SANTANDER (BRASIL) S..A.	Prorrogação do prazo de vigência	***	17.4.2013
	15/2012		T.A. NÃO FORMALIZADO		
3.529/2010	16/2012	SUPRIPPEC SUPRIMENTOS PARA EMPRESAS LTDA – ME	Aumento quantitativo de 24,78% do item 33 da Ata de Registro de Preços nº 23/2011, Pregão Eletrônico – SRP nº 7/2011.	Fica mantido o preço unitário registrado na Ata de Registro de Preços originária – ARP nº 23/2011 – R\$ 2,86	***
3.529/2010	17/2012	RN COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA – ME	Aumento quantitativo de 25% do item 3 da Ata de Registro de Preços nº 25/2011, Pregão Eletrônico – SRP nº 7/2011.	Fica mantido o preço unitário registrado na Ata de Registro de Preços originária – ARP nº 25/2011 – R\$ 6,20.	***
3.529/2010	18/2012	INFORSHOP SUPRIMENTOS LTDA	Aumento quantitativo de 15,87% do item 10 da Ata de Registro de Preços nº 33/2011, Pregão Eletrônico – SRP nº 7/2011	Fica mantido o preço unitário registrado na Ata de Registro de Preços originária – ARP nº 33/2011 – R\$ 107,00.	***

4.904/2008	19/2012	ROSEMARIE NIMER TERRABUIO	Prorrogação do prazo de vigência	***	11.4.2013
4.624/2011	20/2012	LLIMA ELETRÔNICA, INFORMÁTICA E REFRIGERAÇÃO LTDA – EPP	Acréscimo quantitativo	R\$ 3.671,00	***
1.707/2011	21/2012	PLANET GRAF COMÉRCIO E IMPRESSÃO DE PAPEL LTDA	Aumento de 50% no quantitativo registrado para o item 20 do Grupo 5 da Ata de Registro de Preços nº 51/2011 - Pregão Eletrônico – SRP nº 22/2011.	Fica mantido o preço unitário registrado na Ata de Registro de Preços originária – ARP nº 51/2011 – R\$ 60,00.	***
1.147/2009	22/2012	SOPHO BUSINESS COMMUNICATIONS SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA	Prorrogação do prazo de vigência, com reajuste de preços	R\$ 24.566,12	16.4.2013
1.598/2007	23/2012	CONSTRUTOA OAS LTDA	<p>a) prorrogação do prazo para a conclusão da obra até o dia 20.5.2012; b) acréscimo dos subitens do item 2 – instalação e administração da obra e do item 30 - limpeza, referente a inclusão das parcelas 49 a 55 no cronograma físico-financeiro constante do décimo sexto aditivo ao contrato, em razão da prorrogação do prazo contratual, correspondente ao valor de R\$ 713.329,62 (setecentos e treze mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos) – Anexo IV; c) supressão de subitens do item 2 – instalação e administração da obra previstos nas parcelas 44, 45 e 48, no valor de R\$ 14.990,31 (quatorze mil, novecentos e noventa reais e trinta e um centavos) – Anexo V; d) correção do valor do 4º reajuste ao contrato, com redução no valor de R\$ 1.643,14 (mil, seiscentos e quarenta e três reais e quatorze centavos); e) acréscimo e decréscimo de quantitativos de materiais e de serviços em razão da alteração dos projetos, nos valores de R\$ 1.949.607,96 (um milhão, novecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sete reais e noventa e seis centavos) e R\$ 2.859.184,31 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, cento e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos), respectivamente, conforme demonstrados no cronograma físico-financeiro – Anexos II e III</p>	R\$ 50.143.938,98	20.5.2012

1.438/2010	24/2012	RICARDO LUCIANO CARDOSO	Prorrogação do prazo de vigência	***	30.4.2013
4431/2012	25/2012	CONGEO CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA.	Aumento do quantitativo do item 8.1 da planilha de composição de custo unitário, correspondente a 2,15% do valor do contrato.	R\$ 16.113,10	***
3.089/2009	26/2012	GOMES & AZEVEDO LTDA – EPP	Aumento do quantitativo do item 8.1 da planilha de composição de custos unitários, correspondente a 2,09% do valor do contrato.	R\$ 15.242,13	***
1.707/2011	27/2012	ZAP GRÁFICA VIAGENS E TURISMO LTDA EPP	Aumento quantitativo de 16,85% da Ata de Registro de Preços nº 50/2011, Pregão Eletrônico – SRP nº 22/2011.	Fica mantido o preço unitário registrado na Ata de Registro de Preços originária – ARP nº 50/2011 – R\$ 34,20	***
4.463/2010	28/2012	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A.	Prorrogação do prazo de vigência	***	16.6.2013
2.116/2012	29/2012	ACECO TI LTDA	Prorrogação do prazo de vigência	***	26.7.2013
1.370/2010	30/2012	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE	Aumento quantitativo do contrato de prestação de serviços de recrutamento, seleção e administração do programa de estágio remunerado.	***	***
494/2011	31/2012	MARCOS ANTONIO MARINI EPP	Prorrogação do prazo de vigência e alteração da contratada no preâmbulo no Contrato TRT nº 20/2011, em razão da alteração de sua situação empresarial de empresa limitada para empresa individual.	***	13.7.2013
494/2011	32/2012	PLANALTO LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE AMBIENTE LTDA.	Prorrogação do prazo de vigência	***	13.7.2013
2645/2008	33/2012	SH INFORMÁTICA LTDA.	Acréscimo dos serviços de gerenciamento da frota de veículos do CONTRATANTE, conforme valores constantes na cláusula terceira	R\$ 10.000,00	****
3.345/2008	34/2012	H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	Aumento quantitativo de 14,99%	R\$ 8.000,00	***

1.419/2008	35/2012	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL	Prorrogação do prazo de vigência	***	22.8.2013
3.089/2009	36/2012	GOMES & AZEVEDO LTDA – EPP	a) a substituição do cronograma físico-financeiro em relação às etapas 5ª, 6ª, 7ª e 8ª, face a redistribuição dos serviços em tais etapas, e a inclusão da 9ª etapa em razão da prorrogação do prazo de execução em 30 dias; b) o aumento quantitativo e qualitativo da planilha de composição de custos unitários, correspondente ao acréscimo de 5,58% do valor do contrato.	R\$ 40.725,74	****
4.431/2010	37/2012	CONGEO CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA	a) a substituição do cronograma físico-financeiro em relação às etapas 5ª, 6ª, 7ª e 8ª, face a redistribuição dos serviços em tais etapas, e a inclusão da 9ª etapa em razão da prorrogação do prazo de execução em 30 dias, conforme cronogramas (resumido e descritivo), constantes do Anexo I deste Termo Aditivo; b) o aumento quantitativo e qualitativo da planilha de composição de custos unitários, correspondente ao acréscimo de 5,74% do valor do contrato, conforme cronogramas (resumido e descritivo) e planilhas (quantitativo e composição), constantes do Anexo II deste contrato	R\$ 43.023,15	***
2.645/2008	38/2012	S.H. INFORMÁTICA LTDA	Acréscimo de 8,30% dos serviços de gerenciamento da frota e prorrogação do prazo de vigência	R\$ 14.658,08	24.9.2013
1.370/2010	39/2012	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE	a) retificação do Segundo Termo Aditivo nos seguintes termos: - da Cláusula Primeira; - do Parágrafo único da Cláusula Primeira; - do Parágrafo único da Cláusula Quarta. b) prorrogação do prazo de vigência do contrato.	R\$ 32.775,00	5.10.2013
3.007/2010	40/2012	EMBRATEL – EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	Instalação de um Link E-1 para interligar as sedes do TRT entre si e à CONTRATADA	R\$ 6.727,35	5 meses a contar da data de assinatura
3227/2007	41/2012	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A	Aumento quantitativo do valor do contrato de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica para o Fórum Trabalhista de Três Lagoas, unidade consumidora nº 18433707, localizado na Av. Clodoaldo Garcia nº 350, em	R\$ \$ 6.800,00	O presente termo aditivo tem prazo de vigência a contar a data

			Três Lagoas-MS.		de assinatura até 3.10.2012, data de término do prazo de vigência do contrato originário
1.546/2011	42/2012	PROCURADORIA FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Alterar a redação das CLÁUSULAS SEGUNDA e TERCEIRA do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2011, com vistas à alteração do endereço de correio eletrônico utilizado pela PF/MS, e estabelecer que as decisões jurisdicionais de segundo grau também passem a constituir objeto das comunicações de que trata o referido acordo, estendendo-as igualmente ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho.	***	***
2.281/2012	43/2012	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A – EMBRATEL	Prorrogação do prazo de vigência, com reajuste dos preços.	R\$ 44.983,17	7.10.2013
3.571/2009	44/2012	BRASIL TELECOM S.A.	Prorrogação do prazo de vigência	***	22.10.2013
5.005/2011	45/2012	AGILE SERVIÇOS GERAIS LTDA	Redução quantitativa de 10 (dez) serventes do contrato de prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização no novo prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Contrato TRT nº 40/2012, correspondente a 7,06% do valor total do contrato, para o período de 30.10.2012 a 01.01.2013.	R\$ 32.942,01	***
494/2011	46/2012	MARCOS ANTONIO MARINI EPP	Supressão quantitativa de 14,84% do valor do contrato de prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização – Contrato nº 20/2011.	R\$ 130.896,12	***
2.544/2010	47/2012	CAIXA EXONÔMICA FEDERAL	Prorrogação do prazo de vigência	***	6.11.2013
2.566/2010	48/2012	PRÓ ALERTA MONITORAMENTO E SERVIÇOS LTDA.-ME	a) a prorrogação do prazo de vigência do contrato de: I- prestação de serviços de monitoramento dos sistemas eletrônicos de segurança, com deslocamento de atendente desarmado, e se necessária, a manutenção de segurança armada temporária no local,	R\$ 155.176,60	8.11.2013

			<p>II- prestação de serviços de reparo e manutenção corretiva em alarmes, cercas elétricas e CFTV, <u>por chamada técnica</u>, nos sistemas eletrônicos de segurança (centrais de alarme / cerca elétrica / CFTV); e</p> <p>b) o aumento quantitativo de 2,67% sobre o valor do contrato.</p>		
1.455/2010	49/2012	CAMPMAQ COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA.-EPP	Prorrogação do prazo de vigência	***	28.11.2013
1.455/2010	50/2012	LLIMA ELETRÔNICA, INFORMÁTICA E REFRIGERAÇÃO LTDA.-ME	Prorrogação do prazo de vigência, com reajuste de preços.	R\$ 25.783,03	28.11.2013
1.455/2010	51/2012	ELETROTÉCNICA PANTANAL LTDA. - ME	Prorrogação do prazo de vigência, com reajuste de preços.	R\$ 11.009,52	28.11.2013
1.598/2007	52/2012	CONSTRUTORA OAS LTDA.	Adequação dos preços e quantitativos contratuais aos valores corrigidos, conforme planilha elaborada pela 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União, Anexo I, com redução total do contrato em R\$ 3.714.814,97 (três milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentos e quatorze reais e noventa e sete centavos), na data-base de abril de 2007, nos termos do Acórdão nº 2946/2012 – TCU – Plenário	***	***
4.642/2012	53/2012	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	Prorrogação do prazo de vigência	***	22.12.2013
3.089/2009	54/2012	GOMES & AZEVEDO LTDA.-EPP	Acréscimo de 15 dias ao prazo final de conclusão da obra, o aumento do quantitativo de itens previstos e a inclusão de itens não previstos, correspondente a 6,31% do valor do contrato.	R\$ 46.038,57	***
4.431/2010	55/2012	CONGEO CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA	Aumento de 7,31% do valor do contrato	R\$ 54.819,21	***
4.524/2009	56/2012	VIVO S.A.	Prorrogação do prazo de vigência	***	19.12.2013
3.581/2010	57/2012	CLARO S.A.	Prorrogação do prazo de vigência e a alteração da CONTRATADA no preâmbulo do Contrato 01/2011	***	4.1.2014

4.270/2009	58/2012	ECT	Prorrogação da vigência do contrato originário e o aumento do valor estimado do contrato.	R\$ 79.000,00	1º.1.2014
1.833/2012	59/2012	RONDAI SEGURANÇA LTDA. - EPP	Aumento quantitativo de 16,67% sobre o valor do contrato, durante dois meses, a partir da data de sua assinatura, nas Varas do Trabalho de Amambai e São Gabriel do Oeste.	R\$ 40.399,36	***
4.904/2008	60/2012	ROSEMARIE NIMER TERRABUIO	Prorrogação do prazo de vigência	***	31.12.2013
1.418/2008	61/2012	UNIMED CAMPO GRANDE/MS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	Prorrogação do prazo de vigência, com reajuste do valor mensal dos serviços.	R\$ 9.290.901,60	31.12.2013
1.418/2008	62/2012	FENIX SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	Prorrogação do prazo de vigência, com alteração do valor da mensalidade	R\$ 104.430,72	31.12.2013
1.418/2008	63/2012	AMAPIL TÁXI AÉREO LTDA	Prorrogação do prazo de vigência	***	31.12.2013

ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo	Nº	COOPERADOR	OBJETO	VIGÊNCIA
586/2012	01/2012	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF	Processamento de pagamento de salários	16.5.2012 a 15.5.2017
747/2012	02/2012	LEX EDITORA S.A.	Publicação e divulgação da base de dados jurisprudencial	27.2.2012 a 26.2.2017
1.218/2012	03/2012	FUNDAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO	Participação conjunta no Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”	23.3.2012 A 22.3.2014
566/2012	04/2012	JUSTIÇA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL E TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL	Realização de inspeções médicas dos três órgãos por médicos do Quadro Permanente de Pessoal, em junta médica oficial, nos termos da Lei nº8.112/90.	1º.6.2012 a 31.5.2017
489/2012	05/2012	SENADO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL	Cooperação dos partícipes na integração e atualização de informações de bases de dados do TRT 24ª REGIÃO no Portal LexML Brasil, rede de informações jurídica e legislativa do Brasil, que tem por finalidade unificar, organizar e facilitar o acesso às informações descritivas de legislação, jurisprudência, doutrina e proposições legislativas de órgãos da	2.4.2012 a 1º.4.2017

			administração pública federal, estadual e municipal.	
1.200/2012	06/2012	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRT 10ª REGIÃO – ASDR	Estabelecer condições relativas à consignação em folha de pagamento referente ao desconto da remuneração dos servidores ativos e inativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região concernente à mensalidade para custeio da CONSIGNATÁRIA.	12.4.2012 a 11.4.2017
1.598/2012	07/2012	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL – SED/MS	Participação conjunta no Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”	24.4.2012 a 23.4.2014
1.913/2012	08/2012	ITAÚ UNIBANCO S.A.	Processamento de pagamento de salários para os magistrados e servidores.	17.5.2012 a 16.5.2017
2.154/2012	09/2012	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	Participação conjunta no Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”	16.5.2012 a 15.5.2014
1.928/2012	10/2012	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL – DETRAN/MS	Instrução e a prática de atos necessários à consulta, à inserção e à baixa de restrições determinadas nos processos das ações trabalhistas em tramitação nas Varas do Trabalho jurisdicionadas ao TRT 24ª Região	27.5.2012 a 26.5.2017
2.196/2012	11/2012	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB	Participação conjunta no Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”	12.6.2012 a 11.6.2014
712/2012	12/2012			
3.415/2012	13/2012	HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO	O presente acordo tem por objeto estabelecer as condições relativas à concessão de créditos, mediante empréstimos pessoais, aos magistrados e aos servidores ativos, inativos e pensionistas do CONSIGNANTE	3.9.2012 a 3.9.2017
4.679/2012	14/2012	UFMS – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Participação conjunta no Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”	6.11.2012 a 5.11.2014
3.153/2011	15/2012	ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO – AMATRA XXIV	Estabelecer condições relativas à consignação em folha de pagamento referente ao desconto da remuneração dos servidores ativos e inativos do Tribunal Regional do Trabalho da	26.11.2012 a 25.11.2017

			24ª Região concernente à mensalidade para custeio da CONSIGNATÁRIA.	
4.916/2012	16/2012	AD AUGUSTA PER AUGUSTA LTDA. EPP (LEILÕES JUDICIAIS SERRANO)	Realização de leilões judiciais virtuais	16.01.2013 a 15.01.2018
3.415/2012	17/2012	HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO	Estabelecer as condições relativas à concessão de créditos, mediante empréstimos pessoais, aos magistrados e aos servidores ativos, inativos e pensionistas do CONSIGNANTE, desde que com contrato de trabalho/vínculo estatutário formalizado e vigente, mediante a consignação em folha de pagamento, conforme as condições estabelecidas na política de crédito da CONSIGNATÁRIA.	3.12.2012 a 2.12.2017
TERMO DE CESSÃO DE USO DE ÁREA				
Processo	Nº	CESSIONÁRIO	OBJETO	VIGÊNCIA
1.211/2012	01/2012	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA VIGÉSIMA QUARTA REGIÃO	Cessão de uso gratuito de espaço físico pelo Município de Naviraí ao TRT 24ª Região, de uma sala com área aproximada de 16m², no prédio que abriga o PROCON do município de Naviraí-MS.	25.3.2017
	02/2012		TERMO NÃO FORMALIZADO	
4.049/2012	03/2012	MUNICÍPIO DE BATAGUASSU	Cessão gratuita de uso de um imóvel urbano localizado na Rua Brasilândia, nº 709, centro, na cidade de Bataguassu/MS, onde se encontra instalada a Vara do Trabalho	19.9.2012
4.390/2012	04/2012	BANCO DO BRASIL S.A	Cessão de uso, a título oneroso e precário, de espaço físico, cuja área é de 73,54 m², localizado na sede do prédio do TRT 24ª Região, situado à Rua Delegado Carlos Roberto Bastos, n 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes).	21.10.2017
3.680/2012	05/2012	H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	Cessão de uso, a título oneroso e precário, de espaço físico destinado aos serviços de reprodução de cópias e de digitalização.	28.10.2013
4.423/2012	06/2012	H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	Cessão onerosa de uso, em caráter precário, de espaço físico para a exploração comercial de serviços de	8.11.2013

			reprografia - atendimento a terceiros interessados em cópia, impressão e digitalização de documentações processuais, no prédio-sede do Fórum Trabalhista de Campo Grande.	
5.157/2012	07/2012	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	Cessão de uso, a título oneroso e precário, de espaço físico, cuja área é de 73,42m ² , localizado na sede do prédio do TRT 24 ^o Região, situado à Rua Delegado Carlos Roberto Bastos, n 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes).	19.12.2017

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo n.º	ARP Nº	Contratada	Objeto	VIGÊNCIA
898/2012	01/2012	YOUSSEF AMIM YOUSSEF	Registro de preços para eventual aquisição de materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização.	1º.5.2013
898/2012	02/2012	OMEGA – PAPER COMERCIAL LTDA – EPP	Registro de preços para eventual aquisição de materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização.	1º.5.2013
898/2012	03/2012	YOSHIMITSU OGAWA & CIA LTDA – EPP	Registro de preços para eventual aquisição de materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização.	1º.5.2013
898/2012	04/2012	SPORTS, EMPÓRIO, PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA - ME	Registro de preços para eventual aquisição de materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização.	1º.5.2013
899/2012	05/2012	LUIZ FERNANDO GONÇALVES PAPELARIA E INFORMÁTICA	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	10.05.2013
899/2012	06/2012	A1 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	10.05.2013
899/2012	07/2012	SPORTS EMPÓRIO, PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA. ME	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	10.05.2013
899/2012	08/2012	STILOPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	10.05.2013
899/2012	09/2012	BANDESUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	10.05.2013
899/2012	10/2012	CNHS INFORMÁTICA LTDA.	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	10.05.2013

899/2012	11/2012	LICINET INDÚSTRIA COMÉRCIO E BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS PLÁSTICOS LTDA. EPP	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	10.05.2013
899/2012	12/2012	SUPRIPPEC SUPRIMENTOS PARA EMPRESAS LTDA. ME	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	10.05.2013
899/2012	13/2012	EFICAZ TECNOLOGIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	10.05.2013
899/2012	14/2012	INFORTECH INFORMÁTICA LTDA. ME	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	10.05.2013
899/2012	15/2012	MINEIRA MERCANTE LTDA.	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	22.05.2013
899/2012	16/2012	GREEN PAPER COMÉRCIO LTDA.	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente	10.05.2013
951/2012	17/2012	ANAPEL MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente.	10.05.2013
951/2012	18/2012	MIRANTI MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente.	10.05.2013
951/2012	19/2012	CONCORRÊNCIA MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA - EPP	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente.	10.05.2013
951/2012	20/2012	FLEXIBASE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente.	10.05.2013
951/2012	21/2012	OLIVEIRA & SANCHES LTDA – EPP	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente.	10.05.2013
951/2012	22/2012	SANTA TEREZINHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME	Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente.	10.05.2013
1.377/2012	23/2012	IMPORTEC INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	24/2012	PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	25/2012	INFORSHOP SUPRIMENTOS LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013

1.377/2012	26/2012	WMR SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	27/2012	PONTUAL COMERCIAL LTDA. – ME	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	28/2012	MAXSUPRI COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA. ME	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	29/2012	DISK SUPRIMENTOS LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	30/2012	MICROSENS LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	31/2012	GLOBALJET COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	32/2012	LUNNA PAPELARIA E SUPRIMENTOS LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	33/2012	SCORPION INFORMÁTICA LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	34/2012	DOLCIMAR ANTONIO TESTA	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	35/2012	MULTILASER INDUSTRIAL S.A.	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	36/2012	IBW COMPUTADORES LTDA. ME	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	37/2012	CNHS INFORMÁTICA LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
1.377/2012	38/2012	RIBEIRO POLONIO & CIA LTDA. EPP	Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática diversos	14.6.2013
2.212/2012	39/2012	PLANET GRAF COMÉRCIO E IMPRESSÃO DE PAPEL LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de papeis e impressos padronizados	1.7.2013
2.212/2012	40/2012	PERFIL GRÁFICA E EDITORA LTDA. ME	Registro de Preços para eventual aquisição de papeis e impressos padronizados	1.7.2013
2.212/2012	41/2012	ME FORTES LTDA.	Registro de Preços para eventual aquisição de papeis e impressos padronizados	1.7.2013
2.212/2012	42/2012	REZENDE & DINIZ NETO LTDA. ME	Registro de Preços para eventual aquisição de	1.7.2013

			papeis e impressos padronizados	
2.212/2012	43/2012	RPR CRIAÇÕES GRÁFICAS LTDA. ME	Registro de Preços para eventual aquisição de papeis e impressos padronizados	1.7.2013
2.955/2012	44/2012	TB CONSULTORIA E LOGÍSTICA LTDA ME	Registro de preços para eventual aquisição de materiais de informática	9.8.2013
3.119/2012	45/2012	SERIEMA INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP	Registro de preços para eventual prestação de serviços gráficos especiais.	9.8.2013
3.119/2012	46/2012	REZENDE & DINIZ NETO LTDA ME	Registro de preços para eventual prestação de serviços gráficos especiais.	9.8.2013
3.119/2012	47/2012	KASIOROWSKI & VALDEVINO LTDA ME	Registro de preços para eventual prestação de serviços gráficos especiais.	9.8.2013
3.119/2012	48/2012	IMPRESSOART EDITORA GRÁFICA LTDA ME	Registro de preços para eventual prestação de serviços gráficos especiais.	9.8.2013
2.792/2012	49/2012	REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA	Registro de preços para eventual aquisição de impressoras.	6.11.2013
2.792/2012	50/2012	COMPEX TECNOLOGIA LTDA	Registro de preços para eventual aquisição de impressoras.	6.11.2013
2.792/2012	51/2012	MICROSENS LTDA	Registro de preços para eventual aquisição de impressoras.	6.11.2013
2.792/2012	52/2012	TRADE WAY BRASIL LTDA.-ME	Registro de preços para eventual aquisição de impressoras.	6.11.2013
4.475/2012	53/2012	PELLIZZARO & GUIMARÃES LTDA	Registro de preços para eventual aquisição de livros jurídicos e técnicos, e em CD ROM (audiolivros).	11.12.2013
4.475/2012	54/2012	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA	Registro de preços para eventual aquisição de livros jurídicos e técnicos, e em CD ROM (audiolivros).	11.12.2013

CONVÊNIOS

Processo	Nº	CONVENIENTE	OBJETO	VIGÊNCIA
		NÃO HOUVE CONVENIO PARA O EXERCÍCIO		

TERMOS DE DISTRATO

Processo n.º	Contratada	Objeto
854/2008	CLM TRENTIN	Rescisão do Contrato nº 13/2009, que trata da aplicação de ginástica laboral aos magistrados e servidores das unidades do TRT 24ª Região (Sede e Fórum Trabalhista de Campo Grande).
3.225/2012	CLM TRENTIN	Rescisão do Contrato nº 02/2011, que trata da aplicação de ginástica laboral aos magistrados e servidores lotados nos Fóruns Trabalhista de Dourados e de Três Lagoas.
5.094/2007	ÁGUAS GUARIROBA S.A	Rescisão do Contrato nº 50/2007, que trata do fornecimento de água tratada e a coleta e tratamento de esgoto sanitário para as seguintes unidades: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Fórum Trabalhista de Campo Grande, 6ª e 7ª Varas do Trabalho de Campo Grande.

TERMOS DE APOSTILAMENTO

Processo n.º	Contratada	Objeto
5.094/2007	ÁGUAS GUARIROBA S.A.	Reajuste tarifário dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com vigência a partir de 12.01.2012
4.904/2008	SRA. ROSEMARIE NIMER TERRABUIO	Reajuste do valor global do contrato de locação do imóvel destinado ao funcionamento da Vara do Trabalho de Rio Brillhante, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2012
3.225/2010	CLM TRENTIN	Reajuste do valor da hora aula, com efeitos a contar de 11 de janeiro de 2012.
311/2008	W.J. SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	Reajuste do valor do contrato, com efeitos a contar de 29 de fevereiro de 2012.
489/2009	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Reajuste das tarifas de serviços postais e telegráficos nacionais e internacionais, com vigência a partir de 21 de abril de 2012.
4.904/2008	ROSEMARIE NIMER TERRABUIO	Reajuste do valor global do contrato de locação do imóvel destinado ao funcionamento da Vara do Trabalho de Rio Brillhante, com efeitos a contar de 12 de abril de 2012.
1.103/2011	COPLAN-CONSTRUÇÕES PLANEJAMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Reajuste do valor do contrato, com efeitos a contar de 1º de abril de 2012.

494/2011	MEGA SERV SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	Repactuação do valor do contrato em decorrência do reajustamento salarial ocorrido em face da Convenção Coletiva de Trabalho em janeiro de 2012, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2012.
494/2011	PLANALTO LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE AMBIENTE LTDA	Repactuação do valor do contrato em decorrência do reajustamento salarial ocorrido em face da Convenção Coletiva de Trabalho em janeiro de 2012, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2012.
1.602/2011	ELIAS PANAGIOTIS KONTOS	Reajuste do valor do aluguel dos imóveis situados na Rua Rui Barbosa nº 1.525, Vila Ornelas, em Campo Grande-MS, e na Rua Rui Barbosa nº 1.555, Vila Ornelas, em Campo Grande-MS, com efeitos a contar de 8 de junho de 2012.
3.007/2010	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EMBRATEL	Reajuste dos valores dos Serviços de Telefonia Fixa Comutada, modalidade local para a intermediação das ligações de telefones fixo para fixo e fixo para móvel, para promover o entroncamento dos aparelhos PABX do TRT, do Fórum de Dourados/MS e Fórum de Três lagoas/MS, com efeitos a contar de 5 de março de 2012.
489/2009	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Reajuste das tarifas de serviços postais e telegráficos nacionais e internacionais, com vigência a partir de 19 de junho de 2012.
4.270/2009	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Reajuste dos serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada (MALOTE – SERCA), com vigência a partir de 19 de junho de 2012.
2.116/2010	ACECO TI LTDA	Reajuste do valor mensal do contrato de prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva programada e corretiva para os cofres modulares climatizados instalados na sala técnica do TRT 24ª Região, com efeitos a contar de 27 de julho de 2012.

SEÇÃO DE COORDENAÇÃO DE PAGAMENTOS DE CONTRATOS - SCPC

Foi iniciado em 06/2011 um trabalho de aperfeiçoamento dos fiscais, utilizando-se do ato GP/DGCA n° 72/2004 no qual foram esclarecidos vários pontos.

Dando prosseguimento ao trabalho, a Chefe da SCPC realizou visitas a várias Diretorias, a fim de orientar os fiscais sobre possíveis dúvidas, sendo entregues: modelo de checklist, de controle de saldo dos processos, além de sugestão de um novo despacho com o objetivo de que as informações fiquem mais objetivas e completas.

Em fevereiro/2012 houve a transferência de vários processos sob a responsabilidade desta Diretoria para o SEG, conforme CI n° 03/2012, como também houve a lotação de uma servidora desta Diretoria para aquele setor, a fim de melhorar a estrutura organizacional.

Em maio/2012 os processos da STI passaram a ser encaminhados diretamente ao SOF, após orientação do setor, conforme CI n° 14/2012.

Somente no final do mês de novembro/2012 os processos de responsabilidade do SMP, NMP e SRH passaram a ser encaminhados diretamente ao SOF, conforme CI n° 31/2012, n° 32/2012 e n° 33/2012, respectivamente.

Ressaltamos que os processos de diárias também sofreram modificações nos seus procedimentos. As verificações feitas pelo SCPC passaram a ser de responsabilidade do SOF, tais como: verificação da justificativa de deslocamento em finais de semana e feriados, conferência da quantidade de diárias e se o prazo para pagamento das diárias está sendo observado. Esta Diretoria ficou responsável pelo controle e abertura dos processos, sendo juntada a portaria ou ato no respectivo processo e encaminhado para o SOF para as providências.

Durante o decorrer do exercício de 2012 foram analisados e encaminhados para pagamento os processos de responsabilidade desta Seção, tais como: Correios (correspondência), Embratel e Claro (celular), Imprensa Nacional, Indenização de moradia, Aluguel, bem como os provenientes da EJTRT, do Núcleo de Documentação e da Coordenadoria de Cadastramento Processual.

SEÇÃO DE ENGENHARIA - SENG
E
SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS - SAO

Enumeramos as principais atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Manutenção e Projetos e pela Seção de Acompanhamento de Obras no exercício de **2012**, abrangendo: projetos, quantificações, cálculos, visitas técnicas e outros assuntos de relevância.

RESUMO DOS CONTRATOS DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
FIRMADOS EM 2012

Serviços	Local	Descrição	Empresa	Valor final do Contrato	Período	Modalidade e nº do Processo
Fiscalização e coordenação	TRT nova sede de Campo Grande	Construção da nova sede do TRT da 24ª Região	Construtora OAS LTDA	Total R\$ 50.233.266,10 sendo R\$ 3.714.040,33 em 2012	Concluído em set./2012	Concorrência 001/2007 1598/2007
Projeto e Construção	Vara do Trabalho de São Gabriel D'Oeste	Projeto arquitetônico VT de S.Gabriel do Oeste	Gomes & Azevedo Ltda.	R\$ 832.142,83	Concluído em dez./2012	TP 001/2011 3089/2009
Fiscalização	Varas do Trabalho de São Gabriel D'Oeste e Amambaí	Projetos executivos para construção das novas sedes	Nobre Engenharia Ltda.	R\$ 35.188,98	Em andamento	PE 57/2009 4055/2009
Projeto e Fiscalização	Sede antiga do Tribunal	Reforma do edifício-sede do TRT para abrigar o Fórum CG	Em andamento	Em andamento	Em andamento	2003/2010
Projeto e Fiscalização	Vara do Trabalho de Rio Brilhante	Reparos no prédio da Vara	arquivado	Arquivado	arquivado	3448/2010
Projeto	Vara do Trabalho de Amambaí	Projeto Arquitetônico VT de Amambaí	Congeo Construção e Comércio	R\$ 863.855,46	Concluído em dez./2012	TP 2/2011 4431/2010
Projeto e Fiscalização	Vara do Trabalho de Corumbá	Instalação de Guarita de Fibra e Mastro em Corumbá	Brilhante Serviços de Limpeza e Manutenção Ltda.	R\$ 28.547,62	Concluído em março/2012	CV 1/2011 405/2011
Projeto e Fiscalização	Fórum Trabalhista de Dourados	Projeto de Combate a Incêndio e Pânico	Engenheiro Irapuã dos Santos	R\$ 9.130,00	Em andamento	CD 30/2011 406/2011
Projeto e Fiscalização	Sede e Interior	Manutenção de Instalações Prediais	arquivado	arquivado	arquivado	527/2011

Fiscalização	TRT Nova Sede de Campo Grande	Energia Elétrica para Nova Sede	Enersul	R\$ 273.025,00	Em andamento	CD 1743/2011
Fiscalização	Sede antiga do Tribunal	Substituição dos elevadores	Thyssenkrupp Elevadores S.A.	R\$ 420.000,00	Em andamento	PE 43/2011 2827/2011
Fiscalização	Sede antiga e nova sede do Tribunal	Conexão por Fibra Óptica	MW Teleinformática Ltda.	R\$ 131.973,46	Concluído em maio/2012	TP 3/2011 3702/2011
Fiscalização	Nova sede do Tribunal	Fornecimento e Instalação de Cortina	C Dias EPP	R\$ 135.501,30	Em andamento	PE 44/2011 4054/2011
Fiscalização	V.T.s de Amambai e São Gabriel do Oeste	Apoio Fiscalização SGDO e Amambai	arquivado	arquivado	arquivado	52/2012
Fiscalização	Capital e Interior	Recolhimento de ART's	CREA-MS	R\$ 1.550,00	Concluído em dez./2012	CD 08/2012 613/2012
Fiscalização	Sede antiga do Tribunal	Adaptação de Acessibilidade nos Banheiros do 6º e 8º Pavimentos, Plenário e Salas Adjacentes do TRT	Gomes & Azevedo Ltda.	R\$ 41.572,29	Concluído em março/2012	CD 09/2012 734/2012
Fiscalização	Capital e Interior	Plotagem	Futura Impressões Ltda. ME	R\$ 7.125,00	Concluído em dez./2012	CD 17/2012 1135/2012
Fiscalização	Sede antiga do Tribunal	Manutenção Sistema TV	7 Componentes Eletrônicos Ltda. ME	R\$ 1.408,00	Concluído em junho/2012	Dispensa de Licitação 1717/2012
Fiscalização	Sede antiga do Tribunal	Aquisição Baterias Emergência	Jorge Caldas Feitosa Filho ME	R\$ 1.980,00	Concluído em maio/2012	CD 26/2012 1724/2012
Fiscalização	5ª Vara Trabalhista de Campo Grande	Pintura 5ª VT Campo Grande	Gomes & Azevedo Ltda.	R\$ 11.000,00	Concluído em maio/2012	CD 25/2012 1786/2012
Projeto e Fiscalização	Nova Sede do Tribunal	Bancadas para Plenários da Nova Sede do TRT	Módulo Móveis e Arquitetura Ltda.	R\$ 167.500,00	Em andamento	PE 17/2012 2339/2012
Fiscalização	Sede do Tribunal	Assinatura Revistas PINI	Editora PINI Ltda.	R\$ 2.685,00	Em andamento	Inexigibilidade 2496/2012
Fiscalização	Sede do Tribunal	Manutenção de Fibra Óptica Fórum CG - TRT	MW Teleinformática Ltda.	R\$ 16.724,91	Concluído em julho/2012	CD 37/2012 2835/2012
Fiscalização	Nova Sede do Tribunal	Aquisição de elevador unipessoal para serviços de	Prestobat Ltda	R\$ 32.088,00	Em andamento	PE 25/2012 2884/2012

		manutenção				
Projeto e Fiscalização	Vara do Trabalho de Rio Brilhante	Construção da VT de Rio Brilhante	Técnica Engenharia Ltda - EPP	R\$ 966.618,64	Em andamento	TP 01/2012 3214/2012
Fiscalização	Varas Trabalhistas do Interior	Apoio Fiscalização Amambai e SGDO	Juarez Dalpasquale (Amambai) e Juliana Flavia R. Ferreira (SGDO)	R\$ 8.460,09 (SGDO) R\$ 8.404,20 (Amambai)	Concluído em dez./2012	CD 38/2012 e 41/2012 3663/2012
Fiscalização	Capital e Interior	Manutenção Predial - CG Dourados e Três Lagoas	Em andamento	Em andamento	Em andamento	3665/2012
Fiscalização	Vara do Trabalho de Paranaíba	Conserto de Calha - VT Paranaíba	Onofre Luiz Duarte Junior	R\$ 960,00	Em andamento	CD 55/2012 3666/2012
Fiscalização	Sede antiga do Tribunal	Bombas de Sucção para Fossa Séptica	Comercial Lanel Ltda.	R\$ 2.438,00	Concluído em set/2012	Dispensa de Licitação 3759/2012
Projeto e Fiscalização	Sede antiga do Tribunal	Adequação Infraestrutura Elétrica e Civil para Novos elevadores JBL	Gomes & Azevedo Ltda.	R\$ 82.329,01	Em andamento	CV 02/2012 Proc. 3818/2012
Projeto e Fiscalização	Nova Sede do Tribunal	Confecção Móveis para Nova Sede Tribunal	1-Ind. De Móveis Dickel Ltda.-ME 2-Portalli Ind. E Com.Ltda. ME 3-Morena Com. e Serviços Ltda.	1-R\$ 153.100,00 2-R\$ 14.500,00 3-R\$ 8.450,00	Em andamento	PE 37/2012 3827/2012
Fiscalização	Nova Sede do Tribunal	Manutenção de Elevadores para nova sede do Tribunal	Elevaenge Com. Assist. Técnica em Elevadores Ltda.	R\$ 46.614,96	Em andamento	PE 42/2012 4563/2012
Fiscalização	Nova Sede do Tribunal	Reforma de Móveis do Gab. Des.Amaury Rodrigues	Metalmov Ind.Com.Metalúrgicos e Móveis Ltda.-ME	R\$ 6.990,00	Concluído em jan./2013	CD 58/2012 5589/2012
Fiscalização	Capital e Interior	Materiais Elétricos e Hidráulicos	1-Embrar Equipos.Comp onentes Ltda.-ME 2-Petel Material de Construção e Equipos.Ltda. 3-Licitacom Coml.Elétrica Ltda.	1-R\$ 49,90 2-R\$ 1.536,50 3-R\$ 175,00	Em andamento	Cotação Eletrônica de Preços 5767/2012
TOTAL				R\$ 8.027.664,48		

Investimentos considerando a construção da sede própria:

Valor

Porcentagem

Investimentos na 2ª instância	R\$ 5.236.195,35	65,22%
Investimentos na 1ª instância	R\$ 2.791.469,13	34,78%

Investimentos não considerando a construção da sede própria:	Valor	Porcentagem
Investimentos na 2ª instância	R\$ 552.412,30	16,60%
Investimentos na 1ª instância	R\$ 2.774.744,22	83,40%

GENERALIDADES

Geral

- Atualização de projetos das Varas Trabalhistas do interior, em AutoCad.
- Adaptação do Fórum Trabalhista de Campo Grande para o espaço Cidadão.
- Feitas adaptações no Termo de Referência de Manutenção Predial, Preventiva e Corretiva nos imóveis ocupados pelo Tribunal.
- Elaboração de planilha de levantamento de áreas da estrutura física do TRT para o CNJ e CSJT;
- Avaliação dos imóveis com a finalidade de realizar levantamento do seguro patrimonial;
- Atualização da padronização das composições unitárias e seus detalhamentos;
- Elaboração de tabela com a previsão de gastos relativos ao recolhimento de taxas referentes às Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's, junto ao CREA, para o exercício de 2012.
- Elaboração do plano de atividades dos novos estagiários.
- Elaboração de previsão dos certames licitatórios para 2013.
- Elaboração do Plano Anual de Cursos para o NMP.
- Acompanhamento de processos administrativos em geral.

Nova Sede TRT

- Fiscalização diária, pelos engenheiros Amon Micael Fernandes Flores e João Luiz Bitencourt, da construção da nova sede do Tribunal com elaboração de relatórios semanais e mensais das atividades no canteiro de obra; acompanhamento diário da Comissão de Fiscalização do contrato de construção da nova sede do Tribunal, através dos servidores Adriano Pires de Souza, e Leão Maldonado, contadores, e Gerson Martins de Oliveira, secretário executivo da Diretoria Geral de Coordenação Administrativa.
- Elaboração do projeto de mobiliário para o Plenário da nova sede do Tribunal.
- Elaboração de projeto de mobiliário para o gabinete de Saúde da nova sede do Tribunal.
- Elaboração de projeto de Tógario para nova sede do Tribunal.
- Elaboração de projeto do púlpito do Plenário da nova sede do Tribunal.
- Elaboração de projeto de mobiliário da sala de reunião dos desembargadores, em AutoCad.
- Acompanhamento de medição no prédio da nova sede para móveis planejados.
- Conferência do projeto de comunicação visual da nova sede do Tribunal.
- Reestruturação do projeto do Totem para a nova sede do Tribunal.
- Elaboração de contagem e demarcação de vagas úteis no estacionamento da nova sede do TRT.
- Elaboração, em AutoCAD e Sketchup, dos projetos de mobiliário para Nova Sede do Tribunal, com especificação dos materiais.
- Execução de "check-list" final para o obra da nova sede do Tribunal.
- Desenvolvimento de layout dos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal.
- Recebimento do prédio da nova sede do Tribunal, entregue pela Construtora OAS.

TRT – Sede antiga

- Planejamento para a reforma do prédio-sede do Tribunal.
- Elaboração de projeto de reforma de acessibilidade do prédio sede do Tribunal.
- Feito estudo das adaptações necessárias para substituição dos elevadores do sede antiga do TRT.
- Elaboração de planejamento para substituição dos elevadores da sede atual do Tribunal.
- Projeto de reforma da sede antiga do Tribunal para a mudança do Fórum trabalhista de CG.

- Elaboração de orçamentos para a reforma do prédio da sede antiga do TRT.

Vara do Trabalho de Amambaí

- Fiscalização da obra de construção do prédio-sede da Vara Trabalhista de Amambaí/MS.
- Projeto de mobiliário para Recepção da Vara do Trabalho de Amambaí.
- Composição de custos unitários dos aditivos da construção da sede própria de Amambaí.
- Recebimento da obra de construção da sede própria da Vara Trabalhista.

Vara do Trabalho de Aquidauana

- Instalação de aparelhos de ar-condicionado na Vara Trabalhista.
- Realização de serviços de manutenção na Vara Trabalhista.

Vara do Trabalho de Bataguassú

- Instalação de aparelhos de ar-condicionado na Vara Trabalhista.

Vara do Trabalho de Cassilândia

- Instalação de aparelhos de ar-condicionado na Vara Trabalhista.
- Realização de vistoria e execução de serviços de manutenção.

Vara do Trabalho de Corumbá

- Feito o recebimento da guarita da Vara Trabalhista de Corumbá.
- Instalação de aparelhos de ar-condicionado na Vara Trabalhista.

Vara do Trabalho de Coxim

- Realização de serviços de elétrica na Vara Trabalhista.

Fórum Trabalhista de Dourados

- Realização do programa de necessidades para adequação da sala de cálculos.
- Realização de estudo de adaptação para a terceira sala de audiências do Fórum de Dourados.
- Levantamento de áreas para reforma em Dourados.
- Elaboração de projeto de mobiliário para o gabinete da sala de audiência em Dourados.
- Realização de vistoria e manutenção na Vara Trabalhista.

Vara do Trabalho de Mundo Novo

- Realização de vistoria e manutenção na Vara Trabalhista.

Vara do Trabalho de Naviraí

- Realização de vistoria e manutenção na Vara Trabalhista.

Vara do Trabalho de Nova Andradina

- Manutenção elétrica e hidráulica na Vara do Trabalho.

Vara do Trabalho de Paranaíba

- Realização de vistoria e manutenção na Vara Trabalhista.

Vara do Trabalho de Ponta Porã

- Inauguração do sistema PJe-JT na Vara Trabalhista.
- Realização de vistoria e manutenção na Vara Trabalhista.

Vara do Trabalho de Rio Brilhante

- Desenvolvimento, em AutoCAD, do projeto arquitetônico da nova sede trabalhista de Rio Brilhante/MS e desenvolvimento de maquete eletrônica, em Sketchup.
- Desenvolvimento de projeto de mobiliário para a Vara Trabalhista.
- Elaboração de planilhas de quantitativos e composição de custos unitários da nova sede trabalhista de Rio Brilhante/MS.
- Elaboração de projeto de gradil para nova sede trabalhista de Rio Brilhante.
- Realização de manutenção na Vara do Trabalho.

Vara do Trabalho de São Gabriel D'Oeste

- Fiscalização da obra de construção do prédio-sede da Vara Trabalhista de São Gabriel do Oeste-MS.
- Projeto de mobiliário para Recepção da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste.
- Composição de custos unitários dos aditivos da construção da sede própria de São Gabriel do Oeste.
- Recebimento da obra de construção da sede própria da Vara Trabalhista.

Fórum Trabalhista de Três Lagoas

- Elaboração de vistoria na estrutura do prédio do Fórum Trabalhista de Três Lagoas/MS.
- Instalação de novo circuito elétrico e revisão de linhas telefônicas no Fórum Trabalhista.
- Realização de vistoria e execução de serviços de manutenção.

Principais Cursos e Eventos Técnicos

- Participação do engenheiro Marcelo Nakao no curso “Prevenção de Danos nas Construções Públicas”, no Rio de Janeiro.
- Participação do engenheiro Marcelo Nakao na Feicon Batimat, em São Paulo.
- Participação do engenheiro Amon Micael Fernandes Flores no curso “Interferência Estatística Aplicada à Engenharia de Avaliação de Imóveis, no Rio de Janeiro/RJ.
- Participação do servidor Wagner Kobayashi no curso Adobe Photoshop Módulo I, em São Paulo/SP.

COMISSÕES DAS QUAIS OS SERVIDORES DO NÚCLEO DE MANUTENÇÃO E PROJETOS PARTICIPAM:

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:

Resolução Administrativa nº 46/2006

COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ato GP nº 274/2007

Portaria TRT/GP/DGCA nº 446/2007

Portaria TRT/GP/DGCA nº 452 /2007

COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DESTE TRIBUNAL

Portaria TRT/GP/DGCA nº 548/2007

Portaria TRT/GP/DGCA nº 177/2008

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL

Portaria TRT/GP/DGCA nº 167/2010

COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Portaria TRT/GP/DGCA nº 171 /2012

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Portaria TRT/GP/DGCA nº 172/2012

COMISSÃO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE MATERIAIS

Portaria TRT/GP/DGCA nº 467/2012

COMISSÃO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Ato GP nº 126/2012

COMISSÃO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA NOVA
SEDE DO TRIBUNAL

Portaria TRT/GP/DGCA nº 1025 /2012

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2012, a Secretaria de Tecnologia da Informação aplicou o Plano Diretor de TI, derivado do Planejamento Estratégico de TI, aprovado pelo Comitê Gestor de TIC na reunião do dia 27/02/2012.

As unidades citadas realizaram os seguintes projetos e atividades:

Diretoria

- Aquisição de equipamentos
 - 10 Servidores para interior
 - 3 servidores tipo lâmina para a capital
 - 132 estações de trabalho
 - 50 impressoras laser monocromáticas
 - 20 impressoras autenticadoras
 - 20 impressoras de etiquetas
 - 15 impressoras laser coloridas
 - 6 terminais de network operation Center
 - 3 HDs externos
 - 100 estabilizadores
 - 20 switches de 24 portas
 - 4 switches KVM
 - 1 lousa interativa
 - 7 racks para instalação de equipamentos

- Gestão de contratos de Serviços
 - Proc. 551/2008 - Suporte e atualização Software Oracle - Developer Suíte
 - Proc. 4642/2010 - Suporte e atualização Software Oracle – Database Enterprise Edition (bancos do interior)
 - Proc. 3107/2008 - Manutenção de equipamentos de informática
 - Proc. 2883/2012 – Atualização de licenças e suporte ORACLE
 - Proc. 4260/2009 - Locação dos postes para conexão de fibra óptica entre o prédio sede e o Foro Trabalhista
 - Proc. 2753/2012 – Manutenção storage IBM
 - Proc. 2116/2010 – Assistência técnica Aceco
 - Proc. 4524/2009 - Links de internet 3G para magistrados

-
- Proc. 2109/2010 - Link de internet do prédio sede e Foro Trabalhista
 - Proc. 1317/2012 – Uso de 304 postes da Enersul
 - Proc. 3359/2012 – Rede JT (OI)
 - Proc. 3008/2012 – Assistência técnica cabo óptico
- Atividades de Governança
 - Revisão do Planejamento Estratégico de TIC
 - MA 58/2011 – Revisão do Modelo de Gestão do Portfólio de TI
 - Portaria 293/2012 – Implantação da Política de Gestão de Continuidade de Negócios
 - Portaria 227/2012 – Implantação do Acordo de Nível de Serviços de TI

Divisão de Sistemas e Internet

- Coordenação da execução dos projetos:
 - Implantação do sistema eGestão de 1º e 2º graus
 - Implantação do Sistema Gestore – PAE
 - Implantação do Sistema Gestore – WEB
 - Implantação do Sistema SRH – WEB
- Manutenção de Sistemas
 - Alterações no sistema Judice para lançamentos de dados do sistema eGestão de 1º e 2º Graus
 - Alterações no sistema SRH para lançamentos de dados do sistema eGestão
 - Publicações para o DEJT
 - Sistema SCMP – novos relatórios
 - Sistema de geração de boletos de guias de pagamentos do Banco do Brasil
 - Implantação da consulta a base de dados cd CPF/CNPJ da RFB
 - Implantação do convênio com TSE para verificação de cumprimento de obrigação eleitoral
 - Implantação do convênio LexML
 - Importação do dados antigos do banco de dados Clipper

Divisão de Suporte e Segurança

- Instalação, configuração e preparação dos cofres modulares ACECO no novo prédio
- Moving do site principal para o novo prédio
- Configuração da rede de dados do prédio novo para receber os equipamentos clientes

-
- Reconfiguração da rede de dados do Foro Trabalhista para conexão ao novo prédio
 - Substituição do antigo cabo óptico entre os prédios da Rua Jornalista Belizário Lima e João Pedro de Souza
 - Instalação e configuração do link óptico principal
 - Instalação e configuração do link óptico redundante (SGI – MS)
 - Instalação da nova library (backup de dados)
 - Suporte para emissão de certificados digitais
 - Suporte técnico e manutenção dos bancos de dados e servidores de arquivos das varas do interior
 - Implantação do banco de dados de produção do PJe
 - Implantação do banco de dados de homologação do PJe
 - Implantação do banco de dados de bugfix do PJe
 - Preparação e configuração do ambiente de micro-informática das varas de Ponta Porá, São Gabriel do Oeste, Amambaí e Mundo Novo para implantação do Sistema PJe
 - Treinamento e suporte à equipe de técnicos do TRT MA para implantação do Pje naquele regional
 - Suporte técnico para o software Malote Digital
 - Gerenciamento e fiscalização dos contratos de rede internet, rede JT, ORACLE e no-breaks UPS
 - Gerenciamento de backup de segurança

Divisão de Governança de TI

- Implantação do processo de controle de incidentes
- Implantação do processo de controle de problemas
- Implantação do processo de controle de requisição
- Implantação do processo de central de serviços
- Implantação do processo de controle de mudanças
- Atualização do do Site de STI como ponto de divulgação
- Configuração dos dados de TI no sistema SIGEST
- Promoção de treinamentos para técnicos de TI em processos de controle (COBIT)

Projetos não realizados

- Desenvolver software para Resolução CNJ 121/2010
 - Preterido em função da prioridade do eGestão e PJe
- Desenvolver software para Resolução CNJ 125/2010
 - Preterido em função da prioridade do eGestão e PJe

-
- Desenvolver sistema de registro de feriados e dias não úteis
 - Não realizado devido à deliberação contrária do CGTIC
 - Desenvolver sistema de expedição de certidão negativa de processos em trâmite
 - Não realizado devido inviabilidade técnica decorrente da ausência da obrigatoriedade de apresentação de CPF/CNPJ
 - Contratar serviço de operação da central de serviços e de atendimento de 1ª linha de hardware
 - Não realizado devido à falta de recursos orçamentários
 - Informatizar os procedimentos de autorização de consignação
 - Preterido em função do desenvolvimento do novo sistema de gestão de recursos humanos (SGRH)

SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ao Serviço de Orçamento e Finanças compete gerir as atividades referentes às seguintes rotinas: programação orçamentária, empenho, pagamento, contabilidade e administração financeira por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Brasil – SIOB e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

No decorrer do exercício em referência, houve execução orçamentária e financeira nos seguintes programas finalísticos, em nível de projetos/atividades:

- .Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- .Prestação Jurisdicional Trabalhista; e
- .Operações Especiais.

Para executar essas tarefas, o Serviço de Orçamento e Finanças contou com as seguintes seções: Seção de Empenho e Programação Orçamentária, Seção de Pagamento e Seção de Contabilidade.

SEÇÃO DE EMPENHO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesta Seção destacamos as seguintes atividades realizadas:

- .Levantamento dos dados para a elaboração da proposta orçamentária do Tribunal;
- .Elaboração, nos prazos regulamentares, da proposta orçamentária do Tribunal, com inclusão dos dados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Brasil – SIOB;
- .Acompanhamento da tramitação da proposta orçamentária anual;
- .Elaboração dos quadros de solicitação de créditos adicionais ao orçamento anual, diligenciando para que a solicitação seja encaminhada com a antecedência indispensável à sua tramitação pelos órgãos competentes;
- .Emissão de diversas notas de empenho de despesas, anulação, reforço e cancelamento de restos a pagar;
- .Compilação dos dados para o acompanhamento mensal das metas físicas realizadas;
- .Reserva de crédito (pré-empenho) em diversos processos de despesas;
- .Controle de saldos e registros no SIAFI, relativos à sua área de atuação;
- .Controle de empenho de despesas a ser inscritas em restos a pagar; e
- .Outras atribuições determinadas em normas ou pelo superior hierárquico, pertinentes à competência da Seção.

SEÇÃO DE PAGAMENTO

Nesta Seção destacamos as seguintes atividades realizadas:

- .Apropriação de despesas no SIAFI;
- .Elaboração das ordens bancárias para pagamento de pessoal, referentes às diversas folhas de pagamento, mensalmente;

-
- .Pagamento a diversos fornecedores de bens e serviços;
 - .Emissão de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF para recolhimento, ao Tesouro Nacional, das contribuições ao Plano de Seguridade Social do Servidor - PSSS, do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, de indenizações/restituições ao Erário e de tributos relativos à Instrução Normativa SRF n. 480, de 15 de dezembro de 2004, bem como emissão de Guia da Previdência Social - GPS para o recolhimento das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
 - .Recolhimento de Guias de Recebimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
 - .Recolhimento de consignação em folha de pagamento a diversas entidades;
 - .Pagamento de diárias aos servidores, aos magistrados e aos colaboradores eventuais;
 - .Pagamento de bolsa mensal e auxílio-transporte aos estagiários;
 - .Pagamento de precatórios e sentenças de pequeno valor - SPV;
 - .Pagamento de honorários periciais;
 - .Pagamento de indenização de transporte e de combustível aos servidores e magistrados;
 - .Emissão de comprovantes de rendimentos aos fornecedores e prestadores de serviços;
 - .Elaboração da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF/Secretaria da Receita Federal do Brasil, no que compete aos trabalhos da Seção;
 - .Encaminhamento diário, ao Banco do Brasil, das relações de ordens bancárias emitidas - REs; e
 - .Outras atribuições determinadas em normas ou pelo superior hierárquico, pertinentes à competência da Seção.

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Nesta Seção destacamos as seguintes atividades realizadas:

- .Análise dos balanços contábeis;
- .Baixa e conciliação dos saldos dos materiais de consumo e permanente;
- .Registro de bens imóveis no Sistema Patrimonial de Imóveis da União - SPIU;
- .Apropriação da folha de pagamento de pessoal;

- .Apropriação e controle de suprimento de fundos;
- .Registros diversos dos atos e fatos contábeis atinentes à unidade gestora;
- .Conciliação de saldos de diversas contas contábeis;
- .Elaboração da Declaração Mensal de Serviços – DMS para as prefeituras municipais;
- .Elaboração de Relatórios de Gestão Fiscal;
- .Análise dos processos administrativos de pagamentos aos fornecedor e prestadores de serviços;

.Outras atribuições determinadas em normas ou pelo superior hierárquico, pertinentes à competência da Seção.

QUADRO-SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/2012

15.000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

15.125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL + SUPLEMENTAÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS/INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO				
OPERAÇÕES ESPECIAIS				
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		13.096.039,00	13.095.811,13	227,87
Aposentadorias e Reformas	319001	9.048.540,75	9.048.312,88	227,87
Pensões	319003	939.769,53	939.769,53	0,00
Sentenças Judiciais	319091	129.704,91	129.704,91	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	319092	2.978.023,81	2.978.023,81	0,00
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA				
ATIVIDADES				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES		2.578.456,00	2.570.136,24	8.319,76
Outras Despesas Correntes	339000	2.530.326,00	2.522.006,24	8.319,76
Material de Consumo	339030	10.858,00	6.177,75	4.680,25
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	2.290.514,00	2.287.379,17	3.134,83
Obrigações Tributárias e Contributivas	339147	228.954,00	228.449,32	504,68
Equipamentos e Material Permanente	449000	48.130,00	48.130,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	449052	48.130,00	48.130,00	0,00
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS		854.291,00	850.588,25	3.702,75
Outros Benefícios Assistenciais	339008	854.291,00	850.588,25	3.702,75
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS		1.665,00	1.351,98	313,02
Auxílio-Transporte	339049	1.665,00	1.351,98	313,02
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS		5.949.420,00	5.949.390,89	29,11
Auxílio-Alimentação	339046	5.862.660,00	5.862.630,89	29,11
Despesas de Exercícios Anteriores	339092	86.760,00	86.760,00	0,00
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO		881.000,00	797.942,59	83.057,41
Outras Despesas Correntes	339000	881.000,00	797.942,59	83.057,41
Diárias - Pessoal Civil	339014	459.000,00	412.092,58	46.907,42

Material de Consumo	339030	93,32	93,32	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	339036	114.500,00	105.896,14	8.603,86
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	275.512,68	249.566,55	25.946,13
Indenizações e Restituições	339093	26.894,00	26.894,00	-
Obrigações Tributárias e Contributivas	339147	5.000,00	3.400,00	1.600,00
ASSISTÊNCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES		879.854,00	879.051,72	802,28
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	339036	584.612,74	584.153,64	459,10
Despesas de Exercícios Anteriores	339092	148.599,26	148.599,26	0,00
Obrigações Tributárias e Contributivas – Operações Intra-orçamentárias	339147	117.240,83	116.897,65	343,18
Obrigações Patronais – Despesas de Exercícios Anteriores	339192	29.401,17	29.401,17	0,00
MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO		90.000,00	71.432,77	18.567,23
Diárias - Pessoal Civil	339014	79.921,39	67.285,71	12.635,68
Despesas de Exercício Anteriores	339092	78,61	78,61	-
Indenizações e Restituições	339093	10.000,00	4.068,45	5.931,55
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL		81.293,00	66.293,00	15.000,00
Diárias - Pessoal Civil	339139	81.293,00	66.293,00	15.000,00
PAGAMENTO DO PESSOAL ATIVO DA UNIÃO		110.440.991,00	110.440.139,14	851,86
Pessoal e Encargos Sociais	319000	110.440.991,00	110.440.139,14	851,86
Outros Benefícios Assistenciais	319008	31.656,00	31.656,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	319011	98.445.356,65	98.444.504,79	851,86
Obrigações Patronais	319013	188.780,44	188.780,44	0,00
Outras Despesas Variáveis	319016	743.423,03	743.423,03	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	319092	10.721.641,62	10.721.641,62	0,00
Obrigações Patronais – Operações Intra-orçamentárias	319113	310.131,01	310.131,01	0,00
Despesas de Exercício Anteriores – Obrig. Patronais	319192	2,25	2,25	0,00
APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO		12.340.864,00	11.128.060,50	1.212.803,50
Despesas Correntes	339000	9.713.964,00	9.031.647,62	682.316,38
Diárias - Pessoal Civil	339014	352.267,15	344.593,32	7.673,83
Material de Consumo	339030	1.205.569,12	879.688,91	325.880,21
Material de Distribuição Gratuita	339032	19.154,00	19.154,00	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção	339033	226.948,54	176.421,34	50.527,20
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	339036	1.235.455,00	1.217.466,48	17.988,52
Locação de Mão de Obra	339037	1.475.446,21	1.446.453,37	28.992,84
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	3.744.199,62	3.519.872,11	224.327,51
Obrigações Tributárias e Contributivas	339047	20.111,87	20.042,68	69,19
Auxílio-Transporte	339049	155.100,00	136.368,00	18.732,00
Despesas de Exercícios Anteriores	339092	1.998,41	1.998,41	0,00
Indenizações e Restituições	339093	1.273.120,62	1.264.995,54	8.125,08
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339139	1.044,00	1.044,00	0,00
Obrigações Tributárias e Contributivas – Operações Intra-orçamentárias	339147	3.549,46	3.549,46	0,00
Despesas de Capital	449000	2.626.900,00	2.096.412,88	530.487,12

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	449039	8.003,00	8.003,00	0,00
Orçamento a detalhar	449000	511.399,00	0	511.399,00
Obras e Instalações	449051	196.098,90	196.098,90	0,00
Equipamentos e Material Permanente	449052	1.911.399,10	1.892.310,98	19.088,12
PROJETOS				
REFORMA E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE CAMPO GRANDE				
Despesas de Corrente	339000	500.000,00	489.565,52	10.434,48
Material de Consumo	339030	359.001,18	359.001,18	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	140.998,82	130.564,34	10.434,48
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE RIO BRILHANTE - MS				
Despesas de Capital	449000	1.020.000,00	966.618,64	53.381,36
Obras e Instalações	449051	1.020.000,00	966.618,64	53.381,36
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM SÃO GABRIEL D'OESTE – MS				
Despesas de Capital	449000	19.863,00	19.863,00	0,00
Obras e Instalações	449051	19.863,00	19.863,00	0,00
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE JARDIM - MS				
Despesas de Capital	449000	306.667,00	0,00	306.667,00
Obras e Instalações	449051	306.667,00	0,00	306.667,00
ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BATAGUASSU - MS				
Despesas de Capital	449000	306.667,00	0,00	306.667,00
Obras e Instalações	449051	306.667,00	0,00	306.667,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS				
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS				
Obrigações Patronais	319100	20.497.332,00	19.050.795,61	1.446.536,39
Obrigações Patronais – Operações Intra-orçamentárias	319113	19.165.420,94	17.718.884,55	1.446.536,39
Despesas de Exercícios Anteriores	319192	1.331.911,06	1.331.911,06	0,00
TOTAL GERAL		169.844.402,00	166.377.040,98	3.467.361,02

QUADRO-SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESCENTRALIZADA/2012

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL + SUPLEMENTAÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS/INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR	319000	127.000,00	119.747,54	7.252,46
Sentenças de Pequeno Valor	319091	127.000,00	119.747,54	7.252,46
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	319000	148.614,00	148.613,83	0,17
Sentenças Judiciais	319191	148.614,00	148.613,83	0,17
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS)		890.854,38	890.854,38	0,00
Despesas Correntes	339000	170.609,00	170.609,00	0,00
Material de Consumo	339030	66.450,00	66.450,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	104.159,00	104.159,00	0,00
Despesas de Capital	449000	720.245,38	720.245,38	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	449039	2.220,88	2.220,88	0,00
Equipamentos e Material Permanente	449052	718.024,50	718.024,50	0,00
MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS - NACIONAL				
Despesas de Capital	449000	330.967,00	330.967,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	449052	330.967,00	330.967,00	0,00
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS				
Despesas Correntes	339000	49.653,46	49.653,46	0,00
Diárias	339014	49.653,46	49.653,46	0,00
MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS)				
Despesas Correntes	339000	38.667,73	38.667,73	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	38.667,73	38.667,73	0,00
TOTAL GERAL		1.585.756,57	1.578.503,94	7.252,63

FONTE: SIAFI

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

As atividades da Seção de Cadastro e Remuneração de Magistrados referem-se ao Cadastro e preparação da folha de pagamento de magistrados.

O objetivo da Seção é registrar em tempo hábil os atos e processos dos magistrados, principalmente os que geram efeitos na folha de pagamento ou no sistema e-Gestão. Nesse sentido pode-se afirmar que a Seção conseguiu atingir o seu objetivo.

Durante o ano de 2012 a principal dificuldade enfrentada por esta Seção foi no tocante ao preenchimento de planilhas, para fins de auditoria, solicitadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho relativas à Parcela Autônoma de Equivalência e do percentual de 11,98% de Juízes Classistas.

Seguem abaixo as atividades realizadas durante o ano:

- Acompanhamento da publicação de atos administrativos;
- Anotações em fichas financeiras;
- Arquivamento, em pasta funcional, de documentos e processos de interesse dos magistrados;
- Atualização Cadastral dos Magistrados Aposentados e Pensionistas de acordo com Ato nº 179/2009 – CSJT.GP.SE;
- Atualização das planilhas relativas a PAE - Parcela Autônoma de Equivalência dos magistrados;
- Atualização das planilhas relativas à URV – 11,98% aos ex-juízes classistas e classistas aposentados;
- Cadastramento, no SRH, dos 5 (cinco) magistrados que entraram em exercício no ano de 2012;
- Confecção de quadros com o quantitativos de magistrados, para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, referente a Estrutura Trabalhista, visando o planejamento orçamentário do presente exercício;
- Conferência da DIRF de magistrados;
- Conferência da RAIS de magistrados;
- Conferência de dados relativos à carteira funcional de magistrados e encaminhamento à Secretaria de Informática para fins de expedição da carteira;
- Conferência de planilha relativa à folha de pagamento de magistrados (anexo VIII) para publicação mensal no site do TRT/Transparência de acordo com a Resolução nº 102 do CNJ (anexo VIII);

- Conferência do Comprovante, relativo ao ano-calendário de 2011, de Rendimentos Pagos e de Retenção de Imposto de Renda de magistrados;
- Controle das vagas dos Magistrados de 1ª e 2ª Instâncias;
- Digitalização de documentos constantes nos assentamentos dos magistrados;
- Elaboração das listas de antiguidade, com os respectivos históricos, dos Juízes Titulares das Varas do Trabalho e Substitutos;
- Elaboração de dados estatísticos semestrais – CNJ, relacionados aos magistrados;
- Elaboração de relatórios e quadros diversos para a Correição Regional anual;
- Elaboração do relatório anual;
- Elaboração, para o CNJ, de dados estatísticos semestrais com a quantidade de magistrados de 1º e 2º grau;
- Encaminhamento à Caixa Econômica Federal de Ofícios com dados de magistrados para emissão de Certificado Digital;
- Encaminhamento de ofícios aos magistrados aposentados e pensionistas para a realização do recadastramento referente ao exercício 2012;
- Encaminhamento, à Secretária Geral da Presidência, dos créditos de férias dos Magistrados de 1ª e 2ª Instâncias, para fins de elaboração da Escala/2013;
- Finalização do Recadastramento dos Magistrados Ativos, iniciado em 2011, nos termos do Processo TRT nº 2.560/2011;
- Informação em processos, de natureza administrativa, referentes aos magistrados e, após registro no GESTORE, encaminhamento à Diretora deste Serviço para análise e prosseguimento;
- Informação mensal, à Secretaria da Corregedoria, dos afastamentos (férias e licenças) dos magistrados de 1ª e 2ª Instâncias, bem como das convocações dos magistrados de 1ª e 2ª Instâncias;
- Informações de margem consignável de magistrados para débito em folha de pagamento;
- Lançamentos, no SRH e na FOPAG, correspondentes ao pagamento dos magistrados ativos e inativos bem como conferências mensais nos registros cadastrais dos magistrados;
- Levantamento de dados baseado na resolução 76/2009 de CN, “Justiça em Números”, bem como o preenchimento das planilhas e encaminhamento ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, com as seguintes informações: Números de cargos de magistrados de 2º Grau Criados; Números de cargos de magistrados de 2º Grau providos; Números de cargos de magistrados de 1º Grau Criados; Números de cargos de magistrados de 1º Grau providos;
- Levantamento de dados e preenchimento das tabelas contendo o quantitativo físico bimestral dos magistrados, de acordo com a Portaria 2730/2009-MPOG, bem como o encaminhamento ao CSJT/ ASGP;
- Levantamento para o TST, CNJ, CSJT e STF de quantitativo de magistrados deste Tribunal;
- Levantamento, semestral, para fins de encaminhamento à CEST- Coordenadoria de Estatística/TST, do Quadro de Juízes lotados nesta região, com a quantidade de magistrados ativos e inativos, discriminando os magistrados ativos, de 1ª e 2ª instâncias, por faixa etária e naturalidade ;

- Pagamento da gratificação natalina aos magistrados com a conferência dos afastamentos dos Juízes do Trabalho Substitutos, durante o ano de 2012, e dedução de 1/12 (um doze avos) nos meses de afastamentos superiores a 15 dias;
- Pagamento da PAE – parcela autônoma de equivalência aos magistrados ativos e inativos, de 1ª e 2ª instâncias;
- Pagamento de parcela do percentual de 11,98% aos ex-juízes classistas e classistas inativos;
- Preenchimento de formulário de concessão de aposentadoria (1) e Admissão (5) de magistrados no Sistema SISAC/TCU e encaminhamento ao Serviço de Controle Interno para posterior remessa ao TCU;
- Preenchimento de planilhas do CNJ, informando os passivos (valores a serem pagos a título de GATS aos magistrados ativos e inativos; PAE – parcela autônoma de equivalência e o percentual de 11,98% aos classistas aposentados e ex-classistas);
- Preenchimento de planilhas, solicitadas pelo CSJT, com a informação dos passivos da PAE de magistrados (ativos e inativos) e de classistas ativos que durante o mandato foram convocados para atuar na 2ª instância, bem como a URV de classistas ativos e inativos;
- Preparação de pagamentos mensal e retroativos aos magistrados;
- Quantitativo da Força de Trabalho, dados 2012, para o CNJ;
- Registro no SRH – Sistema de Recursos Humanos, de designações, convocações, licenças e demais afastamentos;
- Registro no SRH das férias marcadas por meio da Escala, bem como das posteriores alterações e interrupções;
- Registro, no SRH- Sistema de Recursos Humanos, de cursos, palestras e outros eventos realizados pelos magistrados.

SEÇÃO DE CADASTRO E REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES

- Atualização de dados cadastrais;
- Atualização diária do Mapa de Funções Comissionadas;
- Atualização Cadastral dos Aposentados e Pensionistas de acordo com Ato nº 179/2009 – CSJT.GP.SE
- Cadastramento, no SRH, dos 24 (vinte e quatro) servidores que entraram em exercício no ano de 2012 (cedidos, removidos e do quadro); cadastramento, no SRH de 02 (dois) servidores que passaram para a inatividade e de 01 (um) pensionista.
- Controle de frequência dos servidores cedidos e informação ao órgão de origem;
- Controle e encaminhamento de recadastramento de servidores aposentados e pensionistas referentes ao exercício 2012;
- Anotações no SRH dos processos sem efeitos na folha de pagamento;
- Encaminhamento de fichas de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório de todos servidores passíveis e não passíveis de progressão;

- Controle de chegada das Fichas de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório e lançamento das notas no PROADE;
- Controle de todos os servidores passíveis de progressão e encaminhamento de processo para respectiva progressão/promoção;
- Elaboração da minuta da Portaria de Progressão/Promoção;
- Controle de confecção de crachás;
- Controle de confecção de carteiras funcionais;
- Levantamento, preenchimento e encaminhamento semestral a CEST- Coordenadoria de Estatística/TST, do Quadro de Quantitativos de Juizes/Servidores lotados nesta região, contendo 05 (cinco) tabelas, no tocante à parte de servidores.
- Correção e atualização no SRH, das Tabelas/ localidades;
- Expedição de Certidões diversas (tempo de serviço, contribuição, Resolução CNJ 156/2012, averbação de tempo de serviço INSS, funcional dentre outras), conforme solicitação de servidores e ex-servidores;
- Controle da data do vencimento da cessão de servidores requisitados;
- Digitalização/indexação e arquivamento de documentos nas pastas dos servidores;
- Elaboração do relatório anual;
- Elaboração de relatórios, tabelas e quadros diversos quando solicitados;
- Levantamento para o TST e STF de quantitativo de cargos e funções, por lotação, sexo e área de atuação, do quadro de pessoal deste Tribunal;
- Confecção de quadros para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho referente à Estrutura Trabalhista, visando o planejamento orçamentário do presente exercício;
- Quantitativo da Força de Trabalho, dados 2012, para o CNJ;
- Elaboração e controle da Escala de Férias de servidores, do quadro efetivo, cedidos de outros órgãos e para outros órgãos, removidos bem como os de Cargo Comissionados, relativa ao Período Aquisitivo 2012/2013 - Exercício 2013, para homologação e publicação;
- Conferência e efetivação dos lançamentos da marcação de férias dos servidores, PA 2012/2013, no Sistema SRH
- Levantamento dos dados para Publicação no DOU do Quantitativo de Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas – LDO 2013, conforme determinação do CSJT;
- Levantamento das falhas no sistema SRH para análise com propostas para alterações;
- Controle e preenchimento dos formulários de admissão (21), desligamento (21), aposentadoria (2), pensão (1) e alteração do fundamento legal do ato concessório com base na Emenda Constitucional n. 70/2012 para os servidores que se aposentaram por invalidez (7), no Sistema SISAC/TCU e encaminhadas ao Serviço de Controle Interno para posterior remessa ao TCU;
- Elaboração de dados estatísticos semestrais – CNJ;
- Levantamento para o TST, CNJ, CSJT e STF de quantitativo de cargos e funções, por lotação, sexo e área de atuação, do quadro de pessoal deste Tribunal;
- Encaminhamento à Caixa Econômica Federal de Ofícios com dados de servidores para emissão de Certificado Digital;

- Levantamento de dados baseado na resolução 76/2009 de CN, “Justiça em Números”, bem como o preenchimento das planilhas e encaminhamento ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, com as informações relativas a magistrados e servidores da tabela de Recursos Humanos (quadro de pessoal, magistrados e servidores da área judiciária);
- Levantamento de dados e preenchimento das tabelas/quadros contendo o quantitativo físico bimestral de servidores e magistrados deste Tribunal, de acordo com a Portaria 2730/2009-MPOG, bem como o encaminhamento a ASGP/CSJT;
- Levantamento de dados e preenchimento do ANEXO IV, da RESOLUÇÃO/CNJ 102/2009 que trata da transparência das informações sobre gestão orçamentária e financeira relativa à: a) Quantitativo de Cargos Efetivos; b) Cargos em comissão e funções de confiança; c) Origem funcional dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança; d) Situação funcional dos servidores ativos, para publicação trimestral na intranet e posterior encaminhamento para o NEGE;
- Levantamento de dados e preenchimento do ANEXO V, da RESOLUÇÃO/CNJ 102/2009 que trata da transparência das informações sobre gestão orçamentária e financeira relativa a Membros e Agentes Públicos, para publicação mensal na intranet e posterior encaminhamento para o NEGE;
- Levantamento de dados e preenchimento do ANEXO VI, da RESOLUÇÃO/CNJ 102/2009 que trata da transparência das informações sobre gestão orçamentária e financeira relativa a Empregados de Empresas Contratadas em Exercício no Órgão, para publicação mensal na intranet e posterior encaminhamento para o NEGE;
- Levantamento de dados e preenchimento do ANEXO VII, da RESOLUÇÃO/CNJ 102/2009 que trata da transparência das informações sobre gestão orçamentária e financeira relativa a Servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, para publicação mensal na intranet e posterior encaminhamento para o NEGE;
- Preenchimento mensal e encaminhamento, de planilha relativa à publicação dos atos de nomeações de primeiro provimento, ao SOF/ALENCAR, de acordo com a Mensagem ASPO/CSJT n. 036/2010, até o dia 05 de cada mês subsequente;
- Preenchimento do QDDP - Quadro de detalhamento de despesa com pessoal, retratando o espelho físico da folha de pagamento do mês anterior, devendo ser encaminhado em formato PDF, ao ASPO/CSJT, até o dia 10 de cada mês, conforme Mensagem ASPO/CSJT Nº 37/2010;
- Levantamento de dados relativos aos quantitativos de FCs/Servidores e CJs/servidores, distribuídas por área e lotação, com base na Resolução N. 63/2010 e 83/2011 do CSJT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região;
- Alteração do quantitativo de Cargos e Funções comissionadas e estruturação com base na Resolução CNJ 63/2010;
- Revisão e correção dos dados alimentados mensalmente no sistema do CSJT e-gestão, referentes ao quadro de pessoal desta Corte relativo aos seguintes relatórios: 1.1. – Relatório Espelho dos dados do TRT; 2.1.1. – Varas do Trabalho e Postos Avançados; 2.1.2.3.1. – Cargos efetivos; 2.1.2.3.2. – Servidores do Quadro Permanente; 2.1.2.3.3. – Servidores requisitados do Poder Judiciário da União; 2.1.2.3.4. – Servidores requisitados de outros órgãos; 2.1.2.3.5. – Servidores ocupantes exclusivamente de Cargos em Comissão; 2.1.2.3.6. Servidores com Lotação Provisória no TRT; 2.1.2.4.5. – Terceirizados e Estagiários; A.01. – Força de Trabalho; A – Funções Comissionadas; B – Funções Comissionadas ocupadas e D – Cargos em Comissão ocupados;

- Realização Campanha anual de Recadastramento dos Servidores Ativos, abrangendo os servidores do quadro, requisitados, cedidos, removidos e comissionados em atendimento à recomendação do TCU (Acórdão 564/2010), para: I - atualização na base de dados do Sistema SRH referente aos respectivos servidores; II – verificar a observância do teto remuneratório, conforme o disposto nos artigos 37, XI da Constituição Federal c.c. art. 118, § 1º da Lei 8.112/90; III – verificar a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos e; IV – verificar a situação dos ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas de acordo ao disposto nas Resoluções CNJ n. 7 e 9/2005, 21/2006 e Súmula Vinculante n. 13 do STF;
- Realização da campanha de recadastramento dos servidores ocupantes de Cargos em Comissão e Função Comissionada com base na Resolução CNJ 156/2012 e enunciado CSJT 31/2012;
- Levantamento de todos os servidores ativos que possuam tempo público federal averbado para verificação daqueles que prestaram serviços abrangidos pelo regime jurídico da CLT e apresentaram a Certidão de Tempo de Serviço do Órgão em que se ativaram; Notificação destes servidores para regularização, apresentando a Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, nos termos da Nota de Auditoria n. 10/2012;
- Conferência, organização e arquivo da documentação dos estagiários, na data da admissão;
- Lançamento dos dados pessoais e funcionais dos estagiários no sistema SRH, na data de lotação e exercício.
- Controle de admissão, desligamento e reposição de estagiários lotados neste Tribunal e Varas jurisdicionadas.
- Controle mensal dos Termos Aditivos, recebidos do Agente de Integração.
- Elaboração de promoção de desligamento automático, por término do prazo de estágio supervisionado.
- Encaminhamento dos Termos Aditivos por meio de C.I e/ou protocolo, aos estagiários para coleta de assinaturas e entrega nas devidas Instituições.
- Orientação e recebimento dos requerimentos dos estagiários ao solicitarem a fruição dos recessos remunerados e/ou seus desligamentos, pelo Gestore, e a elaboração dos respectivos despachos;
- Elaboração de proposição para solicitar, à DGCA, a expedição de portaria de lotação dos estagiários iniciantes e seu cadastro no SRH;
- Atualização diária de planilhas com informações relativas à vida progressiva dos estagiários para envio ao agente de integração, no último dia útil do mês, para auxiliá-lo na confecção da folha de pagamento;
- Conferência da folha de pagamento, devolvida pelo agente de integração.
- Inclusão de documentos no sistema Gestore Pae, relativos a folha de pagamento e encaminhamento do processo ao SOF para pagamento.
- Comunicação via correio eletrônico e/ou telefone, com todos os envolvidos (supervisores, estudantes e órgão de integração), para passar orientações ou tirar dúvidas;
- Proposição para abertura e encerramento de processo, relativo ao pagamento dos estagiários.
- Informação, conferência e validação de certidões para pagamento mensal da nota fiscal/fatura expedida pelo agente de integração e encaminhamento do PRADM ao SOF.

SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO

No ano de 2012, a Seção de Legislação do Serviço de Recursos Humanos - SELE cumpriu com suas atribuições regulamentares e serviu de apoio a outras unidades deste Tribunal no que se refere à aplicação das normas de pessoal. Foram prestadas informações e emitidos pareceres em processos envolvendo magistrados, servidores e estagiários.

-
- Pesquisa diária de legislação, no período de 1º.1.2012 a 31.12.2012.
- Consolidação mensal do Boletim Interno e do Boletim Especial de Férias;
- Realização de cálculos para a aferição dos requisitos exigidos para a aposentadoria ou percepção de abono de permanência por servidores e magistrados;
- Elaboração de proposições e das correspondentes minutas de atos normativos deste Tribunal;
- Respostas às consultas formuladas por outros Tribunais.

Foram expedidos 1.450 pareceres em processos administrativos, cujo maior percentual se relaciona à *Licença para Tratamento de Saúde*, totalizando 345 (23,79%), e ao *Adicional de Qualificação* decorrente de ações de treinamento e de cursos de pós-graduação, que chegaram ao quantitativo de 358 (24,69%).

GABINETE DE SAÚDE

Atividades Ambulatoriais:

ÁREA MÉDICA:

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Consulta Simples	66	85	129	101	125	123	117	141	99	93	86	62	1227
Exame Periódico	12	26	19	16	22	18	09	07	06	21	18	08	182
Exame de Retorno Trabalho	01	04	03	01	02	00	02	03	00	03	00	00	19
Visita domiciliar/hospitalar	04	02	04	01	05	02	01	02	02	02	01	02	28
Exame Admissional	03	03	00	01	00	02	13	06	07	04	00	00	39
Pequena Cirurgia	00	01	00	01	01	00	00	00	01	01	00	00	5
Atend. de Emergência	00	01	00	01	02	01	00	00	00	00	01	01	7
Avaliação por Junta Médica Oficial*	02	01	05	00	01	00	07	07	03	11	04	07	48
TOTAL	88	123	160	122	158	146	149	166	118	135	110	80	1555

* Avaliações referentes ao TRE/MS e TRF/MS, uma vez que as do TRT-24^o foram realizadas na UFMS.

ÁREA ODONTOLÓGICA:

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Exame Periódico Inicial	00	02	01	01	02	02	01	02	02	02	01	01	17
Retorno Classe I	01	05	04	05	04	05	08	00	04	03	06	06	51
Retorno Classe II	13	08	05	08	07	04	06	04	04	10	10	06	85
Retorno Classe III	02	07	01	06	05	08	05	01	04	03	05	03	50
Profilaxia	43	46	16	38	36	44	46	16	24	38	62	40	449
Raspagem Alisamento Radicular / Ultra-som	22	25	12	36	32	24	23	14	17	21	42	23	291
Fluorterapia	03	40	15	24	18	30	36	08	26	13	60	28	301
Restauração	09	50	32	53	52	64	55	14	35	34	44	22	464
Emergência	07	12	08	08	09	10	11	09	10	05	12	04	105
Orientações de Higiene oral	11	05	09	10	14	08	12	04	11	11	17	05	117

Raio X	06	05	02	00	00	02	04	00	00	00	00	00	19
Outros (cimentação, de prótese, polimento, etc.)	14	15	16	15	33	32	25	12	26	25	33	11	257
Laserterapia	00	06	05	06	11	15	12	04	17	12	08	06	102
Solicitação/avaliação de exames radiográficos	12	05	08	05	08	09	06	05	15	08	09	03	93
Tratamentos completados	15	18	09	18	12	17	15	04	10	19	23	21	181
Total - Procedimentos	158	249	143	233	243	274	265	97	205	204	332	179	2582
Total - Atendimentos	21	70	62	51	58	70	64	21	57	48	61	40	623

ÁREA DE ENFERMAGEM:

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Controle de PA	22	31	45	38	59	44	45	54	48	49	35	28	498
Controle de Peso/Altura	38	35	36	29	36	35	49	27	32	33	32	14	396
Curativo/Retirada de Pontos	12	05	12	08	06	05	02	09	10	11	05	05	90
Adm. de Medicamentos	04	06	16	15	16	23	13	13	09	08	13	05	141
Massoterapia/Vibroterapia	36	51	38	06	102	36	05	12	23	05	11	54	379
Teste de glicose/colest/trigl.	00	00	03	00	00	00	00	00	00	00	00	00	3
Visita domiciliar/hospitalar	03	00	01	00	02	02	02	01	03	01	02	02	19
Atendimento de emerg./encaminhamento	00	02	01	02	02	01	00	00	01	01	01	02	13
Repouso*	-	-	-	-	09	02	03	02	01	02	01	03	23
TOTAL	115	130	152	105	232	148	119	118	127	110	100	113	1569

* Incluído a partir de maio/12, pela relevância observada.

Outras Atividades:

- Acompanhamento especial a pacientes em licença prolongada ou com dificuldade de locomoção;
- Atendimento de emergência aos usuários da Justiça do Trabalho/Fórum Trabalhista Ramez Tebet, com o respectivo acompanhamento;
- Composição de Junta Médica Oficial para avaliação dos servidores do TRE/MS e TRF/Seção Judiciária de MS;
- Controle das aposentadorias por invalidez e suas respectivas revisões por Junta Médica Oficial;
- Exames médicos admissionais, periódicos, de retorno e outros relacionados à Medicina do Trabalho;
- Homologação de atestados;
- Informações em processos de Junta Médica Oficial, matérias administrativas, aquisição de materiais, programas e atividades de saúde e outros processos relacionados à área da saúde;

- Elaboração da lista, controle e recebimento de materiais de consumo e permanentes de uso do Gabinete, bem como controle do respectivo estoque;
- Participação em cursos de especialização, atualização e congressos nas áreas de administração, gerenciamento de projetos, enfermagem, medicina e odontologia, para atualização profissional constante;
- Participação na Comissão Permanente de Gestão do Plano de Saúde, Comissão de Recebimento de Materiais do Gabinete de Saúde, Comissão Permanente de Saúde e Comissão de Engenharia e Segurança do Trabalho;
- Plantão médico e de enfermagem em eventos oficiais do Tribunal;
- Prevenção individual, feita com cada paciente que comparece ao Gabinete de Saúde, através de consultas, orientações e encaminhamentos pertinentes a cada caso clínico;
- Realização de exame periódico odontológico e outros procedimentos relacionados à Odontologia do Trabalho;
- Elaboração de relatórios mensais de atividades, de licenças para tratamento de saúde, realização de exames periódicos e outros relacionados aos atendimentos e aos programas do Gabinete de Saúde;
- Divulgação das informações repassadas pela UNIMED (através de seu informativo) em relação ao seu programa de medicina preventiva, palestras e demais atividades oferecidas pelo plano;
- Acompanhamento (fiscalização) de processos: Ginástica Laboral (unidades de trabalho de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas); Serviços de Lavanderia; Manutenção de Equipamentos Médicos e Odontológicos; Aquisição de Medicamentos para uso do Gabinete de Saúde; Aquisição de Produtos Odontológicos para uso do Gabinete de Saúde; Aquisição de Materiais Permanentes para uso do Gabinete de Saúde; Contratação de Médicos Especialistas para participação em perícia; Junta Médica Oficial referente aos Termos firmados entre o TRT-24ª Região e o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso do Sul, entre o TRT-24ª Região e o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Justiça Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul) e entre o TRT-24ª Região e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Convocação dos magistrados e servidores com mais de 45 anos de idade para realização de exame médico periódico;
- Convocação semestral dos servidores que trabalham em condições de insalubridade/periculosidade para realização de exame médico periódico;
- Acompanhamento da realização dos exames periódicos de 2012: ofício aos aniversariantes de cada mês, sensibilização individual através de contato telefônico;
- Lançamento dos dados referentes aos resultados dos exames periódicos realizados, para controle epidemiológico;
- Sessões de massoterapia e esteira massageadora, realizadas com aparelhos e produtos específicos na sala de massoterapia da Sede do TRT-24ª Região;
- Disponibilização do serviço de Massoterapia aos magistrados e servidores do Fórum Trabalhista Ramez Tebet, através do "Programa de Relaxamento Muscular *in loco*", com realização de sessões de massoterapia no próprio local de trabalho dos servidores;
- Continuação do programa de Ginástica Laboral, como auxílio à prevenção das Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT): informações em processo; reuniões mensais com a representante da empresa,

divulgação constante do programa através de informativo eletrônico e email; solicitação periódica de auxílio de fiscalização a todos os diretores/chefes das unidades de trabalho; divulgação de relatórios de participação; demais providências inerentes à metodologia do programa; acompanhamento da rescisão de contrato e respectivas providências;

- Pesquisa junto a magistrados e servidores acerca do programa de ginástica laboral, análise e estudos, elaboração de Termo de Referência para nova contratação;
- Encaminhamento periódico a todos os magistrados e servidores, via e-mail ou Informativo Eletrônico, dos seguintes temas: - Exame médico periódico 2012; - Grupo de hipertensos (orientações, realização, objetivos); - Dia Internacional da Mulher; - Curso de culinária da UNIMED; - Grupo de Corrida e Caminhada Orientada gratuito; - Importância da ginástica laboral; - Olimpíadas da Justiça do Trabalho; - Curso para gestantes da UNIMED; - Dia Mundial de Combate ao Fumo; - Corridas e caminhadas: - Influenza H1N1; - Cuidados com os olhos para quem usa bastante o computador; - Tutorial de exercícios laborais; - Cuidados básicos em época de baixa umidade do ar; - Movimentar é Legal;
- Contatos com a Caixa de Assistência dos Advogados da OAB-MS e com a Secretaria de Estado de Saúde para viabilização de parceria para campanha de vacinação contra gripe;
- Projeto Qualidade de Vida do Planejamento Estratégico: execução do roteiro, participação na pesquisa de clima organizacional;
- Elaboração de Termo de Referência para contratação de médicos especialistas para composição de JMO quando necessário;
- Organização e realização das palestras “Saúde da Mulher”; “Enfrentar os desafios do mundo moderno e conquistar a felicidade é possível?”;
- Estudo e início das reuniões técnicas junto à Secretaria de Tecnologia da Informação para processo de informatização das ações do Gabinete de Saúde;
- Participação do Gabinete de Saúde em evento realizado em Dourados, em 27/04, com informações sobre saúde e sessões de massoterapia;
- Elaboração e distribuição de informativos impressos e cartazes sobre a gripe H1N1, bem como álcool gel para todas as unidades de trabalho;
- Elaboração de material sobre postura correta, exercícios de alongamento e relaxamento, cuidados básicos com os olhos e demais orientações relacionadas; envio aos servidores das Varas do Trabalho onde foi implantado o PJe-JT;
- Palestra presencial na Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, sobre qualidade de vida, acompanhando o Projeto de implantação do PJe-JT, abordando os seguintes temas: postura correta, exercícios de alongamento e relaxamento, cuidados básicos com os olhos e demais orientações relacionadas à ergonomia, alimentação saudável, exercícios físicos, sono de qualidade e equilíbrio emocional, entre outros;
- Realização de sessões de massoterapia na Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, como parte da atividade supracitada;
- Acompanhamento da comunidade virtual de saúde e acidentes de trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

SEÇÃO DE CADASTRO, CONSIGNAÇÃO, BENEFÍCIOS E INDENIZAÇÕES

As atividades relativas à SCCBI dizem respeito à preparação da folha de pagamento dos servidores, tanto quanto às rubricas de natureza de crédito, quanto às de débito, estando incluídas nesta última as de Imposto de Renda, previdência, Unimed e consignações em folha.

Dada a responsabilidade que recai sobre esta seção, tem sido sempre seu objetivo elaborar a folha com zelo e competência, de forma a que possamos entregar a apropriação no SOF, inclusive com a discriminação das Ordens Bancárias, a tempo de ser efetuada no SIAFI, dentro do cronograma rígido existente, sem que haja nenhuma intercorrência que venha a prejudicar o repasse do financeiro e, conseqüentemente, o crédito na conta dos servidores e os devidos repasses de tributos e consignações.

Neste sentido, a SCCBI conseguiu cumprir com excelência seu objetivo, tendo realizado o total de noventa e três folhas de pagamento, somando-se as suplementares, sempre dentro do prazo.

Por trás das folhas de pagamento mensais e suplementares, está a realização de um rol extenso de atividades, quais sejam: lançamento no SRH de todos os processos com efeitos financeiros, conferência, lançamento de valores informados relativos a meses anteriores ao que a folha está sendo gerada, conciliação de relatórios internos com os enviados pelos bancos, cujos empréstimos são consignados em folha, emissão de relatórios referentes às previdências estaduais e municipais, relatórios de entidades e associações, elaboração de planilhas relativas a cálculos retroativos dos mais diversos, desde aqueles decorrentes de direitos concedidos administrativamente até ações abrangendo grande quantidade de servidores.

As atividades realizadas em relação a declarações anuais, exigidas pela Receita Federal do Brasil, foram a DIRF (Declaração do Imposto Retido na Fonte) e comprovantes de rendimento, entregues aos servidores, efetuadas a tempo e a contento, não havendo pendências que sejam de nosso conhecimento. Também não constam pendências, até o presente momento, em relação à GFIP, declaração efetuada mensalmente sobre recolhimentos ao INSS de alguns servidores cedidos, comissionados e contribuintes individuais, estes prestadores de serviço que não fazem parte de nossa folha de pagamento, sendo pagos pelo SOF.

Muitos foram os relatórios solicitados pelo CSJT, principalmente para fins de auditoria de passivos já pagos, alguns envolvendo cálculos de 1997, portanto, de extrema dificuldade, na medida que exigem o fracionamento dos pagamentos em principal, correção e juros, quando anteriormente foram efetuados como despesas de exercícios anteriores e juros. Esta dificuldade vivida pelo Tribunal Regional da 24ª Região foi compartilhada pela grande maioria dos Tribunais, fato que gerou uma reunião em Brasília da qual o servidor Francisco das Chagas participou. Nesta reunião foram discutidas questões relativas à solicitação de uniformização, por parte do CSJT, de procedimentos, planilhas, índices de correção, assim como outros, a serem utilizados por todos os Tribunais. A título de ilustração, anexamos cópia da ata da reunião.

Os servidores da SCCBI sempre procuram cumprir os prazos, vencendo as inúmeras dificuldades que se apresentam no fornecimento das informações ao Conselho, muitas vezes dentro de prazo extremamente curto, mesmo quando não receberam treinamento em ferramentas complexas utilizadas no fornecimento dos dados.

Para o Conselho da Justiça do Trabalho também são enviados vários relatórios relativos à proposta orçamentária anual, créditos adicionais, discriminação de passivos, cronograma de desembolso, dentre outros, solicitados ao SOF, porém elaborados por esta Seção no que se refere a despesas com pessoal. Aqui são orçados e executados aproximadamente R\$ 100.000.000,00 de reais/ano.

Também somos freqüentemente solicitados a fornecer subsídios para Defesa da União, no que refere a ações impetradas contra ela, seja por associações, entidades, grupos de servidores ou individualmente. Procuramos sempre atender às solicitações da AGU, fornecendo dados, planilhas e fichas financeiras.

Concluímos, para fins deste relatório, que a SCCBI atingiu os objetivos propostos, alertando que há necessidade de incluir no planejamento de ações de treinamentos cursos cada vez mais especializados no que se refere a ferramentas de cálculo, conferência, matemática financeira, impostos, dentre outros.

SEÇÃO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS (SPAS)

- Gestão dos Benefícios Assistenciais disponibilizados aos Magistrados e Servidores, conforme a seguir: Assistência Médico-Hospitalar realizada por meio de Plano de Saúde, Serviços de Transporte Médico Aéreo e Terrestre, Auxílio Pré-escolar, Auxílio-Alimentação e Auxílio-Transporte.
- Elaboração da Previsão Orçamentária para o exercício 2013;
- Previsão de gastos com Programas Assistenciais no decorrer do ano de 2012 e encaminhamento ao SOF, para acompanhamento da execução orçamentária e da estimativa de despesa até o término do exercício.
- Encaminhamento mensal do demonstrativo das Metas Físicas realizadas – AMF – para o Serviço de Orçamento e Finanças (exigência do Tribunal Superior do Trabalho);
- Elaboração mensal dos relatórios financeiros dos benefícios (auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio pré-escolar, transporte médico aéreo e terrestre e Plano de Saúde), para o NCRP implementar na folha de pagamento;
- Resumos demonstrativos Mensais dos beneficiários pertinentes à Seção de Programas Assistenciais;
- Processamento mensal das inclusões e exclusões de usuários na Assistência Médico-Hospitalar, Serviços de Transporte Médico Aéreo e Terrestre, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Auxílio Pré-Escolar, bem como o envio de guias e documentações à Unimed Campo Grande de todos os usuários, titulares e dependentes, bem como o envio de listagens de usuários às empresas Amapil e Qualisalva.
- Registro no Sistema SRH das alterações relativas aos mencionados benefícios;
- Acompanhamento, conferência e controle das Planilhas de Utilização do plano de saúde (utilizado como base de cálculo do índice de reajuste das mensalidades do contrato de assistência médica e hospitalar);
- Acompanhamento semestral dos filhos universitários que, na faixa etária entre 21 e 24 anos, deverão apresentar comprovante de ensino superior para permanecer na condição de dependentes econômicos;
- Acompanhamento relativa à apresentação da ficha do auxílio-transporte, para fins de comprovação semestral de continuidade na utilização do referido benefício;
- Acompanhamento dos beneficiários de Assistência Pré-Escolar acerca das situações que geram a exclusão no benefício (ao completar 06 anos e ingresso no ensino fundamental).
- Acompanhamento das situações que ocasionam suspensão no auxílio-alimentação (licenças e faltas).
- Solicitações, conferência e entrega de cartões magnéticos do plano de saúde Unimed e cartões dos Serviços de Transporte Médico Aéreo e Terrestre, referente às inclusões mensais e solicitações de 2ª via de cartão;
- Conferência das faturas do plano de saúde e dos transportes médico aéreo e terrestre, bem como, juntada ao processo respectivo com posterior encaminhando para pagamento;

- Elaboração de proposição para exclusões de usuários que perderam a condição de beneficiários na assistência pré-escolar por ingresso no ensino fundamental, bem como a realização de proposição para mudança de categoria no plano de saúde e nos serviços de transportes de usuários que perderam a condição de dependentes econômicos.
- Secretariar a Comissão de Saúde – encaminhando os requerimentos de inclusão de dependentes especiais no Plano de Saúde, bem como levar à apreciação dos membros as solicitações de titulares acerca de autorizações e outras questões, subsidiando os membros da Comissão das informações jurídicas e operacionais para decisões;
- Realização de levantamentos para Comissão de Saúde da utilização do plano no decorrer do ano 2012 e do saldo orçamentário para o custeio do plano de saúde, para as decisões pertinentes;
- Gerenciamento e elaboração de pauta, marcação de reuniões e convocação dos membros da Comissão Permanente de Saúde;
- Elaboração das Atas de reuniões da Comissão Permanente de Saúde;
- Confecção de despachos em processos administrativos relativos à Seção de Programas Assistenciais e à Comissão Permanente de Gestão do Plano de Saúde;
- Fiscalização dos Contratos nº 32, 33 e 34/2008 (plano de saúde e serviços de remoção médica de usuários por transporte terrestre e aéreo);
- Acompanhar, comunicar e solicitar à operadora do plano de saúde as providências necessárias às autorizações de exames, internações e procedimentos médicos, dando suporte aos usuários do Plano, para garantir a prestação eficiente dos serviços contratados;
- Intervenção junto às empresas que prestam os serviços de transporte médico aéreo e terrestre para verificação de ocorrências nos atendimentos aos usuários inscritos;
- Recebimento, conferência, separação e distribuição de 2.728 cartões magnéticos em Dezembro/2012, relativos ao plano de saúde Unimed.
- Além das atividades acima relacionadas a Seção prestou informações em todos os processos de benefícios assistenciais, bem como providenciou a emissão de certidões e ofícios, bem como realizou proposições relacionados às atividades da Seção.

RESULTADO DAS PROPOSTAS PARA 2012

- Em 2012 foi possível realizar todas as ações planejadas, disponibilizando os Programas Assistenciais aos Magistrados e Servidores, realizando o atendimento necessário e efetivando as inclusões e exclusões de beneficiários e suporte aos usuários, mantendo os controles dos benefícios, disponibilizando as informações necessárias para o envio das dotações orçamentárias, fiscalizando os contratos e a prestação dos serviços e subsidiando a Comissão de Gestão do Plano de Saúde para as decisões pertinentes.
- Os obstáculos enfrentados em 2012 limitaram-se aos pedidos de autorização de exames ou procedimentos que, em alguns casos, a operadora de plano de saúde não atendeu prontamente ao usuário. Diante disso, ao ser acionada, a SPAS realizou as providências necessárias para a autorização e o atendimento tempestivo aos usuários.

SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Diretoria do Serviço de Material e Patrimônio é composta pelas seguintes Seções: Seção de Compras (SCOM), Seção de Almoxarifado (SALM) e Seção Registro Patrimonial (SERP).

É de responsabilidade desta Diretoria o planejamento, a coordenação e a execução das atividades relacionadas à aquisição de materiais, visando ao suprimento de todas as unidades deste Tribunal, inclusive às Varas do Trabalho da capital e do interior do Estado, bem como a contratação de serviços, a gestão dos estoques e a distribuição de materiais de consumo a todos os setores desta Corte, assim como a realização de registros patrimoniais e o controle dos bens móveis de todas as unidades do TRT 24ª Região.

Assim, incumbe a este Serviço instruir processos administrativos de compras e serviços, bem como processos de desfazimento de materiais inservíveis e gestão de vários contratos, além de coleta de dados perante diversos setores deste Órgão visando subsidiar a elaboração da proposta orçamentária.

Para maior racionalização operacional, é elaborada anualmente a Programação de Compras e Serviços, com o cronograma de instrução dos certames licitatórios e compras diretas, mês a mês, no decorrer do exercício, com base na previsão de consumo de materiais e necessidade de contratação de serviços.

Importante frisar, também, a participação de servidores desta Diretoria em Comissões e outros encargos conferidos pela Administração no decorrer do ano de 2012, como por exemplo a Comissão de Recebimento de Materiais.

Este Serviço participou ativamente do processo de contratação de empresa para realização da mudança para nova sede, bem como a execução e fiscalização das duas etapas, sendo uma delas no mês de outubro (área administrativa) e a remanescente no mês de dezembro (área Judiciária).

Ainda em relação à mudança para nova sede, instruímos os procedimentos visando à aquisição de diversos mobiliários e equipamentos, assim como a contratação dos serviços demandados, providências indispensáveis para o pleno funcionamento do novo prédio.

Destacamos, também, o uso em casos especiais de Adesão a Atas de Registro de Preços de outros Órgãos, procedimento que possibilita o atendimento de demandas imprevisíveis, contribui para a eficiência na gestão dos estoques e a economicidade de tempo e de recursos financeiros, principalmente em relação às aquisições de suprimentos e equipamentos de informática. Essa ferramenta foi utilizada após constatado o atendimento aos requisitos legais exigidos, sobretudo os relativos a vantagem dos preços.

Iniciamos durante o exercício de 2012 a utilização, sempre que possível, de sistema eletrônico nas aquisições com dispensa/inexigibilidade de Licitação, a chamada compra direta eletrônica, procedimento recomendado em Relatório de Auditoria da ASCAUD/CSJT.

Outra necessidade antiga da área de logística era a falta de mão de obra para realização das movimentações físicas dos materiais, problema que foi superado pelo processo de terceirização de funcionários intitulados ajudantes de armazém, que realizam diariamente os serviços de transporte dos materiais e equipamentos, entre outras ações previstas no contrato.

Participamos ativamente da criação da Portaria TRT/GP/DGCA nº 828/2012, que define material permanente e de consumo no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Referida norma, além de esclarecer dúvidas que sempre existiam na hora de classificar os

bens, possibilita ao Tribunal um controle mais efetivo de seus bens, uma vez que diminui os custos empregados no controle dos bens que não têm valor significativo, e também a participação na criação da Portaria TRT/GP/DGCA nº 827/2012, que regulamenta a realização de inventário físico e a responsabilidade sobre os bens permanentes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Referida norma torna claro aos responsáveis pelos bens os direitos e deveres que têm com a Administração e seu sucessor e sucedido. Além disso, prevê regras para o inventário físico que incluem os responsáveis dos bens como participantes, o que antes não acontecia. Dessa forma, hoje tem-se um levantamento prévio ao inventário, o que, no último inventário, se mostrou extremamente proveitoso, uma vez que os responsáveis se mostraram mais diligentes com o procedimento.

Trabalhamos, juntamente com a área de TI, no constante aperfeiçoamento do sistema de Gestão de Materiais (SCMP), implantando no decorrer do ano novos relatórios gerenciais, visando da agilidade em diversos procedimentos, tais como coleta de dados por código de barras na confecção do Inventário e a classificação mais criteriosa dos bens devolvidos ao depósito.

Abaixo, consta o quadro demonstrativo referente à instrução de processos administrativos (Compra Direta, Convite, Pregão e Adesão) realizadas pela **Seção de Compras**, no ano de 2012.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
105	Instrução de Processos Administrativos visando à aquisição de bens e à realização de serviços diversos.

Nos quadros abaixo estão demonstrados os serviços executados pela **Seção de Registro Patrimonial**, no ano de 2012, com relação aos registros dos bens, tombamentos com plaquetas e gravações, confecções de termos de responsabilidade e de baixa de responsabilidade, confecções de termos de doações (recebidos e expedidos), cessão, abandono e de inutilização.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1.927	Registro de bens permanentes incorporados ao patrimônio deste Tribunal, bem como o tombamento, por meio plaquetas, carimbos e gravação.
1.532	Confecção de termos de responsabilidade e termos de baixa de responsabilidade.
17	Confecção de termos de doação (recebidos e doados), cessão, abandono e de inutilização

Abaixo, quadro demonstrativo dos serviços executados pela **Seção de Almojarifado**, no ano de 2012, com relação à emissão de requisições de material de consumo e permanente.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
2.785	Atendimento de requisições de material de consumo e permanente

ANEXO I

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE LICITAÇÃO INSTAURADOS NOS ANOS DE 2008 A 2012.

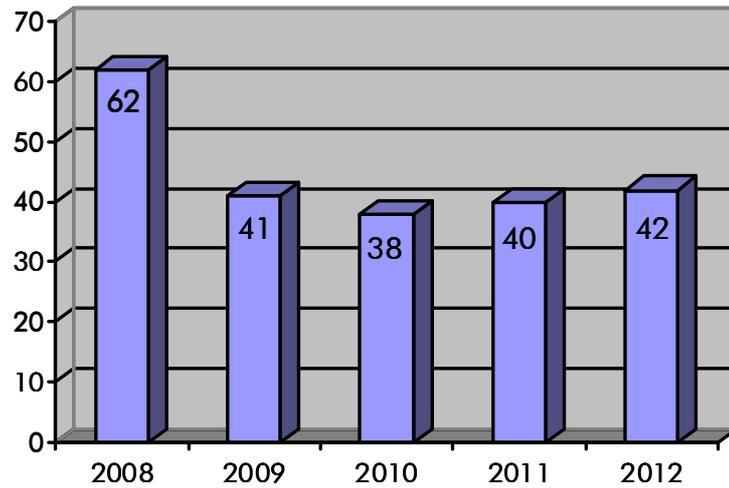


GRÁFICO DEMONSTRATIVO DE PROCESSOS DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INSTAURADOS NOS ANOS DE 2008 A 2012.

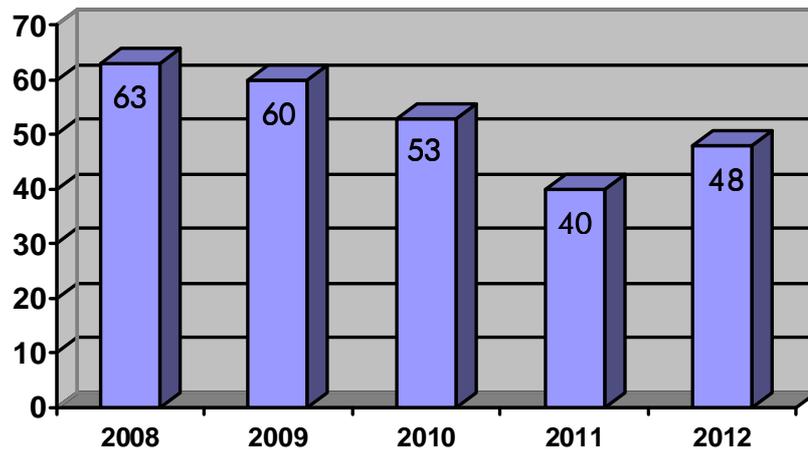
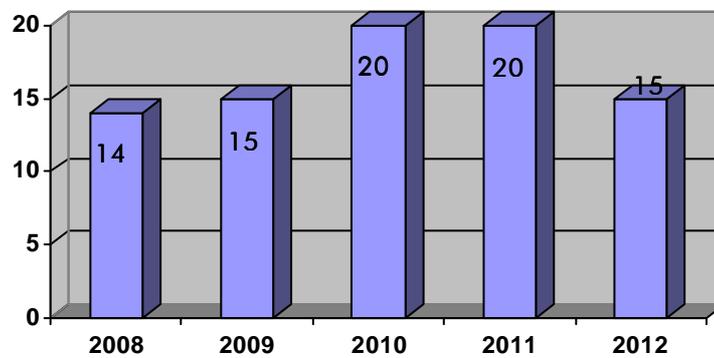


GRÁFICO DEMONSTRATIVO DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS INSTAURADOS NOS ANOS DE 2008 E 2012.



DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS

À Diretoria de Serviços Gerais coube planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar a execução das atividades, além de acompanhar e fiscalizar os processos de serviços realizados por empresas contratadas, liquidando notas fiscais e direcionando as atividades organizacionais das seções sob sua responsabilidade para o desenvolvimento e realização das atividades previstas.

A Diretoria de Serviços Gerais é responsável pelo controle e gerenciamento das atividades de Segurança, Vigilância armada, Transporte, Portaria, Telefonia, Limpeza, Copa, Monitoramento, Cópia e Digitalização, Seguro e licenciamento de veículos, Energia, Água, Gestão da frota, Manutenção de PABX e Fornecimento de jornal.

Para o bom funcionamento do Tribunal Regional do Trabalho, bem como proporcionar um ambiente limpo e agradável, a Diretoria de Serviços Gerais buscou, por meio da descentralização, sempre sob orientação das respectivas chefias, apresentar resultados rápidos que garantam, além da rotina prevista, o atendimento com apresentação de soluções eficientes.

Com a prestimosa colaboração dos servidores especializados do quadro, a Diretoria de Serviços Gerais tem atuado na busca constante de resultados que atendam às necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª região.

Cumpriu à Diretoria de Serviços Gerais:

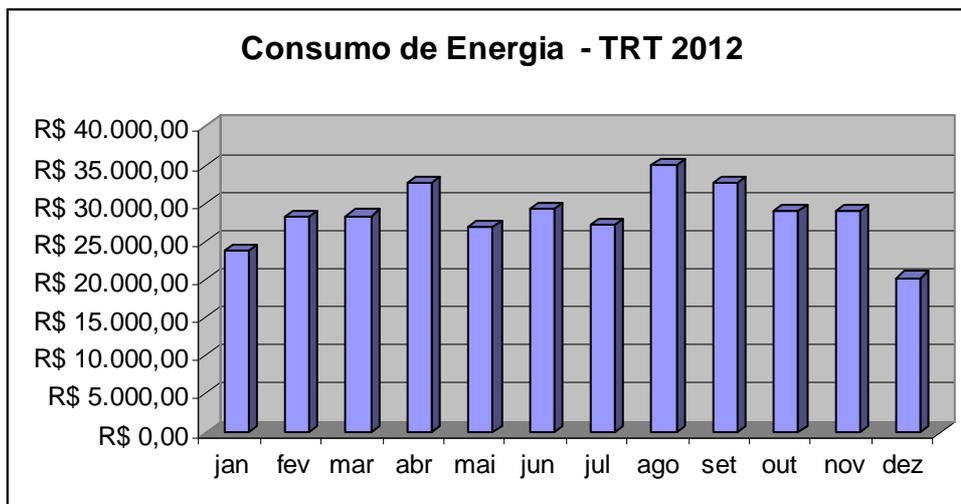
- Acompanhar e fiscalizar processos administrativos, liquidar notas fiscais e receber notas atestadas pelas chefias ligadas à Diretoria;
- Gerir e fiscalizar os contratos dos serviços realizados por terceiros no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, tais como: serviços de limpeza, conservação e higienização de todas as unidades deste Tribunal, vigilância armada no prédio sede do TRT e do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, serviços de copa, gestão da frota de veículos monitoramento eletrônico de todos os imóveis sob a jurisdição deste Regional, acompanhamento das despesas e utilização da telefonia local e interurbana, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado de parede e split, manutenção preventiva e corretiva dos elevadores instalados nos prédios do TRT e do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, acompanhamento e orientação quanto ao serviço de reprografia e digitalização, entre outros.
- Aos processos sob responsabilidade da Diretoria de Serviços Gerais são fiscalizados o controle do pactuado, objeto, valores, data de pagamento, obrigações das partes, vencimento do contrato, liquidação de nota, conferência do serviço, devolução de material, controle e correção dos valores.
- Proceder ao recebimento, registro e encaminhamento de processos e expedientes, bem como elaboração e cumprimento de despachos, expedição de ofícios, comunicações internas, proposições, projetos básicos e termos de referência.
- Coordenar, dirigir, controlar e supervisionar a execução dos trabalhos afetos das seções de Transporte, Portaria e Segurança, Manutenção de Equipamentos, Manutenção de Prédios e Telefonia, conforme Provimento Geral, com desenvolvimento e realização das atividades previstas;
- Tomar decisões e providências necessárias ao bom desempenho dos serviços sob sua direção.

**RELAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SOB FISCALIZAÇÃO DA
DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS**

CONTRATADA	DESCRIÇÃO	PROC.
ÁGUAS GUARIROBA	Fornecimento de água tratada (TRT, Fórum CG, Almox)	5094/07
ÁGUAS GUARIROBA	Fornecimento de água tratada (Sede nova)	3416/12
SANESUL	Fornecimento de água tratada (interior)	5098/07
PREF. CASSILANDIA	Fornecimento de água tratada (Cassilândia)	5128/07
BRASIL TELECOM - OI	Serviço de telefonia fixa local - Itens 01 a 18	3571/09
BRUDERS EXTINTORES E EQPTOS	Recarga de extintores e testes hidrostáticos	4943/10
CAMPMAQ/LLIMA/ELETROTÉCNICA	Manut.Corret/Prev ap.ar condic. tipo split e janela – TRT e VT's	1455/10
C. GRANDE COM.DE PORTÕES	Conjunto aumomatizador portão TRT	4540/10
CORREIO DO ESTADO	Assinatura anual do jornal Correio do Estado	1195/11
DETRAN	Seguro obrigatório e emplacamento	55/12
DEDETIZAÇÃO	Dedetização prédio TRT 24ª Região	2062/11
ELEVADORES ATLAS	Manut.prev/corretiva de elevadores - TRT e Fórum C. Grande	4463/10
EMBRATEL	Telefonia LDN – Interurbano	2281/10
EMBRATEL - Vip line	Telefonia LOCAL – Três Lagoas/Ddos/CG-PABX	3007/10
ENERSUL	Energia Elétrica Fórum de Dourados	10/09
ENERSUL	Energia Elétrica Fórum Campo Grande	54/12
ELEKTRO	Energia Elétrica Fórum Três Lagoas	3227/07
ENERSUL	Energia elétrica - prédio do TRT	4279/11
FORTESUL – SEGURANÇA ARMADA	Serviço de vigilância - Foro CG.	326/09
FLÁVIO GARCIA SANCHES – ME	limpeza de sofás	2779/12
FRAK'S LOCAÇÃO P/FESTAS LTDA	Locação de paletós	1723/12
H2L - DIGITALIZAÇÃO	Cópias e Digitalização	3345/08
ILSON ROSSINI VILANOVA	Vidros, acessórios e mola hidráulica de piso	4944/10
MEGA SERV - LIMPEZA	Serviço de limpeza	494/11
PLANALTO – COPA	Serviço de copeiragem	494/11
PRO ALERTA	Monitoramento sist.de segurança, das centrais e dos GRPS	2566/10
PORTO SEGURO	Seguro da frota do TRT	386/12
S. H. INFORMÁTICA	Gestão da frota de veículos do TRT	2465/08
SECURITY VIG.E SEG. ARMADA	Serviço de vigilância – TRT e Fórum CG	864/2011
SOPHO BUSINESS - PHILIPS	Manutenção mensal pabx TRT/Fórum CG	1147/09

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (R\$)

ENERGIA ELÉTRICA JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012 – TRT PRÉDIO SEDE							
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Fora Ponta	8.359,47	11.259,58	10.899,29	9.232,60	7.896,92	8.841,62	8.066,21
Ponta	3.527,51	3.866,95	4.643,60	9.564,81	7.018,10	7.890,92	7.195,97
Demanda	6.076,00	6.378,28	6.076,00	5.881,93	5.700,00	5.700,00	5.818,93
Ilum. Pública	165,76	165,76	165,76	165,76	165,76	165,76	166,28
Tributos	5.549,65	6.619,79	6.557,83	7.736,19	6.209,94	6.673,20	5.962,90
Consumo Total	23.678,39	28.290,36	28.342,48	32.581,29	26.990,72	29.271,50	27.210,29
Descrição	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Fora Ponta	11.643,94	10.424,89	8.990,15	10.419,11	7.024,87		
Ponta	8.915,88	8.401,23	6.645,54	6.767,05	1.945,05		
Demanda	6.592,00	6.673,08	6.592,00	6.592,50	6.592,00		
Ilum. Pública	169,70	169,70	169,70	169,70	169,70		
Tributos	7.759,43	7.085,82	6.690,09	5.066,06	4.510,99		
Consumo Total	35.080,95	32.754,72	29.087,48	29.014,42	20.242,61		



SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

Os serviços de segurança armada, monitoramento, cópias e digitalização, limpeza e copa são terceirizados.

SEGURANÇA ARMADA

O serviço de vigilância armada é realizado por empresa especializada nos prédios nova sede e sede antiga do TRT, do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, bem como na Vara do Trabalho de Corumbá.

Os serviços de vigilância armada são prestados em regime de 24 horas na nova sede do TRT e no Fórum Trabalhista de Campo Grande. Na Vara do Trabalho de Corumbá e

prédio antigo do TRT o serviço é realizado no período noturno, de segunda a sexta-feira e 24 horas aos sábados, domingos e feriados.

MONITORAMENTO

O regional possui sistema de alarme por sensores de presença integrado com o sistema de cerca elétrica, controlados remotamente pela empresa Pró Alerta.

O sistema funciona via monitoramento com aluguel de chip de GPRS que faz a comunicação das localidades. O valor mensal dos serviços de monitoramento totaliza R\$ 10.015,41, havendo previsão orçamentária para as despesas com fornecimento de peças e deslocamento para realização de manutenção corretiva.

Valor Monitoramento por localidade

Local	Monit.	Loc.chip	Valor	Local	Monit.	Loc.chip	Valor
Cpo Gde	369,41	32,19	401,60	F. do Sul	509,72	32,19	541,91
F. CG	369,15	32,19	401,34	Jardim	509,72	32,19	541,91
F. Dourados	509,72	32,19	541,91	M. Novo	509,72	32,19	541,91
F.T. Lagoas	509,72	32,19	541,91	Navirai	509,72	32,19	541,91
Amambai	509,72	32,19	541,91	N.Andradina	509,72	32,19	541,91
Aquidauana	509,72	32,19	541,91	Paranaíba	509,72	32,19	541,91
Bataguassu	509,72	32,19	541,91	Ponta Porã	509,72	32,19	541,91
Cassilândia	509,72	32,19	541,91	R. Brilhante	509,72	32,19	541,91
Corumbá	509,72	32,19	541,91	S.Gabriel	509,72	32,19	541,91
Coxim	509,72	32,19	541,91				

FORNECIMENTO DE CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO

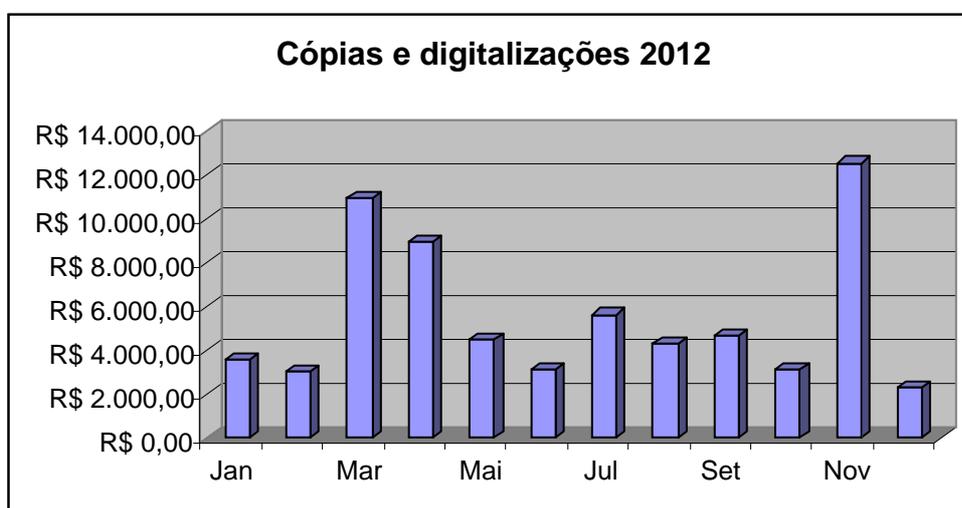
O serviço de cópias e digitalizações é realizado nos prédios sedes do TRT e do Fórum Trabalhista de Campo Grande, pela empresa terceirizada H2L Equipamentos e Suprimentos, com disponibilização de 3 (três) funcionários para o prédio sede do TRT, 2 (dois) para cópias e 1 (um) para digitalização de documentos da Diretoria de Cadastramento Processual e da Diretoria de Recursos Humanos.

No Foro Trabalhista de Campo Grande são disponibilizados 2 (dois) funcionários para o serviço de cópias.

Os valores mensais de 2012

QUANTITATIVOS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
Total cópias TRT e Fórum	17268	19957	86458	66497	21296	20783
Total cópias c/requisição Fórum/TRT	4404	2452	66893	52779	4460	2807
Total digitaliz. TRT/Fórum c/requis.	57325	52282	58223	51791	75238	53078
Total cópias terceiros Fórum/TRT	12864	17505	19565	13718	16836	17976
VALORES						
Valor cópias Fórum/TRT (x R\$0,118)	519,67	289,34	7.893,37	6.227,92	526,28	331,23
Valor digitaliz. TRT/Fórum (x R\$0,053)	3.038,23	2.770,95	3.085,82	2.744,93	3.987,61	2.813,13
Cópias de terceiros (x R\$0,18)	2.315,52	3.150,90	3.521,70	2.469,24	3.030,48	3.235,68
VALOR TOTAL- NF – Cópias/digitaliz.	3.557,90	3.060,28	10.979,19	8.972,85	4.513,89	3.144,36
Desc.de 2% cópia/digitaliz. terceiros	46,31	63,02	70,43	49,38	60,61	64,71
TOTAL A PAGAR	3.511,59	2.997,26	10.908,76	8.923,47	4.453,28	3.079,65

QUANTITATIVOS	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
					(novo contrato)	proporcional
Total cópias TRT e Fórum	33078	30984	28082	15604		
Total cópias c/requisição Fórum/TRT	15741	14702	13736	4843	17085	1394
Total digitaliz. TRT/Fórum c/requis.	71034	48879	57368	48534	72608	18059
Total cópias terceiros Fórum/TRT	17337	16282	14346	10761		
VALORES (R\$)						
Valor cópias Fórum/TRT (x R\$0,118)	1.857,44	1.734,84	1.620,85	571,47	4.954,65	404,26
Valor digitaliz. TRT/Fórum (x R\$0,053)	3.764,80	2.590,59	3.040,50	2.572,30	7.623,84	1.896,20
Cópias de terceiros (x R\$0,18)	3.120,66	2.930,76	2.582,28	1.936,98		
VALOR TOTAL- NF – Cópias/digitaliz.	5.622,24	4.325,42	4.661,35	3.143,78	12.578,49	2.300,46
Desc.de 2% cópia/digitaliz.terceiros	62,41	58,62	51,65	38,74	199,94	286,78
TOTAL A PAGAR	5.559,83	4.266,81	4.609,71	3.105,04	12.378,55	2.013,67



SERVIÇO DE COPA

Serviço terceirizado prestado pela empresa Planalto Limpeza e Conservação de Ambientes, que envolve a preparação e fornecimento de café e chá, recolhimento e limpeza diária de garrafas e utensílios de cozinha (pratos, talheres e copos), limpeza de frigobares, auxílio nas sessões realizadas no Tribunal Pleno, Presidência, Gabinetes de Desembargadores do Tribunal e Sala de Treinamento, Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, Fórum Trabalhista Doutor Lauro Machado de Souza (Dourados) e Fórum Trabalhista Stênio Congro (Três Lagoas).

Os serviços de copa são prestado por 10 (dez) funcionários, sendo 1 (uma) encarregada e mais 5 (cinco) funcionárias no prédio sede do TRT, 2 (duas) no prédio do Fórum Trabalhista de Campo Grande, 1 (uma) no Fórum Trabalhista de Dourados e 1 (uma) no Fórum Trabalhista de Três Lagoas.

Os valores mensais estimados dos serviços no exercício de 2012 estão abaixo relacionados:

Local	Valor Mensal Estimado
TRT Sede (encarregada / copa) - (1)	1.801,34
TRT Sede (copa) - (5)	10.265,45,
Fórum Trabalhista Campo Grande (copa) - (2)	4.152,60
Fórum Trabalhista de Dourados (copa) - (1)	2.053,45
Fórum Trabalhista de Três Lagoas (copa) - (1)	1.861,28

SERVIÇO DE LIMPEZA

Serviço terceirizado prestado pela empresa Mega Serv, com fornecimento de mão de obra e material, para todo o Regional. Composto por 41 (quarenta e um) funcionários da empresa prestando serviços no Regional, sendo 1 (uma) encarregada e mais 12 (doze) funcionárias no TRT, 1 (uma) no Almoxarifado, 1 (uma) no Arquivo, 6 (seis) no Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, 3 (três) no Fórum Trabalhista Doutor Lauro Machado de Souza (Dourados), e 2 (duas) no Fórum Trabalhista Stênio Congro (Três Lagoas) e 20 (vinte) nas Varas do Trabalho do Interior.

Os valores mensais estimados dos serviços no exercício de 2012 estão abaixo relacionados:

Local	Valor Mensal Estimado
TRT Sede (encarregada / limpeza) - (1)	R\$ 1.942,50
TRT Sede (limpeza) - (12)	R\$ 21.894,00
TRT Nova Sede (encarregada / funcionárias) - (23) *	R\$ 38.900,00
Fórum Trabalhista de Campo Grande (limpeza) - (6)	R\$ 11.268,48
Fórum Trabalhista Dourados (limpeza) - (3)	R\$ 5.311,62
Fórum Trabalhista Três Lagoas (limpeza) - (2)	R\$ 3.566,92
Arquivo (1)	R\$ 1.775,53
Almoxarifado (1)	R\$ 1.785,51
Amambaí (1)	R\$ 1.783,42
Aquidauana (1)	R\$ 1.663,96
Bataguassu (1)	R\$ 1.716,79
Cassilândia (1)	R\$ 1.666,77
Corumbá (1)	R\$ 1.885,53
Coxim (1)	R\$ 1.717,49
Fátima do Sul (1)	R\$ 1.706,24
Jardim (1)	R\$ 1.702,85
Mundo Novo (1)	R\$ 1.751,02
Naviraí (1)	R\$ 1.753,20
Nova Andradina (1)	R\$ 1.677,11
Paranaíba (1)	R\$ 1.718,45
Ponta Porã (1)	R\$ 1.795,89
Rio Brilhante (1)	R\$ 1.802,10
São Gabriel do Oeste (1)	R\$ 1.630,40

(*) sede Nova do TRT - início dos serviços a partir de 30/10/12, com 13 funcionárias.

TELEFONIA

- Atualização de dados na central telefônica;
- Controle e expedição de ligações;
- Realização de ligações interurbanas;
- Entrega de faturas, conferência de valores; agrupamento de faturas por ramal;
- Acompanhamento do funcionamento do PABX;
- Comunicação para ressarcimento das ligações particulares;
- Orientação e acompanhamento perante a empresa contratada para manutenção da central.

SETOR DE PREPARAÇÃO DE PAGAMENTO DE CONTRATOS

Ao Setor de Preparação de Pagamento de Contratos coube assessorar o Diretor nas atribuições de fiscalização, supervisão e operacionalização dos serviços terceirizados sob sua responsabilidade, com o intuito de buscar maior agilidade no gerenciamento e administração dos processos de serviços continuados realizados pela Diretoria de Serviços Gerais.

- Preparou os pagamentos dos contratos firmados por este Tribunal a cargo da Diretoria de Serviços Gerais;
- Auxiliou o fiscal de contratos na verificação dos saldos das notas de empenho, através das planilhas mensais elaboradas pelo Setor Financeiro, bem como na verificação do cumprimento das suas atribuições e de seus auxiliares;
- Auxiliou na elaboração da previsão de valores estimados para as despesas originadas dos contratos firmados pelo Tribunal;
- Acompanhou os prazos para entrega de documentos das empresas em razão do cumprimento de cláusulas contratuais;
- Acompanhou os prazos para informar a administração quanto à renovação dos contratos de serviço continuado.

SEÇÃO DE TRANSPORTE, PORTARIA E SEGURANÇA

A Seção de Transporte, Portaria e Segurança composta por agentes especializados coube empreender viagens e/ou saídas diárias, no atendimento das necessidades deste Regional com transporte de materiais, autoridades e servidores, conforme rotina de requisição, visando atender os diversos setores.

- Guardar, conservar e operar os veículos do Tribunal, zelando pela segurança e manutenção, providenciando a atualização de registros, licenças e emplacements;
- Fiscalização e acompanhamento na execução dos serviços pertinentes a seção de Transporte, Portaria e Segurança;
- Auxílio no acompanhamento e fiscalização dos processos administrativos, receber e atestar as notas fiscais ligadas à Seção.

TRANSPORTES

- Transporte de Diários Oficiais e correspondências;
- Entrega de processos na Procuradoria Regional do Trabalho;
- Transporte de malotes;
- Envio de malotes à Procuradoria da Fazenda Nacional;
- Realização de abastecimentos, lavagens, lubrificações, observadas as revisões com sugestões para troca de peças e acessórios;
- Organização da escala de plantão dos motoristas;
- Disponibilizou motoristas para atender às necessidades do transporte de pessoas e materiais, com fiscalização diária dos veículos e anotação das tarefas realizadas, da quilometragem e consumo de combustível;
- Atendimento às chamadas para transporte de autoridades, mediante escala de motoristas;
- Transporte de materiais;
- Guarda e conservação dos veículos;
- Condução do ônibus para realização das audiências nas Varas Itinerantes ou perícias médicas;
- Realizou controle de multas impostas por infração das normas de trânsito;
- Auxiliou na gestão do sistema Tauruscard de controle da frota de veículos oficiais.

SEGURANÇA

- Vistoria diária do prédio sede do TRT após o encerramento do expediente, desligando aparelhos elétricos e alertando os chefes do ocorrido;
- Acompanhamento do relatório de controle de disparos do sistema de proteção e vigilância eletrônica neste Tribunal;
- Abertura e fechamento diariamente do prédio do Tribunal do Trabalho;
- Prestação de assistência na manutenção da ordem, disciplina e respeito durante os trabalhos das sessões do Tribunal Pleno;
- Exercer vigilância do prédio durante seu funcionamento.

PORTARIA

- Controle no acesso diário de pessoas;
- Controle no acesso de acadêmicos de Direito;
- Controle diário com registro em livro próprio com entrega de crachá de visitantes
- Anotação de ocorrências e controle de materiais que chegam ao prédio;

Controle Anual De Quilometragem E Consumo De Combustível

Capital 2012

Veículo	Placa	Tipo Cap/L	Janeiro 2012	Dezembro 2012	Km Percorrido	Total Litros	Média	Local
			KM inicial	KM final			G/A/D	
Astra	JFP - 3744	G 60 L	60.125	69.032	8907	923,91	9,64	TRT
Astra	JFP - 3754	G 60 L	56.136	62.855	6719	736,46	9,12	TRT
Caminhão	HSH - 0341	D 150 L	81.106	101.547	20.441	4.038,54	5,06	TRT
Corola	HQH - 9237	G 55 L	82.901	90.646	7.745	934,72	8,29	TRT
Corsa	HSH - 0743	A/G 47,8 L	45.284	49.182	3.898	446,24	8,74	TRT
Ducato	HTO - 2042	D 80 L	358	2.528	2.170	298,16	7,28	TRT
Fiesta	HTO - 2631	A/G 54 L	0	11.606	11.606	1.048,86	11,07	TRT
Fiesta	HTO - 2632	A/G 54 L	0	10.890	10.890	960,17	11,34	TRT
Fiesta	HTO - 2633	A/G 54 L	0	13.876	13.876	1.228,04	11,3	TRT
Gol	HQH - 9236	G 55 L	13.344	14.326	982	111,63	8,8	Fórum C. Grande
Hilux	HTO - 0340	G 80 L	8.664	23.912	15.248	2.046,26	7,45	TRT
Marea	JPF - 2825	G 60 L	85.590	98.965	13.375	1.362,72	9,81	TRT
Marea	JPF - 3205	G 60 L	50.484	56.914	6.430	638,6	10,07	TRT
Megane	HSH - 0836	G 60 L	56.383	62.805	6.422	950,75	6,75	TRT
Montana	HSH - 0757	A/G 52,5 L	82.199	82.305	106	0	-	TRT
Montana	HSH - 0764	A/G 52,5 L	56.030	62.029	5.999	541,6	11,08	TRT
Ônibus	HQH - 9281	D 250 L	21.344	22.273	929	334,95	2,77	TRT
Pálio	HQH - 9458	G 48 L	65.586	66.896	1.310	110,07	11,9	TRT
Pálio	HQH - 9459	G 48 L	93.226	96.405	3.179	361,38	8,8	TRT
Pálio	HQH - 9460	G 48 L	96.819	99.752	2.933	291,86	10,05	TRT
S-10	HSH - 0759	D 70 L	74.595	92.108	17.513	1.888,86	9,27	TRT
S-10	HSH - 0760	D 70 L	101.199	120.294	19.095	2.187,36	8,73	TRT
S-10	HSH - 0762	D 70 L	60.539	81.174	20.635	2.255,26	9,15	TRT
Strada	HQH - 9842	A/G 58 L	84.071	85.568	1.497	120,91	12,38	TRT
Strada	HQH - 9844	A/G 58 L	62.645	66.714	4.069	403,48	10,08	TRT
Strada	HQH - 9847	A/G 58 L	71.165	78.614	7.449	744,61	10	TRT
Strada	HQH - 9848	A/G 58 L	46.657	49.055	2.398	320,67	7,48	SMP/C. Grande
Uno	JFP - 3195	G 50 L	61.859	62.040	181	0	-	TRT

Controle Anual De Quilometragem E Consumo De Combustível

Interior – 2012

Veículo	Placa	Tipo Cap/L	Janeiro 2012	Dezembro 2012	Km Percorrido	Total Litros	Média	Local
			KM inicial	KM final			G/A/D	
Hilux	HQH - 9239	D 60 L	135.335	140.973	5.638	605,26	9,32	Aquidauana
Hilux	HQH - 9339	D 60 L	79.533	107.844	28.311	3.566,56	7,94	Coxim
Montana	HSH - 0756	A/G 52,5 L	51.867	60.428	8.561	730,75	11,72	Ponta Porã
Montana	HSH - 0763	A/G 52,5 L	3.594	8.585	4.991	406,75	12,27	Bataguassu
Montana	HSH - 0765	A/G 52,5 L	32.006	35.645	3.639	335,74	10,84	Dourados
Ranger	HSH - 1237	D 67 L	88.846	112.665	23.819	2591,4	9,19	Jardim
Ranger	HSH - 2337	D 67 L	34.270	59.054	24.784	2.819,82	8,79	Três Lagoas
Ranger	HSH - 2338	D 67 L	61.351	82.518	21.167	2.017,06	10,49	N. Andradina
Ranger	HSH - 2339	D 67 L	36.818	48.336	11.518	1.471,61	7,83	Dourados
Ranger	HTO - 1701	D 67 L	28.050	74.248	46.198	4.607,84	10,03	S.G. do Oeste
Ranger	HTO - 1704	D 67 L	11.565	37.171	25.606	2.689,12	9,52	Cassilândia
Ranger	HTO - 2641	D 67 L	0	9.721	9.721	1.126,76	8,63	Rio Brilhante
S-10	HSH - 0758	D 70 L	115.325	129.117	13.792	1.536,23	8,98	Amambai
S-10	HSH - 0761	D 70 L	15.258	18.049	2.791	288,57	9,67	Corumbá
Strada	HQH - 9843	A/G 58 L	44.108	54.813	10.705	931,02	11,5	Naviraí
Strada	HQH - 9845	A/G 58 L	50.592	51.057	465	45,61	10,2	Fátima do Sul
Strada	HQH - 9846	A/G 58 L	63.338	69.798	6.460	464,88	13,9	Paranaíba



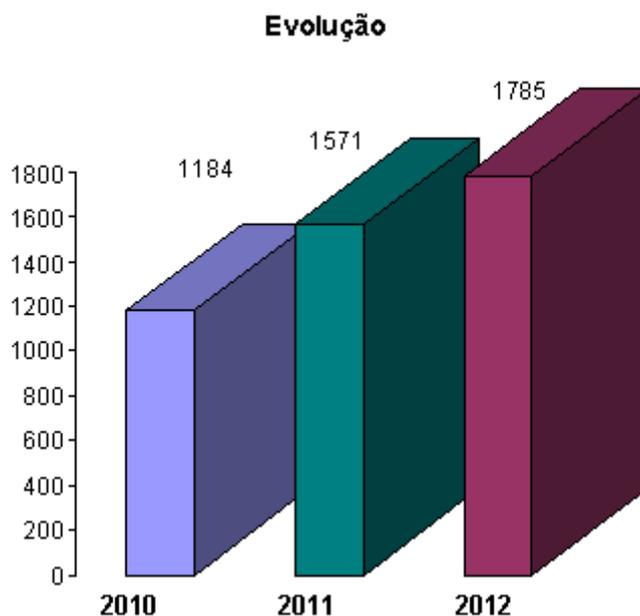
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
OUVIDORIA JUDICIÁRIA

OUVIDORIA JUDICIÁRIA

A Ouvidoria Judiciária, criada por meio da Resolução Administrativa n. 12, de 31.3.2005, tem a finalidade de atuar como representante dos jurisdicionados, advogados, juízes, servidores e usuários dos serviços prestados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, funcionando como um canal direto de comunicação com a Presidência desta Corte.

Através da RA 72/2010, publicada em 28.09.2010, foi aprovada a atualização do Regulamento Geral, que inclui a Ouvidoria na Estrutura Organizacional deste Tribunal.

Ano a ano há uma evolução no número de manifestações recebidas, conforme se infere do gráfico abaixo:



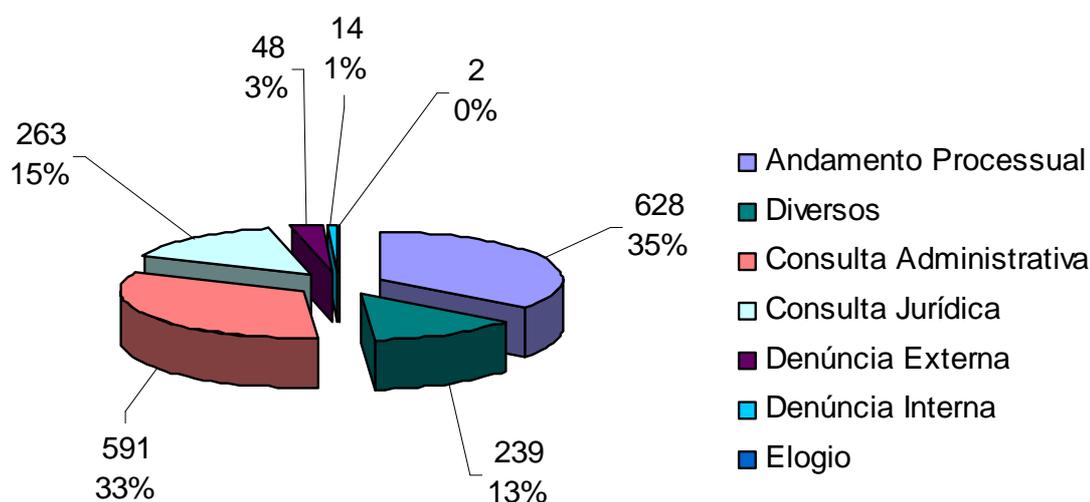
O crescimento do número de atendimentos da Ouvidoria se dá em face de uma maior divulgação, maior visibilidade e não pela insatisfação dos jurisdicionados em relação aos serviços prestados.

À Ouvidoria compete, fundamentalmente, receber manifestações dos juízes, servidores (ativos e inativos), pensionistas, jurisdicionados, advogados e usuários desta Justiça, que contenham reclamações, denúncias, críticas, elogios, sugestões, consultas ou pedidos de informações sobre quaisquer atos praticados ou de responsabilidade das unidades integrantes deste Tribunal, inclusive superiores hierárquicos.

A Ouvidoria encaminha aos setores competentes as manifestações recebidas, visando apurar e encontrar soluções satisfatórias, de cujo teor o manifestante deve ser informado, com clareza e objetividade, no menor tempo possível.

No ano de 2012, a Ouvidoria recebeu um total de 1.785 (hum mil setecentos e oitenta e cinco). Abaixo detalhamento por tipo de manifestação:

Tipo de Manifestações Recebidas em 2012



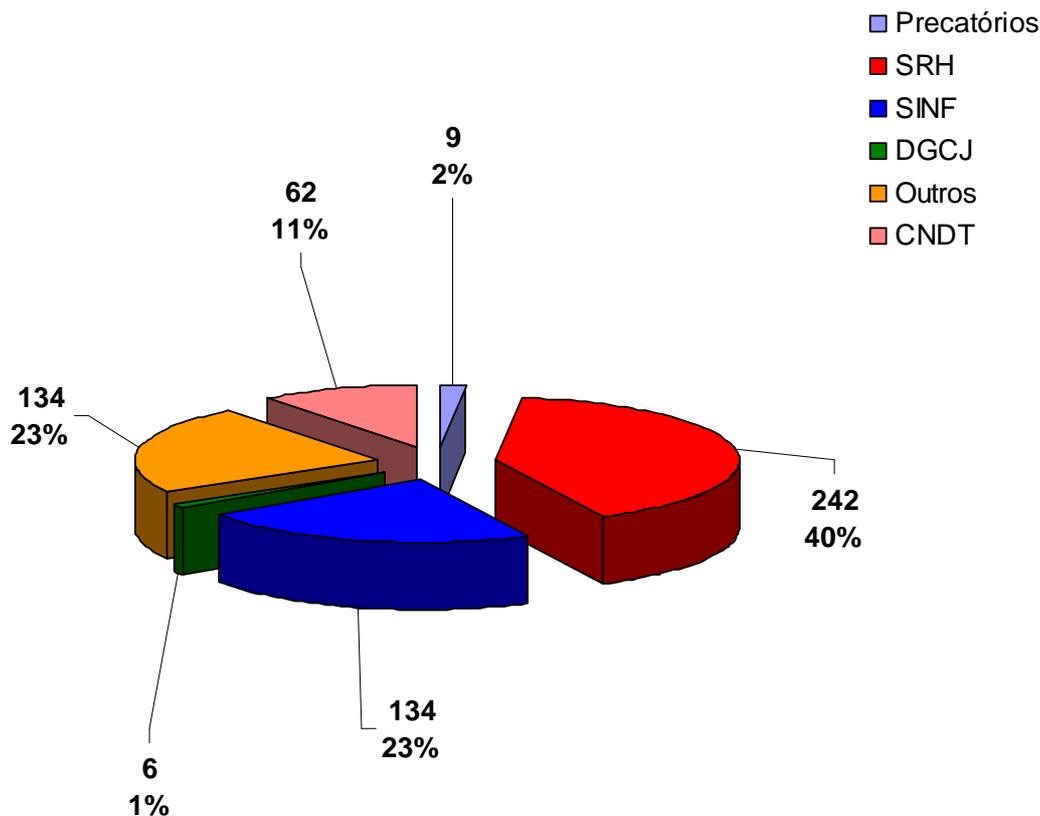
Assuntos fora da competência desta Especializada, denominada denúncia externa, o jurisdicionado é orientado a buscar o Órgão competente, sendo-lhe informado o telefone de contato, email e, quando necessário, o endereço.

Observa-se no gráfico acima que as duas maiores demandas foram de “andamento processual” (onde se enquadram o andamento propriamente dito, a reclamação sobre demora no andamento, a inacessibilidade do jurisdicionado às informações do seu processo, o desconhecimento dos termos jurídicos, processos no TRT e instâncias superiores, entre outros) e “consultas administrativas” (que compreendem as manifestações adstritas à Secretaria de Informática, Serviço de Recursos Humanos, Distribuição de Feitos, Precatórios, Mandados Judiciais, entre outros). Quanto ao “andamento processual”, observou-se que no ano de 2012, tal qual 2011, a demanda maior foi em relação a dúvidas e não reclamação quanto à demora no julgamento ou nos lançamentos relativos ao processo.

A Ouvidoria também foi bastante demandada em relação à implantação da Lei de Acesso à Informação, n. 12.527/2011. O Ato do TST/GP. DGSET n. 329, de 18 de maio de 2012 atribui as tarefas do Serviço de Informação ao Cidadão à Ouvidoria. As Ouvidorias dos Tribunais do Trabalho estão diretamente envolvidas no cumprimento da Lei de Acesso à Informação e, em discussões conjuntas buscam a implantação uniforme em toda a Justiça Trabalhista.

A seguir detalhamento da forma de acesso a esta Ouvidoria:

Encaminhamento das Consultas Administrativas 2012



Na totalização de “andamento processual”, além das 500 manifestações relativas às Varas do Trabalho, estão inclusas 128 consultas que se referem a processos em andamento neste Tribunal e Instâncias Superiores.

Ressalta-se que todas as manifestações recebidas foram devidamente encaminhadas, respondidas e não há qualquer pendência a registrar.

Compete ainda à Ouvidoria, sugerir a adoção de medidas para a anulação ou correção de atos contrários à lei, a prevenção de falhas e omissões na prestação do serviço, bem como sugerir políticas administrativas tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, com base nas manifestações recebidas.

Para o ano de 2012 havia a previsão de integração da Ouvidoria na Central de Atendimento ao Cidadão, projeto decorrente da implantação da Gestão Estratégica. O projeto foi aprovado e a implantação ainda não ocorreu por necessidade de adequação física e de pessoal.